REVISTA
DO
ARQUIVO
PÚBLICO
MINEIRO
APM
Ano XLIV • Nº 1 • Janeiro - Junho de 2008

Revista do Arquivo Público Mineiro
História e arquivística
Ano XLIV • Nº 1 • janeiro-junho de 2008

Av. João Pinheiro, 372 Belo Horizonte MG Brasil
CEP 30.130-180 Tel. +55 (31) 3269-1167
apm@cultura.mg.gov.br

Edição, distribuição e vendas: Arquivo Público Mineiro
Tiragem: 1.000 exemplares. Impressão: Rona Editora Ltda.

Revista do Arquivo Público Mineiro.
ano 1, n.1 (jan./mar.1896) - . Ouro Preto:
Imprensa Official de Minas Gerais,
1896 - . v. : il.; 26 cm.

Semestral
Irregular entre 1896 – 2005.
De 1896 a 1898 editada em Ouro Preto.
De 1930 em diante: Revista do Arquivo Público Mineiro.

ISSN 0104-8368

1. História – Periódicos. 2. Arquivologia – Periódicos.
3. Memória – Periódicos. 4. Minas Gerais – Periódicos.
5. Impresa - Minas Gerais - Séc. XIX. I. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. II. Arquivo Público Mineiro.

CDD 905

pographicas do jornal Progresso
Uberabinha

SUMÁRIO

O presente número da *Revista do Arquivo Público Mineiro* dá continuidade à nova série, iniciada em 2005, ao registrar novo e importante projeto desenvolvido nesta centenária instituição. Trata-se da digitalização da coleção de jornais mineiros do século XIX, iniciativa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), no âmbito do *Programa Especial Uso da Tecnologia Digital no Resgate da Identidade Histórico-cultural de Minas Gerais*/Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (SECTES-MG).

A digitalização desse acervo – uma ação de grande envergadura desenvolvida pela Secretaria de Estado de Cultura, via Arquivo Público Mineiro e Superintendência de Bibliotecas Públicas/Hemeroteca Histórica – sem dúvida representa um marco de contemporaneidade; primeiramente, por utilizar a mais avançada tecnologia nesse campo, multiplicando as potencialidades de acesso aos jornais mineiros oitocentistas; assim também por assegurar, dessa forma, a preservação de um valioso universo documental, formado por aproximadamente 80 mil páginas impressas.

Não menos importante é o fato de essa iniciativa cristalizar uma ação cooperativa do Arquivo Público Mineiro e da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – que detém a guarda da referida coleção de periódicos. Dessa

cooperação resultam iniciativas que favorecem a democratização do acesso ao patrimônio cultural de Minas Gerais aos cidadãos, principal alvo das políticas públicas culturais.

Este volume comemora, de forma coerente e duradoura, os 200 anos do estabelecimento da imprensa no Brasil, reunindo, na seção *Dossiê*, alguns dos melhores especialistas que trataram da história da imprensa e do uso dos jornais como fonte histórica em Minas Gerais. A seção *Ensaios*, por sua vez, apresenta artigos que mostram a potencialidade de outras fontes documentais mineiras, ao passo que a seção *Arquivística* resume os principais procedimentos adotados no projeto de digitalização em questão. O tema da imprensa é, ainda, abordado na seção *Estante Antiga*, que sublinha a importância dos antigos periódicos no ensino de história em sala de aula.

Neste volume também se registram alguns dos principais livros lançados recentemente e que tratam da história de Minas Gerais. Como nas publicações anteriores, esta não teria sido possível sem o patrocínio do *Programa Cemig Cultural* e o aval da Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro (ACAPM).

Renato Pinto Venâncio
Superintendente do Arquivo Público Mineiro

Entrevista

Isabel Lustosa

A história do Brasil lida nos periódicos

Atraída originalmente pelo humor e pela caricatura, a pesquisadora que se tornou uma das maiores especialistas brasileiras na história da imprensa comenta sua trajetória, destacando os estudos que já realizou e as novas pesquisas sobre o tema em que está atualmente envolvida.

> Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e pesquisadora titular da Fundação Casa de Rui Barbosa, Isabel Lustosa também dirigiu a área de pesquisa do Museu da República (1989/1990) e trabalhou no Patrimônio Histórico (1991/1992). Essa cearense de Sobral, nascida em 1955, tem sido responsável por alguns dos mais inovadores estudos a respeito da história da imprensa brasileira no século XIX, conforme se pode verificar nos livros *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*[1] e *O nascimento da imprensa brasileira*,[2] publicados respectivamente em 2000 e 2003. Além de estudos sobre a história da imprensa, é autora de inúmeros títulos sobre história do Brasil, entre eles *História do Brasil explicada aos meus filhos*,[3] *Histórias de presidentes: a república no Catete*;[4] *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*;[5] entre outros.

A historiadora é também precursora de estudos sobre o humorismo brasileiro do começo do século XX, tanto em suas matrizes na boêmia literária daquele período quanto na apropriação estética do humor pelo Modernismo. Estão nesse caso a edição crítica que organizou da *História do Brasil pelo método confuso*, de Mendes Fradique,[6] e o seu *Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique*,[7] tendo inovado ainda o conhecimento da história da caricatura brasileira com a publicação do livro *Nássara: o perfeito fazedor de artes* (1999),[8] além de inúmeros artigos sobre o tema. Em 1996, seu livro *O Chico e o avô do Chico*[9] ganhou o *Prêmio Carioquinha* da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Incansável pesquisadora, Isabel Lustosa foi, ainda, uma das responsáveis, junto a Alberto Dines, pela monumental reedição do jornal de Hipólito da Costa, *Correio Braziliense 1808/1822*, em 29 volumes, pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (2002/2003), fonte que, desde então, tem sido o principal alvo de algumas de suas investigações.

Na entrevista que se segue, a historiadora relata aspectos de sua trajetória intelectual, suas experiências de pesquisa em arquivos e o desafio de ampliar o público leitor de história no Brasil, além de, naturalmente, abordar algumas particularidades de seu tema de estudos favorito, qual seja, o nascimento da imprensa brasileira, os debates que desde então se travaram pelas páginas dos jornais e a maneira como eles influíram na formação político-social do país.

RAPM - Em sua trajetória profissional e intelectual, como nasceu o interesse pela história da imprensa?

Isabel Lustosa - Meu interesse pela imprensa começou pela caricatura e pelo humor, uma das linhas de pesquisa com que trabalho. Escrevi meu primeiro livro – *Histórias de Presidentes: a República no Catete*[10] – no âmbito de um projeto coordenado pelo professor José Luis Werneck da Silva. Ele era o chefe do Setor de História do Museu da República, que fica no Palácio do Catete, onde eu trabalhava como pesquisadora, e propôs a realização de um estudo sobre a história da casa e do bairro onde ela está situada. Assim, meu primeiro artigo publicado foi sobre a história do Bairro do Catete e meu primeiro livro, sobre o Palácio. Como me foi dada total liberdade na condução da pesquisa, escolhi trabalhar com a imagem dos presidentes que passaram por lá. Privilegiei a representação que deles fizeram a imprensa, principalmente os caricaturistas e

humoristas. Assim, tomei contato com a produção de jornalistas do final do século XIX e começo do século XX. Ao procurar conhecer o ambiente da imprensa em que foram publicadas as primeiras caricaturas – a caricatura surgiu no Brasil em 1837, em plena Regência – fui surpreendida pela agressividade dos tantos pasquins que circulavam então. O livro de Helio Vianna sobre o tema[11] me pôs em contato com três grandes figuras que marcaram a imprensa da Regência, mas que já estavam em cena no período da Independência: José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu, Luiz Augusto May e Cipriano Barata. O jornalismo que fizeram então antecipava o que fariam na Regência. A partir daí resolvi procurar conhecer a imprensa da Independência e descobri essa história fascinante que conto em *Insultos impressos.*

Os jornais daquela fase de nossa história eram a voz pública de seus redatores e tinham por finalidade divulgar suas idéias.

RAPM - Como surgiu a proposta da reedição do *Correio Braziliense* (1808-1822) e quais têm sido, em termos de pesquisa, as repercussões desse trabalho?

Isabel Lustosa - O jornalista Alberto Dines é o grande realizador dessa obra monumental. Graças aos seus esforços e à sua dedicação, a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo empregou na edição dessa obra o melhor de sua equipe e de seus equipamentos. Conhecedor do meu livro *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência*, Dines me procurou para colaborar com ele nessa empreitada. Durante dois anos trabalhamos na confecção das notas que abrem os volumes e na preparação de um volume de textos reunindo trabalhos de diversos autores. São estudos que contemplam desde a trajetória do jornalista Hipólito da Costa a análises do conteúdo do *Correio Braziliense* e do período em que foi produzido. Também foi feito um amplo levantamento bibliográfico e documental para auxiliar os que buscam informações sobre o jornal e seu editor. Quanto à repercussão, não sei avaliar. É uma coleção muito grande, e tenho visto referências à nossa edição em trabalhos de colegas daqui e do estrangeiro. Mas, sendo uma obra fundamental e de referência que abrange todo o período joanino e vai até o final do ano de 1822, tenho certeza de que terá vida longa. Além dos artigos de Hipólito, o *Correio Braziliense* reúne reproduções de documentos que cobrem quase tudo o que estava acontecendo de relevante em termos políticos e econômicos na Europa e nas Américas durante o período que vai de 1808 a 1822, com ênfase no que se passava no Brasil e em Portugal.

RAPM - Em seu livro, *Insultos impressos*, a senhora afirma que na época da Independência os “jornais não noticiavam: produziam acontecimentos”. Quais as implicações dessa situação e quando ela é alterada?

Isabel Lustosa - Os jornais daquela fase de nossa história eram a voz pública de seus redatores e tinham por finalidade divulgar suas idéias. Em geral, eram feitos por uma ou duas pessoas e representavam as tendências que estavam então em disputa na cena política brasileira. Sendo o único meio de difusão desse ideário, eles se esforçavam para influir nas decisões do príncipe, de seus ministros e sobre o ainda pouco definido público leitor. Era uma comunidade pequena, e o que se publicava ecoava facilmente em seu interior. Isso fica evidente quando se observa o quanto os jornais falavam uns dos outros, comentando ou respondendo artigos ou cartas publicadas.
Foi dessa forma que se fizeram sucesso tanto a campanha pelo “Fico” quanto a campanha por uma constituinte brasileira. O abaixo-assinado pedindo a D. Pedro que convocasse a constituinte foi agitado inicialmente nas páginas do *Correio do Rio de Janeiro*, de João Soares Lisboa. A dissolução da constituinte foi uma reação à violenta campanha que os jornais *O Tamoio* e *Sentinela da Praia Grande* faziam contra os portugueses, diretamente, e contra D. Pedro I, indiretamente.

Todos se dirigiam a uma suposta opinião pública que, creio, eles mesmos não sabiam de que elementos de fato ela se constituía.

RAPM - A proliferação de jornais correspondia a uma recepção igualmente ampla por parte dos leitores? A quem exatamente eles se destinavam, já que não se pode falar na existência entre nós de uma opinião pública, no sentido clássico da expressão proposta por Tocqueville?[12]

Isabel Lustosa - Para quem escrevia Hipólito da Costa nos idos de 1808, quando a corte portuguesa mal acabara de chegar ao Brasil? Certamente que, publicando em Londres um jornal com o nome de *Correio Braziliense*, pretendia influir sobre os destinos do Brasil. Então, é bem possível que Hipólito visasse ao rei, que era então o senhor absoluto do nosso destino, mas também às elites brasileiras e portuguesas cujos interesses se prendiam ao destino do Brasil, por meio daquele que passou a ser chamado de “partido brasileiro” e que, com Cairu à frente, seria decisivo para o “Fico”. O mesmo era o objetivo de Cairu, sendo nesse caso o rei sucedido por D. Pedro I como seu público-alvo e, naturalmente, trazendo idéias que diferiam das de Hipólito. May escrevia muitas vezes sob a forma de carta dirigida ao príncipe.[13] Todos se dirigiam a uma suposta opinião pública que, creio, eles mesmos não sabiam de que elementos de fato ela se constituía. Se não havia uma opinião pública no sentido mais ortodoxo do

termo, porque não havia um público formado, no entanto, falava-se e procurava-se conceituar o que era opinião pública. E, em certo sentido, todo o esforço dos jornalistas visava formar essa opinião. Mesmo que o elenco de pessoas capazes de se manifestar ou influir nos acontecimentos fosse bastante diminuto, ele era significativo e teve importância decisiva no rumo que tomaram os acontecimentos.
O acesso à educação era muito mais restrito, livros custavam muito caro, a impressão do jornal também, ainda que bem menos. Assim, o jornal era o impresso de mais fácil acesso que havia.
A mentalidade dos homens de letras do tempo também acentuava o caráter missionário do papel do jornalista. Ele tinha uma enorme responsabilidade e à imprensa não cabia apenas informar de forma neutra como, idealmente, se pretende hoje em dia. Era preciso educar o leitor. Aqueles eram homens do Iluminismo que pretendiam formar o povo para o futuro constitucional que se avizinhava. Tinham uma visão do papel da imprensa como forma de educação dos povos e viam-na como substituto natural da escola e do livro em um meio tão escasso de ambos.

> [...] no seio dessa elite ilustrada havia gradações e, dentre os jornalistas, alguns eram certamente de extração mais modesta.

RAPM - Em um de seus ensaios, "O macaco brasileiro: um jornal popular na Independência",[14] a senhora indica a existência de uma imprensa popular no século XIX. Quais as principais características dessa imprensa e em que ela se diferencia da imprensa da elite?

Isabel Lustosa - Em um contexto de escravidão é difícil definir e conceituar o que era ser popular. Havia uma distância muito grande entre um homem livre alfabetizado, capaz de ler e escrever, e a grande massa de homens livres e libertos que pouco se diferenciava dos escravos. No entanto, no seio dessa elite ilustrada havia gradações e, dentre os jornalistas, alguns, como os redatores do *Macaco Brasileiro* e do *Correio do Rio de Janeiro*, eram certamente de extração mais modesta do que jornalistas como José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, ou Hipólito da Costa, ou ainda os vários redatores que passaram pela *Gazeta do Rio de Janeiro* e que colaboraram com o jornal dos Andradas, *O Tamoio*. Esses jornalistas mais modestos escreviam com menor correção e eram visivelmente discriminados pelos demais. Basta que se leiam os comentários maliciosos dos outros jornais contra os erros de português publicados por João Soares Lisboa, do *Correio*, ou as críticas à falta de clareza dos textos do *Macaco*. O Brasil era não só um país majoritariamente analfabeto, mas também um país onde quase a metade da população era de escravos. Esse dado e o medo de que essa

população totalmente excluída de qualquer direito civil ou político viesse a reivindicá-los davam à luta dos liberais americanos um caráter diverso da luta dos europeus. Os elementos envolvidos nas ações que levaram primeiro ao "Fico", em 9 de janeiro de 1822, depois à convocação de nossa primeira assembléia constituinte, em junho de 1822, seguida da proclamação da Independência, em setembro do mesmo ano, eram muito pouco numerosos. Os jornais eram vendidos a partir de subscrição, e sua tiragem alcançava em torno de 200 exemplares, chegando, os muitíssimo bem-sucedidos, a no máximo 500 exemplares. Muitos desses jornais eram lidos nas tabernas e nas praças. Mesmo assim, o público do jornal não era certamente essa população de excluídos que os próprios jornalistas preferiam não ver envolvida na luta que travavam pelos interesses do Brasil.

O Brasil era não só um país majoritariamente analfabeto, mas também um país onde quase a metade da população era de escravos.

RAPM - Nos debates acalorados que se travaram no período compreendido pela sua pesquisa já estava implícita a questão centralismo *versus* federalismo, que logo eclodiria sob a forma de insurreições regionais? Esta seria a questão mais importante que se colocava então para nossas elites, ou que outras igualmente relevantes se debatiam nos jornais?

Isabel Lustosa - O tema do federalismo aparece de forma mais clara nos jornais pernambucanos. Tanto os artigos de Cipriano Barata quanto os de Frei Caneca eram reproduzidos pelo *Correio do Rio de Janeiro* e, assim, o tema entrou na pauta da imprensa e dos políticos do Sudeste. Durante os trabalhos da constituinte de 1823, ele também seria intensamente debatido, verificando-se a mesma divisão, ou seja, uma tendência federalista mais forte nas províncias do norte, que se ressentiam da elevada tributação que sobre elas insidia, contra a defesa de uma centralização do poder feita por representantes do Rio, de Minas e de São Paulo. Esse vai ser o tema dos artigos mais agressivos de Cipriano Barata: os custos da manutenção da corte do Rio de Janeiro, que eram pagos pelas outras províncias do país.

RAPM - Qual é sua opinião a respeito dos acervos jornalísticos brasileiros? Quais as instituições que abrigam as mais completas coleções? Em que outros países há importantes coleções de jornais brasileiros? E os acervos privados, são numerosos? Quais as condições de acesso a eles?

Isabel Lustosa - Não conheço muitos acervos, pois trabalhei basicamente com a coleção de microfilmes da Biblioteca Nacional.

A Casa de Rui Barbosa tem uma parte da coleção original do *Correio Braziliense*. No entanto, a que usamos para fazer a edição fac-similar está completa e pertence a José Mindlin. Consegui comprar, quando estava fazendo minha tese, uma edição fac-similar de *O Tamoio* e outra de *A Malagueta*, publicadas nos anos 1940. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) publicou uma edição fac-similar do *Reverbero Constitucional Fluminense*, de Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Na época da elaboração de minha tese, consultei também os originais que pertencem ao acervo do IHGB. Se não me engano, foi lá também que consultei uma coleção encadernada de vários panfletos do Cairu.

Esse vai ser o tema dos artigos mais agressivos de Cipriano Barata: os custos da manutenção da corte do Rio de Janeiro, que eram pagos pelas outras províncias.

RAPM - Na sua pesquisa, que dificuldades a senhora encontrou para o acesso às fontes documentais utilizadas?

Isabel Lustosa - A coleção de microfilmes da Biblioteca Nacional é bastante abrangente, mas há alguns claros e às vezes não é possível preenchê-los a tempo. Alguns jornais, nunca consegui achar. Talvez outros colegas os tenham descoberto. A pesquisa tem muito de imprevisível e tanto pode decepcionar quanto surpreender. Às vezes procura-se uma coisa e acha-se outra que não se estava procurando e que interfere na condução do trabalho. Creio que isso é o que torna a atividade de pesquisa tão estimulante.

RAPM - Quais os temas de pesquisa que mais a seduzem atualmente?

Isabel Lustosa - Eu continuo envolvida com Hipólito da Costa e pretendo trabalhar mais em torno de alguns temas que ele desenvolveu no *Correio Braziliense*, como seus projetos para o Brasil, a maneira como viu o processo de independência das colônias espanholas e, naturalmente, o tipo de pensamento político que conformava suas idéias e atitudes. Mas a pesquisa que estou realizando no momento, em parceria com o professor Theo Lobarinhas, do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), trata dos comerciantes portugueses do Rio de Janeiro durante o período joanino e o Primeiro Reinado. É um trabalho que nos foi encomendado por um grupo português e que tem me obrigado a ler muitos trabalhos de história econômica. Estou muito empolgada com esse projeto e tenho aprendido muito, o que para mim é sempre motivo de prazer.

RAPM - Nota-se, nos anos recentes, um aumento do interesse público pela história. Seu livro *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*, diz respeito a essa tendência. O que explicaria isso e quais os cuidados a senhora teve ao escrever essa obra?

Isabel Lustosa - O livro sobre D. Pedro foi feito sob encomenda para a coleção *Perfis brasileiros*, organizada por Elio Gaspari e Lilia Schwarcz. A idéia dos editores foi convidar especialistas para escrever livros enxutos, de formato não-acadêmico e em linguagem acessível a um público mais amplo. Foi uma experiência muito boa, e o diálogo com os dois editores ao longo da produção do texto me ajudou a acertar o tom. Fiquei muito feliz com a repercussão que teve e acho muito positivo todo o interesse do grande público pela história do Brasil. Como digo em meu livro mais recente, *A história do Brasil explicada aos meus filhos*, conhecer a história de nosso país é um exercício de autoconhecimento. De modo que, quanto mais os brasileiros procurarem se informar sobre a trajetória que o Brasil percorreu até chegar ao que é hoje, mais entenderão seu papel e seu lugar nessa história. Creio que se tornarão melhores cidadãos.

Os jornais e as revistas são objetos polifônicos e poliformes, há muitos elementos capazes de atrair o leitor e conduzi-lo por caminhos os mais variados.

RAPM - A sua obra recupera, em certo sentido, uma tradição ensaística dos estudos sociais brasileiros, inclusive por sua aproximação com o texto literário. Que influências a senhora apontaria como decisivas para essa escolha?

Isabel Lustosa - Eu fui uma devoradora de romances desde a infância até a idade adulta. O ritmo de trabalho que tenho enfrentado nos últimos 15 anos me afastou desse prazer que marcou a minha vida. Creio que esse gosto pela leitura de ficção influiu no formato dos textos que produzo. Mas também me influenciaram alguns autores cujo estilo em que apresentam suas idéias demonstra que se pode veicular pensamentos profundos de forma ágil e elegante. Cito especialmente Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido e Afonso Arinos de Mello Franco. Dentre os mestres com que trabalhei diretamente e que me influenciaram, cito José Murilo de Carvalho, Wanderley Guilherme dos Santos e Roberto DaMatta.

RAPM - Que sugestões e temas a senhora daria a um pesquisador iniciante, interessado em pesquisar a história da imprensa brasileira?

Isabel Lustosa - Acho que, antes de tudo, é preciso que ele já tenha achado o seu objeto de

interesse. É preciso que ele seja realmente um apaixonado por papéis velhos e que ache prazer em folheá-los sem pressa, com interesse e atenção. Antes de firmar um pensamento sobre o que quer encontrar, é preciso primeiro mergulhar em sua fonte e se deixar levar um pouco por ela. Sei que isso parece um pouco poético, mas, na verdade, acho que a pesquisa mais bem-sucedida é a que revela coisas novas, coisas que o pesquisador não esperava encontrar. E para que isso aconteça é preciso estar aberto à possibilidade de conduzir sua pesquisa por um caminho bem diverso do que inicialmente tinha sido proposto. Os jornais e as revistas são objetos polifônicos e poliformes, há muitos elementos capazes de atrair o leitor e conduzi-lo por caminhos os mais variados. É claro que os limites dessas variações são dados pela área em que se inscreve a pesquisa, mas, com a interdisciplinaridade, sobra sempre uma folga para incluir, por exemplo, uma reflexão sobre o aspecto gráfico da publicação. E quem garante que essa não vá superar em interesse o objetivo original?

Notas |

1. LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos*: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

2. LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

3. LUSTOSA, Isabel. *História do Brasil explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

4. LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes*: a república no Catete. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FCRB, 1989.

5. LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*: um herói sem nenhum caráter. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

6. MENDES FRADIQUE. *História do Brasil pelo método confuso*. Organização de Isabel Lustosa. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (Coleção Retratos do Brasil.)

7. LUSTOSA, Isabel. *Brasil pelo método confuso*: humor e boemia em Mendes Fradique. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

8. LUSTOSA, Isabel. *Nássara*: o perfeito fazedor de artes. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

9. LUSTOSA, Isabel. *O Chico e o avô do Chico*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1996.

10. LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes:* a República no Catete. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FCRB, 1989.

11. VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*: 1812-1869. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

12. Alexis de Tocqueville (1805-1859), precursor da moderna ciência política. Viajou aos Estados (1835-1840), onde estudou o sistema político e social daquele país, que descreveu no livro *Democracia na América* e desenvolveu o conceito de “opinião pública”.

13. Luis Augusto May, jornalista polêmico, nascido em Portugal, em 1792, e falecido no Rio de Janeiro, em 1850. Atuou na imprensa desde 1821 publicando esporadicamente o jornal *Malagueta*, que se tornou bastante popular. Por conta de seus escritos foi espancado em 1823 e em 1829, possivelmente em ambas as vezes por ordem de D. Pedro.

14. LUSTOSA, Isabel. O macaco brasileiro: um jornal popular na Independência. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, p. 92-103, 2003.

Uma história de precursores e ativistas

Maria Marta Araújo

> A imprensa, que durante certo tempo foi relegada pelos estudiosos a uma posição inferior, em virtude do predomínio de abordagens de caráter mais social e econômico da história e até mesmo por uma atitude preconceituosa – uma vez que para muitos não passava de mero reflexo das idéias e fatos de seu tempo –, retoma seu valor enquanto fonte e objeto dos estudos históricos. Isso se dá não nos moldes de uma historiografia tradicional, mas na linha que já identificava Xavier da Veiga em fins do século XIX. Este, sim, o verdadeiro precursor dos estudos sobre a imprensa em Minas, se já não bastasse o legado da preciosa coleção de jornais e revistas dos séculos XIX e XX, que se iniciou com ele, à frente do Arquivo Público Mineiro, e que hoje constitui o acervo da Hemeroteca Histórica, vinculada à Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais, órgão da Secretaria de Estado de Cultura.

Realmente, não há como abordar o tema sem falar de precursores e entusiastas, para quem a imprensa livre era o único e irrefragável sustentáculo de um governo constitucional representativo, de uma sociedade liberal e, até mesmo, de uma nova economia, mais aberta à livre concorrência.

Curiosamente, a história da imprensa em Minas inicia-se, por um ato de rebeldia da própria autoridade máxima da capitania, em 1807, ou seja, um ano antes da chegada da Família Real portuguesa e da criação da Impressão Régia, no Rio de Janeiro. A primeira obra impressa em Minas Gerais surgiu sob os auspícios do então governador, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, que, querendo ver publicado o poema laudatório que lhe dedicou Diogo Pereira de Vasconcelos, tomou para si a responsabilidade de infringir a ordem régia de 6 de julho de 1747, que proibia terminantemente a realização de qualquer atividade de imprensa no Brasil.

Tal empreendimento só foi possível graças ao padre, artista e impressor José Joaquim Viegas de Menezes. Com os conhecimentos adquiridos em Portugal e por meio da técnica da calcografia, o padre Viegas preparou as chapas de metal que possibilitaram a impressão do volume que continha não apenas o canto encomiástico de Diogo de Vasconcelos, mas também, e significativamente, o *Mappa do donativo voluntario que ao Augusto Principe R.N.S offerecerão os povos da Capitania de Minas-Gerais, no anno de 1806*.

Cabe esclarecer que não se trata da primeira impressão realizada em terras brasileiras, pois, muito antes, já havia sido implantada, no Rio de Janeiro, a tipografia do português Antônio Isidoro da Fonseca, cuja existência a ordem régia de 1747 veio pôr um triste fim.

Às vésperas da Independência, encontramos novamente o padre Viegas colaborando em projeto ainda mais audacioso e que, segundo diversos autores, coloca o nome de Minas Gerais em posição de destaque como berço da primeira tipografia totalmente construída no Brasil.

Em que pese o inestimável auxílio do erudito padre, o surgimento da imprensa com caracteres móveis, a tipografia, deve ser atribuída ao inventivo Manoel José Barbosa, mecânico prático, que, a partir de esforço próprio, tanto na fabricação de letras e máquina como na habilitação de compositores e aprendizes, deu origem à Tipografia Patrícia de Barbosa & Cia., responsável não apenas pela publicação dos primeiros jornais mineiros, como pela de livros, entre eles as *Trovas Mineiras*, do padre Silvério Ribeiro de Carvalho, poeta satírico dos mais reverenciados em sua época, editado em 1824, e o *Tratado de Educação Física,* do Comendador Gomide, de 1825.

Importante mencionar que, apesar de construída em 1821, na então Vila Rica, a tipografia de Barbosa só obteve permissão de funcionamento do príncipe regente D. Pedro em 20 de abril de 1822. Nesse ínterim, o governo provisório instalou uma pequena tipografia, que entrou primeiro em atividade imprimindo documentos que constam, inclusive, do acervo do Arquivo Público Mineiro. Na visão de seus idealizadores, principalmente do instruído secretário Luiz Maria da Silva Pinto, aquela era apenas o embrião de uma mais bem montada tipografia oficial, capaz de publicar obras diversas, dentre elas uma folha diária ou com periodicidade de três números por semana, contendo artigos do governo, notícias gerais e variedades.

Tal plano não foi adiante, e o que vingou mesmo foi a iniciativa privada nessa área, constituindo-se a *Patrícia* de Manoel Barbosa na única tipografia da província durante certo tempo. Não por acaso, os primeiros jornais, de feição política variada e até mesmo divergente, foram ali impressos.

A imprensa periódica surge em Minas com o *Compilador Mineiro*, que apareceu em Ouro Preto a 13 de outubro de 1823. Num momento em que as opiniões ainda se dividiam a respeito da própria Independência, em que muitos não descartavam a possibilidade de novamente reunir-se o Brasil a Portugal, o jornal, já em seu primeiro número, sai em defesa da Assembléia Geral Constituinte, do então projeto da Constituição do Império e, principalmente, do sistema monárquico representativo, em oposição tanto ao governo despótico quanto ao democrático, na perspectiva de um liberalismo moderado, que teria durante todo o Império grandes adeptos entre os mineiros.

Seu sucessor foi o *Abelha do Itaculumy*, nascido em 12 de janeiro de 1824, com um programa que é a mais pura síntese da bandeira liberal: "independência política, imperador constitucional e integridade do Império". Em meio ao debate político, surgiu, em 1825, *O Companheiro do Conselho,* do qual não foi encontrado ainda qualquer exemplar, mas que era então o único jornal da província e estava prestes a desaparecer, quando nasce *O Universal*, cujo número inicial, de 17 de julho de 1825, apelava para a imperiosa necessidade de se contar ao menos com um periódico naquela que era "a maior província do Império".

A partir daí, novos jornais foram surgindo – e não apenas na capital, Ouro Preto –, frutos da instalação de pequenas tipografias nas principais localidades da província. *O Universal*, contudo, merece destaque, pois teve duração surpreendente para a época: com 17 anos de existência, deixou de circular apenas em 1842, em função da revolução liberal capitaneada por Teófilo Ottoni. Graças à coleção d'*O Universal* existente na já mencionada Hemeroteca Histórica, é possível a consulta a praticamente todos os números editados, com exceção apenas de três. Jornal de feição eminentemente política, constitui-se em fonte obrigatória para os estudiosos do período, abarcando os mais diversos temas, mas cujo valor é ainda maior aos interessados na circulação, apropriação e representação das idéias liberais nesse momento tão decisivo na configuração política da jovem nação brasileira.

Entre 1823 e 1897, considerando o arrolamento de Xavier da Veiga, foram publicados 861 jornais em Minas Gerais, num total de 117 localidades, dentre elas a futura capital do Estado, cujo primeiro jornal, *O Bello Horizonte*, apareceu em 1895, por iniciativa do padre Francisco Martins Dias. Mesmo considerando que muitos deles encontram-se desaparecidos, não há dúvida de que se trata de uma verdadeira mina de ouro praticamente inesgotável para os pesquisadores.

Contudo, observa-se ainda que, mesmo com a renovação dos estudos sobre a imprensa no Brasil, impulsionada pela chamada nova história cultural e pelos estudos, também renovados, de história política, a trajetória da imprensa em Minas Gerais ainda permanece na condição de campo pouco explorado, com pontos obscuros que desafiam e devem motivar novas investigações, como os próprios textos que compõem este Dossiê. Aqui se apresentam não apenas resultados concretos de pesquisas, como se delineiam novos temas e caminhos de abordagem, demonstrando as múltiplas faces desse apaixonante objeto que é a imprensa.

É bem o caso de Luciano da Silva Moreira, que em estudo inovador desvenda a trajetória de criação das primeiras tipografias mineiras, chamando a atenção para sua importância enquanto

> [...] elementos que contribuíram para a transformação da sociedade mineira da primeira metade do Oitocentos, modificando de forma tênue, mas progressivamente, as práticas e as relações que as pessoas entretinham com os poderes e instituições locais.

Nessa mesma direção, é possível afirmar, sem qualquer exagero, que tanto as artes como as ciências e os saberes, a política e a vida social e cotidiana oscilam em virtude da emergência da imprensa. No caso mais específico da literatura, é o periódico – nas suas mais variadas formas –, mais até do que o livro ou qualquer outro suporte, o principal laboratório da invenção literária no século XIX. Durante todo o período, as relações entre literatura e imprensa se apresentam tão fortemente imbricadas no interior dos jornais que é essencial que se compreenda melhor esse movimento, trazendo assim novos aportes para o conhecimento da história mineira e nacional. Nessa perspectiva, é inegável a contribuição do artigo de Francelina Drummond sobre *O Recreador Mineiro*, primeira revista literária editada em Minas Gerais, entre os anos de 1845 e 1848, iniciativa de seu principal redator, Bernardo Xavier Pinto de Sousa, cuja trajetória intelectual é analisada, de forma cuidadosa, juntamente com o periódico e seu contexto.

No âmbito da educação, os jornais também cumpriram importante função ao produzir e divulgar preceitos e propostas em favor da instrução e civilização dos povos, sendo um dos principais canais

difusores das idéias educacionais no século XIX, como bem demonstra o texto de Luciano Mendes de Faria Filho, Cecília Vieira do Nascimento, Marcilaine Soares Inácio e Mônica Yumi Jinzenji, que se debruçam inteligentemente sobre três periódicos. Há muito que o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, de Ouro Preto, merecia análise mais detida. Seu redator, o cônego José Antônio Marinho, mais conhecido por sua atividade política, foi também um educador. Professor de filosofia em São João del-Rei, Congonhas e Ouro Preto, constitui-se em figura emblemática das idéias liberais na época.

Os outros dois periódicos analisados são *O Mentor das Brasileiras*, de São João del-Rei, primeiro periódico da província voltado para o público feminino – mas em boa parte escrito por homens – e *O Sexo Feminino*, primeiro jornal de autoria feminina de Minas Gerais. Ambos destacavam o importante papel exercido pela mulher na formação dos cidadãos, porém o segundo é contundente no questionamento da condição social feminina, buscando defender a participação das mulheres para além da esfera doméstica, na política e no mercado de trabalho.

O Mentor das Brasileiras é objeto de análise específica em texto de Alexandre Mansur Barata e Gisele Ambrósio Gomes, que busca, num duplo movimento, articular o papel desempenhado pelo crescimento da imprensa periódica na direção da ampliação de uma esfera pública com as especificidades dessa "imprensa feminina".

No âmbito do reconhecimento desse impacto da imprensa periódica sobre a sociedade, pode ser situado também o trabalho de pesquisa e documentação realizado por Marcelo Magalhães Godoy com as seções de anúncios de 21 jornais mineiros do século XIX. A disputa pelos consumidores levou os negociantes a uma verdadeira batalha na imprensa da época, por meio da veiculação de propagandas com variados recursos de persuasão e diversificadas estratégias de suplantação dos rivais. Entretanto, a análise vai mais além e direciona-se para a compreensão do universo das atividades mercantis mineiras no Oitocentos, pois, conforme alude o autor:

> [...] o caráter e a extensão da presença de estabelecimentos comerciais nas seções de anúncios dos jornais refletia a importância do setor e indiciava, no particular, a magnitude da dinâmica em curso de aprofundamento da diferenciação do urbano em Minas Gerais.

Ao concluir a apresentação deste Dossiê, retomo aqui algumas palavras de Machado de Assis. Em texto conhecido de 1859, o romancista não conteve seu entusiasmo diante do poder revolucionário da imprensa, para ele locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, reação do espírito humano sobre as fórmulas consagradas da literatura, do mundo econômico e do mundo social. E desafiava: "Quem poderá marcar todas as conseqüências desta revolução?"

Maria Marta Araújo é autora, entre outras publicações, do livro *Com quantos tolos se faz uma república: Padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista* (Editora UFMG, 2007). Coordenou o projeto *Sob o império das paixões: coletânea de escritos políticos do Universal* (1825-1842), na Fundação João Pinheiro, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), 2005-2007. Atualmente é diretora de Proteção e Memória do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG).

Luciano da Silva Moreira

Combates tipográficos

As primeiras tipografias mineiras desempenharam papel vital na criação dos espaços públicos da província, interferindo, com as mais variadas publicações, nas batalhas políticas que definiram os rumos do Estado brasileiro durante o período regencial.

A historiografia sobre a vida política em Minas Gerais tem enfatizado a importância dos objetos impressos. Jornais, panfletos e opúsculos são analisados e interpretados de maneira intensa por número relevante de historiadores, entre os quais destacamos os trabalhos de Wlamir Silva e Guilherme de Souza Maciel.[1] Existe entre os estudiosos o consenso de que o impresso foi um dos principais ingredientes das culturas políticas e elemento em torno do qual foram tecidos conceitos e idéias, tornando-se verdadeira pedra fundamental para o desenvolvimento dos espaços públicos no século XIX. Ademais, por meio da imprensa, diversas personagens encontraram o espaço privilegiado para expressão de suas vozes, iniciando a formação de uma "cultura dos impressos" na Província de Minas Gerais.

Restam ainda nessa esfera algumas perguntas a serem respondidas. Como esses objetos eram trazidos à luz? Quem, de fato, potencializava o manuscrito, multiplicando-o como artefatos impressos? Ao lançarmos tais questões, pretendemos avaliar o processo de criação e difusão daquelas publicações cujo desígnio primordial era levar à ação. Portanto, analisaremos as tipografias como um dos elementos que contribuíram para a transformação da sociedade mineira da primeira metade do Oitocentos, modificando de forma tênue, mas progressivamente, as práticas e as relações que as pessoas entretinham com os poderes e instituições locais.[2]

Ressaltamos que as fontes sobre as tipografias e os tipógrafos em Minas Gerais são raras e marcadas por uma forte inadequação. Não encontramos, até o momento, nenhum arquivo ou fundo exclusivamente dedicado às tipografias mineiras em seus primórdios. Entretanto, é possível descobrir pistas sobre o cotidiano dessas empresas por meio de fontes ditas "oficiais". Os registros da Presidência da Província de Minas Gerais, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, apresentam-nos alguns rastros das oficinas tipográficas mineiras. Além disso, a documentação das câmaras municipais mineiras, conservada no mesmo Arquivo, permite-nos fazer apreciação semelhante. Mais ainda, por meio da legislação pertinente podem ser levantados alguns dados, pois, em conformidade com o artigo 303 do Código Criminal de 1830, as tipografias deveriam ser registradas na própria câmara, em códice específico.[3]

Encontramos um desses códices no Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP).[4] Esse encadernado informa-nos a quantidade de oficinas existentes na capital da província, suas localizações, os proprietários e impressores, além de algumas questões envolvendo os donos, os funcionários e até a Câmara. Os próprios periódicos podem nos oferecer dados sobre seu cotidiano por meio dos avisos, anúncios e discursos referentes à subscrição, locais de venda, periodicidade e, sobretudo, à sua tendência política. A partir desses registros, podemos começar a trilhar os caminhos percorridos pelas primeiras tipografias mineiras.

Primórdios

Há uma origem quase mitológica da arte de imprimir em Minas Gerais. Conta-se que a primeira obra impressa nas Alterosas é anterior ao advento da Impressão Régia, no Rio de Janeiro. De fato, há um volume datado de 1806, gravado em talho-doce, de autoria de Diogo Pereira de Vasconcelos, conhecido como *Canto Encomiástico*.[5] Constitui-se num panegírico dirigido ao então governador da Capitania de Minas Gerais, o capitão-general Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello. Como obra laudatória, o *Canto* detém-se na personalidade do homenageado, exaltando a linhagem "D'Arvore antiga". Herói por "Conter féro indomavel Botecudo", Ataíde e Mello é apresentado como verdadeiro "Cincinato das Gentes Luzitanas". Diogo de Vasconcelos conclui: "Se não posso faser q'Immortal sejas,/ Nome Immortal posso faser que vejas".[6]

Prensa de madeira atribuída ao padre José Joaquim Viegas de Menezes. Vila Rica, *circa* 1806. Acervo Museu da Inconfidência, Ouro Preto.

Primeiramente, os versos foram apresentados manuscritos ao governador, os quais foram de seu agrado. Desejando ver a obra impressa, Ataíde e Mello recorreu à pessoa considerada mais hábil e engenhosa em Vila Rica para realizar a tarefa. O impressor do *Canto* foi o padre Viegas de Menezes, que imprimiu o poema construindo um tórculo de madeira, preparando, ele mesmo, a tinta, as folhas de cobre e o restante necessário para o empreendimento.[7] Acredita-se que uma prensa existente atualmente no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, seja a lendária máquina construída pelo artífice mineiro. Para realizar seu intento, Viegas de Menezes utilizou-se da arte da calcografia, tendo aprendido as técnicas por intermédio do frei José Mariano da Conceição Veloso, parente de Tiradentes, na Régia Oficina Tipográfica, Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, em Lisboa. A Oficina do Arco do Cego encerrou suas atividades em 1801, ano em que apresentou, traduzido e impresso, o *Tratado da gravura à água forte e buril, e em madeira negra, com o modo de construir as prensas modernas e de imprimir em talho-doce*, de Abraão Bosse. Atribui-se a tradução dessa obra ao padre Viegas de Menezes, que no ano seguinte voltou ao Brasil, instalando-se em Vila Rica.[8] Assim, de maneira rudimentar e subserviente, principiava a imprensa mineira.

Passados 20 anos desde essa primeira aventura impressa, a arte de imprimir ainda permanecia artesanal e elementar na Província de Minas Gerais. Entretanto, diferentemente daquele mundo da época da capitania, a província registrava outro uso para a prensa. Não era mais a louvação de um governo que dava o tom das oficinas. Eram, aliás, a crítica e a disputa que ocupavam os impressores nos anos finais do Primeiro Reinado. O calor do momento impulsionou a criação de diversos prelos em pontos distantes de Minas. Trataremos, agora, das tipografias, que, embora permanecessem artesanais e rudimentares, revelavam-se poderosas no debate político.

Conforme a historiografia, houve tentativa de instalação de uma imprensa oficial na Província de Minas Gerais em 1822. O secretário de governo Luiz Maria da Silva Pinto[9] intentou organizar uma Typografia Nacional da Província de Minas Geraes, da qual era o inspetor. O projeto inicial consistia em imprimir "200 exemplares de uma folha diária em 4º, ou de 3 numeros em semana, na qual incluão-se artigos officiaes do exm. governo de interesse nacional, particular do Brazil e provincia, noticias geraes e variedade".[10]

Para tanto, o inspetor contava com pelo menos um redator, um "director-machinista" (possivelmente tratava-se do impressor) e alguns compositores. Porém, seu plano não logrou êxito, pois "não correspondeu ao conceito que dele se fizera e por isso foi suspenso de vencimentos e despedidos os respectivos Empregados e quando mal podia satisfazer ao comprometimento a que se sujeitara foi obrigado a ceder a maior parte dos ditos Operários".[11]

Outra oficina tipográfica foi criada na mesma época por Manuel José Barbosa, auxiliado pelo mítico padre Viegas de Menezes. Conforme seu criador, essa tipografia mereceu "o epíteto de Patrícia pelo emprego de letra e máquinas construídas na mesma Imperial Cidade"[12] de Ouro Preto. Esse estabelecimento, ainda de acordo com seu proprietário, ocupava-se primordialmente da "impressão de papéis oficiais". No entanto, em 1823, naquela Officina Patrícia de Barbosa e Cia., veio a lume o primeiro periódico de Minas: *o Compilador Mineiro*. Dessa mesma tipografia surgiu a *Abelha do Itaculumy*, em 1824. Folha de cunho liberal, esteve imersa nos debates acerca do constitucionalismo no Brasil. No ano seguinte, era iniciada a impressão de *O Universal*, o mais longevo periódico mineiro do Primeiro Reinado e das Regências.

A aquisição e manutenção de uma tipografia não representavam tarefa fácil. A Officina Patrícia de Barbosa

e Cia., por exemplo, foi montada com matéria-prima da própria província, como afirma o redator do *Abelha do Itaculumy* em seu prospecto:

> Todos os seus utensis forão aqui fabricados sem modelos, e sem outra direcção, que o achado em alguns Livros; e para maior glória dos mesmos [redatores] grande porção de typos se fundio de chumbo estrahido de nossas Minas.[13]

O alto custo dos materiais tipográficos levou os naturais da província, seguindo o exemplo do padre Viegas de Menezes, a procurarem meios de driblar suas dificuldades. Além dos problemas para conseguir a prensa, cabia ao empreendedor, geralmente uma única pessoa, montar prelos e fundir tipos, além de redigir e imprimir seus jornais. Na história de Minas, há outras personagens exemplares que comprovam essa prática: Geraldo Pacheco de Melo, no Arraial de Itambé do Serro (atual Itambé do Mato Dentro - MG); Manuel Sabino de Sampaio Lopes, auxiliado por João Nepomuceno Aguillar, no Arraial do Tijuco (atual Diamantina - MG); e o padre José de Sousa Lima, na Vila da Campanha da Princesa (atual Campanha - MG).

Em 1831, Geraldo Pacheco editou o *Liberal do Serro*. Pacheco era ourives e mecânico e "pelos seus conhecimentos nessas artes concebeu e levou a efeito o fabrico e montagem de um prelo".[14] Manuel Sabino era, também, ourives. Pelo mesmo procedimento, isto é, fundindo tipos e montando o prelo, editou, em 1828, o *Echo do Serro*.[15] Na mesma época, na Vila da Campanha da Princesa, o padre José de Sousa Lima montou uma tipografia e uma fundição de tipos.[16] Porém, pelo que se sabe, desse empreendimento não nasceu nenhum periódico, fato que ocorreria naquela vila somente em 1832, com a aparição da *Opinião Campanhense*, fundada e redigida por Bernardo Jacinto da Veiga, irmão do célebre redator da *Aurora Fluminense*.

Multiplicam-se as tipografias

Além da Officina Patrícia de Barbosa e Cia., outros estabelecimentos tipográficos foram implantados na Província de Minas Gerais, na década de 20 do Oitocentos. Em Mariana, temos conhecimento da impressão de um *Compêndio dos Exercícios da Venerável Ordem Terceira da Penitência*, tirado na Officina de José Vicente Ferreira, com data de 1826. Esse *Compêndio* comprova a existência de um estabelecimento tipográfico naquela localidade. Mas, pelo que se sabe, daquela Officina não saíram periódicos ou panfletos políticos. Somente em 30 de maio de 1830 foi publicado o primeiro periódico da cidade: a *Estrella Mariannense*. Inicialmente sua impressão era realizada em Ouro Preto, na Typografia Patrícia do Universal, e enviado para a vizinha Mariana.[17] No dia 14 de abril de 1832, com a instalação da Typografia Mariannense, o jornal passou a ser impresso na cidade a que era destinado.[18] Porém, sete meses depois da transferência para a sede do bispado, a *Estrella* encerrava suas atividades.[19]

Luiz Maria da Silva Pinto, que não alcançara êxito com a Typografia Nacional da Província de Minas Geraes, não desistiu de seu projeto. Em 1828, estabeleceu-se em Ouro Preto, na rua do Carmo nº 26, com a Typographia de Silva, a qual, "alem de typos, já [empregava] gravuras".[20] Esse novo estabelecimento ocupava-se, principalmente, de papéis oficiais, como as *Posturas policiaes da Câmara da Leal cidade de Marianna*, impressas em 1829. Além disso, na mesma tipografia foi impresso o *Diccionário da Língua Brasileira*, de autoria do próprio Silva Pinto, em 1832. Como vários impressos daquele tempo, as despesas para a edição do léxico foram custeadas por "Assignantes desta, e mais Províncias do Império".[21]

Vimos que personagens proeminentes da história tipográfica mineira produziram, com esforço e materiais

próprios, suas máquinas de imprimir. Entretanto, outras tipografias foram trazidas, no lombo de burros, da capital do Império. Assim foi com o prelo que deu origem à Typografia da Sociedade Pacificadora. Em sessão da Sociedade Pacificadora de Sabará, a 13 de dezembro de 1831, Manoel Soares do Couto exigia uma “Letra de 4:400$000 a sua ordem no Rio de Janeiro, onde mandar[ia] se effectuar a compra da Typografia por incumbencia da Sociedade”.[22] Os sócios, então, coadjuvaram com doações pecuniárias, até se chegar à soma requerida. No ano seguinte, a Sociedade Pacificadora já contava com sua tipografia e publicava seu periódico: *O Vigilante*.

Para além de mera “curiosidade” bibliográfica, o percurso pelo cotidiano de uma oficina tipográfica possibilita o esclarecimento do processo de transmissão dos textos.[23] Os percalços da produção do impresso e os traços específicos dessa atividade indicam-nos algumas das maneiras pelas quais as idéias foram difundidas e penetraram na sociedade mineira das primeiras décadas do Império. Acreditamos, tal como Chartier, que a restituição do “contexto imediato da produção [dessas] peças destinadas a fazer crer ou agir” contribui para “restabelecer o papel tido pela imprensa nos conflitos, essenciais ou minúsculos, que colocaram em jogo a sorte do Estado”.[24] Percebemos esse processo por meio das histórias de tipografias mineiras, como a Typografia do Universal, a qual podemos percorrer por meio dos registros oficiais, como veremos a seguir.

Sabemos como era difícil a obtenção de prelos. Entretanto, outra indagação se coloca: como era o interior de uma oficina tipográfica mineira na primeira metade do século XIX? Tentemos transitar pelo ambiente de uma tipografia por meio de um registro deixado por José Pedro Dias de Carvalho, proprietário da Typografia do Universal. Em 13 de dezembro de 1835, Carvalho pretendia desfazer-se de seu estabelecimento. Para tanto, redigiu uma carta à Presidência da Província, oferecendo todo o material tipográfico pelo preço de “seis contos e quatrocentos mil réis, pagando-se a 4ª parte à vista, e o resto a prestações”. O conteúdo que seria negociado está elencado em um inventário anexado à correspondência com a referida proposta. Nesse documento, encontramos toda sorte de ferramentas: balas, cavaletes, componedores, galés, martelo, mochos, serrote, tamboretes etc. Chamam-nos a atenção as “diversas qualidades de typo com que está surtida” a tipografia. Havia uma “porção de typo novo” de três modelos distintos – “leitura”, “gaillarde” e “petit-romain” – que se encontrava “ainda encaixada”, pois tinha acabado de chegar do Rio de Janeiro. Existiam, também, tipos de outras qualidades “que se fundi[ram] nesta Cidade”.

Além disso, “ha muito grande sortimento de letras grandes, de doze pontos, vinhetas, linhas, entrelinhas de metal, armas do Império, e enfeites próprios de typografias”. Toda essa variedade era empregada em “3 prelos, sendo um grande e dous menores”. No entanto, em meio às muitas caixas, encontramos um “aparelho de fundir tipos” que Carvalho dizia ser capaz de produzir “a letra denominada leitura, e grifo, e capital completos”. Esse instrumento servia, conforme o proprietário, “para composições ordinárias”. O aparelho era essencial, já que os custos para aquisição de tipos móveis, a maioria oriunda do Rio de Janeiro, impedia a reposição constante das peças desgastadas.[25]

Dez anos separam a velha Officina Patrícia, de Barbosa e Cia., da Typografia do Universal. Em sua trajetória, a oficina de José Pedro Dias de Carvalho representa certo crescimento da atividade impressa na Província de Minas Gerais e a formação de um espaço público. Esse desenvolvimento levou em conta as transformações políticas pelas quais passou o Império do Brasil. Era a segunda vez que o estabelecimento seria negociado, já que Carvalho o adquiriu de seu fundador, Manoel José Barbosa, em 1827. Contudo, ao que parece, não se

Lista dos objetos pertencentes à Typografia Nacional da Província de Minas Gerais assinada por Luiz Maria da Silva Pinto. Ouro Preto, 1828. Acervo Arquivo Público Mineiro – SP-PP 1/54, cx.03, doc.06, p.1.

Nº 6

Lista

dos objectos pertencentes á Typografia Nacional da Prov.a de Minas Geraes, q̃ restavão em poder do Inspector da mesma Typografia, e ora se entregão ao Sr. Almoxarife dos Armazens Nacionaes, p. ordem da Exma. Junta da Fazenda.

Duas arrobas, e vinte e duas libras de xumbo em letra, ornatos &c.
Huã maquina de madeira p.a imprimir—
Duas Caixas subdivididas em caixotins p.a typos—
Huã d.a pequena, q̃ trouxe a letra do Rio de Janeiro
Alguãs tiras de cobre, e lata p.a espaços, &c.
Alguãs peças de madeira p.a end. ser. fim num sacco—
Hum tinteiro com almofada de couro p.a a tinta—
Duas bolas p.a empregar a tinta
Duas galés forradas de latas p.a duas paginas de meio folio
Tres d.as p.a huã pagina de meio folio.
Tres d.as — idem com subdivisão—
Huã d.a — p.a quarto de pagina—
Huã de duas latas, q̃ trouxerão tinta do Rio, com resto da mesma.
Oito resmas de papel contendo varios impressos ou 3.352 folhas

Recebi os generos constantes da Relação acima. Imperial Cidade do Ouro Preto, digo da Relação acima p.r mão do Illmo Sr. Sarg.to Mor Luiz Maria da S.a Pinto. Imperial Cid.e do Ouro Preto 20 de Dezbr.o de 1828.

Joaq.m José [illegible]

efetivou a transação. José Pedro Dias de Carvalho continuou com sua tipografia até fevereiro de 1843, quando foi arrendada a Tristão Francisco Pereira de Andrade.[26] Depois disso, não encontramos mais notícias sobre a Typografia do Universal.

Oficiais e proprietários

As fontes consultadas indicam que as primeiras oficinas tipográficas em Minas Gerais não eram grandes empresas. O proprietário, por vezes, revezava-se nos papéis de redator, compositor e impressor.[27] Além do mais, a maioria das tipografias, senão todas, estava às voltas com problemas gerados pelo pequeno número de funcionários. No entanto, esses mediadores foram indispensáveis na produção impressa.

Eram os compositores e impressores quem ordenavam os tipos, compunham o texto e apertavam as prensas que traziam à luz panfletos, proclamações e periódicos, ou seja, eram as personagens que realmente faziam funcionar toda a engrenagem tipográfica na província. A importância dessas pessoas já fora notada por Robert Darnton, em seu trabalho sobre a produção da *Enciclopédia* na Suíça do século XVIII.[28] Acreditamos que a pesquisa desse historiador norte-americano sirva de base para compreendermos o trabalho dentro de uma tipografia mineira do século XIX. À guisa de explicação, a tecnologia de impressão não havia sofrido muitas transformações até aquela época. Além disso, boa parte dos materiais tipográficos – papel, tinta, tipos móveis, ferramentas etc. – era oriunda da França. Mesmo alguns prelos poderiam ser desembarcados no Rio de Janeiro e enviados ao interior do Brasil.

Há várias informações sobre aqueles que investiam numa tipografia. Entretanto, os registros sobre indivíduos que exerciam ofícios nesses estabelecimentos são raros e imprecisos. Temos conhecimento de que, em Vila Rica,[29] dois irmãos pardos, Pedro Fernandes Santiago e Francisco de Paula, declararam viver “do ofício de imprimir”, como consta dos autos de uma devassa procedida pelo juiz Antônio Augusto Monteiro de Barros, em janeiro de 1823.[30] Não sabemos se aqueles irmãos eram compositores ou impressores, mas podemos perceber que eles se consideravam distintos pelo seu ofício. Ademais, faziam parte do imenso grupo de pardos e mulatos que exerciam algum ofício mecânico na província.[31]

Por meio de outras fontes podemos saber quem eram os impressores e em quais tipografias trabalhavam.[32] Daqueles que exerciam o mister de compositor, quase não restaram notícias. Sabe-se que algumas tipografias possuíam mais de um desses profissionais. Porém, isso não impedia que problemas ocorridos “pela falta de compositores” continuassem a afligir as oficinas, como o *Novo Argos*, que não saíra “no dia marcado por ter adoecido um dos compositores”,[33] em março de 1833. Não sabemos quem eram aqueles trabalhadores, mas notamos que sua ausência repercutia imediatamente na produção tipográfica, incidindo sobre a própria circulação local de jornais.

Excetuando-se as tipografias ditas artesanais, em que compositor, impressor e redator eram a mesma pessoa, as oficinas tipográficas das décadas de 1820 e 1830 contavam com certo contingente de operários. Para a Typografia do Universal, que contava com três prelos e chegou a imprimir quatro periódicos num mesmo período,[34] o trabalho em seu interior requeria número considerável de pessoas, que dividiriam o mesmo espaço de uma pequena loja ou casa.[35] Os compositores, com seus dedos ágeis, provavelmente compunham o texto da seguinte maneira: “faziam as linhas transferindo os tipos das caixas para os componedores, faziam as páginas passando dos componedores às galés, e as fôrmas mediante a imposição das páginas na rama”.[36]

Seguia-se a fase de impressão. As tipografias mineiras possuíam apenas um impressor para realizar diversos procedimentos. Cabia a esse profissional "misturar as tintas, encher as balas e regular a prensa".[37] Posteriormente, começava a "puxar e a "bater". Distribuía a tinta pela superfície das balas, esfregando uma contra a outra. Em seguida, "entintava, ou 'batia' a fôrma, que fora enquadrada em uma caixa móvel, o 'cofre', sobre o carro horizontal da prensa aberta".[38] Essa era a primeira parte da tarefa. O trabalho subseqüente consistia em colocar

> [...] uma folha sobre o caixilho recoberto com um pergaminho, o "tímpano", suspenso sobre a fôrma por meio de dobradiças. Fechava a prensa baixando outro caixilho, a "frasqueta", por sobre a folha, e dobrando a frasqueta, a folha e o tímpano juntos em cima da fôrma. A seguir manobrava metade da fôrma, posicionando-se sob a platina, um bloco plano suspenso por um eixo na parte vertical da prensa. Puxando a barra da prensa, fazia o eixo girar como um parafuso na porca, baixando a platina e comprimindo-a sobre o verso do tímpano, produzindo então uma impressão no papel colocado entre o tímpano e os tipos. Após manobrar a outra metade da fôrma para debaixo da platina, ele a imprimia, manobrava a fôrma para fora novamente, desdobrava o tímpano e a frasqueta e removia a folha recém-impressa, colocando-a sobre uma nova pilha.[39]

Como foi visto nessa exaustiva descrição, o ofício, além de força e resistência, demandava certo conhecimento técnico, fazendo com que fossem esses profissionais visados pelo próprio Estado. Recaía sobre o impressor, juntamente com o editor, o autor e o vendedor, a responsabilidade por impressos sediciosos, polêmicos ou insultantes. No entanto, ficaria, conforme a lei, "isento de responsabilidade, mostrando por escripto obrigação de responsabilidade do editor, sendo este pessoa conhecida, residente no Brazil, que esteja no gozo dos direitos políticos, salvo quando escrever em causa própria".[40]

Parece estéril e inútil falarmos desses operários que nos legaram, num olhar superficial, poucos registros de sua atividade. Contudo, não devemos esquecer que em cada livro, folheto ou periódico que nos vieram às mãos se encontram gotas do suor diário dessas pessoas. De fato, impressores e compositores contribuíram na divulgação de saberes, técnicas e doutrinas, participando ativamente do processo de estabelecimento de um espaço público em terras mineiras. Dito isso, tratemos dos produtos dos prelos de Minas Gerais.

Percalços de impressão

Os impressos foram "ingrediente" ativo das culturas políticas das décadas de 1820 e 1830. Contudo, o processo de produção dessas obras dependia de fatores como a própria capacidade do estabelecimento tipográfico. A história da impressão de determinada obra, com seus atropelos, problemas e peculiaridades, apresenta-nos um pouco do cotidiano dos estabelecimentos tipográficos mineiros no período regencial. Por conseguinte, oferece-nos pistas sobre uma "cultura impressa" na Província de Minas Gerais. Tomemos como exemplo a publicação da *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais*, de Bernardo Pereira de Vasconcelos,[41] vinda a lume no final de 1828, pela Typographia do Astro de Minas. Esse documento, réplica de Bernardo Pereira de Vasconcelos ao marquês de Baependi, constitui-se, sobretudo, em "prestação de contas" do deputado mineiro aos seus eleitores. Primeira atitude do gênero num país que mal saíra da vida do Antigo Regime, talvez por isso, nela percebemos algo de entusiasmo, pureza e esperança. Vasconcelos acreditava nas instituições representativas.[42]

Bernardo Pereira de Vasconcelos (Vila Rica,1795 – Rio de Janeiro,1850). Fotogravura de L. Musso & Cia. Acervo Arquivo Público Mineiro – PE-120.

Embora Bernardo Pereira de Vasconcelos tenha escrito os originais na cidade de Ouro Preto, sua obra foi impressa em São João del-Rei, na Typographia do Astro de Minas. Nesse mesmo estabelecimento, criado pelos esforços de Batista Caetano de Almeida, em 1827 foi publicada a primeira “folha pública” da vila: o *Astro de Minas*. Sabe-se que a *Carta* foi impressa em duas partes, distribuídas entre os “Cidadãos liberais” da província de Minas que contribuíram para sua subscrição. Conforme anúncio veiculado pelo *Astro* de 20 de dezembro de 1827, pelo preço de 1$200 rs., podia-se subscrever para a *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais*, que “constar[ia] de mais de 200 pag. em quarto grande”.[43] Em janeiro de 1828, repetiu-se o aviso. Dessa vez, ao mesmo tempo em que se anunciavam “os Livros Compendio de Agricultura 5 volumes, e Contrato Social de J. J. Rousseau”, o *Astro de Minas* informava a

> [...] quem quizer subscrever para esta Carta [de Vasconcelos], o pode fazer nesta Villa [de São João del-Rei] na Imprensa do Astro, na Imperial Cidade [de Ouro Preto] na Imprensa Patrícia de Barboza e Com., em Sabará na casa do Cap. Bento Rodrigues de Moura, na Villa do Príncipe na de Francisco José Vasconcellos Lessa, na Campanha em casa do Tenente Ignacio Gomes, em Pouso-Alegre em casa do Conego José Bento Leite Ferreira de Mello, no Rio de Janeiro em casa de Estevão Alves de Magalhães.[44]

O *Astro* oferece-nos outras pistas da produção da obra de Vasconcelos. Os trabalhos com a impressão da *Carta* ocuparam toda a tipografia de Batista Caetano. Porém, a publicação atrasava-se. Os subscritores estavam impacientes. Assim, em junho de 1828, o editor exarou um pedido de desculpas, explicando que o atraso se deveu à “falta de compositores, e demora do papel”.[45] Contudo, aparentemente, os problemas com a “impressão da Carta do Sr. Deputado Vasconcellos” estavam longe de terminar. Em julho, o editor explicava:

> Achando-nos pensionados com a carta do Sr. Deputado Vasconcellos, avisamos aos Srs., que nos quiserem enviar suas correspondências para serem impressas avulsas, ou como Supplemento, que de hoje em diante as não podemos imprimir, tanto pelo motivo referido, como por nos acharmos sobrecarregados de trabalho com as que já aceitamos.[46]

A sobrecarga com a *Carta* impossibilitou a impressão de outros textos. Isso pode ter impedido a divulgação de correspondências, normalmente impressas num “suplemento” que vinha incluso no final dos exemplares do *Astro de Minas*, que conteriam alguma nova polêmica envolvendo os próprios concidadãos, já que era o único periódico da vila naquele tempo. As dificuldades para a obtenção “do papel, falta de trabalhadores, e por algumas outras circunstancias que occorrerão”,[47] impediram a rápida finalização do impresso. Os problemas na realização da empreitada levaram o editor a pedir a autorização de Bernardo Pereira de Vasconcelos para que distribuísse “como primeira parte 11 folhas da sua Carta aos Srs. Eleitores Mineiros”, informando “aos Subscritores que quizer[a]m recebe-las, poder[i]ão mandar buscar a esta Typographia de 13 do corrente [mês de outubro] por diante”.[48] Como podemos perceber, os trabalhos com a publicação da obra arrastaram-se por bastante tempo. A *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais* foi totalmente concluída somente em novembro de 1828, ou seja, onze meses depois dos primeiros anúncios nas páginas do *Astro de Minas*.

Indício dos problemas de uma tipografia artesanal, a *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais* não pôde ser publicada integralmente. A estratégia de divulgá-la paulatinamente objetivou evitar “sobrecargas” no estabelecimento tipográfico. Podemos perceber a limitação da própria tipografia, o que a tornava vulnerável às adversidades como a escassez de

POSTURAS
Policiaes
DA
CAMARA
DA
Leal Cidade
DE
MARIANNA.

Posturas Policiais da Câmara da Leal Cidade de Mariana. Minas Gerais, Conselho Geral da Província. Ouro Preto: Tipografia Silva, 1829. Acervo Arquivo Público Mineiro – OR 0013.

matéria-prima e a "falta de compositores", alegada pelo editor do *Astro de Minas.*[49] Os outros estabelecimentos tipográficos mineiros desse período partilhavam as mesmas características e os mesmos problemas. Além disso, a produção das tipografias mineiras auxilia-nos a perceber a inserção dos impressos como força ativa na vida política do Império. Não era somente o conteúdo doutrinário que acompanhava os periódicos que influenciou o jogo político. Os produtos dos prelos mineiros, em suas diversas formas e conteúdos, ajudaram a moldar as culturas políticas daquele tempo. Com efeito, a palavra impressa foi "ingrediente do acontecimento", como definiu Robert Darnton, ao perceber a "revolução impressa" ocorrida no século XVIII.[50]

Nesse contexto, a Typografia do Universal estava apta a produzir diversos tipos de impressos, como cartas, proclamações, editais, folhinhas e opúsculos. A Câmara Municipal de Ouro Preto, após 1823, adotou a prática de imprimir seus editos. Mais da metade dos editais arrolados na documentação da Câmara foi impressa pela dita tipografia.[51] Assim também o Conselho Geral da Província, pois, pelos 500 exemplares das "felicitações que o Conselho Geral mandou imprimir",[52] a Typografia do Universal cobrou 20$000 réis. Esses pequenos impressos respondiam por parcela considerável do trabalho no interior da oficina. Entretanto, além da impressão dessas pequenas folhas, a Typografia também podia conceber livros e folhetos.

Folhinhas d'algibeira

Destacamos um gênero de publicação, bastante comum naquela época, que auxiliava na tarefa de passar "a memória das coisas às outras gerações":[53] a folhinha d'algibeira. As folhinhas d'algibeira eram publicações de bolso destinadas ao uso constante, diário, de seu possuidor. Em vista disso, poderiam sofrer com o desgaste provocado pelo uso intenso e/ou serem abandonadas a cada ano nascente. Dessa circunstância resulta a raridade de exemplares desse tipo de impresso em acervos de arquivos e bibliotecas. Encontramos apenas um único volume, referente ao ano de 1832, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. Trata-se da *Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832*, impressa pela referida Typografia do Universal.[54] A partir desse exemplar, podemos tirar algumas conclusões sobre os significados desse gênero de impresso na Província de Minas Gerais.[55]

Essas "folhinhas", como o próprio nome indica, consistiam numa espécie de calendário de bolso. Eram publicações de periodicidade anual, geralmente anunciadas pelos jornais periódicos no findar de cada ano:

118 ALMANAK.

PEQUENO ALMANAK.
Dos principaes empregados da
Provincia de
MINAS GERAES.

Empregados Civis.
Presidente.
O Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza.
Conselheiros do Governo.
Dr. Theotonio Alvares d'Ol. Maciel.
Vig. Dr. Joaquim José Lopes Mendes Ribeiro.
Vig. José Bento Leite Ferreira de Mello.
Coronel Fernando Luiz Machado de Magalhaes.
Arcipreste Jozé Baptista de Figueredo.
Baptista Caetano de Almeida.

ALMANAK. 119

Secretario.
Luiz Maria da Silva Pinto.

Membros do Conselho Geral da Provincia.
T. Coronel Jose Feliciano Pinto Coelho da Cunha.
Cor. Romualdo Jose Mont. de Barros.
S. Mor Manoel Jose Pires da Silva Pontes.
S. Mor Gomes Freire de Andrada.
Barão de Catas-Altas.
João Antonio de Lemos.
Francisco d'Assis de Azer. Coutinho.
Padre Manoel Rodrigues Jardim.
Dr. Joaquim José da Silva Brandão.
Ten. Manoel Soares do Couto.
Cap. Manoel Jose Mont. de Barros.
Vigario João Antunes Correia.
Manoel de Araujo da Cunha.
Padre Mestre Antonio Jose Ribeiro Bhering.

Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e Eclesiástico para o anno bissexto de 1832. Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1831.
Acervo Arquivo Público Mineiro – OR-PERI -0010.

> A Folhinha d'algibeira para o anno de 1832
> acha-se à venda pelo preço de 320 réis nas
> casas dos srs.
> Manoel Soares do Couto
> João Teixeira Soares
> E na Typografia do Universal.[56]

Pelo preço de 320 réis, o equivalente ao valor cobrado por seis quilos de feijão ou oito quilos de farinha de mandioca,[57] teoricamente qualquer pessoa poderia ter esse verdadeiro guia para o "cidadão liberal", como nos mostra sua estrutura, parente próximo dos tradicionais almanaques.[58]

A *Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832*, evidentemente, apresentava um espaço reservado para o calendário. Nele, figuravam as datas, as fases da lua, os santos do dia e os festejos religiosos ou civis. Além disso, também havia espaço para a inserção de notícias sobre o país e a província, como a quantidade de "fábricas de diversas manufacturas" existente em Minas Gerais. Afirmava a *Folhinha* que a província contava com

> [...] uma [manufatura] de Chapeos excellentes em S. Gonçalo de Campanha, duas de fundir typos em Ouro-preto, e Tejuco [...]. Sobre tudo o maior ramo da industria é a de ferro, do qual existe na Província um consideravel numero de Fabricas, mais ou menos grandes. De todas supoem-se que a principal virá a ser a de Mr. Monlevad.[59]

Como um guia para o cidadão atuante, informava-se o número de periódicos, tipografias e "Sociedades Patrioticas da Província". Também o funcionamento da Biblioteca Pública de Ouro Preto, cujo expediente era "de manhã desde as 9 horas até ao meio dia, e de tarde das 3 às 6". Uma parte destinada à "notícia geográfica do Império do Brasil" trazia os principais dados geográficos da província e do país, principalmente o relevo, a hidrografia e a divisão político-administrativa.

Contudo, logo ao abrirmos o volume, saltam aos nossos olhos as "Notícias Cronologicas". Como todo almanaque, a *Folhinha* relacionava-se ao ano já findo: 1831. Era o momento da euforia liberal após a abdicação de D. Pedro I. Tratava-se, portanto, de instaurar um estado de coisas e, simultaneamente, legitimar um projeto político por meio da fixação de uma data. Nesse sentido, ensina-nos a *Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832* que

> [...] cronologia é a arte de medir os tempos; de fixar épocas para esse fim &c. Época é um ponto geralmente determinado por algum acontecimento notavel, desde o qual se conta o tempo, e os annos contados desde aquelle ponto chamão-se uma Era. O Nascimento de Christo é uma época, os annos que se contão desde aquelle acontecimento chamão-se a Era Christã.[60]

Adiante, eram apresentadas as "Épocas Nacionaes". Dentre todas as datas, despontava o "sempre memoravel dia 7 de Abril", pois "[era] celebrado como o da Regeneração do Brasil, por que cessou a reinar o Tyrano, e *nasceo uma nova ordem de cousas*, até então desconhecida no Brasil".[61] Portanto, vivia-se numa nova "era": a "era liberal".

Interessa-nos, nesse trecho, a significação que a *Folhinha* emprestou ao termo "regeneração". Percebemos que essa palavra era caracterizada como "uma nova ordem de cousas, até então desconhecida no Brasil".[62] Dessa forma, "regeneração" pode ser tomada como sinônimo de "revolução". Conforme afirma Hannah Arendt,

> [...] somente onde ocorrer mudança, no sentido de um novo princípio, onde a violência for utilizada para construir uma forma de governo completamente diferente, para dar origem à formação de um novo corpo político, onde a libertação da opressão almeje, pelo menos, a constituição da liberdade, é que podemos falar de revolução.[63]

Assim, vivia-se o "mito da revolução".[64] A data de 1831 representava a abertura de horizontes políticos para parte da sociedade brasileira. Com a abdicação, instaurava-se um tempo de experimentação e utopias, levando muitas pessoas à sensação de euforia e esperança com o porvir. Esse "tempo de esperança" enchia os corações e mentes daqueles que almejavam a liberdade, em seus diversos significados. Entretanto, aumentavam os receios daqueles que estavam, naquele momento, na direção do governo.

As folhinhas d'algibeira, bem como outras publicações escritas, são objetos cujo conteúdo interferia, ou pretendia interferir, nos usos correntes da sociedade no sentido de alterar o seu curso, investindo ou se apropriando de valores para os quais o público estaria mais susceptível,[65] ou seja, quando eram produzidas e vendidas, as "folhinhas" carregavam consigo uma intenção. Ensina-nos Eliana de Freitas Dutra que os almanaques, parentes daquelas "folhinhas", podem ser lidos pela via de uma "pedagogia lenta, longa e desdobrada duração, a qual assegura padrões de convocação da história e da memória".[66] Podemos perceber esse sentido "pedagógico" naquela *Folhinha d'Algibeira* quando ela traz consigo todo um programa para os anos vindouros.

Retornando à idéia de "regeneração", exposta pela *Folhinha d'Algibeira* de 1832, devemos lembrar que "regenerar" é

sinônimo de “restaurar”. Nos séculos XVII e XVIII, o termo “restaurar” poderia ser compreendido “como retorno a uma situação anterior compreendida como legítima”.[67] Paradoxalmente, a *Folhinha* também poderia transmitir a idéia de um tempo cíclico, evocando o retorno a uma ordem antiga. Assim, podemos depreender a idéia de “regeneração”, ainda, como afirma Ilmar Rohloff de Mattos, “não como uma ruptura ou o início de um novo tempo, e sim como ponto de chegada, o coroamento de um movimento de constituição da sociedade”.[68] Nesse sentido, talvez a *Folhinha d’Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832* pretendesse, como os almanaques da Revolução Francesa, “parar o curso da história ao comemorar o ano I da utopia”.[69]

Tornando tipos em balas

O principal fruto dos prelos mineiros não eram as folhinhas d’algibeira, mas sim o periódico. Imersa num ambiente efervescente, a vida de uma tipografia girava sob a órbita do jornal: Typographia da Opinião Campanhanse, Typographia do Constitucional Mineiro, Typographia do Astro de Minas. Ao receber a denominação do principal periódico que publicava, o estabelecimento tipográfico divulgava o propósito fundamental de sua existência: o combate político. De fato, uma guerra se processou naqueles anos, e as principais armas foram forjadas, em papel e tinta, nas pequenas oficinas de impressão. Enfim, ao potencializar o discurso escrito por meio da prática da impressão, trazendo à luz periódicos e panfletos políticos, os tipógrafos participaram ativamente da constituição dos espaços de debate na Província de Minas Gerais.

Dito isso, podemos encerrar este artigo recorrendo a uma alegoria. José Ferreira Calazans, antigo tipógrafo de Ouro Preto, empregado na Typografia do Universal, conta-nos que seu patrão, José Pedro Dias de Carvalho, destinou os tipos do referido periódico para a confecção de balas que iriam alimentar a Revolução Liberal de 1842.[70] O fato é repleto de significados. Comecemos pela data: 1842. Naquele ano, ocorrera a célebre Revolução Liberal em Minas Gerais. Foi ela o último suspiro dos liberais frente à revogação de suas conquistas, instaurando-se um período “de sonhos frustrados e intenções transformadas em vitoriosas”.[71]

Entretanto, o relato de Calazans conserva conteúdos ocultos. À primeira vista, concluiríamos que o movimento de 1842 foi a continuação da prática política por meios belicosos, pois, pela sucessão de eventos, as questões não resolvidas no campo político – a dissolução da Assembléia Legislativa do Império em 1842, que se tornara o estopim da revolução – foram encerradas na e pela guerra. Contudo, ao transformar em projéteis os tipos, o que o velho tipógrafo fez foi materializar um processo anterior, talvez razão da existência daquele material: o combate. Tratemos de inverter, tal como Michel Foucault, “a posição de Clausewitz, afirmando que a política é a prolongação da guerra por outros meios”.[72] Foi uma guerra que se processou arduamente durante os anos das Regências, que teve como um dos espaços e arma de luta a imprensa periódica.

Como um dos instrumentos para a ação política, o jornal revestiu-se de poder. Verdadeiros petardos foram lançados por meio das páginas impressas. De fato, foram balas em forma de tipos móveis o que fomentou a luta discursiva verificada naqueles anos furiosos. Assim, Calazans operou uma revalidação dos pequeninos tipos, impondo-lhes a sua forma verdadeira: munição para uma guerra contínua, ininterrupta mesmo sob o disfarce da paz.

Notas |

1. Sobre a imprensa em Minas Gerais no século XIX, ver: SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*: a construção da hegemonia liberal moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002; MACIEL, Guilherme de Souza. *O Recreador Mineiro (Ouro Preto: 1845-48)*: formas de representação do conhecimento histórico na construção de uma identidade nacional. Dissertação

(Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Sobre a imprensa no Império do Brasil, ver: MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005; LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos*: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais:* a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Faperj/Revan, 2003.

2. CHARTIER, Roger. La culture de l'imprimé. In: CHARTIER, Roger (Dir.). *Les usages de l'imprimé* (XV^{e}-XIX^{e} siècle). Paris: Fayard, 1987. p. 8.

3. BRASIL. *Código Criminal do Império do Brasil*. 3. ed. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1831. cap. VIII, art. 303, p. 217-218.

4. APM/CMOP 251. "Participações de Tipografias". Ouro Preto, 1831-1866.

5. Há dúvidas quanto à data de impressão do documento. Conforme Xavier da Veiga, em Imprensa em Minas Geraes, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano III, p. 175-179, 1898, o *Canto Encomiástico* foi publicado em 1807. O historiador mineiro pauta-se no volume sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, doado por Artur Alves d'Alcântara Campos, em 1895. Contudo, há um volume pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em que consta a seguinte nota manuscrita: "Impresso em Ouro Preto pelo celebre Pe. Je. Joaqum. Viegas de Menezes em 1806?". A interrogação no final da nota expressa dúvida, no entanto, crê-se que o volume foi impresso antes da transmigração da Corte portuguesa, em 1808. Para um estudo aprofundado do *Canto Encomiástico*, ver: CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. Estudo bio-bibliográfico. In: UMA RARIDADE BIBLIOGRÁFICA. O Canto Encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica, 1806. Ed. fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; São Paulo: Gráfica Brasileira, 1986. p. 19-41.

6. Versos extraídos de: UMA RARIDADE BIBLIOGRÁFICA. O Canto Encomiástico..., *passim*.

7. FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957. p. 217.

8. Para uma descrição pormenorizada do processo de composição do *Canto Encomiástico* e breve biografia de Viegas de Menezes, ver: CUNHA. Estudo biobibliográfico...; RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*: um breve estudo geral sobre a informação (1500-1822). Edição fac-similar de 1946. São Paulo: Imesp, 1988, p. 313; VEIGA, José Pedro Xavier da. Imprensa em Minas Geraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano III, p. 175-179, 1898; VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998. p. 629-634.

9. Luiz Maria da Silva Pinto (1775-1869), natural de Goiás e radicado em Minas, foi secretário de governo do último período dos capitães-generaes até os primeiros anos do Império. Cf. VEIGA. Imprensa em Minas Geraes..., p. 184.

10. Plano para administração da Typographia Provincial (08/03/1822) a*pud* VEIGA. Imprensa em Minas Geraes..., p. 185-186.

11. Correspondência de Manuel José Barbosa à Presidência da Província [s.d.] a*pud* VEIGA. Imprensa em Minas Geraes..., p. 183.

12. Correspondência de Manuel José Barbosa à Presidência da Província [s.d.] a*pud* VEIGA. Imprensa em Minas Geraes..., p. 183.

13. *Abelha do Itaculumy*. Ouro Preto, 12 jan. 1824.

14. SENNA, Nelson Coelho de. Traços biográficos de serranos ilustres. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano X, p. 167-210, 1905.

15. SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. p. 287.

16. VALLADÃO, Alfredo. Campanha da Princeza. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 3 (Vida Cultural), parte I, p. 212, 1942. Ver também: VEIGA. Imprensa em Minas Gerais..., p. 194.

17. *Estrella Mariannense*. Ouro Preto, 30 maio 1830.

18. *Estrella Mariannense*. Mariana, 14 abr. 1832.

19. *Estrella Mariannense*. Mariana, 14 nov. 1832.

20. APM/CMOP 251. Participações de tipografia. Tipografia de Silva, f.1v. Ouro Preto, 18 abr. 1831.

21. PINTO, Luiz Maria da Silva. Prólogo. In: _____. *Diccionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Para estudo detalhado desse *Diccionário*, ver: FRIEIRO, Eduardo. Um velho dicionário impresso em Minas. In: _____. *Páginas de crítica e outros escritos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1955. p. 390-397.

22. *Vigilante*. Sabará, 19 jan. 1833.

23. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 124.

24. CHARTIER. La culture de l'imprimé..., p. 12, tradução nossa.

25. APM/PP $^{1}{}_{54}$, cx. 03, doc. 13. Inventário da Tipografia do Universal. Ouro Preto, 13 dez. 1835.

26. APM/CMOP 251. Participação da Tipografia de Tristão Francisco Pereira de Andrade, f. 5v. Ouro Preto, 16 fev. 1843.

27. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 159.

28. DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio*: história da publicação da Enciclopédia, 1775-1800. Trad. Laura Teixeira Motta e Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 148-195.

29. Somente em 24 de fevereiro de 1823, por meio de Decreto Imperial, Vila Rica foi elevada à categoria de cidade, passando a denominar-se Ouro Preto. Cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 231.

30. CASA DOS CONTOS/Arquivo de Cartórios de Ouro Preto. Processo 9672, Cód. 475. Ouro Preto, jan. 1823. *Apud* TEIXEIRA, João Gomes; LANARI, Cássio; OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *O primeiro impresso em Minas Gerais*. Ouro Preto: Casa dos Contos, 1976. p. 18-19.

31. VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem*: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais – século 19. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 85.

32. Há informações interessantes no códice APM/CMOP 251. Também podem constar os nomes dos impressores nos próprios periódicos.

33. *Novo Argos*. Ouro Preto, 8 mar. 1833.

34. Os periódicos impressos no mesmo período na Typografia do Universal eram: *O Universal*, *Estrella Mariannense*, *Novo Argos* e o *Jornal da Sociedade Promotora de Instrução Pública*, todos entre 1831 e 1832.

35. A Typografia do Universal foi constantemente transferida de uma casa para outra, mas a maioria das moradas que ocupou estava localizada na praça central, hoje praça Tiradentes, em Ouro Preto.

36. DARNTON. *O Iluminismo como negócio*..., p. 189.

37. DARNTON. *O Iluminismo como negócio*..., p. 189.

38. DARNTON. *O Iluminismo como negócio*..., p. 189.

39. DARNTON. *O Iluminismo como negócio*..., p. 189-191.

40. BRASIL. Lei de 20 de setembro de 1830 – Sobre o abuso da liberdade da imprensa. Título II - Dos Responsáveis. *Collecção das Leis do Império do Brazil* (1830). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

41. VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 58-191. (Coleção Formadores do Brasil.)

42. VASCONCELOS. Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais..., p. 19.

43. *Astro de Minas*. São João del-Rei, 20 dez. 1827.

44. *Astro de Minas*. São João del-Rei, 31 jan. 1828.

45. *Astro de Minas*. São João del-Rei, 14 jun. 1828.

46. *Astro de Minas*. São João del-Rei, 31 jul. 1828.

47. *Astro de Minas*. São João del-Rei, 6 nov. 1828.

48. *Astro de Minas*. São João del-Rei, 9 out. 1828.

49. *Astro de Minas*. São João del-Rei, 14 jun. 1828.

50. DARNTON, Robert. Introdução. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução impressa*: a imprensa na França (1775-1800). Trad.: Marcos Maffei Jordan. São Paulo: EdUSP, 1996, p. 15.

51. APM/CMOP 2 2 , cx. 01. Editais da Câmara Municipal de Ouro Preto. 1823.

52. APM/CGP 1 1 , cx. 07, doc. 18. Recibos Conselho Geral da Província. Ouro Preto, 6 fev. 1833.

53. BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Trad. Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. 3. ed. Lisboa: Europa-América, 1975. p. 66.

54. *Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico do anno bissexto de 1832*. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1831.

55. Ressaltamos que o Arquivo Público Mineiro possui uma pequena coleção de folhinhas d'algibeira, mas apenas um exemplar impresso em Minas Gerais referente ao período que nos ocupamos. A maior parte da coleção refere-se à segunda metade do século XIX, sendo que dois volumes são da década de 1840 e um de 1839, todos originários do Rio de Janeiro.

56. *Universal* (*O*). Ouro Preto, 31 out. 1831.

57. Os valores são referentes aos cobrados na praça de São João del-Rei em 1833. Cf. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002, p. 224. Vale lembrar que a base da alimentação do pobre consistia em feijão com toucinho e carne seca. O jantar, como afirma Eduardo Frieiro, "não ia além da farinha de mandioca com caldo de laranja ou carne seca, ou então mingau ralo de fubá com couve". Cf. FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve*: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1966. p. 118.

58. DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 13-20.

59. *Folhinha d'Algibeira*..., p. 141.

60. *Folhinha d'Algibeira*..., p. 13.

61. *Folhinha d'Algibeira*..., p. 95-96, grifo nosso.

62. *Folhinha d'Algibeira*..., p. 95-96.

63. ARENDT, Hannah. *Da revolução*. Trad. Flávio Dídimo Vieira. São Paulo: Ática, 1990.

64. Ilmar Mattos percebe esse "mito da revolução" nos movimentos de 1848. Ao analisar o discurso do Timandro, o autor diagnosticou "a esperança que movia aqueles Liberais, ao lado de um isolamento crescente que tanto sublinhava em cada um deles uma pureza de propósitos quanto a impossibilidade de perceber no momento em que viviam o que era concretamente novo e diferente, embora da idéia do novo utopicamente se nutrissem". Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*: a formação do Estado Imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999. p. 136.

65. CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary del Priore. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 8.

66. DUTRA. *Rebeldes literários da República*..., p. 20.

67. VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura*: usos do livro na América Portuguesa. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 41.

68. MATTOS. *O tempo saquarema*..., p. 144-145. Também é significativa a idéia de uma "consolidação da Independência" exposta por Joaquim Nabuco ao referir-se ao 7 de Abril. Cf. NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 21.

69. ANDRIES, Lise. Almanaques: revolucionando um gênero tradicional. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). *A revolução impressa*: a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996. p. 307.

70. VEIGA. Imprensa em Minas Gerais..., p. 190. Ver também: VEIGA. *Efemérides Mineiras*..., data 20 setembro de 1897.

71. MATTOS. *O tempo saquarema*..., p. 2.

72. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 22.

Luciano da Silva Moreira é doutorando do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Este artigo é uma versão revisada da seção 3.1 do Capítulo 3 de sua dissertação de mestrado, intitulada *Imprensa e política: espaço público e cultura política na Província de Minas Gerais (1828-1842)*, Belo Horizonte, UFMG, 2006.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Imprensa, política e gênero

Alexandre Mansur Barata
Gisele Ambrósio Gomes

Publicado em São João del-Rei entre 1829 e 1832, o periódico *O Mentor das Brasileiras* constituiu uma das primeiras tentativas de transformar, por meio da imprensa, as mulheres em interlocutoras nos debates sobre educação, política e moralidade que mobilizavam a sociedade brasileira oitocentista.

Durante o Primeiro Reinado e no tempo das Regências, a Província de Minas Gerais foi tomada por uma atmosfera de intenso debate político. Em meio às disputas entre diferentes projetos de construção do Estado Nacional, é perceptível o surgimento de novos espaços de sociabilidade, formais ou informais, fato que associado ao crescimento da imprensa constituía um ambiente propício à discussão, ao debate, à crítica, à conversação, à ação política.

Contrariando certa visão, por muito tempo predominante, de que o fim da exploração aurífera havia gerado uma sociedade estagnada e decadentista nas Minas Gerais, o que se percebe no decorrer da primeira metade do século XIX é um dinamismo da vida social na província, particularmente, nas vilas e povoados pertencentes à Comarca do Rio das Mortes, que tinha São João del-Rei como sede jurídico-administrativa. Na virada do século XVIII para o século XIX, verificou-se um

> [...] processo substantivo de migrações internas, com fluxos direcionados desde os núcleos mineradores originais, na Comarca de Ouro Preto, especialmente, para a Comarca do Rio das Mortes. Mesmo não sendo São João [del-Rei] o destino fundamental desses fluxos, a dinamização do Sul de Minas como um todo refletiria diretamente no crescimento da importância da praça comercial de São João, o que se dá com mais força em particular depois da vinda da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, exatamente por contada projeção de suas funções enquanto entreposto na rota de abastecimento da capital.[1]

O naturalista inglês Charles Bunbury, que esteve em São João del-Rei em 1835, deixou registradas suas impressões da cidade:

> É uma cidade menor que Ouro Preto, porém limpa e melhor construída, as ruas mais largas, mais regulares e melhor calçadas e as casas de um aspecto bem mais moderno. [...] Uma grande quantidade de ouro foi outrora obtida aqui, mas essa fonte de riqueza há muito tempo está esgotada, apesar de que às vezes ainda se vêem uns poucos dos habitantes mais pobres lavando o cascalho do rio. O comércio desse lugar é considerável, pois fica na estrada real de São Paulo a Ouro Preto, e também numa, se bem que a menos freqüentada, das duas estradas desta última cidade ao Rio.[2]

Sede jurídico-administrativa da Comarca do Rio das Mortes e importante entreposto comercial, a Vila de São João del-Rei possuía população estimada de 4.939 habitantes entre 1821-1823. Número que chegaria a 7.058 no período entre 1831-1838. De forma comparativa, Ouro Preto possuía 4.901 habitantes entre 1821 e 1823. Já a cidade de Mariana possuía 2.040 habitantes entre 1821-1823 e 2.972 habitantes entre 1831-1838.[3]

Nas primeiras décadas do século XIX, essa importância político-administrativa e econômica de São João del-Rei também se traduzia numa intensa vida social e cultural, com efeitos que ultrapassavam a própria população da vila. Além do vigor das irmandades religiosas, das agremiações musicais, dos espetáculos na Casa de Ópera que remontam ao século XVIII, era perceptível um maior dinamismo da sociedade sanjoanense. Apenas para exemplificar, em 1827, por iniciativa do político e negociante Baptista Caetano de Almeida, foi criada uma livraria pública, e teve início a impressão do jornal *Astro de Minas*. A partir desse primeiro jornal, a atividade periódica continuou a crescer. Entre 1827 e 1840, foram publicados na Vila de São João del-Rei dez periódicos, a saber: *Astro de Minas* (1827-1839); *O Amigo da Verdade* (1829-1831); *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832); *O Constitucional Mineiro* (1832-1833); *A Constituição em Triunfo* (1833); *A*

Legalidade em Triumpho (1833); *O Papagaio* (1833); *Oposição Constitucional* (1835); *O Monarchista* (1838); *O Americano* (1840).

Embora malograda, outra iniciativa indicadora desse dinamismo foi a tentativa de se formar, em 1827, uma Sociedade Phylopolytechnica, por iniciativa de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, que se constituía como "pacto espontâneo de literatos associados para promoverem a prosperidade literária de cada sócio, da sociedade e da Nação Brasileira". Formada por um ginásio literário, um gabinete de estudos e uma diretoria, a Phylopolytechnica se dedicaria à discussão científica, ao estudo e leitura de livros e periódicos e à difusão do conhecimento por meio da publicação de uma "pequena folha mensal de extratos, cujo plano é uma compilação simples, e cuja vantagem é anunciar numa tênue, mas universal sinopse a face atual do mundo literário".[4]

Foi nesse contexto, mais precisamente no ano de 1829, que começou a ser impresso na Vila de São João del-Rei um periódico dirigido ao público feminino intitulado *O Mentor das Brasileiras.* A impressão desse periódico precisa ser analisada num duplo movimento: em primeiro lugar, o papel desempenhado pelo crescimento da imprensa periódica para a ampliação da "esfera pública política"; e, em segundo lugar, as especificidades da chamada imprensa "feminina".

Imprensa e esfera pública

Como já apontado por vários historiadores, foi em meio às lutas políticas que culminaram na Independência que, tanto no Brasil quanto nos demais países da América Latina, a imprensa alcançou um desenvolvimento expressivo. Seja tomada como objeto em si ou como fonte principal para análise de diversas temáticas, a historiografia tem demonstrado o quanto o aumento da edição e circulação de impressos (panfletos, periódicos, revistas etc.) pode ser considerado como uma das principais formas de discussão pública e do fazer político no início do século XIX. José Murilo de Carvalho, por exemplo, argumenta que no Brasil

> Até o início do Segundo Reinado, o debate político concentrava-se na imprensa e na tribuna do Parlamento. [...] A escassez de espaços fazia com que a imprensa assumisse papel primordial, aumentado com a redução da censura a partir da inauguração da Regência. A imprensa funcionava todos os dias do ano, atingia um público muito mais amplo do que a tribuna e mesmo os clubes [políticos], alcançava outras regiões do país. Não por acaso, os políticos se viam forçados a complementar a tribuna com a imprensa. É bem conhecida a prática comum de políticos e partidos manterem seus próprios jornais, seja para cobrir os períodos de recesso do Congresso, seja para alcançar um público mais amplo. O acesso a esse público era possível pela multiplicação das cópias e pelo uso de uma linguagem distinta daquela permitida na tribuna.[5]

Especificamente, o início da imprensa periódica editada no Brasil remonta a 1808, quando da transferência da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro, com a instalação da Imprensa Régia e a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822), instrumento principal de divulgação dos atos governativos. Entretanto, seu crescimento e consolidação só se verificaram a partir dos sucessos da Revolução Constitucionalista do Porto (1820). Para isso muito contribuíram os decretos da Junta de Governo revolucionária, em Lisboa, que estabeleciam a liberdade de imprensa e a livre circulação de impressos portugueses fora de Portugal. De modo adicional, mas ao mesmo tempo concorrente às decisões dos revolucionários vintistas, em março de 1821, D. João VI acabou por suspender provisoriamente a censura prévia para a imprensa em geral.[6]

D. Pedro II e as princesas imperiais, D. Francisca e D. Januária, na sala de estudo do Palácio de São Cristóvão. Rio de Janeiro, *circa* 1833.
Desenho de Félix Emile Taunay (Montmorency, 1795 – Rio de Janeiro, 1881). In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador:*
D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Acervo Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora.

O mesmo ambiente de leitura e estudo no Segundo Reinado. A Imperatriz D. Teresa Cristina e as princesas imperiais D. Isabel e D. Leopoldina em 1865.
In: BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil:* gênero e poder no século XIX. Trad. Luiz Antônio Oliveira Araújo. São Paulo: Unesp, 2005. Acervo Biblioteca Nacional, RJ.

Retrato de mulher, daguerreótipo, *circa* 1840. Coleção Francisco Rodrigues. In: FREYRE, Gilberto; PONCE DE LEON, Fernando; VASQUEZ, Pedro. *O retrato brasileiro:* fotografias da Coleção Francisco Rodrigues, 1840-1920. Rio de Janeiro: Funarte/Núcleo de Fotografia da Fundação Joaquim Nabuco/ Departamento de Iconografia, 1983. Acervo Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

Rita Cassimira de Paula. Curvelo (MG), *circa* 1850. In: GOULART, Eugênio Marcos (Org.). *Navegando o Rio das Velhas, das minas aos gerais.* Belo Horizonte: Instituto Guaicuy – SOS Rio das Velhas/Projeto Manuelzão – UFMG, 2005. Coleção Heloisa de Paula Pinto, BH.

Os efeitos dessas medidas puderam ser percebidos rapidamente. No Rio de Janeiro, onde até 1820 se imprimia apenas um periódico, passaram a ser editados no ano de 1821 onze periódicos. Esse número continuaria a crescer. Em 1822, temos, aproximadamente, 17 jornais editados. Em 1823, foram publicados 14 periódicos. Em 1830, 22. Em 1845, 45 e, em 1833, 72 periódicos.[7]

Na Província de Minas Gerais, em 1823, na oficina tipográfica criada em Ouro Preto por Manuel José Barbosa foi impresso o primeiro periódico mineiro: *Compilador Mineiro*. De vida breve, o *Compilador Mineiro* circulou entre outubro de 1823 e janeiro de 1824. Alguns dias depois do seu encerramento, na mesma oficina tipográfica, teve início a impressão do periódico *Abelha do Itaculumy.* No ano seguinte, em 1825, começou a circular *O Universal*, o mais longevo periódico mineiro do Primeiro Reinado e das Regências. Entre 1823 e 1840, foram identificados 59 títulos: 22 em Ouro Preto; dez em São João del-Rei; oito em Sabará; quatro em Diamantina; três no Serro; três em Caeté; três em Mariana; dois em Barbacena; dois em Pouso Alegre; um em Campanha; e um em Tiradentes. Entre 1823-1831, foram publicados 21 títulos, e durante as Regências foram editados 38.[8]

Como constatado por Luciano Silva Moreira, esses periódicos eram, em sua maioria, de duração breve. Grande parte deles durou apenas um ano. Eram publicações que procuravam fomentar polêmicas. Como característico da imprensa oitocentista, eram muitas vezes publicações de circunstância, normalmente ligadas a um grupo ou liderança política, que objetivavam a divulgação de princípios doutrinários.[9]

Madalena Pinto (cunhada do Alferes Luiz A. Pinto).
Minas Gerais, *circa* 1860. Fotografia de Barboza & Cia.
Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG

Rita Clara Monteiro de Barros de Suckow e Gustavo Adolfo de Suckow. Leopoldina (MG), *circa* 1865.
Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Muitas vezes discutidos publicamente, os periódicos eram, em última instância, uma forma de educação política. Possibilitavam a introdução de novas idéias, vocabulário e práticas políticas. Ou seja, por meio deles, buscava-se interferir, penetrar na chamada "opinião pública", que, segundo Marco Morel e Mariana Barros:

> [...] tratava-se de instituição abstrata, sem fronteiras territoriais demarcadas, mas que se materializava em folhas de papel impresso e obtinha força política considerável nas sociedades que buscavam destruir os valores do Antigo Regime e implantar o espaço das modernas liberdades.[10]

Em sua edição de 7 de novembro de 1823, o *Compilador Mineiro,* ao reproduzir um artigo de um periódico francês, ressaltava a importância da imprensa para a afirmação das liberdades públicas e para o combate ao despotismo:

> No Século em que os homens se achão tão esclarecidos sobre os seus interesses, e direitos, nada vale a força, que subjuga sendo destituida da rasão, que persuade. São os espíritos, que he preciso, convencer, são as consciências, que he preciso reduzir, e a menor bibliotheca he hum intricheiramento, aonde ninguém pode attacallos, e recebem sempre novas forças.
> O homem, cuja memória deverião execrar

Maria Rita Deniz Barbosa de Lima (mãe do poeta, governador e diretor do Arquivo Público Mineiro Augusto de Lima). Nova Lima, *circa* 1880. Fotografia de Antônio Deniz Barboza.
Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG

Maria Carolina Souza Leão. Rio de Janeiro, *circa* 1890. In: FREYRE, Gilberto; PONCE DE LEON, Fernando; VASQUEZ, Pedro. *O retrato brasileiro:* fotografias da Coleção Francisco Rodrigues, 1840-1920. Rio de Janeiro: Funarte/Núcleo de Fotografia da Fundação Joaquim Nabuco/Departamento de Iconografia, 1983.

os inimigos das Liberdades publicas foi sem duvida aquelle, que inventou a Imprensa; elle mudou a face do Mundo, he o primeiro, e o maior dos revolucionários. Inúteis diligencias! Não se poderia prohibir a arma da Imprensa, como huma arma occulta; e quando isso se alcançasse, quando mesmo (o que seria fácil) se deixasse o uso dela exclusivo às mãos, que a querem quebrar não seria isso senhão hum efêmero triumpho: seria necessário ir quebralla em Londres, e em todas as Americas. Em quanto houver no Mundo huma só Imprensa, e huma só Tribuna, o poder absoluto não póde contar com cousa nenhuma, e os amigos da Liberdade podem ter sempre esperanças.[11]

As mulheres e os jornais

Os redatores e editores oitocentistas, em suas pretensões pedagógicas e civilizadoras, vislumbraram também as mulheres como importantes interlocutoras. Segundo Marcello Basile, o século XIX é o marco do processo de "politização do espaço feminino" graças às tentativas de estabelecer a igualdade de direitos entre os sexos, à maior participação feminina em associações, à proliferação de jornais tendo como alvo a mulher e à atuação ativa das mulheres no espaço impresso (jornais, panfletos, folhetins...).[12]

No Brasil, a chamada "imprensa feminina" teve início a partir da segunda década do século XIX. Nesse primeiro

momento predominavam os periódicos dirigidos ao público feminino, redigidos ou editados, contudo, por homens. Podem ser citados dentre outros: *O Espelho Diamantino* (Rio de Janeiro, 1827), *O Mentor das Brasileiras* (São João del-Rei, 1829), *O Espelho das Brazileiras* (Recife, 1831), *A Mulher do Simplício* (Rio de Janeiro, 1832), *Jornal de Variedades* (Recife, 1835) e *Espelho das Bellas* (Recife, 1841).[13]

A partir da segunda metade do século XIX surgiram periódicos elaborados por mulheres que, dependendo do posicionamento de suas editoras e colaboradoras, assumiam uma pauta mais reivindicativa de direitos: acesso ao trabalho, sufrágio feminino, legalidade do divórcio. Dentre as publicações surgidas nesse período destacam-se: *A Esmeralda* e *O Jasmim*, que surgiram em 1850 no Recife; o *Jornal das Senhoras* e o *Belo Sexo*, que começaram a ser impressos no Rio de Janeiro em 1852 e 1862, respectivamente; *O Sexo Feminino*, editado em Campanha (Minas Gerais) em 1873; *A Família*, criado em 1888, em São Paulo.[14]

Representativo da primeira fase da "imprensa feminina", o periódico *O Mentor das Brasileiras* circulou semanalmente entre 30 de novembro de 1829 e 1º de junho de 1832, totalizando 129 números. Cada exemplar, impresso na tipografia do *Astro de Minas* em formato 14,7 x 19,7 cm, possuía oito páginas, e sua numeração respeitava a ordem estabelecida desde o primeiro número, algo típico da imprensa da época e que favorecia a coleção dos periódicos vendidos por assinatura.[15] Os exemplares avulsos eram vendidos pelo preço de 80 réis, e a assinatura trimestral custava 800 réis. Além de São João del-Rei, sua subscrição poderia ser feita também em Ouro Preto, Campanha, Sabará e no Rio de Janeiro.[16]

Algumas pesquisas, baseando-se no fato de que a impressão d'*O Mentor das Brasileiras* acontecia nas oficinas do jornal *Astro de Minas,* atribuem sua criação aos esforços do já referido Baptista Caetano de Almeida ou de pessoas próximas a ele.[17] Todavia, não se sabe ao certo se *O Mentor* tinha um ou mais redatores e quem seriam eles. O recurso ao anonimato, como meio de escapar, sobretudo, às perseguições políticas, era uma prática comum ao periodismo oitocentista. Mônica Yumi Jinzenji identificou pelo menos um deles. Trata-se de José Alcibíades Carneiro, professor de gramática latina que se estabelecera em São João del-Rei em 1828.

Além de professor e redator, ele foi um dos dirigentes da seção local da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, entidade que dava sustentação à facção política dos "liberais moderados".[18] Segundo Marcello Basile, os liberais moderados adotavam o princípio aristotélico do justo meio, o que se traduzia em termos políticos na recusa tanto do absolutismo quanto da democracia. Além disso, sustentavam que os direitos naturais universais dos indivíduos estavam limitados pelo pacto social. "Defendiam, assim, a prevalência da liberdade privada à pública, da civil à política, da participação restrita e mediada pela representação à direta."[19]

Da mesma forma que o anonimato dificulta a identificação dos redatores de um periódico, outra dificuldade que se apresenta é estabelecer seu público-leitor, sua circulação e recepção. Embora com certa imprecisão, um indicador desse fenômeno é a análise das correspondências recebidas pelos editores e impressas no periódico. No caso d'*O Mentor,* pode-se inferir que a sua circulação, além de atingir diversas localidades da Província de Minas Gerais, acabou por ultrapassar esses limites, compreendendo, entre outras localidades, Ouro Preto, Baependi, Campanha, São Paulo e Rio de Janeiro.

Wlamir Silva argumenta que:

> [...] nos limites do ideário liberal-moderado, o *Mentor das Brasileiras* interagiu com um grupo de mulheres abastadas e de alguma instrução e

letramento. Essa relação, mesmo com elementos de idealização, representou, no âmbito do gênero feminino, a interação entre a elite liberal e a peculiar sociedade mineira.[20]

Pedagogia feminina

Para *O Mentor,* as mulheres constituíam a "preciosa parte da raça humana, onde se encontram as graças, o espirito, a vivacidade e a delicadesa".[21] Nesse sentido, enfatizava a importância de se mudar a visão de que os homens possuíam suas "Senhoras" – a de mero "instrumento lubrico de seos praseres secretos"[22] – para o bem da família e da nação. Essa valorização da mulher não visava sua "emancipação", mas apenas reafirmava a atuação feminina no âmbito privado, enquanto mãe e esposa de um cidadão. Nas páginas do jornal é inquestionável a distinção, entendida como algo "natural", dos espaços e funções destinados aos dois sexos. É o que percebemos no texto da professora Jacinta C. Meirelles transcrito no jornal:

> Se na ordem social, a mulher nao representa papel algum apparente, se a administração das transacções particulares, os empregos e funcçoes publicas, a segurança e direitos dos Cidadaos: em fim se a defeza e os mais elevados interesses da Patria são confiados a sagacidade, luzes, e coragem do homem [...] As suas obrigações reduzem se especialmente a vigiar na educaçao de seos filhos, e no governo domestico, a ajudar seos maridos [...] a concorrer para o bem da familia por sua terna solicitude, bom senso, rasão, paciencia, coragem, em fim por huma conducta judiciosa, e adhesao sem limites.[23]

Acreditando que o Brasil jamais estaria entre as "nações civilizadas" se as mulheres permanecessem desprezadas e na escuridão da ignorância, o jornal defendia a instrução do sexo feminino, como bem demonstra a epígrafe – *Rendez-vous estimables pour votre sagesse, et vous moeurs*[24] – e o prospecto do jornal:

> As senhoras pelos deveres, que lhe são inherentes fazem o fundamento principal da sociedade humana, e por isso são dignas de uma instrução mais sólida, e capaz de promover o bem geral de huma Nação. He pois para dar maior expansão ao gênio, que tanto se desenvolve nesta alma da sociedade [...] que tomamos a árdua, mas interessante tarefa de redigir esta folha, dedicada somente às estudiosas Brasileiras, que algum dia serão collocadas à par, e talvez acima das heroínas tão celebradas nas outras Nações civilizadas.[25]

Em suas páginas encontramos a constante preocupação de alertar seus leitores e leitoras sobre a importância da educação na regeneração da sociedade. Segundo *O Mentor*, "a negligencia da educação foi sempre huma origem fecunda de terriveis males tanto domesticos como publicos".[26] Na luta contra esses "males" provenientes da ignorância, homens e mulheres deveriam – em nome do seu próprio bem e o da sociedade – ser alvos de uma educação calcada na razão, na busca por transformá-los em indivíduos "melhores" e "mais úteis".[27]

Na tentativa de instaurar a educação ideal para as "Brasileiras", o jornal defendia a atuação tanto da família quanto das escolas públicas. Na primeira, os genitores, principalmente a mãe, deveriam estar atentos às armadilhas que uma educação inadequada poderia trazer a suas filhas. Dessa forma, foram elencados alguns "deffeitos ordinários" da educação das "Jovens Brasileiras": a ociosidade, leitura de novelas sem orientação, conhecimento restrito aos afazeres domésticos e casamentos arranjados.[28] O "exemplo" foi citado como um meio eficaz para fazer florescer nas almas das incautas jovens os

bons costumes: a presença de uma "mãe prudente" e de preceptores de moral inabalável tornava-se indispensável.[29] Ao pai também foi destinada uma parcela de contribuição: cabia-lhe "inspirar" em suas filhas a "polidez", além de fazer coexistir "os passatempos com os bons costumes".[30]

Já a aprendizagem feminina nas escolas públicas visava "dessairaigar os erros introduzidos em seos espiritos ainda débeis"[31] e fortalecer as "idéas verdadeiras, longe dos prejuisos que muitos domésticos costumao insinuar nas jovens filhas".[32] De forma geral, a educação deveria ser ministrada às mulheres para protegê-las dos perigos representados pela imprudência, futilidade, caprichos, indecência e prazeres torpes. Ademais, uma senhora polida traria "hum certo freio de decencia que reprime a grosseria e soltura natural do sexo varonil" e o "bom tom" tão necessário para uma sociedade que se pretendia civilizada.[33] Nesse processo, o sexo feminino torna-se fundamental em função de seus deveres de mãe e educadora.[34]

> [...] quem poderá duvidar que o Sexo mimoso he o primeiro influente do carater Nacional, e o movel principal da gloria e felicidade das nações? Os homens nunca forão nem poderão ser outra cousa senão precisamente aquilo que as mulheres quizerem que elles sejão, ou lhe será necessário vencer a Naturesa.[35]

Ideais de beleza e civismo

Embora as virtudes do espírito fossem o primeiro alvo a ser alcançado pelas mulheres da época, o periódico também agraciava suas leitoras com algumas "dicas" sobre como manter a beleza física. Nesse sentido, a ausência de informações sobre modas e "enfeites" seria um "crime" contra a "Deosa Caprichosa".[36] O ideal de beleza defendido pelo jornal compreendia trinta qualidades:

> Três cousas brancas: a pele, os dentes, e as mãos.
> Três pretas: os olhos, as pestanas,
> e as sobrancelhas.
> Três vermelhas: os beiços, as faces, e as unhas.
> Três longas: o corpo, as mãos, e os cabellos.
> Três curtas: os dentes, as orelhas, e os pes.
> Três largas: o peito, a testa, e as palpebras dos olhos.
> Três estreitas: a boca, a cintura, e a planta do pe.
> Três grossas: os braços, as nadegas,
> e a barriga das pernas.
> Três finas: os dedos, os cabellos, e os beiços.
> Três pequenas: os seios, o nariz, e a cabeça.[37]

Todo cuidado com o asseio e com a moda, sempre condizente com os bons costumes, deveria ser observado pelas "Senhoras". Era preciso que a vaidade e a virtude caminhassem juntas:

> Em as Senhoras, a limpeza mais estremosa, e prudente cuidado do traje, e de ornato, sao virtudes, huma vez que ellas assim conservão a saude, e formosura, agradão aos olhos da familia, e do esposo, fazem o encanto de sua casa, e neste asseio exterior, offerecem huma imagem da puresa de sua alma. Ellas pois devem hum tributo moderado às modas [...].[38]

O Mentor também lançou mão de outras temáticas que a seu ver auxiliariam na ilustração das mulheres. Nesse sentido, a política, os negócios públicos ocupavam boa parte de cada exemplar do jornal, e sua presença era defendida por ser o sexo feminino "bem capaz de conceber idéas sublimes, e de dar hum realce nao pequeno à marcha, e bom andamento do Systema de Governo".[39] Os temas abordados foram os mais variados, como os malefícios de um governo despótico; a importância de uma constituição e da liberdade; o enaltecimento do dia da Independência do Brasil; o papel do monarca nos negócios públicos; a necessidade de um novo código civil e criminal...

Os artigos voltados para a política visavam instruir as mulheres nos verdadeiros valores morais e cívicos para o bem da família e da pátria, afastando-as dos perigos do despotismo e iniciando-as no ideário liberal.

> [...] o sexo feminino sempre teve a maior influencia nos governos, e sempre ha de te-la, a nosso ver, porque raras vezes os homens tem a força de resistir às seducções; fallemos claro: raros são os stoicos; he por isso necessario que a educaçao das mulheres seja attendida com o maior desvello: A dança, a musica, etc, são cousas mui boas, mas não he esta a educaçao de que entendemos faltar, he da educaçao moral, e civica. He das Mãis que os homens recebem as primeiras impressoes, talvez mais duráveis do que quaisquer outras. Importa entao grandemente que sejao boas, que huma mãi possa ensinar ao seo menino a ser de bem, e para faze-lo, he necessario que ella mesma seja também, que aprecie a virtude, nao as frioleiras, não o interesse, que ame a sua Patria, as instituições liberaes, o bem da sociedade.[40]

Como ressalta Wlamir Silva,

> O *Mentor* difundia a civilização nos moldes liberais, por meio da instrução, com os limites e contradições, das quais não escapam as matrizes européias, como a exclusão de escravos e pobres e um conceito de povo assentado na propriedade e riqueza. [...] Nesse diapasão seguia o *Mentor*, associando o combate ao despotismo à estabilidade do corpo social, e a educação do belo sexo.[41]

Construção da memória

Outra dimensão dessa pedagogia cívica proposta por *O Mentor* foi a publicação, entre os números três e 129 do periódico (último número publicado), de uma seção intitulada “Parte Histórica”, que objetivava divulgar uma narrativa histórica do Brasil. Os objetivos dos redatores foram explicitados desde o início da publicação da seção:

> Como no Prospecto de nossa folha nos compromettemos a dar alguns extractos da historia moderna, cumpriremos a palavra principiando pela do Brasil nossa adorada Pátria. Desde já advertimos as nossas amaveis leitoras, que não nos fazemos cargo de longas narrações, ou factos minuciosos; [...] lançaremos rapidamente os olhos sobre as paginas mais interessantes da história do Brasil.[42]

Muito próxima de outras narrativas históricas escritas no século XIX, a história do Brasil publicada n'*O Mentor* em sua essência muito se aproximava de uma crônica. Não há a preocupação em estabelecer explicações causais entre os acontecimentos, sendo apenas descritos os fatos considerados mais importantes para compor a narrativa.[43]

A publicação de uma narrativa da história do Brasil no jornal pode ser entendida como estratégia pedagógica utilizada pelos seus redatores para atingir dois fins: inserir as “Senhoras Brasileiras” nos valores cívicos, sobretudo no amor à pátria (forjada sob os auspícios da civilização); e auxiliar no processo de construção de uma identidade nacional por meio de um passado unificado e povoado de fatos e personalidades memoráveis.

A história do Brasil n'*O Mentor* é iniciada com a “descoberta” do nosso território pelos portugueses como fruto de um acaso gerado por uma providencial “tempestade”, passando em seguida para outros aspectos, tais como: idéias de exuberância natural e abundância do território; a presença e atuação dos missionários jesuítas (consideradas de fundamental importância para o processo civilizacional); o cotidiano dos colonos portugueses (número de habitantes, plantações, comércio, alimentação...); a realidade rude

e cheia de perigos da “Nova Terra” (insetos, animais peçonhentos, epidemias e fome); a luta dos portugueses contra outros conquistadores, em especial os franceses; e a condição de vida dos indígenas (os costumes, a linguagem, tipos de habitação e organização social).

Entre as personalidades destacadas no processo de constituição do Brasil emerge a figura da índia Paraguaçu, esposa de Caramuru e, posteriormente, conhecida como Catarina Álvares. De acordo com Íris Kantor, a trajetória desse casal constituiu-se em um dos mais conhecidos mitos fundadores de nossa história e nacionalidade. O enlace matrimonial dessas duas figuras históricas fortaleceu a identificação positiva das “origens miscigenadas dos primeiros clãs colonizadores”[44] do Brasil e a idéia de soberania lusa no processo de colonização, representado nesse caso pelo casamento interétnico e pela vassalagem política sustentada pela indígena.[45]

Ao destacar a figura de Paraguaçu, a narrativa histórica publicada n'*O Mentor* buscava identificar exemplos femininos memoráveis. Se, em um primeiro momento, sua presença fica restrita à celebração do domínio português (é civilizada e civiliza os seus), essa mulher vai aos poucos assumindo sua feição de heroína, transformando-se em um exemplo feminino de coragem e determinação em nome de seu amor pelo marido: sob os “raivosos clamores de Paraguaçu”,[46] os índios tupis e tamoios conseguiram heroicamente salvar Diogo Álvares do jugo do donatário Francisco Pereira Coutinho, considerado, na narrativa, um homem “caprichoso” e “despótico”.[47]

Com a suspensão do jornal no mês de julho de 1832, alegada por motivos de saúde do redator, não podemos descobrir o ponto final da história do Brasil difundida pelo *Mentor*. Em seu último número, a narrativa foi interrompida com o episódio incompleto da luta travada entre os franceses e o mestiço Jerônimo de Albuquerque para determinar a posse e o controle do Maranhão.

Por meio do periódico *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832), da Vila de São João del-Rei, buscou-se compreender como os homens letrados da província mineira construíram representações referentes às mulheres, passíveis de se transformarem em parâmetros para o estabelecimento de um “ideal” feminino. Atribuiu-se à mulher o papel de mãe e esposa do cidadão, a rainha absoluta do reduto familiar. Enquanto no espaço privado ela deveria estar atenta em seus desvelos com os filhos e com o marido, além de administrar as tarefas domésticas; no espaço público sua atuação resumir-se-ia a comportar-se polidamente, sendo símbolo da mulher virtuosa e ilustrada.

Por meio das páginas do jornal, além de divulgar os valores e práticas políticas liberais, desenvolveu-se uma pedagogia cívica preocupada com a formação dos futuros cidadãos que, desde a tenra idade, deveriam estar em contato com a excelência moral e a boa instrução para a construção de uma nação civilizada.

Notas |

1. CUNHA, Alexandre Mendes da. A evolução urbana de São João del-Rei. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; ARAÚJO, Maria Marta (Org). *São João del-Rey, uma cidade no Império*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2007. p. 25.

2. BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. p. 96.

3. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Fragmentos de memórias: impressões sobre São João del-Rei. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; ARAÚJO, Maria Marta (Org). *São João del-Rey, uma cidade no Império*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2007. p. 51.

4. REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte, v. 4, p. 815-842, 1899.

5. CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: CARVALHO, José Murilo (Org). *Nação e cidadania no Império*: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 19-20.

6. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços* públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p. 205.

7. MOREL. *As transformações dos espaços públicos*..., p. 204.

8. VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 3, p. 119-249, jan.-mar.

1898; MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política*: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

9. MOREIRA. *Imprensa e política*..., p. 90.

10. MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *A palavra, imagem e poder*: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 17.

11. BNRJ. *Compilador Mineiro.* Ouro Preto, n. 12, 07/11/1823, p. 46.

12. BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Bessone da C. (Org.). *Imprensa e história*: representações culturais e práticas de poder. Rio de janeiro: DP&A/Faperj, 2006. p. 83.

13. BUITONI, Dulcília Helena. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986. p. 37-38.

14. DUARTE, Constância Lima. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminista. In: AUAD, Sylvia V. A. Venturoli (Org.). *Mulher – cinco séculos de desenvolvimento na América.* Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica/CRE-MG, 1999. p. 424-426, 429.

15. BUITONI. *Imprensa feminina*..., p. 39.

16. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 1, 30/11/1829.

17. Além de negociante, Baptista Caetano foi advogado, vereador da Câmara Municipal de São João del-Rei e deputado pela província mineira (1830-1837). Ver: SILVA, Rodrigo Fialho da. *Por ser voz pública*: intrigas, debates e pensamento político na imprensa mineira; Vila de São João d'El Rei, 1827-1829. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Severino Sombra, Vassouras/RJ, 2006, p. 69-70; CALSAVARA, Eliane de Lourdes. *Entre o discurso e a prática*: o ideário feminino na sociedade são-joanense (1829-1832). Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em História de Minas, século XIX), Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2005, p. 14.

18. JINZENJI, Mônica Yumi. *A instrução e educação das senhoras brasileiras do século XIX através do periódico* O Mentor das Brasileiras. Disponível em: <http://www. sitemason.vanderbilt.edu/files/foUXAY/Jinzenji.doc>.

19. BASILE, Marcello. Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837). In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Política, nação e edição*: o lugar dos impressos na construção da vida política. São Paulo: Annablume, 2006. p. 596-597.

20. SILVA, Wlamir. "Amáveis Patrícias": O Mentor das Brasileiras e a construção da identidade da mulher liberal em Minas Gerais (1829-1832). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 24., *Anais*... São Leopoldo: Anpuh-Nacional, 2007. p. 7. [CD-ROM]

21. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 1, 30/11/1829.

22. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 1, 30/11/1829.

23. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 30, 23/06/1830.

24. Tradução: "Tornem-se estimáveis por vossa sabedoria, e vossos costumes."

25. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 1, 30/11/1829.

26. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 94, 30/09/1831.

27. O Mentor das Brasileiras. São João del-Rei, n. 56, 24/12/1829.

28. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 2, 07/12/1829.

29. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 15, 12/03/1830.

30. *O Mentor das brasileiras*. São João del-Rei, n. 33, 14/07/1830.

31. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 15, 12/03/1830.

32. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 15, 12/03/1830.

33. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 51, 19/11/1830.

34. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 67, 18/03/1831.

35. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 44, 01/10/1830.

36. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 1, 30/11/1829.

37. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 10, 10/01/1830.

38. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 1, 30/11/1829.

39. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 1, 30/11/1829.

40. *O Mentor das Brasileiras.* São João del-Rei, n. 3, 14/12/1829.

41. SILVA, Wlamir. "Amáveis Patrícias"..., p. 1-2.

42. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 3, 14/12/1829.

43. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A história para uso da mocidade brasileira. In: CARVALHO, José Murilo (Org). *Nação e cidadania no Império*: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 53.

44. KANTOR, Íris. *Esquecidos e renascidos*: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004. p. 220.

45. KANTOR. *Esquecidos e renascidos*..., p. 221.

46. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 8, 18/01/1830.

47. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 8, 18/01/1830.

Alexandre Mansur Barata é professor do Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Em 2002, doutorou-se em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sendo autor dos livros *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*, CMU-Edunicamp, e *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822),* Annablume/ Ed.UFJF. É pesquisador colaborador do CEO-Pronex/CNPq-Faperj, projeto *Dimensões da cidadania no século XIX*.

Gisele Ambrósio Gomes é bacharel e licenciada em História pela UFJF. Atualmente, é mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade, desenvolvendo pesquisa sobre a imprensa feminina na primeira metade do século XIX.

Primeiras luzes nas letras

Maria Francelina Silami
Ibrahim Drummond

A revista *O Recreador Mineiro* (1845-1848), criada em Ouro Preto por Bernardo Xavier Pinto de Sousa, destacou-se entre as publicações da imprensa, ainda embrionária na província, como pioneira na abordagem sistemática de temas culturais e literários.

> Em 1º de janeiro de 1845, saía a primeira revista literária de Minas Gerias, *O Recreador Mineiro*, editada em Ouro Preto, então capital da província. Como todas as revistas da época – desde a pioneira *Variedades* (Bahia, 1812) até a *Minerva Brasiliense* (Rio de Janeiro, 1845) – *O Recreador Mineiro* divulgava um conceito amplo de literatura, cujo discurso agregava princípios filosófico-morais, história, economia, direito, crítica literária, ficção, poesia e matérias de divulgação científica, entre outros itens de seu extenso programa.

Essa revista é desconhecida da historiografia literária e sequer mencionada nos estudos sobre publicações congêneres do Rio de Janeiro e de São Paulo, no período de transformação romântica na literatura brasileira. Certamente, essa lacuna deve-se ao fato de que a imprensa mineira do século XIX tem sido até agora analisada como documento da história política, dada a importância que a província desempenhava nos destinos do Império. Em decorrência disso, a imagem literária de Minas permaneceu vinculada quase exclusivamente ao Arcadismo e, no Romantismo, ao Bernardo Guimarães de *A escrava Isaura* e *O seminarista.*

Entretanto, estudos mais atualizados da cultura impressa mineira apontam para o valor da produção literária e das idéias sobre literatura que, sob a hegemonia de Ouro Preto, circulavam na primeira metade do século XIX. Sintonizam Minas com a vida intelectual da corte do Rio de Janeiro, com Pernambuco e Bahia; e também com a incipiente vida intelectual de São Paulo, por meio da Faculdade de Direito, onde estudantes mineiros se destacaram no jornalismo literário e na crítica, entre 1830 e 1870.

À luz desse novo enfoque, é possível observar que o predomínio do viés político no jornalismo de Ouro Preto desse período nunca terá excluído a manifestação literária em seus periódicos diários, bissemanais e trissemanais, refletindo influências e gerando seu próprio discurso. Já nas décadas de 1820-1830, a literatura – no significado amplo que à época lhe davam – aparece insinuada na quarta página dos jornais, que divulgava artigos de crítica, cartas de leitor sobre acontecimentos culturais, anúncios de livros, peças de teatro, festas, apresentações de circo. E, na década de 1840, a matéria literária ganha o espaço exclusivo que a revista do gênero lhe dará.

Este artigo apresenta *O Recreador Mineiro* no contexto geral da imprensa ouro-pretana no século XIX e no setor mais específico destinado às letras. Agrega à história dessa revista algumas notas sobre a trajetória intelectual do redator Bernardo Xavier Pinto de Sousa e a intenção, por ele partilhada, de formação do leitor e construção da nação literária.

Trajetória da imprensa ouro-pretana

A imprensa periódica de Ouro Preto ao longo do século XIX pode ser observada em três grandes momentos, levando-se em conta a preponderância do fato jornalístico. De 1823 – quando aparece o primeiro jornal, *Compilador Mineiro* – até a década de 1840, predominam as questões do Império; o jornal reporta o momento nacional. Da década de 1840 à de 1870, predomina o momento da província; e de 1880 até a mudança da capital, em 1897, a cidade emerge com maior intensidade nas páginas dos jornais.[1]

Até a década de 1840, o jornal se confunde com o debate político voltado para a construção da nação e, em decorrência disso, manifesta a estreita ligação de Minas com a corte do Rio de Janeiro. O texto é compacto, traduz atos oficiais e polêmicas de opinião, precursoras dos futuros partidos políticos. O jornal dessa época parece dirigir-se a um tipo apenas de leitor, não fosse a quarta página na qual, aos poucos, anúncios e textos relativos ao cotidiano começam a ser publicados e passam a diversificar o discurso circunspecto.

Os primeiros números do *Abelha do Itaculumy* em 1824 já divulgavam anúncios de venda de escravo, livro, aula particular, loteria, objetos desaparecidos. Publicavam-se também comentários críticos sobre solenidades e festas, a exemplo da notícia das comemorações pelo aniversário do imperador. A programação, descrita em minúcias, aludia à missa solene, alvorada da artilharia, fogos de artifício, desfile da Tropa de Linha e variada apresentação teatral, que incluiu a peça *Triunfo da natureza*, encenada por artistas locais e seguida de pantomima e declamação, após a representação de uma tragédia (sem título mencionado), arrematada por um solo executado por dois meninos:

> Terminou a peça depois de meia noite, e os repetidos aplausos e bravos dos circunstantes são os mais evidentes testemunhos, e prova inconstrastável do muito bem que se desempenhou esta representação; havendo nos intermédios ótimas overtures, concertos de flauta, e cantorias executadas com primor, e algumas poesias se repetiam alusivas ao Grande Assunto. A iluminação se renovava à proporção que os bogios se gastavam, sendo logo substituídos com profusão.[2]

A quarta página passava a divulgar esse tipo de matérias que ia revelando o leitor comum, o menos especializado e atento à variedade da vida. Em 1825, *O Universal* tratava o tema da instrução pública nos 16 primeiros editoriais, mostrando engajamento com questão básica na descolonização e construção da nacionalidade; mas acolhia, igualmente, e ampliava a variedade de textos que revelariam o leitor comum. Os anúncios se diversificam cada vez mais; aparecem a crítica teatral, o comentário de livros, a carta de leitor opinando sobre assuntos variados, a charada, o logogrifo, a adivinhação, a poesia, os discursos e as pequenas crônicas enfocando a cidade em aspectos variados.

Entre 1823 e 1840, circularam na cidade 37 jornais, alguns de duração longa – como *O Universal* –, com tiragens que atingiam cidades e vilas mineiras, além do intercâmbio com outras províncias.[3] Entre 1840 e 1870, predominam os assuntos provinciais, que refletem, em particular, a importância assumida por Minas no Império: eleições, revoltas, motins, expansão de núcleos populacionais, cidade e campo, instrução pública e tantos outros temas e bens que chegavam à capital.

A imprensa de variedades cresce; o número de tipografias e jornais em circulação sugere aumento do público leitor e crescimento de grupos profissionais – tipógráfos, gráficos e revisores. Como resultado da invenção do telégrafo, o texto jornalístico ganha novo ritmo, torna-se mais rápido, conectado aos acontecimentos. A notícia predomina, embora o jornal mantenha sempre espaço destinado a editoriais, matérias de opinião e análise. Os títulos se diversificam e sugerem o leitor eclético. Há uma imprensa humorística, acadêmica, religiosa. Assuntos frívolos e ligeiros convivem com as publicações reflexivas. O debate entre personalidades da vida pública ou entre grupos continua a aparecer nas páginas do jornal. Acusações, réplicas e tréplicas parecem ter despertado grande simpatia no público e alimentado essa prática, que se tornou corriqueira. Quantos jornais não foram criados e outros não sobreviveram tão-somente para sustentar querelas!

O leitor escreve cartas, denuncia abusos, cobra providências, procura objetos perdidos, paga a publicação de textos pessoais, agradecimentos, poemas, louvações, elogios fúnebres: tudo isso vai para a página do jornal. O leitor de Minas conhece o folhetim: primeiramente como crônica ao pé-de-página e, depois, com *O Recreador Mineiro*, a partir de 1º de janeiro de 1845, como novela romântica, seriada, o folhetim propriamente dito, de tantas glórias e tantas leitoras. Cria-se a imprensa literária, voltada, em especial, para a poesia e a oratória, mas que se qualifica na divulgação

Vista de Ouro Preto. Gravura de Auguste Chenot. In: *O Recreador Mineiro*, Ouro Preto, 1 de janeiro de 1845. Acervo Casa do Pilar/Museu da Inconfidência, Ouro Preto.

de outras formas de literatura ao longo do século; surge a revista literária, editada em numeração seriada, para se encadernar e colecionar.[4]

O jornal continua sobrevivendo de assinaturas e vendas avulsas, mas aumentam os anúncios. Um deles, em especial, se lê na mesma freqüência em que ocorrem os fatos noticiados: são os comunicados sobre fuga de escravos, comuns em toda a imprensa brasileira. Multiplicam-se os jornais, sobretudo a partir da década de 1850, como a tornar ainda mais visível a miséria da escravidão, tema provincial (Minas continuava a concentrar grande contingente de escravos, como no século anterior) e tema nacional que não sairá da imprensa periódica até a década de 1880.

E, finalmente, de 1880 até o final do século, é a cidade de Ouro Preto que ocupa as páginas da imprensa. O fato local tem primazia, em meio à cena do Império e da província. A variedade de títulos e tendências se amplia; há jornais de grupos profissionais organizados (“proto-sindicatos”), jornais acadêmicos, jornais de associações religiosas, artísticas, literárias e de grupos imigrantes. Mas os grandes debates políticos ficam, em geral, polarizados entre “mudancistas” e “antimudancistas” – grupo favorável e grupo contrário à transferência

da capital. A cidade está em foco, também sob fogo-cruzado da imprensa de outras localidades que, na década de 1890, disputavam abertamente a candidatura à sede da futura capital.[5]

Antecedentes literários em periódicos

Até a década de 1840, o espaço das letras era quase exclusivamente a quarta página dos jornais ouro-pretanos. De tendência editorial variada, autodenominados "politicos", "litterarios", "noticiosos", "industriaes" e "scientificos", esses jornais abrigavam poesia, oratória, memória histórica e, quase sempre ao pé da primeira página, as partes seriadas de um folhetim. Mas ainda não refletiam a distinção entre discurso político e literário[6] que se manifestaria, pouco a pouco, nos periódicos literários propriamente ditos.

O marco dessa tendência na imprensa de Minas foi o *O Athenêo Popular*, editado em Ouro Preto em 1843. Entretanto, pode-se acompanhar, ao longo das décadas de 1820 e 1830, a evolução de idéias que procuravam distinguir o campo político do literário, a exemplo do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrucção Publica,* em 1832. Redigido por intelectuais empenhados na educação popular, que fundaram a primeira biblioteca pública de Ouro Preto em 1831, o periódico deixava transparecer a filiação iluminista e pré-romântica, que valorizava política e atividade literária, sem exclusão, atribuindo à literatura função mais estritamente moralizadora e civilizadora.

O programa d'*O Athenêo Popular* propunha a irradiação dos saberes científicos; das belas letras e artes; tratava de moral, física, fisiologia e astronomina; higiene; história, geografia; destacava matéria de ciência política para assinalar a distinção da "mesquinha, e angusta politica das paixões que so degrada, e assassina a dignidade do homem".[7] Sugere a intenção de constituir academia ou grêmio de leitores voltados ao culto e à prática de ideais ilustrados, sob redação do padre liberal Antônio de Sousa Braga, proprietário da Tipografia do Itaculumy, que editou também os jornais *O Itaculumy* (adepto dos liberais de 1842) e *O Compilador da Assembléia Provincial*, todos na década de 1840.
O Recreador Mineiro se seguiu a *O Athenêo Popular*.

Nos anos entre 1850 a 1870 não aparecem periódicos exclusivamente literários. Muitas vezes, a inclinação do jornal para a literatura decorria da atuação do editor ou colaborador ilustre – como foi Rodrigo Ferreira Bretas, o biógrafo de Aleijadinho, à frente d'*O Correio Official*, e Francisco de Assis Costa, dos jornais *O Bom Senso* e *O Conciliador*, todos da década de 1850.
A literatura voltava a ocupar espaço na imprensa comum, em grandes jornais diários e trissemanais, como *Minas Gerais* (1862), *Diário de Minas* (1866), *Constitucional* (1866),[8] *O Liberal de Minas* (1868), *Diario de Minas* (1873), *Mosaico ouro-pretano* (1876) e *Actualidade* (1878).

Pelas décadas de 1880 e 1890, reaparecem jornais e revistas estritamente literários, e o conceito de literatura passa a ter conotação mais específica. As tendências se misturam; não há preferência exclusiva por um ou outro gênero; os redatores são escritores, poetas, advogados, estudantes do Liceu Mineiro – onde ensinavam o poeta Aurélio Pires e o contista Afonso Arinos de Melo Franco, e acadêmicos das Escolas de Minas, Farmácia e da Faculdade de Direito, em cujos periódicos escreveram Raimundo Correia e Olavo Bilac, quando residindo em Ouro Preto.

Alguns periódicos literários dessa época merecem destaque. O jornal *Chrysalida*, de 1887, defendia a literatura como veículo mais adequado de denúncia social e aprimoramento da sensibilidade, dedicava espaço à crítica literária, assumida como "mimoso fructo do positivismo", citando Mayr e Zola e professando

o realismo. Os textos em prosa e verso sugerem, entretanto, a mistura de tendências românticas e simbolistas, próprias de períodicos que sobreviviam de colaborações. O grupo editorial era variado, incluindo os poetas José Inácio de Lima, Alphonsus de Guimaraens, Rodrigo de Andrade, Antônio Augusto Teixeira, Orozimbo Loureiro, Augusto de Lima e José Severiano Rezende.

A *Revista Mineira*, no primeiro número, de 31 de agosto de 1887, publicava folhetim romântico e poemas de Oliveira Martins, Antônio Nobre e Gonçalves Crespo, entre anedotas, máximas e receitas úteis, à moda de almanaque. Outra revista, o *Recreio Litterario*, do mesmo ano, criticava duramente a indiferença do público e a falta de meios que o escritor brasileiro, excluindo nomes já consagrados, enfrentava para sobreviver.

Em 1889, aparece a revista *Panorama*. Publicação densa e volumosa, de tendência antimudancista, com proposta estética e pedagógica, trazia encartada uma valiosa coleção de vistas da cidade de Ouro Preto e reunia prosa do jovem Affonso de Guimarães – mais tarde Alphonsus –, Pedro Motta Júnior, Luiz Costa, Ferreira Pinto e Graciliano Martins. Datado de 1889, mas impresso e distribuído no ano seguinte, o *Almanack Administrativo, Civil e Literário de Ouro Preto*, de Manoel Ozzori, apresentava uma bela secção literária com textos e versos de autores ouro-pretanos, que o destacou entre as publicações do gênero.

Em 1890, o poeta Aurélio Neves – então professor de português no Liceu Mineiro, onde o escritor Afonso Arinos passara a reger a cadeira de Geografia e História – publicava a revista *Ensaios*, que propunha inovação formal com ares de *belle époque*. Não se apresentava como periódico literário convencional. Em lugar do artigo-programa "theorico, enluvado, trasandando á modestia malcheirosa", os editores publicam a crônica leve e desvencilhada do passado, "sem umas linhas lamuriando desculpas, altiva, num grande despreso pela formalistica", e textos em prosa e verso de Luiz Costa, Francisco Amedée Péret, Eduardo Salamode, Zalina Rolim, Raul Pompéia, Coelho Neto, Aluísio de Azevedo e Affonso de Guimarães, mostrando um pequeno panorama da literatura brasileira de fim de século.

A vida curta de algumas publicações e a quantidade de textos ainda dispersos nos jornais ouro-pretanos do século XIX limitam afirmações mais categóricas. Pode-se, entretanto, dizer que a literatura se implantou na imprensa de Minas Gerais com o projeto romântico d'*O Recreador Mineiro*, de superação da herança neoclássica e passagem para a cena moderna.

Enfim, a revista literária

O Recreador Mineiro foi editado na Typographia Imparcial, à rua do Giló, nº 9 (atual rua do Paraná). Manteve circulação quinzenal e ininterrupta até 15 de junho de 1848, em fascículo de 16 páginas, tamanho 14 x 20 cm, alguns com estampas litografadas, e destinados a posterior encadernação. O conjunto das edições semestrais formava um tomo e a coleção completa, sete tomos com numeração contínua. A assinatura anual para leitores de Ouro Preto custava seis mil réis e para os de fora, sete mil, havendo ainda a modalidade de preço semestral, incluindo despesas de correio, com pagamento adiantado. O número avulso com estampa era vendido a 1.200 réis, e a 400 réis sem ela.

Autotitulada "periodico litterario", a revista mostrava resquícios de inspiração neoclássica, comum às publicações similares que inauguraram o romantismo no Brasil e tinham o propósito de debater e ilustrar a sociedade recém-descolonizada. Mas já expressava uma consciência crítica da atividade literária brasileira, discutindo temas específicos, como modernidade do romance, divulgação de uma poesia tipicamente brasileira, tradução de obras literárias para o vernáculo

e formação do público literário. Este último talvez seja a característica romântica fundamental d'*O Recreador Mineiro*, que traduzia, no plano estético, sua intenção política, nacionalista e direcionada para o engrandecimento da Província de Minas.

Em linhas gerais, o objetivo d'*O Recreador Mineiro* era a elevação espiritual do leitor através das luzes da instrução, viabilizada pela leitura, crença fundamentada no pensamento clássico de que "as lettras são o alimento do espírito".[9] O programa semestral da revista, que vinha encartado no primeiro número, se dividia em três secções: *Memória*, *Razão* e *Imaginação*. A primeira abrangia o domínio da história; a segunda, o da filosofia, e a terceira compreendia a poesia.[10] É interessante observar os temas compreendidos na área *Memória/História*: memória histórica, história natural, etimologia histórica, geografia física, botânica marítima, topografia, cronografia, mineralogia, estatística, economia doméstica, crítica, folhetim, veterinária, crônica judiciária, anedotas. Na secção *Razão/Filosofia*, incluíam-se retórica, oratória, reflexão, sátira, instrução, moral, instruções dogmáticas, aritmética, agronomia, economia política, crítica literária, poesia didática (charada, logogrifo, adivinhação, enigma). A área da *Imaginação/Poesia* abrangia épica, lírica e poesia didática.

Mas a que público se destinaria a revista? Como provocar uma recepção satisfatória em benefício da instrução popular? O redator identifica, então, três categorias de leitor:

> 1ª – a dos que procurão unicamente as luzes da instrucção considerada em si só; esta classe é pouco numerosa; 2ª – a dos que amão a instrucção recreando-se; esta classe é mais numerosa; 3ª – a dos que buscão na leitura hum passatempo contra o tedio que os domina, e que só se agradão de matérias frívolas; esta classe é com effeito de mórbida compleição e de difícil restabelecimento.[11]

A diversidade de público impunha, portanto, tratar não apenas de literatura e ciências, "como também [das] regiões do jocoserio e da hilaridade".[12] Natural, portanto, que a revista pretendesse abranger uma grande variedade de temas, tratasse de todas as coisas (*omini scibilli)* e as apresentasse como objetos "literalmente enciclopédicos".[13] São recortes da vida que transitam dos assuntos cotidianos e prosaicos, à moda do almanaque, aos ensaios críticos, notas de erudição histórica, científica, filosófica e literária, assim tomados para viabilizar o diálogo com o leitor. *O Recreador Mineiro* saía, por isso, do puro domínio da racionalidade teórico-especulativa para a racionalidade da "imaginação criadora". Tudo se torna matéria "ficcionalizável", capaz de atingir a emoção e produzir prazer estético, atraindo, portanto, o leitor de "variedades" para o universo da literatura.

Ideário

Esse programa editorial ajuntava ao texto literário os conteúdos da "prática de leitura" já firmada possivelmente na imprensa de "variedades". Ou seja, o leitor estava familiarizado com a crônica da vida urbana, a poesia de circunstância, o discurso laudatório, o relato muitas vezes fantasioso de solenidades e festas civis e religiosas, a decifração de charadas, a leitura de epigrama e anedota e – por que não? – com o texto dos anúncios de medicamentos, bens domésticos, teatro, circo, apresentações de mágicos prestidigitadores e um sem-número de pequenos escritos que recortavam a vida cotidiana. Essa prática levou o erudito viajante inglês Richard Burton a observar que as pessoas em Minas liam com prazer.[14]

O Recreador Mineiro inovava ao divulgar gêneros e formas até então inéditos na imprensa de Minas – folhetim romântico,[15] narrativa de viagem*,* modinha e poesia popular, poesia histórico-satírica*.* A secção de crítica incluía uma importante discussão sobre a relação

entre romance e história; sobre a tradução e importância do tradutor para permitir ao leitor comum o acesso a grandes obras da literatura universal.

No conjunto das iniciativas pioneiras de popularização da literatura em Minas, Bernardo Xavier Pinto de Sousa deu publicidade a matérias especiais, como o poema *Vila Rica*, de Cláudio Manoel da Costa; traduções, em primeira mão, das memórias de viagem de Saint-Hilaire, ainda inéditas em português; do *Pluto brasiliensis*, de Escheweg; textos de Spix e Martius; tradução de *O mergulhador*, de Schiller; ensaio sobre o poema *Caramuru*, de Santa Rita Durão, e comentário sobre a tradução francesa de Eugênio Monglave; ampla divulgação de poesia e inéditos de João Salomé Queiroga; uma longa paródia das *Cartas chilenas*, alusiva à festa do Espírito Santo em Ouro Preto; artigo sobre a fotografia, que chegava a Ouro Preto naquele ano de 1845; muitos sonetos de poetas mineiros e estrangeiros; discussão sobre o teatro romântico e a "perniciosa" influência estrangeira na vida nacional; diversas memórias científicas e botânicas, com tradução de João Morgan especialmente para a revista; ilustrações da revista com gravuras de Auguste Chenot (então radicado na cidade), entre outros temas caros à história da literatura e da cultura.

No rol das novidades modernas divulgadas n'*O Recreador Mineiro*, é importante ressaltar um artigo de fundo no qual o redator faz a defesa do romance como o gênero mais completo e adequado à representação da vida cotidiana e dos homens comuns. No ano de 1845, esse tema ainda não estava em discussão no Brasil – sobretudo porque o romance nacional apenas ensaiava os primeiros passos (*A Moreninha*, de Joaquim Manoel de Macedo, tinha sido publicada no ano anterior) –, e a poesia ocupava a cena literária com certa exclusividade. Em 1856, José de Alencar, sob o pseudônimo de Ig, abriria a famosa polêmica, questionando a qualidade do poema épico "A Confederação dos tamoios", de Gonçalves de Magalhães, e falando do romance como gênero capaz de representar a jovem nação brasileira. O artigo d'*O Recreador Mineiro* antecede, portanto, em dez anos a polêmica Alencar-Magalhães e tem a originalidade da discussão sobre o gênero romance no Brasil da primeira metade do XIX:

> O romance, considerado como futilidade por algumas pessoas graves, mas cuja falta de bom gosto por isso mesmo se denuncia, é, entretanto, o resumo fiel dos hábitos e costumes de uma nação. Quantas vezes o filósofo imparcial embalde busca a verdade na história, e vai encontrá-la no romance? Mil vezes o historiador traça a seu jeito os fatos, dá-lhes outra aparência. Orna-os de outras molduras, enquanto que o romancista, parecendo entregue todo à imaginação, descreve fielmente os costumes da época, e apresenta em seus quadros as virtudes e os vícios do seu tempo e povo, e, deleitando, mais propende à verdade do que a chamada História. A história com todos os fumos de antiga aristocracia, apenas demora suas vistas soberanas sobre altos casos, os reis, suas vitórias, desastres e política; o romance, menos altivo, democrata moderno, compraz-se com poucas coisas, abraça a multidão, identifica-se com o povo, e modesto segue a índole e caráter nacional.[16]

Fica subentendido n'*O Recreador Mineiro* que leitura deveria ser prática deleitável *sempre* e prática formadora *idealmente*. Por isso, o texto não tem um sentido único de moralizar, mas o sentido múltiplo de recrear, instruindo.

Destinatários

O alvo principal dessa campanha romântica com laivos nacionalistas e humanitários era, portanto, o leitor, seja ou não considerado o potencial consumidor daquele produto à venda. A biografia do redator – o principal e provavelmente o único da revista, Bernardo Xavier Pinto de Sousa

N. 5.

COMPILADOR MINEIRO.

QUARTA FEIRA 22 DE OUTUBRO DE 1823.

NOTICIAS NACIONAES.

O primeiro periódico de Minas Gerais. Jornal *Compilador Mineiro*, n. 5. Ouro Preto, 22 de outubro de 1823. Microfilme. Acervo Biblioteca Nacional, RJ.

– autoriza supor que ele não tivesse o estrito objetivo de lucro com *O Recreador Mineiro*. É possível vê-lo como intelectual que defende uma teoria da leitura socializada e acredita na instrução pública como instrumento de combate às barreiras impostas pelo sistema colonial.

Tamanho, periodicidade e número de páginas distinguiam *O Recreador Mineiro* como veículo moderno, situado no limiar, entre o livro e o jornal – pequeno e ilustrado, educativo e popular,[17] capaz de atrair por diversos apelos à leitura. À época, o jornal cumpria uma de suas mais importantes prerrogativas – a de formar, ainda que de maneira incipiente, o leitor de livros,[18] não apenas divulgando e comentando livros, mas sobretudo plantando as bases de sua aceitação, por meio do folhetim romântico, da crônica literária, da poesia didática e da memória histórica sumarizada e adaptada às páginas do jornal.

O Recreador Mineiro considera o leitor, a leitura e a recepção os ângulos fundamentais e indissociáveis a partir dos quais o discurso da revista se organiza, em dosagens diferenciadas para leitores também diferentes. Por isso, à primeira leitura, percebe-se uma espécie de despojamento na combinação de temas e estilos, que variam da seriedade do tratado à forma simples do provérbio, e revelam o conteúdo de discurso eclético e universalista. E, como sua utopia é humanista, a revista deveria ser um periódico literário popular, entendendo-se que "a palavra popular é collectiva; exprime uma reunião de homens, e por conseguinte differenças de caracteres intelectuaes...".[19]

Além de ter cumprido integralmente o programa proposto ao leitor, tudo indica que a revista teve sucesso entre o público, em especial o de Minas Gerais:

> Sempre solicitos em sua especial dedicação para com a Provincia, que forma o mais grato objecto de seus votos, tem a honra os Redactores do Recreador Mineiro de offerecer a seus assignantes o seguinte Compendio d'algumas epochas peculiares desta interessante Região...[20]

O intercâmbio com o leitor se manifestava já no segundo semestre de circulação. Em 1º de setembro de 1845, o redator comunicava a publicação de outro periódico denominado *O Correspondente*, que passaria a abrigar

as correspondências, comunicados e anúncios recebidos, evitando assim que a revista misturasse matérias estranhas ao programa já previsto e divulgado:

> Para conciliar, porém, o desejo que temos de servi-los com o dever que nos impõe o programma desta folha, creamos outra com o titulo de *O Correspondente*, a qual será publicada em dias indeterminados, e se distribuirá gratuitamente pelos srs. assignantes do *Recreador*. Nella transcreveremos unicamente os annuncios, communicados, e correspondencia de interesse publico ou particular, que nos forem remettidas.[21]

Em janeiro de 1846, início do segundo ano da publicação, a revista contava 723 assinantes, entre homens e mulheres de várias localidades pelo interior de Minas, no Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Lisboa e Paris. Sem considerar os leitores avulsos, o número de assinantes é expressivo para a época, a área de circulação pressupõe a recepção ampla da revista, confirma permuta e intercâmbio com publicações semelhantes e reafirma a intenção do redator de garantir as "solidas bases para uma existencia duradoura da revista".[22] Teve artigo e gravuras transcritos na íntegra pelo jornal *Ostensor Brasileiro*;[23] correspondia com o satírico *O Carapuceiro*, editado no Recife pelo polêmico Padre Lopes Gama; transcreveu matérias do *Museu Universal*, do Rio de Janeiro, e traduções de periódicos estrangeiros, sinais da vitalidade de uma revista da província, articulada a outros centros onde a imprensa literária crescia e já se exercia com plena atividade crítica.

O Recreador Mineiro teria sobrevivido graças à qualidade e variedade que trazia à imprensa mineira, na qual o discurso político tinha ainda preponderância, sobrando pequenos espaços para a literatura, que tentava timidamente se apresentar. A revista inovou, portanto, ao fundar uma tradição literária no contexto da cultura impressa em Minas Gerais, formando público leitor durante quatro anos, divulgando textos e aproximando escritores. Por isso, no leitor formado e possivelmente transformado, afirmava o redator, a literatura encontrava "o arauto de sua nomenclatura e o antídoto de seu olvido".[24] Anos mais tarde, em 1848, ao fechar a revista, ele avaliaria a trajetória percorrida, ratificando a convicção de que leitor e redator tinham ambos empreendido a aventura da narrativa: "Os redactores acreditão com fé explicita que uma parte dos leitores lê na lettra do escriptor; a outra parte lê no seu espírito".[25]

O múltiplo ofício daquele "homem de imprensa"[26]

Músico de sete instrumentos, o homem de imprensa do século XIX desempenhava, com freqüência, todas as atividades de seu ofício. Redigia e revia matérias, muitas vezes traduzia, conhecia e participava das etapas da impressão. A divisão pouco rigorosa do trabalho e as condições sociais de produção do país recém-independente e pouco industrializado parecem ter determinado o aparecimento desse profissional nas primeiras décadas da imprensa brasileira. À medida que os meios avançam, distinguem-se as funções e organizam-se os segmentos, aparecem os empresários do ramo, mas a tradição do dono de jornal (proprietário de imprensa) dotado dessa condição de múltiplo conhecedor da arte tipográfica perdurou ao longo do século.

Entre os nomes vinculados a empreendimentos da imprensa, está Bernardo Xavier Pinto de Sousa, personalidade ilustre no ambiente cultural de Ouro Preto, onde desempenhou atividades de impressor, redator e livreiro, nas décadas de 1840 e 1850. Teve atuação destacada na divulgação da literatura e formação do leitor na Província de Minas.

Bernardo Xavier nasceu em Coimbra (Portugal) a 27 de novembro de 1814, filho de José Pinto de Sousa. Em

1835, veio para o Brasil acompanhando o conselheiro Joaquim Antônio de Magalhães, amigo de seu pai, que então chegava ao Rio de Janeiro na qualidade de ministro plenipotenciário de Portugal junto à corte.[27] Magalhães fora ministro da Justiça em seu país, de 3 de dezembro de 1832 a 24 de abril de 1833, cargo que voltaria a ocupar, em caráter interino, em fevereiro de 1842.

Esse relacionamento terá, sem dúvida, facilitado a vida de Bernardo no Brasil. Estabelecido no Rio de Janeiro, naturalizou-se em 1839 e, provavelmente sob influência do ministro Joaquim Antônio de Magalhães, foi nomeado primeiro oficial da Secretaria de Governo da Província de Minas Gerais e gerente dos Correios, passando a residir em Ouro Preto. Casou-se com Maria Rita Pinto de Toledo Ribas, filha de Manuel Alves de Toledo Ribas; tiveram quatro filhos, "naturais de Minas Gerais": Ana Emília, Bernardo Xavier, Antônio Augusto e Matilde Leopoldina.[28]

Exonerando-se dos cargos, passa a dedicar-se "à vida do comércio e empresas",[29] voltados para a atividade de editoração e impressão. Sua estréia como divulgador de literatura se dá em 1843 e firma-se quando cria a Typographia Imparcial, de onde sairia *O Recreador Mineiro* durante quatro anos. Em 1851, sua livraria situada à rua São José, em frente à Casa dos Contos, chamou a atenção do naturalista e viajante alemão Hermann Burmeister:

> A casa do lado direito da ponte, em frente à Contadoria, é a livraria de Bernardo Pinto de Sousa cujo estoque é, em sua maioria, integrado por trabalhos de edição própria. Comprei ali uma gramática portuguesa para uso escolar e folheei vários livros, entre os quais quero citar os seguintes, apenas para dar uma idéia dos assuntos que interessam aí: uma descrição da cidade de Jerusalém; uma coleção de novelas portuguesas em oito volumes que muito me interessaram; um livro elementar para crianças sobre *omni scibilli* com gravuras da mitologia grega e da história natural e ainda vários outros livros escolares para cursos ginasiais.[30]

É provável que Pinto de Sousa estivesse também envolvido nas atividades do gabinete de leitura de Ouro Preto – cujo único rastro até hoje identificado liga-se a seu nome –,[31] ele que em 1846 se tornara o guardião da biblioteca pública da capital em sua própria residência.[32] Nesse mesmo ano de 1851, Pinto de Sousa anunciava uma extensa lista de livros à venda, sugerindo ser o arremate da livraria.[33] Estaria de mudança para o Rio de Janeiro, onde continou a atuar na imprensa. É curioso que, na biografia de Luiz Edmundo – poeta e cronista carioca da *belle époque* –, Bernardo Xavier Pinto de Sousa apareça registrado como seu avô paterno, jornalista boêmio e engraçado que teria exercido remota influência na personalidade intelectual do poeta.[34]

Na década de 1840, fatores políticos e sociais apontam o crescimento de ramos empresariais na capital mineira, notadamente a atividade tipográfica. Jornal, revista, folheto, almanaque, folhinha de algibeira, calendário, loteria, volantes anunciando atrações do circo, teatro, festas políticas, religiosas... livro, tudo isso ainda não abrange a variedade de impressos que tomou conta da tipografia. Em todo o conjunto de impressos – que transformava a oficina tipográfica, simultaneamente, em ponto de encontro para subscrição e venda de livro e referência dos anúncios – o jornal sobressai como o grande veículo "moderno", expressão da vida urbana e lugar onde se estampa o debate político e formador de opinião.

Nas páginas desses jornais, há também uma espécie de revelação daquele mundo contemporâneo. Por meio deles, divulgam-se bens, trocam-se, vendem-se e procuram-se objetos, escravos, remédios, artigos de moda, imóveis, serviços cuja variedade parecia crescer

com o crescimento dos impressos. Avizinha-se já a década de 1850, quando o telégrafo passará a encurtar distâncias e dar a ilusão de vencer o tempo, e o jornal irá ostentar um texto mais ágil, farto em notícias e fatos inusitados, revelando que o mundo, de fato, havia se estreitado!

Até o final do século, a experiência de cultura impressa terá continuidade intensa e variada em Ouro Preto. Mas o signo do "livro", que a iniciou singelamente no *Canto encomiástico*, de 1806,[35] caminhará junto, enquanto objeto impresso, pelo século adentro, puxando a boa idéia da "revista literária", criada pelo impressor Bernardo Xavier Pinto de Sousa, na década de 1840. Não existe sua assinatura em nenhuma matéria, mas sempre a designação – no plural – dos "Redactores" e, às vezes, "A redacção".

Há uma suspeita, fundada nas atividades intelectuais que exerceu, de que Pinto de Sousa tenha sido não apenas o editor – conforme designa sua tipografia –, mas redator e tradutor de matérias do francês, inglês e alemão publicadas na revista. *O Recreador Mineiro* informa que essas traduções são feitas pelos redatores. Consta no catálogo da *Exposição de História do Brasil* de 1881, onde a revista esteve exposta: "Este periodico teve por fundador e principal redactor a Bernardo Xavier Pinto de Sousa".[36] Augusto Sacramento Blake, autor do *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, também o admite redator.[37]

Além da coleção completa d'*O Recreador Mineiro*, em quatro volumes, num total de 1.320 páginas, Bernardo Xavier Pinto de Sousa escreveu a *História da revolução de Minas em 1842,* obra de cunho analítico e documental, publicada pela primeira vez no Rio de Janeiro, em 1843. No ano seguinte, Pinto de Sousa funda sua própria tipografia em Ouro Preto – a Typographia Imparcial –, onde imprime a segunda edição do livro e de onde sairiam vários jornais ouro-pretanos. Entre as publicações saídas dessa tipografia, encontram-se o *Almanack dos eleitores da Província de Minas Gerais,* com quadros estatísticos e dois mapas gerais, em 1845; todas as *Falas do Governo à Assembléia Legislativa* e os respectivos *Relatórios provinciais*, nos anos de 1845, 1846, 1847, 1848 e 1849; além das *Memórias históricas da Província de Minas Gerais*, que foram posteriormente transcritas na *Revista do Arquivo Público Mineiro*.[38]

A livraria parece ter sido o derradeiro empreendimento de Bernardo Xavier na capital de Minas Gerais.[39] Em 1853, está estabelecido no Rio de Janeiro, onde ocupa o cargo de oficial da administração central da Estrada de Ferro Pedro II; é major reformado da Guarda Nacional e proprietário de empresa de loterias. Mantém os vínculos com o mundo da leitura, atuando como impressor em sua própria tipografia. Em *Como e porque sou romancista*, José de Alencar se refere à livraria de Xavier Pinto, na rua dos Ciganos, onde encontrara diversos volumes de *O Guarani*,[40] e sugere certa familiaridade com o livreiro, referência que, sem dúvida, torna mais notável o nosso redator d'*O Recreador Mineiro*.

Entre os títulos publicados na tipografia do Rio de Janeiro, até agora localizados, estão: *Meio para não perder nas loterias*: seguro de bilhetes, meios bilhetes... (1853); *Seguro de bilhetes de loteria* (1853); *Algumas vergalhadas dadas em prosa no desfrutável sertanejo e guapo testa de ferro Antônio Bonifácio de Moura, mesquinho e surrado detrator da empresa Seguros de Loteria* (1854); *Balanço apresentado aos acionistas da sociedade de loterias denominada Pode ganhar e nunca perder* (1854); *Terminação da sociedade e do seguro de loterias* (1854); *Os amores*, de Ovidio, "traducção paraphrastica inderessada exclusivamente aos homens feitos e estudiosos das lettras classicas", por Antonio F. de Castilho, seguida pela *Grinalda Ovidiana,* por João Feliciano de Castilho (1858); *Mausoleo á memoria da excelsa rainha de Portugal D. Estephania* (1859 e 1860).

Revista literária *O Recreador Mineiro*, tomo I, n. 1-12. Ouro Preto: Tipografia Imparcial, de Bernardo Xavier Pinto de Sousa, 1845. Microfilme. Acervo Biblioteca Nacional, RJ.

O Recreador Mineiro.

PERIODICO LITTERARIO.

TOMO I.°

COMPREHENDE OS N.os 1 A 12

DO

1.° SEMESTRE DE 1845.

OURO PRETO

TYP. IMP. DE BERNARDO XAVIER PINTO DE SOUSA.

1845.

Em 1867, a tipografia Cotrim e Campos, do Rio, publicava os dois volumes do livro *Memorias da viagem de suas majestades imperiaes á provincia da Bahia* e *Memorias da viagem de suas majestades imperiaes á provincia de Pernambuco,* escritos por Bernardo Xavier.[41]

Com especial interesse para a história da literatura em Minas Gerais, Bernardo Xavier editou poesia e traduções de Beatriz Francisca de Assis Brandão, poeta ouro-pretana e prima de Marília de Dirceu (então residindo no Rio): *Saudação à dona Violante Atabalipa de Ximenes de Bivar e Velasco* (1859); *Cartas* de *Leandro e Hero* – extraídas de uma tradução francesa (1859); *Catão: drama de Metastásio* – traduzido (1859); *Romance imitado a Gessner* (sem data).

Pelos fatos acima indicados, é possível concluir que os empreendimentos de Bernardo Xavier Pinto de Sousa como intelectual, impressor e livreiro foram fundamentais ao crescimento da imprensa mineira em Ouro Preto, embora o ambiente cultural da cidade fosse propício ao desenvolvimento e êxito de suas habilidades e criações. O círculo da convivência social de Bernardo na capital da província certamente teve políticos e intelectuais do porte de Luis Maria da Silva Pinto, autor do *Dicionário da Língua Brasileira* (1832), o juiz e poeta João Salomé Queiroga, colaborador assíduo d'*O Recreador Mineiro*, Joaquim da Silva Guimarães, a poeta Beatriz Francisca de Assis Brandão, o escritor Rodrigo José Ferreira Bretas, Domingos Soares Ferreira Pena, editor do primeiro jornal republicano de Minas – *O Apóstolo* (1850); tipógrafos e gravadores, como Padre Viegas, Manoel Barbosa, Auguste Chenot; religiosos, políticos e intelectuais, como o cônego Roussin, os padres Antônio de Sousa Braga, Antônio Ribeiro Bhering, Leandro Rabelo de Castro, Emerenciano Maximino de Azeredo Coutinho, José Antônio Marinho, professor, político e escritor; os professores José Rodrigues Duarte, Camilo Luís Maria de Brito, Manoel José Cabral, Eugênio Nogueira Celso, Jorge Júlio Mallard, João Scholtz (russo), Robert Martel (inglês); empresários da imprensa, como João Francisco de Paula Castro; o fotógrafo francês Hypolite Lavenue; músicos e atores.[42]

Certamente teve contato ainda com viajantes estrangeiros eruditos, entre eles Richard Burton e o próprio Hermann Burmeister,[43] que adquiriu livros na livraria em frente à Casa dos Contos. Provavelmente terá conhecido seu homônimo Bernardo Guimarães, jovem estudante na capital mineira, em 1845-1846; talvez na boêmia literária ou na imprensa ainda em Ouro Preto entre 1852 e 1853, ou mais tarde no Rio de Janeiro quando Bernardo Guimarães escrevia no jornal *A Actualidade*, de Lafayette Pereira Rodrigues e Flávio Farnese. O ambiente da cultura impressa em Ouro Preto terá gerado, portanto, as condições de aparecimento de nossa revista literária, ainda na primeira metade do século XIX. *O Recreador Mineiro* é, certamente, o marco dessa época, pelos méritos de revista "moderna" e empenhada nos debates então contemporâneos que determinaram a instituição da literatura brasileira.

Notas |

1. Cf. DRUMMOND, M. Francelina Silami Ibrahim *et al*. *A imprensa de Ouro Preto no século XIX*. Ouro Preto: Ufop, 1989.

2. *Abelha do Itaculumy*, 15/10 /1824.

3. Cf. DRUMMOND., *A imprensa de Ouro Preto no século XIX*...; VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Imprensa Official, n. III, p. 164-203, 1898.

4. Cf. DRUMMOND, M. F. Silami Ibrahim. *O Recreador Mineiro*: rastros do leitor e da leitura na primeira revista literária de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

5. Cf. DRUMMOND. *A imprensa de Ouro Preto no século XIX*...

6. Ao político, caberia a atuação pragmática e legislativa, e ao literato, além do exercício do belo nas letras e artes, o domínio do saber científico e filosófico.

7. *O Athenêo Popular*, 04/11/1843.

8. Esse jornal publicou, em folhetim, o primeiro romance de Bernardo Guimarães, *O ermitão do Muquém*, a partir de seu primeiro número, em 18/8/1866.

9. *O Recreador Mineiro*, p. 11 (doravante ORM).

10. A tríade remonta à classificação das ciências formulada por Francis Bacon, na obra *Novo Organon*.

11.ORM, p. 7.

12.ORM, p. 7.

13. A expressão usada por Roland Barthes, em *Novos ensaios críticos*, refere-se a todo universo das matérias a que o homem empresta uma forma: roupas, veículos, utensílios, armas, instrumentos, móveis etc. Corresponderiam às matérias do almanaque e dos jornais de variedades e miscelânea, comuns no século XIX. Cf. BARTHES, Roland. *Novos ensaios críticos*. São Paulo: Cultrix, 1986. p. 27.

14. Burton afirma que o jornal "era o mais importante alimento literário de toda Minas". Cf. BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 36.

15. Saiu no primeiro número, intitulado *Envergonhei-me de mim mesma,* sem referência a autor, parecendo folhetim traduzido do francês.

16. ORM, p. 9. O leitor atento observará que o redator possivelmente conhecia a obra de Diderot, em especial o *Elogio a Richardson*.

17. O artigo "Contextura de um periódico popular", ORM, p. 29.

18. SODRÉ, Nélson Werneck. *História da literatura brasileira*: seus fundamentos econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 322.

19. ORM, p. 7.

20. ORM, p. 113.

21. ORM, p. 272.

22. ORM, p. 1.

23. Conforme divulgava *O Escólio*, em 1º de janeiro de 1848.

24. ORM, p. 1160.

25. ORM, p. 1157.

26. Este texto foi apresentado, em versão modificada, no Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada (Abralic), em 2006.

27. BLAKE, A. Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900., v. 1, p. 422.

28. Cf. <http://www.geocities.com/lscamargo/gp TolPizas_2.htm>, p. 1.

29. BLAKE. *Dicionário bibliográfico brasileiro...*, v. 1, p. 422.

30. BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 223.

31. "Tendo-se acabado o gabinete de leitura roga-se a prompta entrega de todos os livros que por assignatura ou por emprestimo tem sido levados da livraria de Bernardo Xavier Pinto de Sousa." (*O Conciliador*, 6/1/1851)

32."Tomando conta da administração da Província, achei estes livros, entre os quais se vêm muitas obras interessantes, atirados na capela do Palácio do Governo e servindo de pasto às traças e estragando-se completamente. Não querendo que eles se perdessem de todo mandei-os transferir para a casa do cidadão Bernardo Xavier Pinto de Sousa, que se obrigou gratuitamente a tê-los em boa guarda, conservá-los e mesmo franquear sua leitura, com as devidas cautelas, a quem os precisasse." (*Relatório da Província*, 1846)

33. *O Conciliador*, 25/9/1851. Entre outros clássicos franceses, portugueses e espanhóis, *O Avarento, O doente Imaginário, O Casamento do Fígaro, Alzira, Tancredo, Fedra, Leonor de Mendonça, Guerras de Alecrim e Mangerona, Radamisto, Andrômaca, Tartufo, Nova Castro.*

34. Cf. <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/9345_3>.

35.O opúsculo *Canto encomiástico*, poema decassílabo de Diogo de Vasconcelos, em homenagem ao governador da capitania de Minas, D. Pedro de Ataíde e Melo, foi impresso pelo padre Joaquim Viegas de Menezes em Vila Rica no ano de 1806, antes da liberação oficial dos prelos, com recursos técnicos construídos na vila. Apesar da pequena tiragem e circulação limitada, foi uma iniciativa de imprensa bem-sucedida no Brasil, nosso primeiro livro impresso.

36. CATÁLOGO da exposição de história do Brasil (1881). Ed. fac-similar. Brasília: Editora da UnB, 1981. p. 442. (Temas Brasileiros, 10).

37. BLAKE. *Dicionário bibliográfico brasileiro...*, v. 7, p. 422.

38. MEMÓRIAS HISTÓRICAS DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 8, 1908, p. 523-639. Trechos dessas memórias, redigidas provavelmente depois do movimento de 1842, aparecem reproduzidas no primeiro número d'*O Recreador Mineiro*.

39. Em 15/5/1853, o jornal *O Bom Senso* divulgava anúncio de venda de livros em casa (livraria) de Xavier.

40. ALENCAR, José. *Como e porque sou romancista*. Campinas: Pontes, 2005. p. 62.

41. Provavelmente a sua tipografia não mais existisse à época.

42. Em 1844-1845, o calendário de apresentações cênicas e musicais do teatro de Ouro Preto não estava mais vinculado com exclusividade às comemorações oficiais, como ocorrera nas décadas anteriores.

43.Naturalista alemão (1807-1892), Burmeister publicou três obras sobre sua viagem ao Brasil. Estabeleceu-se na Argentina e foi por 30 anos diretor do museu da cidade de Buenos Aires, onde faleceu.

Maria Francelina Silami Ibrahim Drummond é mestre em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutora em Literatura Comparada pela mesma instituição, com pós-doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). É professora visitante da Faculdade Arquidiocesana de Mariana e autora do livro *Leitor e leitura na ficção colonial* (Livraria e Editora Real, Ouro Preto, 2006).

Luciano Mendes de Faria Filho

Cecília Vieira do Nascimento

Marcilaine Soares Inácio

Mônica Yumi Jinzenji

Educar para civilizar

Periódicos mineiros como o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública, O Mentor das Brasileiras e O Sexo Feminino* tiveram importante papel na apropriação e difusão de idéias educacionais e "feministas" na sociedade oitocentista, ao divulgar discursos que defendiam a instrução como fundamento do ideal civilizatório.

> Falar em jornal no século XIX significa falar sobre liberdade de expressão, censura de impressão e, especialmente, sobre o papel da imprensa em uma sociedade preocupada com a civilização. Para as elites do momento, civilizar o povo consistia em sua formação moral e intelectual, que deveria corresponder a uma mudança de hábitos e valores, requisito para uma intervenção positiva no meio social.

A mudança da corte portuguesa para o Brasil representou o início de uma fase de mudanças socioculturais, entre as quais se destacam a promoção de festas cívicas, a edificação do Real Teatro de São João, o início oficial da produção impressa e a defesa da imigração européia, com o intuito de branquear a população, especialmente a carioca, mais próxima à corte.[1] A essas intervenções somavam-se a intenção de "iluminar os espíritos" por meio da instrução ministrada numa variada gama de instituições, as quais iam desde os próprios lares até os cursos recém-instalados de engenharia e medicina.

Não sendo, pois, a educação obra apenas da escola, segundo Duarte,[2] também o teatro, verdadeira "escola da moral pública", deveria conscientizar e servir como veículo da razão, devendo para isso seduzir o espectador. Por sua vez, a literatura, por meio de suas linguagens e discursos metaforizados, deveria propagar intenções moralizadoras e civilizatórias. Não menos importante, a imprensa deveria servir como instrumento da ação educacional posta em marcha por uma elite que se auto-representava como portadora dos signos da civilidade.

Se uma das principais prescrições para o século XIX era a obrigação de educar, no cumprimento dessa obrigação a imprensa periódica deveria ter um papel insubstituível. Como afirma Palhares-Burke "é a partir do século XVIII que o jornalismo passa a constituir-se como um instrumento do iluminismo para mudar as idéias e maneiras das pessoas comuns".[3] Contudo, no Brasil, foi no final do período colonial que marcadamente alicerçou-se a crença no poder do impresso de aprimorar a sociedade, e a convicção de que a imprensa periódica, veiculando idéias, possuía grande potencial para educar o público.

A imprensa era vista como o meio mais eficaz de

> Influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas. [...] Tal função insubstituível da imprensa é geralmente justificada pela ausência de outros agentes educativos, como leis e um sistema de educação pública, que, caso existentes, poderiam fazer mais sistemática e formalmente o que o jornalismo fazia informalmente.[4]

Em terras brasileiras, a atividade jornalística tem seu marco inicial oficial em 1808, com a criação da Impressão Régia e a inauguração da *Gazeta do Rio de Janeiro.* Imbuídos do propósito de civilizar a população e da idéia de aprimorar a sociedade, os periódicos nascidos no século XIX se auto-intitulavam "difusores de luz", "veículos da cultura, do progresso e da liberdade". Alguns, como *O Universal*, proclamavam que sua circulação regular e ininterrupta era um instrumento para a propagação das luzes e de um ideário educacional – que se pretendia moderno naquele momento.

A imprensa periódica assumia-se como agente cultural, mobilizador de opiniões e propagador de ideais. Essa busca por autonomia, representada pela periodicidade regular e pela reivindicação de liberdade de imprensa, pode ser um indicativo da construção da própria especificidade do jornalismo. Ao se transformar em prática autônoma e especializada, ao ocupar um lugar socialmente determinado e a partir daí desenvolver suas características específicas, o jornal passaria a alcançar sua legitimidade como discurso autorizado. Como nos chama a atenção França,[5] a narrativa jornalística não se confunde mais com a dos

contadores de histórias ou a dos viajantes que narram mundos estranhos, muito menos com as conversas ao redor do fogo. Trata-se de um discurso que ganha lugar próprio, que exerce seu poder muito além da produção ou da guarda da informação, mas que se afirma pela amplitude de sua divulgação e seu potencial de socialização. Nas páginas da imprensa ecoa a voz dos sujeitos que observam, ouvem e reproduzem em forma de notícia as idéias correntes na sociedade. É, por assim dizer, a

> [...] palavra da sociedade dirigida à própria, a propósito dela mesma. O jornalismo se separa da palavra personalizada e cria um tipo de ligação aberta e particular entre os interlocutores e com o seu tempo. Não se trata mais de sujeitos que falam, mas antes, de sujeitos que observam.[6]

Há fortes indícios de que o impacto da imprensa foi decisivo no Império brasileiro, passando a atingir um número cada vez maior de pessoas, mesmo que a quantidade de leitores ainda fosse muito pequena ao longo do século XIX. A prática da leitura em voz alta, costume da época, no âmbito doméstico ou em público, era valorizada, fazendo com que a palavra impressa fosse difundida para um círculo bem mais alargado do que o de seus leitores propriamente ditos.

Durante o século XIX mais de uma centena de periódicos foram criados em várias partes do Império, embora muitos deles tenham sobrevivido por poucos anos, ou até meses. Em Minas Gerais, somente até meados desse século, teriam sido criados 42 jornais.[7] Esse número mais que dobrou na segunda metade do Oitocentos. Desses jornais, alguns merecem destaque, por contribuírem para uma melhor compreensão da relação entre a imprensa periódica e as propostas de instrução e civilização da população, o que será discutido em seguida.

Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública

O *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* foi criado por uma das 33 sociedades políticas organizadas em Minas Gerais no tumultuado e instável período das Regências.[8] Tais sociedades tinham fins políticos, filantrópicos, literários e pedagógicos, com destaque para a primeira dessas finalidades, isso porque o surto associativo deveu-se, sobretudo, às diferentes posições políticas definidas após a abdicação de Dom Pedro I.

A abdicação de Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, foi celebrada pelos liberais moderados e exaltados como o advento de uma nova era. Contudo a euforia inicial, aos poucos, deu lugar aos conflitos decorrentes de diferentes posturas políticas. Os debates sobre os rumos do governo instalado após a abdicação e a manutenção da tranqüilidade e da segurança pública estavam na ordem do dia. Para os políticos e intelectuais era preciso evitar que o movimento político de 7 de abril se transformasse em revolução social, que comprometeria a integridade do império. Assim, além dos debates políticos, tinham lugar nas páginas desse jornal textos legais e atas de reuniões dos representantes políticos provinciais e imperiais.

Naquele período, a associação foi uma forma de organização e mobilização utilizada pelos intelectuais e políticos no sentido de exercer pressão e conduzir a formação do nascente Estado brasileiro. O referido surto associativo coincidiu com um franco crescimento da imprensa periódica, verificado em todo o Brasil e, de modo especial, no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, províncias muito implicadas nos debates políticos travados após 1831. Os intelectuais e políticos reunidos nessas sociedades utilizaram o jornal como principal meio de divulgação das idéias sobre as questões em debate na sociedade naquele momento.

No bojo desse movimento, diversas associações congêneres, entre elas a Sociedade Promotora da

Instrução Pública, criaram seu próprio periódico. Foi o caso d'*O Vigilante*, órgão da Sociedade Pacificadora, Philantrópica e Defensora da Liberdade e da Constituição de Sabará; do *Opinião Campanhense*, vinculado à Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, de Campanha; e da *Sentinela do Serro*, por meio da qual se expressava a Sociedade Promotora do Bem Público, da Vila do Príncipe.[9]

Criada em Ouro Preto, em 25 de março de 1831, a Sociedade Promotora da Instrução Pública tinha o intuito inicial de manter a biblioteca pública daquela cidade. No entanto, já em seus estatutos declarava que pretendia também

> [...] fazer publicar hum jornal denominado Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública, que contenha notícias verídicas de todas as províncias do Império e principalmente o estado, e progresso da Instrução Pública de Minas, as Estrangeiras, e as doutrinas mais adaptadas à conservação da Monarquia Constitucional.[10]

O *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, cujo primeiro número veio a lume em 1832, era impresso na tipografia d'*O Universal*, em Ouro Preto, e teria circulado, semanalmente, até o ano seguinte ao de sua fundação,[11] embora os exemplares existentes não permitam precisar o período de sua existência.[12]

Seu redator era o destacado membro da elite intelectual moderada mineira, cônego José Antônio Marinho. Padre Marinho, como ficou mais conhecido, foi pároco em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, advogado provisionado, professor particular de primeiras letras na Bahia e de filosofia em São João del-Rei, Congonhas e Ouro Preto, vereador e juiz de Paz respectivamente na primeira e na última vila, onde também lecionou filosofia. Além de redigir o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, ele colaborou intensamente com a imprensa liberal, escrevendo ainda nos periódicos sanjoanenses *Astro de Minas*, *Despertador Mineiro* e *Americano*, bem como no *Constitucuional,* de Ouro Preto. Chefiou, ainda, a redação do *Correio Mercantil* na capital do Império. Segundo Wlamir Silva, padre Marinho "foi ativo parlamentar, cuidando de todos os assuntos, e, sobretudo, de questões ligadas à educação".[13]

A dimensão educativa da imprensa, a crença no poder de aprimorar a sociedade pela difusão da palavra impressa, por meio da circulação de idéias, fez com que os mais diversos assuntos figurassem nas matérias do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, tais como a política, a economia, a saúde e a educação, incluindo-se na discussão desse último tópico a organização e a eficiência da instrução.

A sua leitura permite acompanhar esses debates e possibilita enumerar um conjunto de palavras que, na sua recorrência, deixa-nos entrever a formação de um novo repertório lexical intensamente mobilizado nos primeiros anos da Regência, mas que permaneceu para além daquele momento político. Fazem parte desse repertório as palavras Estado, Nação, legalidade, ordem, liberdade, constitucionalidade, segurança nacional, deveres, direitos, cidadãos, progresso, difusão das luzes, educação, instrução. O excerto transcrito abaixo é muito fecundo para análise das questões postas acima:

> O primeiro dever de um Patriota é fazer todos os esforços, para manter a tranqüilidade pública do seu Paiz, e nisto sobre tudo consiste o verdadeiro amor da Pátria. Sendo as leis, e os costumes o sustentáculo dessa tranqüilidade; é mister que opponhão devacidão, e os vícios, que tendem a destruí-la a severidade das Leis, e a austeridade das virtudes. Eis a origem dos importantes deveres que o bom Cidadão tem a prehencher a prol da Pátria [...].[14]

Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública, n. 62. Ouro Preto, 22 de julho de 1834. Microfilme. Acervo Biblioteca Nacional, RJ.

VOL. 2. SEXTA FEIRA 22 DE JUNHO. N.º 8.

JORNAL

DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUCÇÃO PUBLICA,

NO OURO-PRETO.

Subscreve-se para esta Folha na Typographia do Universal a mil reis por trimestre pagos adiantados.

Igualdade, Liberdade, Justiça; eis d'ora em diante o nosso Codigo, e o nosso estandarte. *Volney.*

Ouro-preto 1832. Na Typografia do Universal.

INTERIOR.

NÃO se falla, não se pensa no Brasil senão em reformas, e sem que se attenda as verdadeiras necessidades da Nação, a maior parte dos Escriptores se embriagão em o bello ideal, e se esquece da realidade.

Mudar, e reformar o pacto Social, é o encanto, as bellezas, o dezejo, que se patenteia. Tambem dezejariamos, e até advogariamos com o maior callor, e afinco, um tal systhema, senão temessemos de chamar sobre nós a responsabilidade dos males, que se nos antolhão com a reforma precipitada, e immatura. Conhecemos que o Brasil não póde deixar de ser um Estado Federado, mas estamos convencido, que a Nação não está ainda disposta para uma tal forma de governo: achamo-nos porem entre dois males, e já que nos não é dado escolher entre o bem, e o mal, a prudencia aconselha que se procure ao menos evitar o maior mal. Muitas são as reformas de que necessitamos, e urgentissimas, e que no nosso modo de pensar devião ser preferidas ás primeiras de que se trata.

O Brasil governado por Leis proprias a conservar a Nação em um perpetuo embrutecimento, e até mesmo a sufocar o dezejo de Liberdade, e Independencia, que a mão da Natureza estampou no coração humano, rompeu os laços coloniaes, e esmigalhando o sceptro de ferro, que o regia, tinha de entrar em uma lucta, talvez mais ponderosa, que a de sua emancipação. Tal éra a reforma da Legislação. Com effeito, o barbaro, e irrisorio Livro quinto das Ordenações, foi substituido pelo Codigo Criminal, que organisado em um tempo calamitoso, foi adaptado ás circunstancias, e incoherente com o presente estado de coisas. O Codigo Criminal portanto deve sofrer alterações indispensaveis. Mas nada clama tão altamente uma reforma como o Poder Judicial. A corrupção dos Magistrados (salvas honrosas excepções), d'esses pequenos despotas, que tem em sua mão a vida, a honra, e a fazenda dos Cidadãos, é extrema: horrorisa a chicana do fôro, e muito ordinariamente o patronato decide das causas. Uma sentença dada no escuro de um gabinete vai decidir dos mais caros interesses do Cidadão, e para torna-la sem effeito, que tempo, que despeza, e que fadigas não são precisas!? Os Advogados, a quem de ordinario se dá a nomiada de bons, não a grangeão pela maior instrucção nas Leis, e nem pela firmeza de caracter, mas sim pela maior destreza em encobrir a verdade, e a justiça das partes, e em chicanar com mais habilidade. O estado presente da legislação judicial abre a porta a todos os roubos, e a todas as injustiças: ninguem está seguro de sua propriedade, pois se houver um apparente motivo, e um habil chicanista, póde a cada momento ser della despojado. E quantas vezes se não tem visto destituirem-se pessoas de seus bens, para se darem a outros por um pretendido direito!! Quantos filhos, e desgraçados orfãos, a quem seus pais deixarão pingues herdades, gemendo carregados com o peso da pobreza, e da mizeria, ao mesmo passo que, seus tutores, ou testamenteiros disfrutão os bens, que tantos suores, e fadigas custárão a seus pais, ou parentes! que immensidade de exemplos nos não seria facil apresentar se quizessemos das idéas geraes descer a casos par-

Em relação ao desenvolvimento econômico provincial, a agricultura, entre outros temas, merecia lugar de destaque:

> É a agricultura a riqueza verdadeira, real, e primeira de um Estado. Os Povos que só se aplicão ao Comercio, d'elle gozão os fructos mas a arvore pertence às Nações dadas à Agricultura. A riqueza de uma Nação, que não tem a sua origem na agricultura, é artificial, e precária; esta na dependencia dos povos extrangeiros, que podem aniquila-la a cada momento [...].[15]

Minas Gerais, de modo especial o centro-sul mineiro, ocupou um lugar de destaque no abastecimento da corte, fato que trouxe ao debate público a questão agrícola. Regina Horta Duarte atribui a importância dada à agricultura, entre outras coisas, às tentativas de controle e sedentarização da "inquieta e heterogênea população mineira".[16] A historiografia relativa à economia da província na primeira metade do século XIX nos oferece elementos importantes para entender o lugar de destaque dado às "lições" de agricultura no *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública.*

O crescimento da atividade agrícola parece mesmo, por diferentes razões, ter mobilizado os políticos e intelectuais mineiros. O tema repercutiu amplamente no *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, o que é evidenciado pela freqüência com que foi tratado no periódico. Apropriando-se de uma prática longeva da Igreja – o uso no catecismo como estratégia de educação –, o jornal manteve um longo e detalhado "Cathecismo de Agricultura", que ocupou mais de 12 números seguidos.[17] Nessa seção, podia-se ler, por exemplo, uma alentada matéria sobre "A cultura e o fabrico do chá".[18] Além das razões expostas acima, segundo Duarte (1995), o afinco dos redatores do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* em publicar lições sobre a atividade agrícola repousaria no parco conhecimento dos mineiros sobre as lides com a terra. Segundo a autora:

> Cultivava-se a terra em "repetidos fogos e plantações sem arte". Os cultivadores abandonavam rapidamente seus cultivos, indo procurar outras matas. Tornavam-se urgentes certas providências, como acostumar o lavrador ao emprego do arado e à instrumentalização de saberes agrícolas.[19]

Ainda no tocante ao desenvolvimento econômico, o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* trouxe em suas páginas texto abertamente propagandístico que visava a incentivar e legitimar a exploração da rede fluvial dos Rios Sapucaí e Rio Doce por duas empresas. No trecho intitulado "Navegação em Minas" lemos:

> Estas duas empresas vão fazer refluir no centro da Província o equivalente de riquezas metálicas que della se tem exportado, seus immensos terrenos produtivos tomarão novo impulso, seu Comercio será mais animado, e o carreto menos dispendioso, emfim a navegação nos trará as vantagens, e commodidades, de que gozão os habitantes da Beira-mar.[20]

Os modos e costumes da "inquieta e heterogênea população mineira" do século XIX aparentemente prescindiam de salubridade,[21] e o redator do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* esteve atento a tal questão. A população brasileira sofria as conseqüências dos precários hábitos de higiene, além da falta de saneamento, sendo que, na década de 1830, encontrava-se ameaçada por epidemias, entre elas a do cólera. Com o intuito de evitar a contaminação e propagação da doença, o jornal publicou um texto no qual anunciava

> [...] os resultados práticos, e os preceitos geraes, que devem servir de guia ás authoridades públicas, e aos cidadãos em particular nas

> circunstancias actuaes, e no caso, não provável, da invasão da moléstia.[22]

Um jornal editado por associação autodenominada "promotora da instrução pública" não poderia deixar de publicar matérias sobre a educação elementar do período. Encontramos em cinco números duas partes de um "Projecto de Estatutos: para os licêos de Instrucção Litterária Elementar da Província de Minas" que pode ser considerado um plano completo de organização da educação escolar. Esse plano define as disciplinas a serem lecionadas, os objetivos gerais e os específicos de cada uma delas e o melhor método para ensiná-las.

Além de discutir os assuntos relativos à educação, a Sociedade Promotora da Instrução Pública empreendeu diversas ações no sentido de auxiliar seu desenvolvimento na província mineira.[23] Essas ações encontram-se descritas principalmente nas sessões intituladas "Artigos d'officio" e nas transcrições das atas das reuniões da Sociedade. Trata-se da criação de aulas de francês, geografia e história ministradas na Biblioteca Pública e de freqüência gratuita,[24] fazendo ainda solicitação, aos seus sócios, de materiais para ministrar essas aulas,[25] propondo subscrição para

> [...] imprimir e espalhar pelos Alumnos das Escollas primárias da Província, a Constituição do Império, Regimentos dos Conselhos Geraes e de Governo, Câmaras Municipais, e Lei da Liberdade de Imprensa.[26]

O *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* se caracteriza, portanto, como um veículo por meio do qual uma parcela dos intelectuais e políticos mineiros buscou educar a população em vários aspectos da convivência social. Nele o leitor deveria aprender que a civilidade relaciona-se ao conjunto dos modos de viver e à própria garantia da vida. A ordem da natureza e a ordem social deveriam ser dadas a ler de modo a criar uma adesão dos leitores às causas defendidas. Nesse particular, como veremos, esse periódico não era distinto dos demais.

Um periódico voltado para as senhoras

Inserido num contexto histórico e político semelhante, era impresso na Vila de São João del-Rei *O Mentor das Brasileiras*, que circulou de 30 de novembro de 1829 a 1º de junho de 1832. Segundo periódico brasileiro voltado para o público feminino,[27] foi o primeiro da Província de Minas Gerais destinado às mulheres e saía, semanalmente, pela tipografia do *Astro de Minas*, tendo sido impressos, ao todo, 129 números.[28]

José Alcibíades Carneiro era um dos redatores, função que conciliava com a de professor da cadeira de gramática latina da vila, de advogado e de colaborar de um outro periódico sanjoanense, o já referido *Astro de Minas*. Alcibíades era um dentre os vários representantes das elites intelectuais e políticas que buscavam expressar e difundir seus ideais através da palavra impressa. Defensor da tendência política liberal moderada, dirigia-se às senhoras brasileiras buscando "doutriná-las" dentro desses ideais, tendo também, como intelocutores, os demais grupos políticos e outros periódicos seus contemporâneos.

Segundo o redator, *O Mentor das Brasileiras* surgiu para eliminar a ignorância que reinava entre o *belo sexo*, considerado a "parte mais influente da sociedade". Entendia-se que a mulher, nos papéis de esposa e mãe, era a responsável pela harmonia familiar e pela educação dos cidadãos para servir à pátria. Logo, era necessário educá-la adequadamente, para o bem geral da nação.[29] A iniciativa de educar as mulheres é, de acordo com esse discurso, inaugurada pelo grupo político dos liberais. Estes buscavam superar uma "visão retrógrada" herdada do antigo regime, com base na

NUMERO 15. 1830. PREÇO 80 REIS.

O MENTOR DAS BRASILEIRAS.

Rendez-vous estimables par votre sagesse, et vos mœurs.

Syst. Soc.

SEXTA FEIRA 12 DE MARÇO.

Dos primeiros fundamentos da educação moral das meninas.

HE já bem demonstrado, que nascendo nós na ignorancia de todas as cousas, destituidos até dos meios necessarios para a mesma conservaçao do estado fisico, expostos a intemperie das estações, e sujeitos a toda sorte de miseria seria sem duvida o espaço da nossa vida o mesmo que o do nosso nascimento, se a naturesa nao tivesse inspirado em nossos progenitores aquelle affecto, que os move a compadecer-se de nossa miseria, a levantar-nos da terra, procurar a nossa nutriçao, desenvolver os orgãos da vida, e por-nos finalmente em estado de pagar o mesmo tributo a nossos filhos. Porem bem pouco aproveitaria, se elles cuidando unicamente na nossa educaçao fisica, se esquecessem inteiramente da nossa educaçao moral, isto he se deixassem o nosso espirito entregue às disposiçoes do acaso, sem o necessario alimento das bôas doutrinas, que os provectos adquirirao por huma continua serie de experiencia: neste estado pouco, ou nada distariamos das brutas feras, cujo instincto melhor, que o nosso talvez as collocaria em circumstancias mais favoraveis.

Eis aqui porque tanto deve crescer o nosso reconhecimento de amor, e gratidao para com os nossos pais, quanto for o grào de educaçao

Jornal *O Mentor das Brasileiras*, n. 15. São João del-Rei, 12 de março de 1830. Microfilme. Acervo Biblioteca Nacional, RJ.

qual os “déspotas” mantinham a estagnação intelectual da população para facilitar sua submissão ao governo absoluto.

A partir dessas referências, criou-se o jornal, um veículo irradiador de lições de política e moral, visando à educação das mulheres brasileiras. A melhor compreensão dessas propostas educativas voltadas para o público feminino, nas primeiras décadas do século XIX, deve levar em consideração a análise dos diversos textos inseridos em cada número do jornal. Tratava-se de um trabalho de apropriação que envolvia a seleção dos conteúdos e a adaptação dos mesmos para o público leitor ao qual se dirigia.

O Mentor das Brasileiras teria circulado não só nas principais vilas de Minas Gerais, como Ouro Preto, Mariana, Campanha e Sabará, mas também pelas províncias contíguas, em especial Rio de Janeiro, São Paulo e até a distante Pernambuco. Constatação disso é o fato de que suas matérias foram citadas por jornais dessas localidades, como *O Farol Paulistano*, *O Tribuno do Povo*, *O Republico*, *Aurora Fluminense*, *Luz Brasileira*, *O Universal*, *O Popular*. Da mesma forma, *O Mentor* utilizou como fonte para suas matérias cerca de 50 periódicos das mais diversas partes do Brasil e de outros países.

Essa prática era característica dos jornais da primeira fase do periodismo no Brasil e possibilita visualizar, por um lado, a fluidez com que as idéias circulavam e eram incorporadas pelos veículos impressos, numa “intertextualidade desenfreada”.[30] Isso resultava num texto híbrido, cuja autoria era sempre relativa. Por outro lado, uma rede sustentada por alianças políticas era estabelecida e fortalecida por meio da circulação dos impressos periódicos.

O periódico que mais se destacou pelo alto índice de citação por *O Mentor das Brasileiras* foi o carioca *O Simplício* (1831-1833). A freqüência com que essas citações se deram pode ser explicada pelo tom direto e incisivo com o qual criticava o luxo nas roupas, os rituais e hábitos aristocráticos e o descuido com o “cultivo do espírito”, tanto pelas moças quanto pelos rapazes, repertório esse já há muito presente no periódico sanjoanense. Essa crítica se baseava na idéia de que o gosto pelo luxo era um dos principais sustentáculos dos Estados monárquicos e despóticos, uma vez que a servidão e a desigualdade de fortunas era condição para a manutenção da opulência dos grandes reinos.

Além das matérias de outros jornais, *O Mentor das Brasileiras* se destaca pela inclusão e adaptação de livros nas matérias publicadas. Muitos deles fizeram parte do universo impresso em circulação em São João del-Rei, seja por compor o acervo da biblioteca pública da vila, seja por constar em inventários ou testamentos de seus subscritores.[31] Entre os autores resenhados ou adaptados, incluem-se Adam Smith, Diderot, Plutarco, La Fontaine, Montesquieu, Rousseau, Thomas Paine e Voltaire. Outros, como Bonnin, Fenelon, Volney, Jouy e Phedro figuram como autores cujas obras aparecem entre os títulos mais solicitados nos pedidos encaminhados à Mesa do Desembargo do Paço-RJ, no início do século XIX, igualmente constantes em inventários referentes ao Rio de Janeiro.[32]

A ampla circulação e a disponibilidade figurariam entre as primeiras condições para a requisição desses livros. Quanto aos assuntos tratados, do ponto de vista dos editores do jornal, tanto mais interessantes seriam se propiciassem e alimentassem discussões sobre as formas de governo, tais como as vantagens da monarquia constitucional e a ruína e infelicidade que resultariam da monarquia absoluta. A adaptação das fábulas de Phedro (15 a.C.-50 d.C.) para a reflexão sobre os assuntos políticos e morais atuais é um bom exemplo de como a apropriação dos textos dava origem a outros textos, com novos significados.

Na fábula *O velho e o burro,* publicada n'*O Mentor das Brasileiras*, o burro se recusa a apressar os passos para se livrar e ao seu patrão dos ladrões que os perseguiam, já que, segundo este último, mesmo passando à propriedade dos ladrões, ele jamais deixaria de transportar as pesadas cargas de costume. O redator de *O Mentor* sobrepõe-se à interpretação originalmente sugerida e faz uma longa discussão acerca da situação política do primeiro reinado:

> Nunca queremos Monarca sem Constituição nem Constituição sem Monarca. Por defendermos a Constituição, daremos a própria vida, e não nos tornaremos inertes, à maneira do burro da fábula. Para um fim tão justo, qual é sustentar a liberdade, nenhuma mãe negará seu filho, nenhuma esposa impedirá com imprudentes lágrimas os passos de seu marido [...].[33]

Além de prescrever as atitudes e apontar os valores que deveriam ser seguidos pelas mulheres em defesa da pátria, a função do jornal era também a de combater os comportamentos ou hábitos que se distanciavam desses modelos, baseados na moral cristã. A entrega das mulheres à luxúria era um temor eminente e foi discutido de forma exemplar por Edward Young (1683-1765) em seu livro *Os castigos da prostituição*.[34] Nele se narra que uma jovem, arrependida por ter se entregado a um amante, viu sua vida arruinada para sempre, fazendo da prostituição seu meio de subsistência. Tal livro foi reproduzido parcialmente pelo jornal, tomando-se o cuidado de omitir os longos trechos argumentativos e descritivos, considerados inapropriados para a leitura das senhoras castas e virtuosas, por atacarem o pudor e excitar a imaginação.

O jornal estabelecia também uma interessante interlocução com a educação escolar, atividade ainda incipiente no início do Oitocentos.[35] Foi por meio dos jornais que muitos debates em torno da organização da instrução pública ganharam ampla circulação, leis e atas de reuniões referentes ao tema, que eram publicados pelos periódicos.[36] Além desse papel de difusão, que auxiliava a legitimação da escola enquanto instância educativa, o jornal também assumia o papel de fiscalização e controle, visto que era o instrumento utilizado para tornar públicos os acontecimentos escolares, tais como abertura e provimento de escolas, divulgação e resultado dos exames públicos, freqüência de alunos, entre outros.

É possível, portanto, acompanhar por meio dos jornais o estabelecimento das primeiras escolas públicas para meninas em Minas Gerais, assim como algumas atividades escolares, já que os periódicos reproduziam e difundiam o entusiasmo de professoras, alunas e da população em geral em torno da escolarização feminina. O jornal, sob esse aspecto, deve ser compreendido não apenas como fonte desses registros, mas como participante do processo de implementação e legitimação das escolas nas primeiras décadas do período imperial brasileiro.

O Mentor das Brasileiras, com suas características e especificidades, oferece um interessante e vasto material para o estudo da educação da mulher, no âmbito escolar, e também para o entendimento mais amplo da educação, contendo ainda elementos para reflexões sobre a cultura impressa, a cultura política e as questões de gênero naquele período.

Feito pelas mulheres

Já na segunda metade do século XIX, alicerçada por um ainda incipiente movimento "feminista", nascia a imprensa brasileira feita pelas próprias mulheres. Especialmente durante o último quartel do século, o Brasil foi o país latino-americano onde o jornalismo "feminista" demonstrou maior vigor.[37] Francisca Senhorinha da Motta Diniz,

Retratos de mulheres brasileiras, século XIX. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de; STROZENBERG, Ilana. *Álbum de família*. Rio de Janeiro: Comunicação Contemporânea, 1992. Comunicação Contemporânea, 1992.

redatora e proprietária do jornal *O Sexo Feminino*, é um nome de destaque dentre aquelas que se lançaram à palavra pública, por via do meio impresso.

Nascida em São João del-Rei, Francisca Diniz atuava como professora pública na cidade mineira de Campanha, onde vivia junto ao marido, o também professor e jornalista Joaquim Diniz, e as duas filhas do casal, Amália e Albertina Diniz. A família se dividia entre as lides da imprensa e o magistério.

Semanário dedicado aos interesses da mulher, segundo sua própria descrição, *O Sexo Feminino* tem seu primeiro número – dos 44 que se seguiriam – editado em 7 de setembro de 1873. A circulação foi interrompida na mesma data do ano seguinte, quando a redatora e editora anuncia sua transferência para a cidade do Rio de Janeiro, onde continuaria a publicar jornais, em meio a uma efervescente imprensa dirigida e editada por mulheres.[38]

A permanência de edições semanais por 12 meses ininterruptos em Campanha, pode ser considerada exitosa, se levarmos em conta as dificuldades de manutenção de uma publicação jornalística,[39] sobretudo em se tratando de um jornal produzido por mulheres. Contudo, o fato de

Francisca Diniz utilizar-se da tipografia de seu marido, proprietário do jornal *O Monarchista*, possivelmente ajudou a tornar a empreitada menos árida. Sua tiragem alcançava média de 800 exemplares[40] e, após os dez primeiros números do semanário, foram reimpressos outros 4.000.[41] Uma marca significativa para o período, sobretudo se considerarmos que o número de leitoras em potencial não alcançava um décimo da população de Campanha.[42]

O Sexo Feminino despontava com o intuito de fazer companhia aos intelectuais que dominavam a imprensa de seu tempo. Surgia praticamente meio século após a liberalização da impressão no Brasil,[43] sendo um dos primeiros jornais nacionais escritos por mulher.[44] Vinha com o objetivo de questionar a condição social feminina, posicionando-se frente a questões políticas, culturais e educacionais. Lançando-se como órgão civilizador, se opunha à pena de morte, à escravidão e lutava pelo acesso ao saber e pela maior representatividade política e social da mulher.

A escrita feminina, tendo *O Sexo Feminino* como porta-voz, deveria abrir caminhos para a inauguração de uma rede de sociabilidades entre mulheres anônimas em diálogo com escritoras renomadas como Narcisa Amália e Georg Sand. O trecho a seguir, extraído de um artigo intitulado "O que queremos?", é revelador de suas reivindicações e lamentava o estado de ignorância de direitos em que vivia a mulher. Tratava-se de reavê-los, e não propriamente de conquistá-los. A estratégia discursiva remete à necessidade de reconhecimento de direitos naturais que vinham sendo negados ou desrespeitados.

> Queremos a nossa emancipação –
> a regeneração dos costumes;
> Queremos reaver nossos direitos perdidos;
> Queremos a educação verdadeira que não
> se nos tem dado a fim de que possamos
> educar também nossos filhos;
> Queremos a instrução pura para conhecermos
> os nossos direitos, e deles usarmos em
> ocasião oportuna;
> Queremos conhecer os negócios de nosso
> casal, para bem administrarmo-los quando
> a isso formos obrigadas;
> Queremos enfim saber o que fazemos,
> o porquê e o pelo quê das coisas;
> Queremos ser companheiras de nossos
> maridos, e não escravas;
> Queremos saber o como se fazem
> os negócios fora de casa;
> Só o que não queremos é continuar
> a viver enganadas.[45]

A educação e instrução femininas certamente representavam um dos principais direitos reivindicados como condição para se alcançar maior valorização das mulheres, que iam desde a esfera doméstica a uma progressiva ocupação no mercado de trabalho, assim como maior participação política. Nesse último ponto, tateava-se de forma cautelosa. Reivindicações junto aos legisladores, aos quais *O Sexo Feminino* cobrava intervenções mais efetivas no que entendia serem os "interesses da mulher", demarcam sua percepção sobre o campo político, entendido como campo de poder.

A despeito dessa percepção, o voto feminino não aparece explicitamente em seu horizonte de reivindicações, senão como um ideal ainda distante. É o que se percebe quando o jornal trata, com certa ironia, do descaso dos homens quanto à votação das mulheres, sobre o direito de "votarem e serem votadas, que é o que, aliás, constitui verdadeira utopia na atualidade, e enquanto os homens não forem anjos; mas, entretanto, permanece e vai continuando na representação da tal farsa eleitoral".[46]

De maneira sutil, Francisca Senhorinha desenhava argumentos para a sustentação daquilo que viria a ser uma de suas principais frentes de batalha, ou seja, o sufrágio feminino. Em publicações subseqüentes, com destaque para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino (1889/1893)*, editado no Rio de Janeiro, em um contexto mais propício ao

movimento "feminista", ela assumia, de forma contundente, sua posição favorável ao voto da mulher. Essa atitude sugere o próprio movimento vivenciado pela sociedade brasileira que, em meados do século XIX, alimentada por ares de liberdade, buscava eleger a imprensa como um *locus* privilegiado de ampliação do espaço democrático, inclusive no que se refere ao sufrágio feminino.

O direito ao voto da mulher era entendido como um desejo utópico, sobretudo se considerarmos que, nos primeiros anos da década de 1870, o número de eleitores era pequeno e, mesmo entre a maioria dos homens, era um direito ainda por se conquistar, pois para o eleitor se exigia uma renda mínima e certo grau de alfabetização. Assim como outras constituições latino-americanas, as leis brasileiras não faziam menção proibitiva, de forma direta, ao voto da mulher, uma vez que o título de cidadão era concedido somente aos homens. Contudo, não faltava fôlego para que algumas mulheres, por meio da imprensa, reivindicassem participação feminina em outros níveis, dando contornos de legitimidade à sua atuação política que culminaria na conquista do voto feminino nas décadas seguintes.

A causa "feminista" se fortalecia à medida que se solidarizava com argumentações em favor de uma sociedade mais igualitária, inclusive no que se referia aos escravos. Sem matérias específicas, a escravidão aparecia no jornal, em momentos pontuais, como uma prática incompatível com o mundo civilizado. Assim, pode-se ler no editorial de 20 de setembro de 1873:

> Não há maior erro, mais triste ingenuidade do que dizer-se que o século XIX é o século das luzes, existindo a escravatura e a pena de morte, os dois maiores crimes do mundo bárbaro, ainda conservados no mundo civilizado.

Com a proibição do tráfico negreiro no Brasil, em 1850, acelerou-se a luta pela libertação dos escravos, contando com uma adesão bastante significativa de algumas mulheres que, nas décadas seguintes, chegaram a organizar sociedades abolicionistas. De acordo com Maria Amélia Teles, a forma de participação das mulheres abolicionistas denunciava sua própria condição de subordinação.[47] Elas garantiam a infra-estrutura da campanha, vendendo doces, flores, tocando piano e cantando nas festas, como formas de levantar finanças em prol do movimento abolicionista.

Narcisa Amália, uma das poetisas colaboradoras de *O Sexo Feminino*, era uma abolicionista que, simpatizante de Nísia Floresta,[48] defendeu a abolição da escravatura, a causa republicana e a educação e emancipação da mulher. Contudo, em seus textos no periódico, ela não defendia a plataforma anti-escravagista. A maneira pouco expressiva como a questão da escravidão aparece nos números iniciais de *O Sexo Feminino* nos dá a dimensão de como a imprensa ainda gestava tais discussões, que foram tomando corpo, sobretudo na década de 1880, o que se reflete inclusive em publicações subseqüentes do jornal.

Em *O Sexo Feminino* percebemos diferenciações e variações no padrão historicamente produzido que identifica a mulher, por sua formação e educação, ao ideário monolítico de reclusão domiciliar. Por meio da valorização do desempenho do papel materno e no reconhecimento de sua intervenção moralizadora no seio da sociedade, a mulher reivindicava para si, por meio da imprensa, a conquista de uma centralidade que desconhecia até então. Esse discurso de promoção da mulher teria sido o "pontapé inicial" para posteriores conquistas de espaços até então exclusivamente destinados ao sexo masculino. Para além da afirmação de um novo perfil no interior da família, essas reivindicações foram se complexificando em sua progressiva inserção pública, transformando-se em luta política pela conquista da cidadania feminina, transpondo o espaço da casa, pleiteando outros, como as instituições de ensino superior e os espaços profissionais.

Considerações finais

Como vimos, no século XIX a imprensa periódica buscava cumprir, das mais diversas formas, um papel pedagógico e civilizador, situando-se no espaço intermediário entre o modelo de sociedade que acreditava ser necessário combater e o projeto da que pretendia instituir, veiculando padrões de comportamento, hábitos e valores. Os jornais faziam, assim, parte de uma ampla estratégia educativa e civilizatória e se autoproclamavam difusores das "luzes".

No sentido de concretizar esse intuito, editores, redatores e colaboradores – entre os quais se incluíam algumas mulheres – punham em circulação nas suas páginas um conjunto de idéias, de expressões, de palavras, de modos de ver e de pensar a realidade que em muito contribuíram para a construção e, às vezes, para a crítica de nossa realidade social. O léxico político mobilizado, as propostas de instrução divulgadas, as críticas e/ou adesões às iniciativas estatais davam à imprensa um lugar de destaque no cenário político-cultural do Império. A todos esses aspectos devem-se somar aqueles relacionados à própria constituição do público leitor e dos "profissionais" da imprensa, todos eles envolvidos na difícil construção da opinião e da esfera públicas no Brasil.

Notas |

1. CHAMON, Carla Simone. Festejos imperiais – festas cívicas em Minas Gerais 1815/1845. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Fafich, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996; ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil* – império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; IGLESIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil Monárquico*: dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Difel, 1964. v. 2, t. 2, p. 364-412.

2. DUARTE, Regina Horta. A fuga de Bach e o ano de 1938: para uma perspectiva contrapontística da história. In: _____. *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p.13-34.

3. PALHARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa como uma empresa educativa no século XIX. *Caderno de pesquisa*, n. 104, p.144-163, jul. 1998.

4. PALHARES-BURKE. A imprensa como uma empresa educativa no século XIX..., p. 147.

5. FRANÇA, Jean M. Carvalho. Aspectos civilizatórios da passagem de D. João VI pelo Rio de Janeiro. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 27, p.17-27, jul. 1998.

6. FRANÇA. Aspectos civilizatórios da passagem de D. João VI pelo Rio de Janeiro..., p. 29.

7. VEIGA, Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano III, p. 169-250, 1898.

8. Arquivo Público Mineiro (doravante APM). SP PP 1/7, cx. 02.

9. VEIGA. A imprensa em Minas Gerais...

10. Artigo 3º, APM, SP PP1/42, cx. 01, env. 41. Na versão definitiva do Estatuto, a consolidação da monarquia hereditária constitucional representativa foi substituída por sistema constitucional.

11. VEIGA. A imprensa em Minas Gerais..., p. 196.

12. Encontram-se no acervo da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, exemplares publicados entre 22 de junho de 1832 (nº 8) e 29 de julho de 1834 (nº 62). Como boa parte dos jornais da primeira metade do século XIX, o da SPIP contém quatro páginas. A primeira página, a diagramação, as sessões que o compõem, o tamanho, enfim, a materialidade do jornal é muito parecida com o conhecido *O Universal*.

13. SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*: a construção da hegemonia liberal-moderada na Provícia de Minas Gerais (1830-1834). Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002. p.108.

14. *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 21, 13/10/1832, p. 63.

15. *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 24, 08/11/1832, p. 75.

16. DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses*: espetáculo de circos e teatros em Minas Gerais no século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

17. Como não possuímos todos os números do jornal, não é possível precisar quando se iniciou tal publicação, mas no n. 14, de 7 de setembro de 1832, encontramos a "Lição XI", o que indica que a publicação havia se iniciado em número anterior. As lições do Cathecismo de Agricultura podem ser encontradas em mais 12 números do jornal. A última lição localizada foi a "Lição LVII" no n. 36, na página 122 do jornal, datado de 23 de fevereiro de 1833. O conteúdo e a falha no acervo (do n. 36 salta para o n. 41) indicam que esta não foi a última lição do catecismo a circular.

18. Tal matéria consta nos números 52, 53, 54, 56 e 61 do jornal, mas, assim como as lições do Cathecismo de Agricultura, não encontramos o final da matéria, devido à falha no acervo.

19. DUARTE. *Noites circenses*..., p. 70.

20. *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 44, 04/02/1834, p. 2.

21. DUARTE. *Noites circenses*...

22. *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 24, 08/11/1832, p. 74. O texto está dividido em duas sessões intituladas respectivamente: Hygiene Publica, ou Conselhos ás Authoridades no caso de ameaça ou invasão do Cholera-morbus e Hygiene Privada, ou Conselhos aos cidadãos em caso de ameaça ou invasão do Cholera-morbus. Cf. ainda *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 24-28.

23. Ações da Sociedade Promotora de Ouro Preto em prol do desenvolvimento da Instrução Pública em Minas Gerais foram também levantadas

a partir de outras fontes e analisadas em INÁCIO, M. S. A trajetória da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto (1831/1838). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Percursos e desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. 6., *Anais*... Uberlândia, 2006. p. 378-379.

24. *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 18, 18/09/1832, p. 1.

25. *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, 13/10/1832, n. 21, p. 1; n. 26, 07/12/1832, p. 84.

26. *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 22, 10/1832, p. 67.

27. O primeiro periódico voltado para as mulheres, do qual se tem notícia, é o *Espelho Diamantino*, publicado no Rio de Janeiro em 1827-1828.

28. Possuía oito páginas e tinha dimensões menores que os principais periódicos do período, medindo 14,7 x 19,7 cm.

29. *O Mentor das Brasileiras*, n. 1, 30/11/1829, p. 1.

30. DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington*: um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 88.

31. MORAIS, Christianni C. Para aumento da instrução da mocidade da nossa pátria: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

32. ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros.* Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/ALB/Fapesp, 2003.

33. *O Mentor das Brasileiras*, n. 6, 06/11/1830, p. 41-45.

34. YOUNG, Edward. *O castigo da prostituição:* conto moral traduzido do francez por ***. Lisboa, na Impressão Régia, 1818, p. 26-28. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>.

35. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

36. FARIA FILHO, Luciano Mendes; SOUZA, Laurena Cristina Belo de. O jornal como fonte para história da educação: um estudo sobre jornais mineiros do século XIX. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2., *Atas*... São Paulo: Faculdade de Educação USP, 2000, v.. 2.; FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150; FARIA FILHO, Luciano Mendes; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquiria Miranda. *Educação elementar*: Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

37. TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1993.

38. *O Sexo Feminino* iria então se somar à efervescente imprensa feminina da corte, experiência que se caracterizaria por certa inconstância. Seu primeiro número sairia em 1875, continuando até o ano de 1877. Em 1880, Francisca Diniz publica uma revista semanal chamada *Primavera*. De 1887 a 1889, retoma a publicação de *O Sexo Feminino* e, com a República proclamada, em um maior engajamento político, edita quinzenalmente *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Além disso, colaborou com os jornais *Estação* e *A Voz da Verdade*, conforme informações de BLAKE, Augusto Victoriano Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brazileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893, vol.2.

39. Dificuldades traduzidas pelo elevado número de jornais de vida efêmera durante o século XIX, segundo GONÇALVES, João Luiz Traverso. *A geografia da imprensa em Minas Gerais do século XIX*: uma conexão com as redes de cidades da província. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

40. *O Sexo Feminino*, n. 45, 7/09/1874, p. 1.

41. "Esta reimpressão tem por fim: 1º - satisfazer às reclamações dos assinantes que exigem os números anteriormente publicados; 2º - formar series décuplas que vão ser postas à venda na Corte; 3º - fazer-se coleção do periódico no fim do ano". (*O Sexo Feminino*, n. 11, 15/11/1873).

42. De uma população total de 20.071 pessoas em Campanha, apenas 1.458 mulheres sabiam ler e escrever em 1872, número um pouco superior à diminuta média nacional, que era de 5,5% do total da população, segundo dados do Recenseamento daquele ano. A título de comparação, o índice de homens letrados, em 1872, era de cerca de 10% da população total, segundo dados apresentados por HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino*: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 75.

43. A imprensa livre foi institucionalizada no Brasil após 1822, quando se aboliu a censura prévia no país, que vigorava desde 1808. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

44. Antes de *O Sexo Feminino*, dois jornais haviam sido publicados por mulheres: *Jornal das Senhoras*, fundado por Joana Paulo Manso de Noronha, em 1852; e o *Bello Sexo*, escrito por Julia de Albuquerque Sandy Aguiar, em 1862.

45. *O Sexo Feminino*, n. 08, 25/10/1873, p. 2.

46. *O Sexo Feminino*, n. 18, 14/01/1874, p. 2.

47. TELES. *Breve história do feminismo no Brasil*...

48. Nascida no Rio Grande do Norte (1810-1885) teve importante atuação política, social e literária, não somente no Brasil como em vários países da Europa. Publicou seus escritos em livros e jornais, sempre tratando de assuntos polêmicos para a época e é considerada precursora do feminismo no Brasil. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras Brasileiras do século XIX. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 175-193*).

Luciano Mendes de Faria Filho é doutor em Educação e professor de história da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE-UFMG). **Cecília Vieira do Nascimento** é doutoranda da FaE-UFMG. **Marcilaine Soares Inácio** é também doutoranda da FaE-UFMG. **Mônica Yumi Jinzenji** é doutora em Educação pela mesma instituição. Todos os autores são pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE-FaE-UFMG).

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Comércio & propaganda nos periódicos oitocentistas

Marcelo Magalhães Godoy

Mantendo seções para a publicação regular de anúncios, os jornais mineiros do Oitocentos oferecem indicadores valiosos sobre a expressiva atividade comercial na província e documentam as diversas maneiras com que os negociantes se apresentavam ao mercado consumidor.

> *Astuto negociante,*
Lá por uma, ou outra vez,
Um calculado presente
Endereça ao bom freguez.
Tem por fim com este engodo
Captar a gratidão
D'aquelle de quem depende,
D'aquelle que dá-lhe a mão.
Vae nelle assim despertando
Da gratidão o ardor
Por mimos, que já pagara
Por triplicado valor.[1]

Na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento das atividades mercantis de Minas Gerais realizava-se sob a permanência de práticas e valores tradicionais e, ao mesmo tempo, sob a emergência de métodos e referências modernas. Originalmente, o negociante oitocentista somente endereçaria os mimos sugeridos nos versos acima a freguês regular, consumidor contumaz. As relações tendiam a ser pessoais, fortemente marcadas por traços de fidelidade de uma parte e de solicitude de outra. O lucro assumia a forma de engodo, a acumulação mercantil poderia pressupor familiaridade ou, não poucas vezes, amizade.

Entre as muitas possibilidades dos periódicos mineiros do século XIX, é provável que nas seções de anúncios encontre-se o maior potencial para a pesquisa que pressuponha fontes de caráter seriado. Se considerados como um único grande conjunto documental, os jornais oitocentistas apresentam larga cobertura espacial e amplitude temporal.[2] Das muitas temáticas e seções, os anúncios distinguiam-se por regularidade não encontrada nas demais unidades de informação dos periódicos. Conquanto, de modo geral, aparentem certa timidez no uso de recursos de persuasão publicitária, excessiva objetividade descritiva e simplicidade na utilização de recursos gráficos,[3] os anúncios de estabelecimentos comerciais oferecem farto material para o conhecimento de muitos aspectos do mundo das atividades mercantis mineiras do Dezenove.

Na conformação da identidade do urbano do Oitocentos, as atividades comerciais ocupavam posição de destaque. Em Minas Gerais, o desenvolvimento do comércio, em geral acompanhado da prestação de serviços especializados e de incipiente setor de transformação, era fator decisivo a distinguir a cidade do campo.[4] Portanto, o caráter e a extensão da presença de estabelecimentos comerciais nas seções de anúncios dos jornais refletia a importância do setor e indiciava, no particular, a magnitude da dinâmica em curso de aprofundamento da diferenciação do urbano em Minas Gerais, bem como, no geral, o processo de modernização que conduziu, em seu termo, ao estabelecimento de formação econômica e social capitalista.[5]

Tempo, espaço, orientação e longevidade

Para a finalidade deste trabalho, foram selecionados 61 anúncios de estabelecimentos comerciais, recolhidos em 21 jornais do período provincial. A maioria das propagandas refere-se à segunda metade da centúria, distribuída de forma equilibrada pelas décadas de 1850 a 1880. Das sete localidades contempladas, Ouro Preto, capital da província, respondeu por quase 60% dos anúncios escolhidos, Campanha por pouco menos de um quarto, Diamantina não alcançou a décima parte, e as demais cidades somaram 10%. Os jornais eram editados em sedes municipais, importantes centros regionais. Excetuada a cidade de Montes Claros, na região do Sertão, todas as demais se localizavam em regiões economicamente dinâmicas. A região Mineradora Central-Oeste totalizou quase 60% das propagandas selecionadas, a Sul-Central respondeu por uma quarta parte, e as regiões Sudeste, a de Diamantina, Mata e Sertão pelos casos restantes.[6]

No universo de jornais em que foram recolhidos os anúncios, constatou-se que o alinhamento político e/ou partidário era fator determinante da orientação editorial. Veículos de informação da administração pública, como o ouro-pretano *Correio Oficial de Minas*, órgão do governo provincial, conviviam com gazetas de oposição, como o campanhense *Colombo*, órgão republicano e abolicionista.[7]

Os nomes dos periódicos remetiam a referências geográficas, a espaços regionais, como o montes-clarense *Correio do Norte* e o pouso-alegrense *Valle-Sapucahy*; identificavam espaços locais, como o jornal *O Leopoldinense*, folha de cidade da região da Mata; e tencionavam fixar imagem de isenção informativa, como o sanjoanense *O Amigo da Verdade*.

As diversas periodicidades dos jornais mineiros do Dezenove dificultam a precisa determinação de longevidade a partir dos exemplares remanescentes. Diários, hebdomadários, quinzenários ou ainda edições com intervalos irregulares, as evidências são de periódicos com tempo de existência muito variável. Há indícios de que os jornais da capital eram mais longevos; nas demais cidades, tendiam a trajetórias de curta duração. O *Colombo*, folha de Campanha, figura como notável exceção: foram recolhidos anúncios em intervalo que cobre os anos de 1873 a 1881.

Representatividade, circulação e freqüência

Os anúncios selecionados são representativos do comércio estabelecido nas cidades. Contemplam negociantes de centros urbanos de importância regional, que anunciavam em jornais sediados em cidades com periódicos próprios, e, em menor proporção, comerciantes de pequenas localidades, que veiculavam propagandas nos jornais de cidades-pólo de suas regiões. Os custos dos anúncios deviam representar importante interdição para os proprietários de casas de negócio

LOJA NOVA BARATEIRA

DE

JAMES NICOLSON & C.ia

DIAMANTINA

Ha nesta casa o mais completo sortimento de *Fazendas, Armarinho, Modas, Chapeus, Roupa feita, Ferragens, Ferro batido, Objectos para escriptorio, Livros classicos, livros em branco, Papel de todas as qualidades, Caixas de tiralinhas e de tintas para desenho. Vidros, Molduras, enxovaes para baptisados, altas novidades em objectos de lã para Senhoras, Molhados, Louça, Cobre, Calçados, Arreios, Couros, Objectos de viagem, Cêra em vellas, Espingardas*, e bem assim muitos outros objectos de primeira necessidade, que seria difficil enumerar. Tudo comprado a dinheiro, nas principaes casas da Côrte.

O socio, abaixo assignado, chama a attenção de seus amigos e freguezes para este novo estabelecimento. Esperando continuar a merecer a protecção que, sempre, lhe dispensaram, promette empregar todos os esforços, afim de corresponder á confiança que lhe depositarem.

Montes Claros, 10 de Março de 1884.

DOMINGOS PEREIRA DE CASTRO.

Figura 1: Loja Nova Barateira; *Correio do Norte*, Montes Claros, 23/03/1884.

de pequeno porte dos espaços urbanos, assim como para os negociantes com estabelecimentos de estrada, praticamente excluindo-os dos periódicos do século XIX.

A presença de anunciantes de pequenas cidades em jornais de centros de importância regional evidencia a circulação dos periódicos fora dos espaços urbanos em que eram editados e/ou a percepção, por parte desses negociantes vicinais, da possibilidade de projeção de seus estabelecimentos para além dos mercados consumidores locais. A veiculação, em jornal de Ouro Preto, da propaganda de negociante e hospedeiro de Congonhas do Sabará, localidade distante quase 15 léguas, revela a ampla área de influência dos periódicos da capital provincial.[8]

Os anúncios sugerem que centros regionais de dilatada importância projetavam sua ascendência sobre as

áreas de influência de centros regionais de menor expressão. Em meados da década de 1880, a loja "Nova Barateira", de Diamantina, anunciava em jornal da cidade de Montes Claros (figura 1).[9] O sócio-proprietário Domingos Ferreira de Castro, provável representante comercial local, conferiu destaque ao nome do consócio James Nicolson, descreveu a variedade e origem das mercadorias do estabelecimento, apelou à fidelidade de seus clientes e prometeu atendimento condigno.

Redes de estabelecimentos também indiciavam circulação espacialmente ampliada dos jornais. Foram documentados anúncios de duas casas comerciais concorrentes que divulgaram, simultaneamente, seus estabelecimentos-matrizes, localizados em centro regional, e suas filiais, situadas em localidades vizinhas.[10] As propagandas foram veiculadas em periódico de Campanha, com indicação das cidades em que estavam estabelecidas as sucursais.

Foram encontradas evidências de atípica circulação dos órgãos de informação oficiais, que eram impressos em Ouro Preto. Para além da área de influência da capital provincial, periódicos de Ouro Preto deviam alcançar espaços subordinados a outros centros regionais, mas que regularmente recebiam as folhas oficiais. Ilustrativa é a rogativa de dois irmãos farmacêuticos de Muriaé, cidade a quase 40 léguas de Ouro Preto e próxima à divisa de Minas Gerais com o norte fluminense, para que seus clientes continuassem a freqüentar o estabelecimento especializado.[11] O anúncio divulgado no *Diário de Minas* só poderia dirigir-se a consumidores locais ou das circunvizinhanças, especialmente tratando-se de mercadorias destinadas ao atendimento de necessidades específicas e não-regulares.

Parte expressiva dos anunciantes comprava pacote para inserções em vários números seguidos do mesmo jornal. Da mesma forma, não eram incomuns anúncios descontínuos. Às vezes a propaganda de estabelecimento comercial ganhava divulgação em diversos números não-seqüenciados do mesmo periódico. Também foram registrados casos de anunciantes que divulgaram seus estabelecimentos em jornais distintos, embora da mesma cidade.

As casas de negócios, seus nomes e proprietários

No período provincial, apenas um em cada três estabelecimentos comerciais possuía identificação não exclusivamente resumida ao nome do proprietário. Os nomes das casas de negócio remetiam também a dimensão e/ou natureza do estoque ("Grande Empório"), modicidade dos preços ("Barateza" ou "Barateira"), intenção de apresentar-se como estabelecimento moderno ("Açougue Progresso" ou "Paris na América"), entre outras remissões.

A identificação raramente estava dissociada do nome do proprietário. No anúncio de "A Exposição" foi dado destaque ao endereço do estabelecimento, embora o nome do proprietário figure no fechamento do texto (figura 2).[12] Raro anúncio associado a festividades sazonais, essa propaganda foi orientada para mercadorias de consumo irregular, notadamente comestíveis e bebidas sofisticadas. Na publicidade do "Hotel Alliança" era estreita a ligação com o nome do proprietário (figura 3).[13] Além dos muitos serviços oferecidos, funcionava, anexa ao hotel, diversificada casa comercial.

Em menos de 10% dos anúncios recolhidos o nome do proprietário não figura no texto publicitário. A regular associação do negociante à casa de negócio ressalta o caráter pessoal das relações de consumo. O prestígio do proprietário era a principal garantia de idoneidade do estabelecimento. A tradição, expressa no longevo envolvimento do negociante com a atividade, atestava a confiabilidade da casa de negócio. A propaganda fortemente vincada pelo caráter pessoal é índice

EXPOSIÇÃO
A RUA DE S. JOSÉ N. 29
PRESENTE PARA FESTAS DE
NATAL, ANNO BOM E REIS.

N'este estabelecimento o respeitavel publico encontrará um variado sortimento de doces, biscoitos, vinhos, peixe e mais objectos para presentes, tudo por preços os mais razoaveis.
Encarrega-se de apromptar encommendas para bailes, jantares, &.
Do dia 23 do corrente até o dia 6 de Janeiro p. futuro, encontrarão ás 2 horas da tarde empadas de palmito, camarões e peixe, feitas com esmero e limpeza.
Convida-se o respeitavel publico a visitar este estabelecimento do dia 23 do corrente a 6 de Janeiro de 1875.
Ouro Preto, 19 de Dezembro de 1874.
Manoel Rodrigues Fernandes.

Figura 2: Exposição; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 20/12/1874.

Queluz de Minas

HOTEL ALLIANÇA
DE
ANTONIO FRANCISCO BAIÃO

Bem montado estabelecimento, tendo apropriadas acommodações para familias e escoteiros; carro proprio para conducção dos Srs. viajantes da estação para o hotel e vice-versa; excellentes pastos para animaes, etc. Annexo ao hotel uma casa commercial de fazendas, ferragens, armarinhos, roupa feita, calçado, louça e chapéos, e onde se compra e vende generos do paiz,

Figura 3: Hotel Alliança; *A Província de Minas*, Ouro Preto, 14/08/1884.

do incipiente desenvolvimento da publicidade, da modesta mobilização de recursos mais sofisticados de convencimento e indução ao consumo.

A recorrente presença do nome do negociante nos anúncios, boa parte das vezes em posição de destaque conferida por recursos gráficos e de diagramação, seguiu dois padrões fundamentais: no primeiro, o nome do proprietário era aposto no cabeçalho do anúncio, podendo estar associado ao nome do estabelecimento e/ou ao endereço e, com menor freqüência, ao nome da localidade; no segundo padrão, o nome era relacionado ao final da propaganda, algumas vezes acompanhado do endereço e, em número menor de casos, do nome da localidade e/ou data.

Rua da Princesa Izabel, rua do Fogo, largo da Cadeia, praça do Mercado, essas típicas referências toponímicas do Oitocentos indicavam a localização da casa comercial de Manoel José de Simas (figura 4).[14] Ao estabelecimento de secos e molhados, estava intimamente associado o nome do proprietário. Trata-se de exemplo do referido primeiro padrão. Para o segundo, elegeu-se a propaganda do "Hotel Ouropretano".[15] Conquanto o nome do negociante figurasse ao final, juntamente com o nome da localidade e data, era indissociável do estabelecimento, a se considerar as palavras iniciais do anúncio: "O abaixo assignado partecipa...". Mais um caso de comércio e hospedagem associados, foi dado destaque à qualidade do atendimento e honestidade dos preços. Também chama a atenção a mensagem especificamente dirigida aos parlamentares provinciais de passagem pela capital, que foram instados a fazer uso dos serviços do hotel.

ATTENÇÃO
RUA DA PRINCEZA ISABEL
ANTIGA DO FOGO
entre o largo da cadêa e a Praça do Mercado
CASA DE
MANOEL JOSÉ DE SIMAS

Vende-se lã para bordar a 5$ a libra; algodão de 12 jardas, de 1$400 a 3$500 a peça; chitas, de 160 a 320 rs. o covado; chita em cambraia, de 320 a 440 rs. o covado; baeta, de 560 rs. a 1$200 o covado; riscado, de 160 a 400 rs o covado (sendo este largo): linha em novellos 1$400 a libra; dita em carretel (Alexandre) de 200 jardas a 1$300 a duzia; vinho branco em barril 4$000 e em garrafa 720 rs.; bacalháo 360 rs. a libra; ferro para ferrar carros 8$ a arroba, e outros muitos objectos que deixam de ser mencionados e que se vendem por moderados preços.

Campanha, 10 de Junho de 1873.

Figura 4: Manoel José de Simas; *Colombo*, Campanha, 15/06/1873.

41. RUA DE SÃO JOSÉ, 41.
Maretz Mayer Sohn.

Acaba de receber um grande sortimento de roupas feitas, calçados pora homens, senhoras, e creanças, fazendas de seda, de laã, de linho, e de algodão, chapéos para homens, senhoras, e creanças, objectos para casamentos, camizas de linho bordadas, toalhas de crochet para almofadas, cupulus para cortinados, tapêtes, castiçaes, lampiões, lamparinas de porcelana, velas de composição, velas de cera, chocolate, rapé, porte-charutos, porte-cigarros, charutos, perfumarias, vazos para flores, e tudo mais que diz respeito á artigos de luxo.

41. RUA DE SÃO JOSÉ, 41.
OURO PRETO, 21 DE JUNHO DE 1869.

Figura 5: Maretz Mayer Sohn; *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 24/07/1869.

Do nome dos anunciantes depreende-se importante participação de estrangeiros no comércio estabelecido de Minas Gerais, mesmo não considerando os negociantes portugueses.[16] A histórica presença lusitana em atividades mercantis de Minas Gerais[17] é de difícil, senão impossível, determinação a partir dos nomes dos proprietários anunciantes. Em 1853, Gervase Desvignes apresentou sua loja de fazendas secas “ao respeitavel publico” de Ouro Preto.[18] Treze anos depois, outro estrangeiro, Maretz Mayer Sohn, anunciava “grande sortimento” de mercadorias no mesmo mercado consumidor (figura 5).[19] Ambos os estabelecimentos localizavam-se na rua de São José, números 29 e 41, respectivamente. Notável, ainda, o comum apelo ao consumo conspícuo, expresso na oferta de artigos “de muito bom gosto”, de “gosto moderno” e “de luxo”.

As sociedades comerciais eram bastante incidentes no período provincial mineiro.[20] Em cerca de um quarto dos anúncios foi explicitada a associação de negociantes, notadamente casos de sócios com parentesco familiar. No final da década de 1860, Raymundo Moreira da Silva e Cia. veiculou propaganda de diversificado estabelecimento comercial em jornal diamantinense.[21] No começo da década de 1880, João Ignacio da Silva Araujo e irmão publicaram relação de preços de mercadorias em periódico campanhense.[22]

Casas especializadas

Em aproximadamente metade dos anúncios recolhidos foi empregada designação a identificar o tipo de estabelecimento comercial. Parte substantiva refere-se a

ESPECIALIDADES
DA
PHARMACIA
DE
S. DE OLIVEIRA
A' venda na rua direita desta cidade.

Agua contra papeira.
Elixir contra a embriaguez.
Elixir hygienico e estomachico.
Gôtas contra coqueluche.
Gôtas estomachicas.
Injeção Brou (imitação).
Licor anti-chlorotico do Dr. Brandão.
Licor anti-syphilitico do Dr. Brandão.
Persina—licor.
Pilulas purgativas do Dr. Brandão.
Pomada de curar papos.
Pós anti-dysentericos.
Pós de Rogé.
Tupy—peitoral, sudorifico e calmente
Vinho tonico do Dr. Brandão.

Figura 6: S. de Oliveira; *Colombo*, Campanha, 08/02/1878.

Açougue do Progresso

O proprietario deste importante estabelecimento, o unico neste genero que existe na capital, participa aos seus dignos e honrados freguezes que tem semdre carne verde e seca de primeira qualidade, e gado excellente em magnificas pastagens.
Convida, pois, a seus amigos para examinarem e verão que não faltamos a verdade. Venham vêr para acreditar. Tudo nesta casa é bom e barato, garantindo muito aceio e promptidão em servir aquelles que nos honrarem com sua confiança.

17 RUA DE S. JOSE 17

Ouro Preto, 2 de Junho de 1887.
FRANCISCO PEREIRA DA ROCHA.

Figura 7: Açougue Progresso; *Minas Ativa*, Ouro Preto, 12/06/1887.

tipos genéricos ou que não definem, a partir da análise dos dados dos próprios anúncios, uma modalidade específica de estabelecimento segundo a natureza das mercadorias comercializadas. São armazéns, casas de negócio, lojas, empórios e negócios diversos. A outra parte é composta de estabelecimentos especializados.

As propagandas de boticas e farmácias autorizam afirmar que ao menos parte do comércio de medicamentos de Minas Gerais era realizada por estabelecimentos especializados, exclusivamente voltados para a comercialização de drogas prontas ou manipuladas, nacionais e importadas.[23] No anúncio da botica de Saturnino Dias Pereira foi conferido destaque à manipulação de remédios e venda de tinturas homeopáticas.[24] Na publicidade da "Pharmacia de S. de Oliveira" optou-se pelo arrolamento de medicamentos e respectivas indicações (figura 6).[25] Estabelecimentos campanhenses localizavam-se no mesmo logradouro público, embora as propagandas fossem veiculadas em intervalo de cerca de 20 anos.

Outra modalidade de estabelecimento especializado, os açougues comercializavam exclusivamente carnes verdes e secas. Para esse tipo de casa de negócio, foram recolhidos dois anúncios veiculados em jornais de Ouro Preto, ambos do final da década de 1880. Asseio, boa qualidade dos produtos, módicos preços e solícito atendimento foram os recursos de convencimento mobilizados pelos anunciantes. Sendo verdadeira a afirmação da inexistência de concorrência, presente na propaganda do "Açougue Progresso", é lícito considerar que esse tipo de estabelecimento especializado era pouco freqüente em Minas Gerais (figura 7).[26]

NOVA PADARIA
AO
LARGO DO ROZARIO.
N. 14.

Neste novo estabelecimento se encontra tudo quanto é concorrente a este genero de negocio, a saber:
Pão de Provneça, de 60 e 120 reis.
Dito francez.
« a Bismarck.
« Napoleão.
« doce de 60 e de 80 reis.
Rosca de barão de 40 e de 80 rs., biscoutinhos de todas as qualidades, a 800 reis a libra.
Tambem se apromptão assados e doces a gosto, sendo tudo isto feito pelo 1.° artista que tem vindo a esta capital no artigo padaria, Antonio dos Santos Montenegro.
O proprietario.
Vitorino Moreira Coelho.

Figura 8: Vitorino Moreira Coelho; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 19/10/1874.

Annuncios

ATTENÇÃO!!
Casa de commissões na villa de S. Gonçalo do Sapucaby

Rezende & Azevedo

abrem á concurrencia publica no dia 1° de Janeiro de 1880, uma casa de commissões de todos os generos do paiz nesta villa; e achão-se habilitados a bem desempenhar a sua missão commercial, por que se não lhes faltão meios para sustentar o estabelecimento em toda e qualquer escala, também procurarão fielmente corresponder á confiança com que forem honrados por seus freguezes.
Na mesma casa existirá sempre um deposito de sal, assucar, café, e todos os mais generos do commercio sul-mineiro.
S. Gonçalo, 25 de Dezembro de 1879.

Figura 9: Rezende e Azevedo; *Colombo*, Campanha, 01/01/1880.

Apenas um açougue na capital provincial é forte indício de que a comercialização de carnes era majoritariamente realizada em estabelecimentos não especializados e/ou fora das casas de negócio. A provável efêmera existência do açougue de Oliveira e Soares (figura 18), inaugurado pouco mais de um ano antes da veiculação da propaganda do "Açougue Progresso", sinaliza para a possível inviabilidade econômica desse tipo de estabelecimento comercial.

No período provincial mineiro, também não eram comuns as padarias e estabelecimentos congêneres. A especialização na fabricação e comercialização de pães e artigos de confeitaria só faria sentido nas grandes cidades. A relativamente alta perecibilidade dos artigos da indústria da panificação impunha a necessidade de mercado consumidor suficientemente concentrado em espaços urbanos. Foram selecionadas duas propagandas divulgadas na cidade de Ouro Preto: uma do final da década de 1850 e outra em meados da década de 1870.

O pressuposto do consumo quase imediato e, por decorrência, da existência de clientela regular, fica evidente na promessa de Revelli e Solari de que seria encontrado pão quente em seu estabelecimento.[27] No mesmo anúncio, a imposição do pronto consumo ganha reforço na disposição em aceitar encomendas. A publicidade da "Nova Padaria" sugere estabelecimento mais sofisticado e com maior habilitação para o preparo dos produtos atinentes ao ramo comercial (figura 8).[28] Ao assinalar o trabalho de oficial panificador, Vitorino Moreira Coelho talvez tenha intentado conferir definitiva feição de casa

Annuncios.

O major Antonio Pinto Mascarenhas, fazendeiro morador na fazenda do Capim Branco, da freguezia de Mattozinhos, communica ao publico consumidor, e especialmente ás companhias de mineração e outros estabelecimentos de grande comsumo de generos do paiz, que abrio na cidade de Sabará, na rua de S. Pedro, em frente ao largo de S. Francisco, uma casa de depozito em ponto grande, de todos os generos da produção de sua fazenda; e se propõe a vender por preços moderados e sempre por menos dos preços que correr no mercado da mesma cidade.

Sabará, 9 de Novembro de 1874.

Antonio Pinto Mascarenhas.

Figura 10: Antonio Pinto Mascarenhas; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 04/12/1874.

Muita attenção

Silverio Garcia Lopes

participa a seus amigos e freguezes que acha-se com grande sortimento de molhados de sua fabrica recentemente montada e já conhecida no paiz

Acceita pedidos para qualquer quantidade de licores diversos e cerveja nacional; e garantindo a bôa qualidade desses generos, espera a protecção dos srs. negociantes dos logares visinhos.

Figura 11: Silverio Garcia Lopes; *Colombo*, Campanha, 02/10/1880.

especializada a seu estabelecimento. No final do terceiro quartel do Dezenove, ao menos na capital provincial, já existia algum consumo regular de artigos de padaria e confeitaria, suficiente para sustentar caprichosa oferta de pães das variedades à Provença, francês, à Bismarck e à Napoleão.

A intermediação comercial ensejava a existência de casas de comissões encarregadas de negociar produtos da agricultura, pecuária e indústria rural.[29] Rezende e Azevedo, com atividade em próspera região agrícola da província, divulgaram propaganda de estabelecimento em São Gonçalo do Sapucaí (figura 9).[30] Especializados na compra e venda de “generos do paiz”, apresentavam-se habilitados à “missão commercial” remunerada com a retenção de parte do lucro do produtor rural.

Nas páginas da imprensa mineira provincial também foram divulgados, como alternativa aos intermediários, depósitos de gêneros agrícolas de propriedade de produtores rurais.[31] Apesar de localizado em outro centro regional, o estabelecimento de Antonio Pinto Mascarenhas foi anunciado em jornal de Ouro Preto (figura 10).[32] Fazendeiro em localidade próxima a Sabará, o major oferecia “todos os generos da produção de sua fazenda” e prometia preços inferiores à concorrência.

A fabricação de bebidas e a prestação de serviços no setor de alimentação pronta eram outros tipos especializados de casas de negócio. Em cidade do sudoeste de Minas, Silverio Garcia Lopes fabricava e vendia “molhados”, ou espíritos nacionais (figura 11).[33] Provavelmente trabalhava no varejo e atacado, embora a propaganda

estivesse especialmente dirigida aos “negociantes dos logares visinhos”. A veiculação da publicidade em jornal campanhense reitera a mencionada circulação dos periódicos para além dos espaços urbanos em que eram editados. O “Botequim Restaurant Leonel”, casa ouro-pretana, representava setor comercial orientado para o fornecimento de refeições.[34] O nome do estabelecimento sugere a associação de bar, ou local de venda de bebidas e pequenas refeições, com restaurante, ou espaço voltado para o fornecimento de refeições completas. O texto do anúncio menciona também “uma bem montada confeitaria”, alargando ainda mais o espectro de serviços ofertados.

Nos periódicos também figurava a típica associação oitocentista do comércio estabelecido com a prestação de serviço de alojamento.[35] Independentemente da localização do estabelecimento, todos os proprietários de casa de pasto, hospedaria e hotel anunciaram a existência de casa de negócio anexa. Seja na capital provincial – como no caso do “Hotel Ouropretano” –, seja em cidade de importância regional menor – como no caso do “Hotel Alliança” de Queluz –, ao estabelecimento de hospedagem estava agregada casa comercial com larga e diversificada pauta de mercadorias. O permanente trânsito de tropas e viajantes que animava a pequena localidade de São José do Picu, na divisa de Minas Gerais com São Paulo e Rio de Janeiro, movimentava o estabelecimento de José Antonio da Silva Midões.[36] Embora tenha focalizado uma série de produtos disponíveis em sua “caza de negocio”, o anunciante Albino da Costa Guimarães não deixou de mencionar a hospedaria anexa.[37]

Origem das mercadorias

Em aproximadamente um terço dos anúncios selecionados foi informada a origem de pelo menos parte das mercadorias comercializadas. Excetuados poucos casos de artigos produzidos em Minas Gerais, as referências de procedência indicaram a cidade do Rio de Janeiro. Algumas vezes explicitou-se origem européia. Do exame da descrição das mercadorias e das informações sobre procedência depreende-se quadro geral a dividir o universo de artigos comercializados em duas grandes categorias. Na primeira, estava a base do estoque das casas de negócio, compreendendo os gêneros produzidos em Minas, notadamente produtos da agricultura, pecuária, indústria de transformação rural e do artesanato em geral.

O incipiente setor fabril mineiro também fornecia artigos para o comércio estabelecido, especialmente no último quartel do século. Na segunda categoria, estavam os importados, mercadorias procedentes da cidade do Rio de Janeiro, produzidas na capital imperial ou de origem européia. Nessa categoria, figuravam todos os gêneros primários não produzidos em Minas e, sobretudo, manufaturados. A primeira categoria compreendia, fundamentalmente, os gêneros do consumo básico; a segunda, conquanto abarcasse artigos de consumo cotidiano, era em larga medida formada por mercadorias voltadas para o consumo conspícuo.[38]

Poucos anúncios informaram sobre as conexões comerciais que asseguravam o suprimento de importados. Entretanto, os dados apurados permitem entrever esquemas mercantis que possibilitavam importação regular a partir da cidade do Rio de Janeiro. Agentes das grandes casas comerciais de Minas encarregavam-se de adquirir mercadorias na corte, provavelmente em condições excepcionais proporcionadas por longevas vinculações com importadores fluminenses. A reiterada menção nos anúncios de mercadorias recentemente chegadas ou que brevemente chegariam da capital imperial indica ativo comércio de importação intermediado por entrepostos regionais internos. Na vasta rede de cidades de Minas Gerais, o pequeno comércio, numericamente preponderante, dependia da intermediação mercantil

realizada pelas grandes casas de negócio que mantinham freqüentes contatos com a cidade do Rio de Janeiro. Nesses destacados estabelecimentos, às habituais vendas a varejo somavam-se operações no atacado que garantiriam o suprimento de uma miríade de pequenos comerciantes.

A publicidade veiculada por Henrique Thiebaut e Cazemiro Miran, no final da década de 1820, em jornal de São João del-Rei, permite entrever alguns aspectos do comércio de importação.[39] As mercadorias recentemente recebidas eram compostas de fazendas francesas adquiridas na cidade do Rio de Janeiro, muito provavelmente artigos de luxo destinados ao consumo conspícuo. Além das mercadorias discriminadas, os negociantes dispunham-se a atender encomendas e prometiam sustentar preço equivalente ao corrente na corte. Tal compromisso somente seria honrado se os proprietários gozassem de condições privilegiadas no mercado da capital imperial. Condições capazes de não somente cobrir os custos do transporte, mas também assegurar margem de lucro compensadora.

O padrão empório

A diversificação do estoque de mercadorias era traço marcante do comércio estabelecido de Minas Gerais. No século XIX, predominava o padrão empório, a casa de negócio não especializada que comercializava secos e molhados. Nos anúncios recolhidos, se excluídos os numericamente minoritários estabelecimentos especializados (boticas, açougues, padarias, entre outros), a venda de molhados (alimentação em geral e bebidas espirituosas) estava presente em cerca de 70% dos casos, a de secos (tecidos em geral e vestuário: roupas feitas, chapéus, calçados, roupas de cama, mesa e banho), em aproximadamente 80%, e a combinação de secos e molhados respondia por algo em torno de 60% dos casos. Era rara a comercialização exclusiva de secos e/ou molhados; a tendência era estarem acompanhados de uma miríade de outras mercadorias.[40]

Em edição do jornal *O Bom Senso*, de 1856, foi publicado anúncio emblemático do padrão empório dominante no comércio estabelecido de Minas Gerais.[41] A talvez excessiva preocupação em descrever o estoque de mercadorias ofertadas resultou em extensa e variadíssima relação dos artigos à venda na “Nova Exposição”. Impressiona a convivência do diverso, a possibilidade de, em um mesmo estabelecimento, serem negociados “ricos castiçaes de casquinha com mangas lavradas” e “espermacete não só de composição como do legitimo”, “bocetas de gomma para rapé proprias para viagem” e “tamarindos”, “cospideiras de vidro proprias de salla” e “vinho de diversas qualidades”. A ênfase dada às mercadorias de consumo sofisticado permite reconhecer conexões mercantis que alcançavam espaços longínquos: “ricos freios de prata ingleza”, “sapatos francezes finos”, “superiores couros envernizados da Russia”, “queijos flamengo”, “superiores bixas amburguezas”, “regalia orientaes”. Os artigos não comestíveis ultrapassavam o universo convencional dos secos. As mercadorias voltadas para a alimentação contemplavam gêneros de inequívoca sofisticação, nada habituais na dieta do consumidor comum.

No empório, os quase sempre presentes secos e molhados poderiam estar acompanhados de utensílios e equipamentos domésticos, perfumarias, ferragens, armas brancas e de fogo, papelaria e livraria, ferramentas e equipamentos agrícolas, instrumentos musicais, brinquedos, tabacaria, medicamentos, fogos de artifício, miudezas e quinquilharias. Em um mesmo estabelecimento, conviviam prosaicas mercadorias de consumo geral com artigos de luxo ao alcance de consumidores privilegiados. O empório facultava estreita aproximação entre o consumo cotidiano, o provimento do indispensável, e o consumo conspícuo, a aquisição do prescindível.

Na publicidade do primeiro caso, bastaria enumerar a oferta, quando muito ressaltar condições especiais de acesso, como preços de oportunidade. Na propaganda do segundo, seria de bom alvitre relacionar atributos da mercadoria, apelar para o bom gosto, para a possibilidade de distinção. O consumo básico era o giro do nacional, de mercadorias conhecidas e inapelavelmente obrigatórias, faria parte do universo das necessidades culturalmente estabelecidas. O consumo conspícuo sustentava-se com importados, novidades bem fora do espectro do indispensável, o universo que ao capital interessava arraigar como novas necessidades.[42]

Em Ouro Preto, na comercial rua de São José, funcionou a "Casa do Relógio" de Saul Spiers. O anúncio é do final da década de 1860 e focaliza recém-chegado "sortimento de fazendas e artigos de moda".[43] As mercadorias seguramente não eram de consumo popular, as fazendas descritas destinavam-se a consumidores de poder aquisitivo relativamente elevado. A "moda" e o "apurado gosto" eram códigos distintivos que não combinavam com a vulgarização, com o acesso irrestrito. Além de exigir, naturalmente, a condição de letrados, a propaganda das casas de negócio nos jornais pressupunha, ao menos em parte, consumidores pertencentes a estratos sociais integrados em padrão de consumo relativamente sofisticado.

Sistemas de venda

Em apreciável parcela dos anúncios foram informadas formas específicas de comercialização. De caráter eventual, como as liquidações, ou permanente, como o atendimento de encomendas, os sistemas de venda refletiam importantes aspectos do funcionamento do comércio estabelecido. A explicitação de regra comercial que estipulava vendas exclusivamente a dinheiro indicia realidade caracterizada pela escassez de numerário e disseminada prática de escambo. Essa constatação é robustecida pelo fato de os negociantes que anunciavam nos jornais pertencerem, em sua grande maioria, à elite do comércio estabelecido. Se nas grandes casas de negócio vigiam formas alternativas de pagamento – a eventual recusa a meios não monetários habitualmente alcançava lugar de destaque nos anúncios –, é muito provável que nos demais estabelecimentos a venda a dinheiro fosse ainda menos incidente.[44]

O *slogan* "vender barato para vender muito, vender a dinheiro para vender barato" é emblemático de estratégia adotada por casas de negócio que recusavam outras formas de pagamento: redução dos preços, compensada pela expectativa de ampliação da entrada de recursos, e aceleração na recomposição dos estoques. Os anúncios não permitem aferir o resultado desse estratagema, ainda que sua difusão sugira bom êxito. Em 1868, o sistema estava definido no anúncio de Antonio Januario Gomes, comerciante da localidade de Jequeri, que "vende tudo muito barato e a dinheiro, tudo de superior qualidade, vende com pouco lucro por ter estes generos sido bem comprados".[45] Em 1879, o anúncio da casa campanhense "Barateza Sem Igual" (figura 21)[46] dava destaque ao comentado *slogan* que, quase dez anos depois, era reproduzido no anúncio da "Casa da Estrella" (figura 12),[47] estabelecimento da localidade de Três Corações do Rio Verde.

A persistência de práticas comerciais tradicionais, resultantes, ao menos em parte, da continuidade de restrições de meio circulante, está perfeitamente ilustrada em dois anúncios da década de 1880 (figura 13).[48] A mensagem não deixa espaço de negociação a consumidor que, por conveniência ou por falta de alternativa, buscava outras formas de pagamento: "vendas só a dinheiro". Os anúncios são ainda mais reveladores da dificuldade para o definitivo estabelecimento do dinheiro como único meio de troca, se considerado que se referiam a casas de

CAMPANHA

CASA DA ESTRELLA

TRES CORAÇÕES DO RIO VERDE

OS proprietarios da acreditada casa da Estrella — tendo comprado na côrte a dinheiro e em primeira mão um grande e explendido sortimento de fazendas de todas as qualidades, Louças, modas, chapéos, calçados para homens, senhoras e crianças, meias de todas as qualidades perfumarias dos melhores autores e uma infinidade de miudezas de armarinho que seria longo enumerar: ferramentas para a lavoura, e para todos os officios; vinhos, cervejas e Licôres de diversas marcas; esperam merecer de seus amigos e freguezes, e do publico em geral, a mesma confiança que lhes têm dispensado.

O systema da CASA DA ESTRELLA é sempre o mesmo: **Vender barato para vender muito.**

Vender a dinheiro para vende barato.

LUIZ ALVES & Cia.

Figura 12: Casa da Estrella; *A Conjuração*, Campanha, 22/05/1888.

GUSTAVO GONÇALVES LOPES

acaba de receber

Um grande e variado sortimento de fazendas, ferragens, armarinhos, chapéos, calçados, roupas feitas, perfumarias, objectos de moda, louças, couros, tintas e molhados.

VENDAS SÓ A DINHEIRO

Figura 13: Gustavo Gonçalves Lopes; *Valle-Sapucahy*, Pouso Alegre, 13/02/1886.

negócio localizadas em duas das economicamente mais dinâmicas regiões de Minas Gerais: Sudeste e Mineradora Central-Oeste.

Comunicar a chegada de novas mercadorias era recurso bastante comum nos anúncios das casas de negócio de Minas Gerais. Em 1858, Manoel da Rocha Fiuza de Mattos comprou publicidade em folha da capital provincial para não somente divulgar o recebimento de novos artigos importados da Europa, bem como para informar seus respectivos preços.[49] As vendas seriam efetuadas à vista, condição que deveria ser tanto mais necessária quanto mais dependente de moeda fosse a reposição de estoques. Uma semana após a divulgação do anúncio do provável parente e concorrente Manoel da Rocha Fiuza de Mattos, o negociante José Joaquim Fiuza da Rocha anunciava, no mesmo jornal, propaganda com características e conteúdo aproximados.[50] Todavia, as mercadorias foram apresentadas com preços sempre menores, além de ofertadas para vendas "a vista e a prazo". Portanto, preços inferiores e crédito ao consumidor conformavam estratégias para disputa de mercado. Mais de 30 anos depois, anúncio da casa "Ao Preço Fixo", diversificado estabelecimento ouro-pretano, comunicava que "é systema da casa vender-se somente a dinheiro à vista" (figura 14).[51] A explícita recusa da venda a prazo é evidência de que o crédito ao consumidor devia ser prática habitual.[52]

Preços diferenciados para compras à vista, crédito com prazos predeterminados e segmentação das mercadorias consoante a forma de pagamento compunham o "systema de commercio" de Joaquim Lourenço de Godoy Monteiro (figura 15).[53] Ex-mascate de fazendas, havia se estabelecido recentemente na pequena Santa Maria de Itabira, localidade a mais de 15 léguas de distância da capital provincial. A veiculação de anúncio em jornal da capital reitera a mencionada circulação de periódicos por largas extensões territoriais. Em anúncio publicado quase 40 anos antes, Silverio Pereira da Silva Lagoa, com diversificada casa de negócio em Ouro Preto, também declarou operar no varejo e atacado.[54] No mesmo estabelecimento comercializava medicamentos, livros de Direito, molhados, adornos domésticos e rapé.

Também eram utilizados títulos de crédito como forma de pagamento. Em 1829, Luiz Morek John não somente

ANNUNCIOS

AO PREÇO FIXO

preço fixo preço fixo preço fixo preço fixo preço fixo preço fixo preço fixo preço fixo

FERREIRA REAL & COMPANHIA

ESTE BEM MONTADO ESTABELECIMENTO DE

fazendas,
modas,
chapéos de sol e de cabeça,
calçado nacional e estrangeiro,
armarinho,
perfumarias,
objectos de phantasia,
chá especial, louça, etc., etc.

offerece ao publico desta capital as maiores vantagens, pois que os seus proprietarios, tendo realisado nas primeiras casas da Côrte o seu sortimento, com maximo escrupulo na escolha dos diversos artigos de seu commercio, e a dinheiro á vista, estão nos casos de bem servir aos mais exigentes.

Depositarios da fabrica de papel pintado GARCIA, vendem este artigo pelo preço da fabrica na Côrte

E' systhema da casa vender-se somente a dinheiro á vista

Convida-se as Exmas. familias a visitar o estabelecimento á

23 RUA DO TIRADENTES . 23

Figura 14: Ao Preço Fixo; *O Movimento*, Ouro Preto, 06/09/1889.

Santa Maria da Itabira

Senhor redactor. — Em primeiro logar venho às columnas do seu muito digno e conceituado jornal, para agradecer aos meus numerosos parentes, amigos, e fregueses, o bom acolhimento que me dispensarão em suas casas durante onze annos que viajei como mascate de fasendas, e outros artigos concernentes a esse ramo de negocio.

Em segundo logar, para communicar-lhes que tenho fixado a minha residencia n'este arraial, onde terei muito prazer em receber suas ordens promettendo-lhes cumpril-as da melhor forma que me fôr possivel.

Em terceiro para communicar-lhes que brevemente receberei um bonito sortimento de fazendas, roupas feitas, ferragem, chapéos, louças, molhados e calçados; artigos estes comprados nas principaes casas da Côrte, e em boas condições, estando portanto na altura de bem servir-lhes, se quizerem conceder-me a graça de honrar-me com sua freguesia e valiosa proteção.

As vendas a dinheiro a vista farei-as com grande reducção de preços. Para as vendas a prazo as contas serão fixadas de quatro em quatro mezes; de 1.º de janeiro, a 31 de maio, de 1.º de junho a 31 de agosto, de 1.º de setembro a 31 de dezembro.

Os generos do paiz serão vendidos só a dinheiro a vista.

Esperando ser bem attendido e aceito o meu systema de commercio, mais uma vez prometto-lhes muito zelo e promptidão em executar suas ordens.

8 de maio de 1889.

JOAQUIM LOURENÇO DE GODOY MONTEIRO.

Figura 15: Joaquim Lourenço de Godoy Monteiro; *O Movimento*, Ouro Preto, 01/06/1889.

se propunha a vender por “preços modicos”, como também aceitava “nottas”.[55] Conquanto estabelecido em Ouro Preto, o anúncio foi divulgado em jornal de São João del-Rei, evidência de que os comerciantes, em especial os de grosso trato, detinham ampliada percepção de oportunidades de negócio. Vendas consignadas foram documentadas em propaganda de estabelecimento de negociantes associados na capital provincial.[56] Em 1889, Torres e Aleixo possuíam diversificada casa de negócio atacadista, “com rancho e pasto para tropa”.

A composição dos estoques de molhados da terra dependia de suprimentos realizados, principalmente, com base na aquisição de parte da produção agrícola local e vicinal.[57] Em 1873, Ricardo Rodrigues de Figueiredo informou, em

PARIS NA AMERICA

GRANDE LIQUIDAÇÃO DE ROUPAS FEITAS

Os proprietarios deste estabelecimento fazem sciente ao respeitavel publico leopoldinense que de hoje até o dia 25 do corrente, terá lugar a liquidação de todos os artigos de seu negocio, por preços muito rasoaveis, como se vê pela tabella abaixo:

Sobretudos de 35$ por 25$000.
Ditos de 30$ por 20$000.
Fraques de casemira preta e de côr de 35$ por 24$000.
Ditos diagonal de 35$ por 24$000.

Paletots de casemira preta e de diagonal de 25$ por 18$000.
Jaquetões (panno piloto) de 25$ por 18$000.
Ditos de brim branco a Rink de 5$500 e 6$000.

Grande sortimento de calças de todas as qualidades, camisas brancas, ditas de côr, meias, etc. etc.
Grande e bonito sortimento de guardas-chuvas para homens e senhoras.

Até o dia 25 do corrente mez---SÓ!

Figura 16: Paris na América; *O Leopoldinense*, Leopoldina, 07/11/1880.

publicidade veiculada na cidade de Campanha, a intenção de comprar gêneros simples e transformados da agricultura e pecuária, assim como a disposição de pagá-los a “troco de sal e a dinheiro”.[58] Portanto, explícita menção de escambo de mercadorias: os produtores rurais poderiam trocar os excedentes pelo indispensável tempero culinário e insumo para a criação de gado.

Queimas e liquidações

No século XIX, as casas de negócio recorriam a promoções, principalmente redução dos preços das mercadorias, como estratégias publicitárias. Liquidações e queimas objetivavam sensibilizar os consumidores para oportunidade de aquisição de artigos nacionais e importados a preços compensadores. A “Loja Barateira”[59] promoveu “queima a dinheiro” de variadas mercadorias compradas na cidade do Rio de Janeiro. A “Paris na América” realizou grande liquidação de roupas feitas (figura 16).[60] Esse estabelecimento leopoldinense, especializado em vestuário, anunciou reduções de preços que giravam em torno de 30%.

A declaração da prática de preços baixos era dos mais incidentes recursos publicitários utilizados nos anúncios. Como salientado anteriormente, o recorrente destaque conferido à modicidade dos preços poderia incidir, inclusive, no nome dos estabelecimentos. Anunciante da década de 1860, Antonio de Souza Pinto Barros Cachapuz, negociante de Cachoeira do Campo, assumiu compromisso público de praticar os menores preços locais e nunca superiores aos mais baixos do mercado da vizinha cidade de Ouro Preto.[61]

Não era incomum as grandes casas de negócio oitocentistas atenderem a encomendas, principalmente mercadorias adquiridas na praça da cidade do Rio de Janeiro. Além de responder por quase todo o suprimento de mercadorias européias importadas por Minas Gerais, a capital imperial exportava para o interior significativa quantidade de produtos de sua indústria de transformação urbana. Como decorrência, as casas comerciais de maior expressão mantinham estreitas relações com a corte, estando habilitadas a atender solicitações de compra. A aquisição de mercadorias na cidade do Rio de Janeiro não era monopólio dos estabelecimentos comerciais localizados nos grandes centros urbanos de Minas.

Os anúncios revelam que também casas de negócio de localidades de pequena expressão sustentavam comércio regular com a capital fluminense e, por conseqüência, estavam em condições de atender a encomendas. Caso exemplar, João Eustaquio da Costa, comerciante de modesto distrito do município de Alfenas, prontificava-se a atender a “quaesquer emcommendas, sem comissão alguma”.[62] Em anúncio publicado em periódico de importante centro regional, o negociante sul-mineiro realçou sua longeva atuação no setor comercial e descreveu o variado estoque de mercadorias que conferia a feição de empório a seu estabelecimento.

A necessidade de fazer frente a solicitações urgentes compelia farmácias e boticas a prestação de especial

atendimento 24 horas. Veiculado em jornal de Ouro Preto, no final da década de 1850, anúncio de farmacêutico credenciado da localidade de Oliveira informava o bom sortimento e superior qualidade das drogas do estabelecimento, do mesmo modo que enfatizava a modicidade dos preços e a disposição de atendimento dia e noite.[63]

Recursos de publicidade

A propaganda de estabelecimentos comerciais nos jornais mineiros oitocentistas estruturava-se, fundamentalmente, em cinco modalidades de recursos de convencimento: preços regulares ou oportunamente reduzidos, diversidade e qualidade das mercadorias, confiabilidade do estabelecimento e solicitude do atendimento, objetividade informativa e recursos gráficos.

Afiançar preços módicos foi procedimento recorrente nos anúncios das casas de negócio. Os preços baixos, quando justificados, eram resultantes de privilegiadas condições de aquisição das mercadorias, da necessidade de substituição dos estoques a partir do recebimento de novos lotes de artigos recentemente comprados ou ainda da adoção de sistema de venda exclusivamente à vista e a dinheiro. A publicidade fundava-se em preços regularmente reduzidos ou realçava oportunidade ensejada por promoção que conjunturalmente promovia baixa nos preços.

Longas descrições de variadas mercadorias ou sintéticas apresentações de ecléticos sortimentos de artigos foram habituais recursos de propaganda nos anúncios dos estabelecimentos mercantis. O predomínio do padrão empório conferia grande importância à diversificação dos estoques. A especialização comercial abarcava restrito universo de mercadorias (medicamentos, carnes, pães, entre outras).

O sortimento de Ignacio José de Alvarenga, comerciante campanhense, é ilustrativo do elevado nível de diversificação vigente em parte considerável das casas de negócio da Província de Minas Gerais.[64] Aos "amigos e bons freguezes", foi ofertada longa relação de molhados, armarinho, utensílios domésticos, perfumarias e fazendas secas. Também exemplar é a longuíssima descrição da "Caza da Exposição", estabelecimento ouro-pretano que assegurava praticar preços sem concorrência local.[65] O estoque de mercadorias recentemente chegadas da cidade do Rio de Janeiro era composto de fazendas secas, tabacaria, papelaria e livraria, armas e munições e perfumaria.

Em associação com a diversidade dos estoques, os anunciantes buscavam diferenciar-se com a divulgação da existência de agentes comerciais na cidade do Rio de Janeiro, principal fornecedora de artigos importados. O acesso direto ou intermediado ao mercado da corte habilitava a oferta de mercadorias exclusivas, portanto inexistentes na concorrência, e de artigos de atualidade incontrastável, por conseguinte, expressão do moderno.[66] Em 1869, em periódico diamantinense, então recentemente posto em circulação, a "Loja Barateira" anunciou a realização de "queima á dinheiro" de variadas mercadorias adquiridas na cidade do Rio de Janeiro.[67] Os artigos destinados especificamente ao consumo feminino receberam eloqüente adjetivação: "tudo do mais apurado gosto fluminense".

Entre as características atribuídas às mercadorias, a publicidade dos estabelecimentos comerciais buscou, permanentemente, realçar a boa qualidade dos artigos ofertados. Comerciante da capital provincial, Claudionor Quites enfatizou a qualidade ou quantidade de mercadorias à venda em suas casas comerciais: "Grande sortimento de papeis e livros"; "lindo sortimento de fazendas, armarinho, chapéus, calçados e artigos da moda"; "completo sortimento de molhados, generos do paiz"; "excellentes casemiras e diagonais" (figura 17).[68]

Ainda no tocante às mercadorias, a informação de procedência era recurso publicitário bastante comum. Freqüentemente adotava-se estratégia persuasória de pôr em relevo a origem carioca dos artigos comercializados. Como referido alhures, pelo porto da cidade do Rio de Janeiro entrava a grande maioria das mercadorias estrangeiras negociadas em Minas Gerais. A procedência européia dos artigos ofertados foi explicitada em considerável número de anúncios. Em meados do Dezenove, José Maria de Campos anunciava aos "amigos e freguezes" de Campanha o recebimento de partida de mercadorias oriundas da corte.[69] Uma década e meia depois, Soares e Vasques asseguravam aos "amigos e freguezes" de Ouro Preto a qualidade de suas mercadorias "por terem vindo directamente da Europa".[70]

Conquanto para mercadorias da produção interna fossem raras as referências de procedência, praticamente restritas que eram a artigos da indústria manufatureira mineira, em alguns casos foi ressaltada a origem de gêneros da agricultura e pecuária, simples e transformados. O apelo à reconhecida qualidade de mercadorias da produção regional mineira evidencia comércio interno de longa distância.[71] Oliveira e Soares, em anúncio de 1885, comunicavam para breve a abertura de açougue na capital provincial e destacavam que seriam supridos de "carne verde de gado, de primeira sorte, recentemente chegado do norte da provincia e invernado nas melhores pastagens do municipio de Marianna" (figura 18).[72]

O prestígio pessoal do negociante e sua tradição de envolvimento com a atividade comercial foram recursos de convencimento repetidas vezes mobilizados na propaganda das casas de negócio. Aos anunciantes interessava realçar o caráter pessoal das relações de consumo. Os vendedores deveriam assegurar honestidade no exercício da atividade mercantil, fazer-se merecedores de confiança. Os compradores responderiam com fidelidade, requisito para transmutá-los em fregueses e amigos.

Em publicidade veiculada em jornal de Ouro Preto, no ano de 1870, foram utilizados vários expedientes com o objetivo de assinalar a experiência, prestígio, honestidade e solicitude de proprietário de casa de negócio.[73] Domingos Alves Penna, "estabelecido" na localidade de Abre Campo, apresentava-se como conhecido em considerável extensão territorial ("municipio do Ubá, e em outros municipios vesinhos"), prontificava-se a vender largo e diversificado estoque de mercadorias "com sinceridade e baratesa", aceitava encomendas para a cidade do Rio de Janeiro e prometia solicitude no atendimento a seus "freguezes e amigos".

Pouco menos de 20 anos depois, em propaganda divulgada noutro periódico da capital provincial, foram mobilizados diversos meios com o intuito de pôr em relevo os mesmos atributos do comerciante de Abre Campo.[74] O proprietário da casa "Barateza", Manoel Thomaz Teixeira, afirmava ser o mais concorrido comerciante de Ouro Preto em função da "modicidade de preços" que praticava, enfatizava o prestígio adquirido junto aos tropeiros como resultado das "vantagens" que lhes eram concedidas, informava possuir clientela em amplíssima extensão territorial e instava seus fregueses a "continuar a honral-o com a sua confiança".

Identificações pessoais

A pessoalidade das relações de consumo determinava indissociável vinculação entre proprietário e estabelecimento. O comentado fato de a identificação das casas de negócio raramente estar dissociada do nome do proprietário sugere que o absenteísmo era prática pouco habitual no comércio estabelecido de Minas Gerais. Entretanto, as informações constantes nos anúncios são insuficientes para sustentar, de forma definitiva, imagem em que o comerciante-proprietário

A UNIÃO

CLAUDIONOR QUITES

Chama a attenção dos seus numerosos freguezes e amigos para seus estabelecimentos commerciaes

OURO PRETO

Casas ns. 47, 38, 2 e 42

Largo d'Alegria

47

Vem communicar que tendo comprado a casa dos Srs. Nicezio Macedo & Comp.ª, continua com o mesmo ramo de negocio de papelaria, livraria e typographia, onde se fará com nitidez e promptidão cartões de visita, participações de casamento, cartas de convite para enterro e outro qualquer trabalho concernente; tendo sempre grande sortimento de papeis e livros.

38

Continua a ter lindo sortimento de fazendas, armarinho, chapéos, calçados e artigos de moda, que vende por preços sem competencia.

2

Tendo tambem um completo sortimento de molhados, generos do paiz, e especial fumo do Pomba.

42

Continua a ter alfaiataria, tendo sempre á testa da mesma, um habil contra-mestre e excellentes casemiras e diagonaes por preços sem competidor.

Largo d'Alegria

Figura 17: Claudionor Quites; *A União*, Ouro Preto, 23/03/1889.

ATTENÇÃO

OLIVEIRA & SOARES abrem nesta cidade, no dia 1.º de Marçe proximo futuro, na embocadura da praça da independencia, ao lado do paço da assemblea provincial, sahida para Marianna, um bem aceiado açougue de carne verde de gado, de primeira sorte, recentemente chegado do norte da provincia e invernado nas melhores pastagens do municipio de Marianna.

E, para que sejão bem succedidos na empreza, que ora vão incetar, solicitão de seus amigos e patricios todo o apoio e proteção possivel.

Os preços são:

Por kilo de carne sem osso	400 rs.
» » » » com »	320 »

Ouro Preto, 26 de Fevereiro de 1885.

Roberto Soares d'Oliveira.

Antonio Augusto de Carvalho Oliveira.

Figura 18: Oliveira e Soares; *O Vinte de Agosto*, Ouro Preto, 01/03/1886.

defrontava-se diretamente com o consumidor. Assim, pode-se afirmar que, o mais provável, era a relação não-intermediada entre o dono da casa de negócio e o freguês; o negociante postava-se atrás dos típicos balcões e atendia diretamente a sua clientela.[75]

Nas propagandas predominou o tratamento pessoal dispensado aos consumidores. Foram freqüentes os recursos a tentar persuadi-los de que receberiam atendimento personalizado. Em 1860, o negociante ouro-pretano Carlos Gabriel d'Andrade publicou anúncio para "communicar aos seus conhecidos e amigos" seu recente estabelecimento na cidade.[76] Quase dez anos depois, o comerciante diamantinense José Marques Nogueira Guerra, ao dirigir propaganda "a seus freguezes e freguezas", informou mudança de endereço e instou a procurarem seu estabelecimento "todas aquellas pessôas que o quizerem honrar com sua freguezia e antiga amisade".[77]

As características das instalações comerciais foram pouco ou quase nada consideradas nas propagandas das casas de negócio. Divisão interna, mobiliário, equipamentos, disposição das mercadorias e outros aspectos correlatos estavam ausentes dos anúncios.[78] As exíguas referências encontradas permitem divisar apenas traços do interior dos estabelecimentos mercantis. No final da década de 1860, publicidade de loja comercial anunciou o recebimento de novas mercadorias, "tudo do mais moderno e apurado gosto", assegurou a prática de preços honestos e advertiu que "para as pessoas que quiserem escolher a vontade tem uma sala sobre a loja".[79]

Informação e persuasão

Avaliação conjunta dos anúncios selecionados revela a preferência pela objetividade, pelo destaque conferido ao detalhe ou, em outros termos, a hegemônica opção

TOUCINHO.

TOUCINHO.

Theophilo M. C. Drumond, da Itabira, tem na cidade de Marianna um deposito de cerca de 400 arrobas de toucinho de boa qualidade, a venda á cargo de seo empregado João Teixeira da Fonseca Sobrinho, e o annuncia por este meio, afim de que as pessoas, que carecerem, vão alli se supprir mediante o preço ajustado com o vendedor.

TOUCINHO.

TOUCINHO.

Figura 19: Theophilo M. C. Drumond; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 30/04/1874.

BRAVO! MUITO BEM!

VENHÃO VINDO!

29 Á RUA DE S. JOSE 29

Onde chegou um bonito sortimento de fogos artificiaes para as noites de

S. João,

S, Pedro e

Sant'Anna,

e tambem grande quantidade de balões. Tudo por preços commodos no

ARMAZEM DE MANOEL RODRIGUES FERNANDES.

Figura 20: Manoel Rodrigues Fernandes; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 16/06/1874.

pela propaganda estruturada na informação. Em raros casos, foi dada orientação que primasse pela persuasão subjetiva, por técnicas que destacassem mensagens gerais ou, posto de outra forma, por propaganda com forte caráter de convencimento. O anúncio de Theophilo M. C. Drumond é exemplo de objetividade informativa (figura 19).[80] Veiculado no final do terceiro quartel do Oitocentos, em jornal de Ouro Preto, conferiu exclusivo destaque à divulgação da existência de depósito de toucinho em Mariana. Já a propaganda de Manoel Rodrigues Fernandes é ilustrativa da convivência da informação objetiva com apelos subjetivos (figura 20).[81] Difundida no mesmo ano e jornal, utilizou recursos para atrair a atenção dos consumidores e instá-los a comparecer ao estabelecimento, assim como descreveu mercadorias recebidas. Também foram utilizados recursos gráficos como estratégia publicitária. Variados tipos e tamanhos de fontes, negritos e itálicos, molduras, desenhos e o tamanho do anúncio combinavam-se a definir múltiplas composições gráficas para as propagandas das casas de negócio.

Para além de identificação geográfica, a informação da localização do estabelecimento na planta das cidades pode também ser considerada estratégia publicitária. O processo de complexificação do urbano, muito mais evidente na segunda metade da centúria, gerou diferenciações e hierarquias espaciais. A expansão da malha urbana consolidava o centro comercial e definia os espaços periféricos e secundários.[82] Anúncio do final da década de 1830, publicado em periódico de São João del-Rei, limitou-se a informar o endereço de casa de negócio, sem nenhuma referência ao nome do proprietário ou do estabelecimento.[83] Propaganda de 1867, veiculada em jornal de Ouro Preto, conferiu inusitado destaque para a localização de casa comercial. O endereço "Rua de S. José 37" emoldurou texto em que também não foram informados os nomes do proprietário e estabelecimento.[84]

Concorrências

Casas de negócio travaram competições nas páginas dos periódicos mineiros oitocentistas. A disputa por mercados consumidores de grandes centros urbanos estimulava a veiculação de propagandas com variados recursos de persuasão e diversificadas estratégias que objetivavam a suplantação dos rivais comerciais. Em outubro de 1888, dois estabelecimentos concorrentes publicaram anúncios nas páginas do jornal diamantinense *Propaganda*. As publicidades dessas casas de negócio apresentaram muitos pontos em comum: descrição de diversificado estoque de mercadorias (a indicar padrão empório), presença de agentes comerciais na cidade do Rio de Janeiro, promoção com redução de preços tendo em vista a previsão de recebimento de novas partidas de importados, habitual prática de preços reduzidos em função de condições favoráveis de aquisição das mercadorias, ênfase na qualidade e novidade dos artigos adquiridos e apresentação com os mesmos recursos gráficos.

O tradicional consumo conspícuo de Diamantina ensejava a oferta de artigos sofisticados, notadamente vestuário, e estimulava concorrência em torno da atualidade e atributos modernos das mercadorias.[85] No "Grande Emporio do Norte", os consumidores encontrariam "um magnifico sortimento de fazendas modernissimas de lã, linho e seda", "uma infinidade de artigos que não são conhecidos ainda nesta cidade".[86] No estabelecimento de Antonio Coelho de Araújo e irmão, os diamantinenses teriam acesso a um "magnifico, completo e variado sortimento de fazendas de eximios e modernissimos padrões, de gostos esmerados e deslumbrantes", "alta novidade ainda desconhecida aqui".[87]

Em março de 1879, os leitores do campanhense *Colombo* depararam-se com anúncios de página inteira dos, provavelmente, mais importantes estabelecimentos comerciais da cidade. No primeiro dia do mês, o "grande estabelecimento" de Lemos e Lemos divulgou publicidade em que foram utilizados sofisticados recursos tipográficos.[88] Vários tipos e tamanhos de fontes, moldura e desenhos conferiam destaque a informações apresentadas de forma segmentada. Endereço, estoque de mercadorias e sistema de venda foram combinados na promoção de três casas de negócio associadas, duas matrizes em Campanha e uma filial em Mutuca. Do exame conjunto da propaganda, sobressai a ênfase conferida à dimensão da rede de estabelecimentos e, acessoriamente, à prática de preços sem competição e existência de agentes na cidade do Rio de Janeiro, que viabilizavam o atendimento de encomendas.

No dia 15, foi a vez de "A Barateza Sem Igual" ocupar a última página do longevo periódico sul-mineiro (figura 21).[89] Da mesma forma que o concorrente, A. A. Marques Irmãos optaram por requintes tipográficos. Fontes de tipos e tamanhos diversos, moldura e desenhos compunham publicidade, também marcada pela segmentação das informações. Embora igual o tripé informativo (endereço, estoque de mercadorias e sistema de venda), a alma da propaganda nesse caso era o compromisso em praticar preços sem concorrência.

Enquanto no primeiro anúncio a propaganda prima pela objetividade informativa, no segundo foram empregados recursos a orientar a atenção, ao menos em parte, para mensagem geral reiterativa. Sem abrir mão da informação objetiva, os irmãos Marques apelaram para o convencimento estruturado em diferencial já enunciado no nome do estabelecimento e que contamina toda a propaganda, como no *slogan* que definia o sistema de venda. Em síntese, a concorrência comercial em Campanha opunha dois grandes empórios, ambos com ligações permanentes com a praça do Rio de Janeiro, vendas no varejo e atacado, filiais em localidades vizinhas e disposição de investimento em propaganda de jornal como forma de disputar mercado regional.

Figura 21: Barateza Sem Igual; *Colombo*, Campanha, 15/03/1879.

Notas |

1. AUTOR ANÔNIMO. O negociante e o freguez. *Diário de Minas*, Ouro Preto, 11/07/1874, n. 285. Adota-se o seguinte sistema de referência para as fontes primárias: para cada anúncio são informados o nome, o local de impressão, data da veiculação do anúncio e o número do jornal.

2. A imprensa mineira desponta no meado da década de 1820, com a publicação, em Ouro Preto, do jornal *Compilador Mineiro*. No transcurso do decênio e meio seguinte, os periódicos de Minas caracterizaram-se por inequívoca inclinação política (Veiga, 1898), expressão de tempo convulsionado pelos confrontos próprios à fase de definição da estrutura de poder e dominação que se apresentou consolidada na década de 1840. Cf. VEIGA, José Pedro Xavier da. *A imprensa em Minas-Geraes (1807 – 1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898.

3. PAIXÃO, Luiz Andrés Ribeiro. A publicidade e a formação da sociedade de consumo em Minas: notas sobre a economia do consumo. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA. 10., *Anais...* Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002.

4. RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O caso das Minas que não se esgotaram*: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. Dissertação (mestrado em economia – Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999; PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

5. PAULA. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*...

6. A proposta de regionalização adotada para Minas Gerais no século XIX encontra-se em GODOY, Marcelo Magalhães. Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. *Texto para discussão nº. 109*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996.

7. Conquanto no Segundo Reinado o compromisso forjado entre as elites do Império sustentou longo período de estabilidade, com o arrefecimento das graves dissensões e conflitos abertos que marcaram a Regência e o Primeiro Reinado, o espaço da imprensa permaneceu campo privilegiado para a demarcação de alinhamentos políticos e/ou partidários divergentes. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 208-286. José Pedro Xavier da Veiga, ao estabelecer cotejo entre a imprensa mineira anterior e posterior ao advento da República, asseverou: "Às controvérsias partidárias, até então activas, constantes, não raro vehementes e que erão o mais fecundo manancial para as gazetas das antigas provincias, succedeu de chofre profundo torpor nessa especie de faina jornalistica". Cf. VEIGA. *A imprensa em Minas-Geraes*..., p. 88. O caso do jornal *Colombo* destaca-se ainda pelo pioneirismo: "O primeiro e brilhante órgão ostensivamente republicano que teve a imprensa periódica mineira". VEIGA. *A imprensa em Minas-Geraes*..., p. 52.

8. Hemeroteca Pública Estadual (HPE): Jornais de Ouro Preto (JOP). *O Bom Senso*, Ouro Preto, 14/05/1855, n. 314.

9. HPE; Jornais Avulsos (JA). *Correio do Norte*, Montes Claros, 23/03/1884, n. 5.

10. HPE-JA, Lemos e Lemos; *Colombo*, Campanha, 01/03/1879, n. 159; e HPE-JA, Barateza Sem Igual; *Colombo*, Campanha, 15/03/1879, n. 161.

11. HPE-JOP. *Diário de Minas*, Ouro Preto, 08/01/1867, n. 159.

12. HPE-JOP. *Diário de Minas*, Ouro Preto, 20/12/1874, n. 384.

13. HPE-JOP. *A Província de Minas*, Ouro Preto, 14/08/1884, n. 219.

14. HPE-JA. *Colombo*, Campanha, 15/06/1873, n. 23.

15. HPE-JOP. *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 21/11/1858, n. 300.

16. Nos relatos de viajantes estrangeiros, da primeira metade do século XIX, não são incomuns referências à presença de comerciantes portugueses e de outras nacionalidades no comércio estabelecido de Minas Gerais. GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio*: um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, USP, São Paulo, 2004. p. 326-357.

17. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste*: elite mercantil e economia de subsistência em São João del-Rei (1831-1888). Tese (Doutorado em História), UFRJ, Rio de Janeiro, 1998, p. 104. FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio*: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 237.

18. HPE-JOP. *O Bom Senso*, Ouro Preto, 18/04/1853, n. 120.

19. HPE-JOP. *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 24/07/1869, n. 131.

20. As sociedades comerciais, notadamente entre membros de uma mesma família, também são significativamente freqüentes nos *Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836*. Cf. GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio*...

21. HPE-JA. *O Jequitinhonha*, Diamantina, 20/06/1869, n. 43.

22. HPE-JA. *Colombo*, Campanha, 08/01/1881, n. 262.

23. Os anúncios de jornais também foram amplamente utilizados, ainda que não exclusivamente, como fontes para o estudo de práticas médicas tradicionais e modernas em Minas Gerais no século XIX. Cf. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar*: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

24. HPE-JA. *O Sul de Minas*, Campanha, 31/03/1860, n. 37.

25. HPE-JA. *Colombo*, Campanha, 08/02/1878, n. 105.

26. HPE-JOP. *Minas Ativa*, Ouro Preto, 12/06/1887, n. 11.

27. HPE-JOP. *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 25/05/1858, n. 143.

28. HPE-JOP. *Diário de Minas*, Ouro Preto, 19/10/1874, n. 129.

29. As características da circulação mercantil na Província de Minas Gerais impunham a existência de rede de intermediários que respondiam pela distribuição da produção da agropecuária, para o abastecimento da extensa malha urbana mineira e para a exportação para outras províncias e exterior do país. Ver, dentre outros: LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979; PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em história) – FFLCH, USP, São Paulo, 1996.; GRAÇA FILHO. *A princesa do oeste*...; GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio*...

30. HPE-JA. *Colombo*, Campanha, 01/01/1880, n. 201.

31. Em acréscimo a nota anterior, é relevante salientar a presença de referências diretas, em relatos de viajantes estrangeiros, a ocorrência habitual, em Minas Gerais, da associação, sem intermediários, entre a produção mercantil de alimentos e o comércio de abastecimento em espaços urbanos. Cf. LENHARO. *As tropas da moderação*..., p. 36-37; GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio*..., p. 344-346.

32. HPE-JOP. *Diário de Minas*, Ouro Preto, 04/12/1874, n. 371.

33. HPE-JA. *Colombo*, Campanha, 02/10/1880, n. 246.

34. HPE-JOP. *O Movimento*, Ouro Preto, 11/03/1889, n. 8.

35. Os relatos de viajantes estrangeiros também são pródigos em evidências da associação entre comércio estabelecido e prestação de serviço de alojamento. Essas modalidades de estabelecimento eram freqüentes tanto em estradas como em espaços urbanos. Cf. GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio*..., p. 337-340.

36. HPE-JA. *O Sul de Minas*, Campanha, 15/04/1860, n. 39.

37. HPE-JOP. *O Bom Senso*, Ouro Preto, 22/10/1855, n. 356.

38. A aquisição e distribuição de mercadorias importadas, a partir da cidade do Rio de Janeiro, é tema recorrente nos estudos sobre o comércio de Minas Gerais no século XIX. Ver, dentre outros: LENHARO. *As tropas da moderação*...; PAIVA. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*...; GRAÇA FILHO. *A princesa do oeste*...; GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio*...

39. HPE-JA. *O Amigo da Verdade*, São João del-Rei, 03/06/1829, n. 9.

40. O modelo empório dominante entre os estabelecimentos comerciais da Província de Minas Gerais foi largamente documentado pelos viajantes estrangeiros. Cf. GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio*..., p. 334-337.

41. HPE-JOP. *O Bom Senso*, Ouro Preto, 24/01/1856, n. 377.

42. PAIXÃO. A publicidade e a formação da sociedade de consumo em Minas...

43. HPE-JOP. *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 24/04/1869, n. 100.

44. A determinação da fração da população parcial ou inteiramente integrada em economia monetária, bem como da que estava preponderantemente imersa em economia natural, constitui tema de transcendente importância para compreensão da história econômica da Província de Minas Gerais. No presente, são fortes as evidências de que crédito disseminado sob as mais diversas formas e ampla incidência de práticas de escambo sugerem que faixa significativa da população mineira estava incipientemente inserida em economia de mercado. Cf. MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Texto para discussão n. 10*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982; GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio*...

45. HPE.JOP. *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 22/10/1868, n. 26.

46. HPE-JA. *Colombo*, Campanha, 15/03/1879, n. 161.

47. HPE-JA. *A Conjuração*, Campanha, 22/05/1888, n. 70.

48. HPE-JA *Valle-Sapucah*, Pouso Alegre, 13/02/1886, n. 19; JOP. *A Província de Minas*, Ouro Preto, 22/02/1883, n. 140.

49. HPE-JOP. *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 08/07/1858, n. 157.

50. HPE-JOP. *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 15/07/1858, n. 159

51. HPE-JOP. *O Movimento*, Ouro Preto, 06/09/1889, n. 33.

52. A vigência de práticas creditícias em Minas Gerais caracterizou-se, desde o século XVIII, por grande incidência, pela disseminação por todos os estratos socioeconômicos e por assumir as mais variadas formas. No século XIX, o recurso ao crédito estava arraigado e respondia por importante faixa das operações comerciais. Ver, dentre outros: IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958; FILHO. *A princesa do oeste*...; FURTADO. *Homens de negócio*...; ESPÍRITO SANTO, Cláudia Coimbra do. *A economia da palavra*: ações de alma nas Minas setecentistas. Dissertação (Mestrado) – FFLCH, USP, São Paulo, 2003; GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio*...

53. HPE-JOP. *O Movimento*, Ouro Preto, 01/06/1889, n. 20.

54. HPE-JOP. *O Conciliador*, Ouro Preto, 07/02/1851, n. 178.

55. HPE-JA, *O Amigo da Verdade*, São João del-Rei, 17/07/1829, n. 21.

56. HPE-JOP. *O Movimento*, Ouro Preto, 22/07/1889, n. 27.

57. No período imperial, o mercado interno de Minas Gerais sustentava diversificada produção da agricultura, pecuária e indústria rural da província. O comércio estabelecido na complexa malha urbana dinamizava a agropecuária, notadamente por meio dos estímulos que os maiores centros urbanos geravam sobre as respectivas economias regionais que polarizavam. Cf. MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Texto para discussão n. 10*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982; PAIVA. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*...; RODARTE. *O caso das Minas que não se esgotaram*...; GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio*...

58. HPE-JA. *Colombo*, Campanha, 27/07/1873, n. 29.

59. HPE-JA. *O Jequitinhonha*, Diamantina, 19/12/1869, n. 8.

60. HPE-JA. *O Leopoldinense*, Leopoldina, 07/11/1880, n. 51.

61. HPE-JOP. *Diário de Minas*, Ouro Preto, 24/01/1867, n. 169.

62. HPE-JA. *Colombo*, Campanha, 01/01/1879, n. 150.

63. HPE-JOP. *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 05/08/1858, n. 165.

64. HPE-JA. *O Sul de Minas*, Campanha, 04/02/1860, n. 29.

65. HPE-JOP. *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 18/02/1858, n. 113.

66. HPE-JA. *Propaganda*, Diamantina, 02/10/1888, n. 12

67. HPE-JA. *O Jequitinhonha*, Diamantina, 19/12/1869, n. 8.

68. HPE-JOP. *A União*, Ouro Preto, 23/03/1889, n. 242.

69. HPE-JA. *O Sul de Minas*, Campanha, 26/11/1859, n. 19.

70. HPE-JOP. *Diário de Minas*, Ouro Preto, 03/02/1874, n. 199.

71. A trama da circulação mercantil, interna e externa, de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX, pode ser visualizada através de uma série de representações cartográficas disponíveis em PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA. 10., *Anais*... Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002.

72. HPE-JOP. *O Vinte de Agosto*, Ouro Preto, 01/03/1886, n. 61.

73. HPE-JOP. *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 10/08/1870, n. 220.

74. HPE-JOP. *O Movimento*, Ouro Preto, 02/03/1889, n. 7.

75. No grande número de relatos de viajantes estrangeiros, que percorreram a Província de Minas Gerais, mormente na primeira metade do século XIX, foram registradas vívidas impressões sobre as casas comerciais, inclusive a habitual relação direta entre os negociantes e seus clientes. Cf. GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio*..., p. 326-357.

76. HPE-JOP. *O Bem Público*, Ouro Preto, 22/11/1860, n. 40.

77. HPE-JA. *O Jequitinhonha*, Diamantina, 02/05/1869, n. 36.

78. Também no concernente à geografia interna das casas de negócio os relatos de viagem se constituem em fontes inestimáveis. As observações percucientes legadas pelos viajantes sobre o acondicionamento das mercadorias, mobiliário, equipamentos e sobre a divisão interna dos estabelecimentos dificilmente podem se suplantadas. Cf. GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio*..., p. 326-357.

79. HPE-JOP. *O Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 15/12/1868, n. 47.

80. HPE-JOP. *Diário de Minas*, Ouro Preto, 30/04/1874, n. 247.

81. HPE-JOP. *Diário de Minas*, Ouro Preto, 16/06/1874, n. 271.

82. RODARTE. *O caso das Minas que não se esgotaram*...

83. HPE-JA. *O Amigo da Verdade*, São João del-Rei, 12/06/1829, n. 11.

84. HPE-JOP. *Constitucional*, Ouro Preto, 25/05/1867, n. 39.

85. Diamantina encontrava-se entre os centros regionais de maior interesse para os viajantes estrangeiros que percorreram Minas Gerais no século XIX, mormente pela importância decorrente da mineração diamantífera. Dentre as impressões registradas nos relatos de viagem sobre o comércio estabelecido de Diamantina, despontou a existência de mercado com forte presença de consumo conspícuo. GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio*..., p. 351-352. Nas primeiras décadas do século XX, os jornais diamantinenses evidenciavam o vigor do comércio local e a vigência de consumo sofisticado em centro regional em fase de transição, tendo em vista as transformações econômicas em curso desde o final da centúria anterior. Cf. GOODWIN JÚNIOR, James William. Novos produtos para novos tempos: anúncios em jornais diamantinenses, 1900-1914. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA. 10., *Anais*... Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2004.

86. HPE-JA. *Propaganda*, Diamantina, 02/10/1888, n. 12.

87. HPE-JA. *Propaganda*, Diamantina, 06/10/1888, n. 9.

88. HPE-JA. Campanha, 01/03/1879, n. 159.

89. HPE-JA. *Colombo*, Campanha, 15/03/1879, n. 161.

Marcelo Magalhães Godoy é professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Face/UFMG). Sua experiência acadêmica concentra-se na área da história econômica, notadamente nos campos da história do açúcar no Brasil e história econômica de Minas Gerais. Este texto é versão adaptada de tópico da tese de doutorado *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais* (subseção 3.3, p. 358-402).

Ensaio

Sônia Maria de Magalhães

Mercando secos e molhados

As atividades dos almotacés, ou fiscais de comércio, nas Minas Gerais setecentistas geraram um acervo documental indispensável para o conhecimento da vida econômica e social do período, como atesta a documentação relativa à Vila do Carmo, atual Mariana.

> O Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana guarda uma notável coleção de manuscritos que registram a ação dos almotacés[1] na Vila do Carmo, antigo núcleo minerador. O almotacé, nomeado pela câmara, tinha como atribuições fiscalizar o abastecimento de víveres; processar as penas pecuniárias impostas pela câmara aos moradores; redigir atas e os demais documentos camarários relativos à fiscalidade; repartir a carne dos açougues entre os habitantes locais; aferir mensalmente pesos e medidas; inspecionar o cumprimento dessas determinações por parte dos comerciantes; zelar pela limpeza da localidade; e fiscalizar as obras.[2] Almotaçar, nesse sentido, significava fiscalizar o comércio, ou garantir que todos pudessem encontrar alimentos no mercado, impondo racionamento, quando preciso, ou, ainda, tabelar preços.

As Posturas da Câmara, principal instrumento legal para a administração da vila, que ordenavam todos os aspectos da vida cotidiana, no âmbito da localidade e seu termo, eram a referência básica para a atividade do almotacé. Essa norma abrangia desde a ocupação do solo urbano e edificações até o comércio de gêneros, preços de serviços, manutenção do espaço público etc. Percebe-se que o exercício do direito de almotaçaria por parte das câmaras municipais do Brasil configura três aspectos do viver urbano: o do mercado, o do construtivo e o do sanitário.[3]

Examinando os registros produzidos por esses oficiais camarários, nota-se que sua atuação se concentrava, em primeiro lugar, no comando das relações de mercado. Em suas periódicas vistorias pela vila eles verificavam se todas as casas comerciais tinham a competente licença de funcionamento, se os pesos e medidas estavam corretamente aferidos e se o tabelamento imposto ao comércio era obedecido. Esses inspetores tinham atribuições de juízes, restritas a assuntos relativos ao cumprimento das posturas ou regimento da vila, e autonomia suficiente para resolver pequenas demandas, autuar e sentenciar infratores, penalizando-os com multas, prisão e fechamento de negócios.

De acordo com Maria Beatriz Nizza da Silva, cargos pouco prestigiados, como esses, eram ocupados por oficiais de ofício, como alfaiates, armeiros, artilheiros, carpinteiros, coureiros, curtidores, espadeiros, ferreiros, latoeiros, marceneiros, ourives, pedreiros, sapateiros, seringueiros, sombreiros, tanoeiros, tintureiros e torneiros. Na segunda metade do século XVIII, porém, a condição de negociante atingiu *status* de nobreza, o que alude à valorização da função.[4] Carmem Lemos, averiguando a condição social desse segmento na Comarca de Vila Rica a partir da segunda metade do Setecentos, constata que muitos deles eram letrados, por vezes versados em leis de Coimbra, ou detinham altas patentes militares, sendo angariados entre os “homens bons” dessa jurisdição.[5]

Estudos recentes, realizados principalmente a partir do exame de testamentos e inventários *post-mortem*, têm demonstrado que a almotaçaria era uma das instituições que mais alçavam seus ocupantes a postos percebidos como mais elevados no estamento social e administrativo. Muitos indivíduos recrutados para desempenhar essa ocupação, após certo período, passavam a exercer outros cargos, mormente vinculados à média ou à alta administração, como juízes ordinários.

Constituição do mercado

Os registros de almotaçaria da Vila do Carmo do ano de 1717 remontam aos tempos da conquista do território mineiro, momento em que a mineração estabeleceu o modelo sob o qual se processou o povoamento e a colonização, possibilitando grande afluxo de mercadores à região. Rapidamente, os comerciantes criaram condições para o estabelecimento de mercados fixos, dada a sua vinculação com a produção agrícola local. De

início, instituíram-se as lojas, vendas e tabernas, além de feiras e de uma rede comercial de abastecimento. Posteriormente, graças ao notável aumento dos rendimentos provenientes dessa atividade, os mercadores fixaram-se nas áreas de mineração, como aconteceu com lojistas e vendeiros. Esses agentes, negociando produtos básicos para a subsistência, gradativamente passaram a controlar o mercado mineiro.[6]

Essa fonte contém os nomes daqueles que foram almotaçados, o que permite – confrontando-se com outros registros, a exemplo das listas de quintos, inventários *post-mortem* etc. – conhecer as características do comércio regional, bem como perceber se esses agentes eram estabelecidos ou ambulantes. Essa temática, já há algum tempo, vem despertando o interesse de inúmeros historiadores, a exemplo de Mafalda Zemella,[7] Luciano Figueiredo,[8] Clotilde Paiva e Marcelo Godoy,[9] e Cláudia Chaves.[10] Esta última, por exemplo, enumera e conceitua basicamente dois tipos de comerciantes nas Minas setecentistas: os não-fixos e os fixos. Os comerciantes não-fixos – representados por tropeiros, comboeiros, boiadeiros, atravessadores, mascates e negras de tabuleiro, sem localização específica – transportavam e vendiam suas mercadorias nas vilas, nos arraiais e pelos vastos caminhos de Minas Gerais.

Os "tropeiros" foram os precursores do mercado colonial mineiro, sendo os primeiros a circular pelos caminhos com as tropas de muares. Eles não negociavam somente provimentos importados procedentes do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas também comercializavam e transportavam gêneros alimentícios produzidos na capitania. Os "comboeiros" e boiadeiros circulavam pelas estradas de Minas transportando, costumeiramente, gado, sola, cavalos e potros na mesma viagem. Os "mascates" formavam um grupo ambulante de vendeiros muito comum nesse período. Constantemente vigiados pelos oficiais das câmaras sobre eles, recaíam várias acusações: eram responsabilizados pelo contrabando de ouro, e os moradores, por vezes, acusavam-nos de cobrar preços exorbitantes para as suas mercadorias. Os "atravessadores" viviam da especulação dos preços dos produtos e, assim como os mascates, eram pressionados pelos fiscais. As "negras de tabuleiro" vendiam comestíveis, geralmente nas regiões próximas às lavras e faisqueiras, e por isso também eram reputadas pelo desvio de ouro.

A expressiva presença feminina no comércio colonial mineiro, sobretudo escravas, também pode ser comprovada no documento de almotaçaria de 1717. As cativas Maria, Mariana, Fabiana, Páscoa, Leonor, Joana Mina, Marcela e Domingas Pinto, por exemplo, que tiveram suas mercadorias taxadas nessa data, denotam que a presença feminina não foi uma particularidade da praça comercial da Vila do Carmo. A mulher, ao contrário do que registrou por longo período a historiografia nacional – excessivamente preocupada com os valores patriarcais que restringiam a mulher à casa grande – teve uma atuação efetiva em vários ramos da economia, mormente no comércio varejista. No entanto, suas práticas mercantis eram reprimidas pelo governo, que as acusava de perpetrar uma série de contravenções, disso resultando serem punidas com o confisco dos gêneros comercializados, a prisão de oito a nove dias, ou açoites em praça pública e pagamento de fiança:[11]

> Que todas as vezes que forem achadas negras ou [ilegível] e outras quaisquer pessoas vendendo bebidas poderão os donos das lavras [v]isitá-las com duas testemunhas perante o Doutor juiz de Fora serão condenados em quatro oitavas e sendo achadas por oficial de justiça sairá das quatro oitavas o salário de [...].[12]

Tais punições, porém, não surtiram os efeitos desejados para coibir esse tipo de comércio. As mulheres continuaram subindo e descendo os morros, vendendo aguardente, vinho, fumo, melado, sabão e

petiscos variados. Ademais, suas atividades mercantis contribuíram também para atenuar as duras condições de vida dos escravos e promover o abastecimento da sociedade mineradora.

Variedade de produtos

As anotações de almotaçaria conservam informações interessantes a respeito da economia e dos alimentos que na época circulavam, pois até o ano de 1725 todos os mantimentos tributados eram registrados. A partir dessa data, passam a ser almotaçadas apenas as lojas.[13] Desse modo, tal *corpus* permite compreender aspectos do mercado consumidor, usos, costumes, preferências e possibilidades alimentares.

Numa averiguação sucinta, sem considerar as bebidas ditas “espirituosas” (alcoólicas), é possível listar a presença costumeira dos seguintes itens: açúcar, passas,

Henry Chamberlain (Inglaterra, 1796 – Bermudas, 1844). *Tropeiros* (detalhe), 1821.
Recorte sem referências. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

manteiga de vaca, manteiga do reino, manteiga de porco, sal, azeite, vinagre, farinha do reino, farinha de trigo, queijo, queijo flamengo, bacalhau, peixe dos currais, tainha, melado e toucinho. Considerando essas informações, Ângelo Carrara, em seu estudo sobre a atividade agropecuária na Capitania de Minas Gerais, subdividiu os gêneros almotaçados pela Câmara da Vila do Carmo, abrangendo os anos de 1716 a 1724, em três grupos principais: os do reino; os coloniais e os regionais/locais. A aguardente do reino, o azeite de oliva, o bacalhau, a manteiga, o sabão, o sal, as passas, o vinagre e o vinho constituíam-se nos principais produtos importados do reino. A categoria dos produtos coloniais abarcava o açúcar, a aguardente, o fumo de São Paulo, o melado, o peixe seco, o sabão e o sal dos currais. O toucinho, o queijo, a manteiga de porco e o fumo do campo compunham os gêneros regionais/locais.[14]

A relação dos produtos importados, almotaçados pela Vila do Carmo e averiguada por Carrara, pode ser

ampliada consultando-se a lista de preços estabelecida pelas câmaras, porquanto essa fornece elementos que autorizam uma visão mais abrangente dos comestíveis estrangeiros que entravam em Minas Gerais. Valendo-se dessa listagem, Chaves arrola as seguintes iguarias: vinho tinto, vinho branco, vinagre, aguardente do reino, azeite do reino, azeitonas de Elvas (Portugal), azeitonas miúdas, bacalhau, peixe de barril do reino, peixe seco do reino, queijo flamengo, manteiga de Flandres, presunto, biscoito do reino, passas, coco-da-Bahia, nozes, farinha do reino, gengibre, pêra seca, chouriço do reino, marmelada de São Paulo, camarões, ovas de tainha, badejo, mero, castanhas piladas e sal do reino.[15]

Os víveres importados, facilmente encontrados em exposição nas vendas dos principais centros urbanos de Minas Gerais, não eram dispensados pelo paladar exigente da classe mais endinheirada. Contudo, esses acepipes, seguramente, não faziam parte do consumo dos mineiros mais carentes. O escravo e o livre pobre sustentavam-se com os produtos produzidos localmente, como a carne de porco, o milho, o feijão, o arroz, a batata, a batata-doce, o cará, o mangarito e a mandioca, esta ingerida *in natura* ou na forma de farinhas. As verduras, legumes e frutas provinham de hortas e pomares domésticos. As carnes, aves, verduras e legumes eram refogados com toucinho, muito alho, cebola e vinagre para compensar a costumeira falta de sal, condimento raro e caro, consumido parcimoniosamente de acordo com a sua oferta no mercado.[16]

Os documentos relativos à almotaçaria, embora possam parecer, ao primeiro olhar, monótonos e repetitivos, constituem fontes de grande potencial interpretativo,

Vinheta. In: DEBRET, Jean Baptiste. *O Brasil de Debret.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1993. v. 2. (Coleção Imagens do Brasil)

podendo ser explorados em estudos que suplantam as questões notadamente burocráticas relativas aos arraiais mineiros. Mais consistentemente, permitem acompanhar aspectos do viver cotidiano das vilas coloniais brasileiras: o comércio e seus agentes, consumo, abastecimento, hábitos e preferências alimentares são algumas das possibilidades que emergem da leitura desses registros. Dada sua relevância, esse tema, pouco privilegiado pela historiografia, pode lançar novas luzes sobre a história social, econômica e política das Minas setecentistas.

Notas |

1. O termo almotaçaria é usado desde a Idade Média tanto em sentido geral, para designar a instituição ou suas atribuições, quanto em sentido particular, para designar as atividades mais correntes do almotacé e, depois, da câmara em relação ao abastecimento das cidades. O cargo de almotacé sobreviveu até o século XIX, quando suas atribuições foram encampadas pelas câmaras municipais.

2. SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos*: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p.135.

3. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Almuthasib*: considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 42. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

4. SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Unesp, 2005.

5.LEMOS, Carmem Silva. *A justiça local*: os juízes ordinários e as devassas da Comarca e Vila Rica (1750-1808). Belo Horizonte: Fafich/ UFMG, 2003.

6. CHAVES, Cláudia. *Perfeitos negociantes*: mercadores das Minas setecentista. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995. p. 35-36.

7. ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1990.

8. FIGUEIREDO, Luciano Raposo. *O avesso da memória.* Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

9. PAIVA, Clotilde; GODOY, Marcelo. Engenhos e casas de negócios na Minas oitocentista. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 6., 1992, Diamantina. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1992.

10. CHAVES. *Perfeitos negociantes*...

11.CHAVES. *Perfeitos negociantes*..., p. 55.

12. ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA. *Posturas da Câmara*, livro 660, 1735.

13. Na maior parte dos documentos pesquisados, as lojas e as vendas são denominadas de forma genérica, dificultando o entendimento das peculiaridades de ambas. A exceção é representada pelas tavernas, que, segundo Chaves, comercializavam apenas bebidas. Mafalda Zemella preocupa-se em fazer a distinção entre as vendas e as lojas. No que se refere às lojas, seus produtos consistiam fundamentalmente em "fazendas secas" (armarinhos, tecidos, utilidades domésticas, perfumaria etc.), enquanto nas vendas comercializavam-se todos os artigos encontrados nas lojas e mais os "molhados", ou seja, bebidas e alimentos. Contrariando a distinção feita por Zemella, Clotilde Paiva e Godoy apontam para a existência da loja de maior porte, responsável pelo comércio de aguardente, "secos", "molhados", remédios principalmente, concentrada, sobretudo nas áreas urbanas. De acordo com Chaves, as vendas comercializavam aguardente e "molhados" e se encontravam disseminadas pelas áreas rurais e urbanas. Dessa forma, entende-se "molhados" como todos os produtos comestíveis, e "secos", os não-comestíveis, como ferramentas, roupas, utensílios, entre outros.

14. CARRARA, Ângelo. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais* (1674-1807). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. p. 87.

15. CHAVES. *Perfeitos negociantes*..., p.95.

16. MAGALHÃES, Sônia Maria de. *A mesa de Mariana:* produção e consumo de alimentos (1750-1850). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004.

Sônia Maria de Magalhães é doutora pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)/ Campus de Franca. Autora do livro *A mesa de Mariana*: *produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*; atualmente desenvolve pesquisa sobre o abastecimento alimentar em Goiás no século XIX.

Anexo
REGISTROS DE ALMOTAÇARIA DA CÂMARA DA VILA DO CARMO, 1717

[fl.20]
Almotacei a Antônio Gonçalves sabão a oitava a libra. Vila do Carmo 4 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a José de Morais vinho a duas oitavas a medida, aguardente do reino a duas oitavas a medida, açúcar a três quarto a libra, passas a três quartos a libra, manteiga de vaca a libra a oitava, sal três quartos a libra, digo o prato. Vila do Carmo 4 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a Vicente Jorge aguardente do reino a duas oitavas a medida, vinho a duas oitava a medida, fumo a meia oitava a vara, sal a três quartos o prato, azeite a medida a duas oitavas. Vila do Carmo 5 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a Francisco Fernandes aguardente do reino a duas oitavas a medida, azeite doce a duas oitavas a medida. Vila do Carmo 5 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

[fl.20v]
Almotacei a Antônio Jaques aguardente do reino a duas oitavas a medida, aguardente de cana a oitava a medida, passas a três quartos a libra, açúcar a meia oitava a libra, sabão da terra a três quartos a libra, sal a três quartos a libra, digo o prato, vinagre a oitava e meia a medida, farinha do reino a três quartos a libra, vinho a duas oitavas a medida. Vila do Carmo 5 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a Antônio Rodrigues Seixas um rolo de fumo a três quartos a vara, um barril de aguardente de cana a oitava a medida, sal a três quartos o prato. Vila do Carmo 6 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a Maria escrava de Manuel da Costa aguardente de cana a oitava a medida, fumo a três quartos a vara. Vila do Carmo 6 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a Antônio Ferreira aguardente da terra a oitava a medida, fumo a três quartos a vara. Vila do Carmo 7 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a Luis Gomes aguardente do reino a duas oitavas a medida da terra a oitava a medida, azeite a duas oitavas a medida, fumo a três quartos a vara //

[fl.21]
azeite de mamona a oitava e meia a medida, farinha de trigo a três a libra, açúcar a meia oitava a libra. Vila do Carmo 7 de janeiro de 1717 anos.
Pimenta

Almotacei a Bernardo Martins vinho a duas oitavas a medida, azeite doce a duas oitavas a medida, aguardente do reino a duas oitavas a medida, fumo a meia oitava a vara, melado a meia oitava a medida, aguardente da terra a medida a oitava, açúcar a meia oitava a libra, sal a três quartos o prato, queijo a três quartos a libra. Vila do Carmo 7 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a Manuel Teixeira de Carvalho aguardente do reino a duas oitavas a medida, vinho duas oitavas a medida, aguardente de cana a oitava a medida, sal a três quartos o prato, fumo a meia oitava a medida digo vara. Vila do Carmo 8 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a Antônio Teles um barril de aguardente do reino a duas oitavas a medida, um [barril] de vinagre a oitava e meia a medida, um [barril] de vinho a duas oitavas a medida, bacalhau a três quartos a libra, peixe dos currais

a meia oitava a libra, manteiga a três quartos a libra, duas [*sic*] tainha a meia pataca cada par Vila do Carmo 8 de //

[fl.21v]
janeiro de 1717 anos.
Pimenta

Almotacei a Manuel Alves bacalhau a três quartos a libra, melado a meia oitava a medida. Vila do Carmo 9 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a Antônio Borges aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 9 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a André Rodrigues aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara, sal a três quartos a vara [*sic*]. Vila do Carmo 9 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a José da Costa aguardente do reino a duas oitavas a medida, aguardente de cana a oitava a medida, melado a meia oitava a medida. Vila do Carmo 10 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a Fabiana escrava do Capitão Torquato Teixeira aguardente do reino a duas oitavas a medida, aguardente de cana a oitava a medida, vinho a duas oitavas a medida. Vila do Carmo 11 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a Antônio de Araújo Lima um surrão de sal a oitava o prato, aguardente de cana a oitava a medida. Vila do Carmo 11 de janeiro de 1717 anos.
Pimenta

[fl.22]
Almotacei a José da Silva aguardente do reino a duas oitavas a medida, aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara, sal a três quartos a vara digo o prato, azeite doce a duas oitavas a medida. Vila do Carmo 11 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a Manuel de Vargas aguardente do reino a duas oitavas a medida, peixe a meia oitava a medida digo a libra. Vila do Carmo 20 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a José Ferreira aguardente de cana a oitava a medida, aguardente do reino a duas oitavas a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 23 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a Antônio de Souza aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara, melado a medida oitava a medida [*sic*]. Vila do Carmo 25 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a Domingos Carvalho aguardente da terra a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara, melado a meia oitava a medida. Vila do Carmo 25 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

[fl.22v]
Almotacei a Manuel de Souza aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara, melado a três quartos a medida. Vila do Carmo 25 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a João Rodrigues de Oliveira aguardente do reino a duas oitavas a medida, aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara, sal a oitava o prato. Vila do Carmo 27 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a André Rodrigues aguardente do reino a duas oitavas a medida, [aguardente] de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara, sabão a três quartos a libra. Vila do Carmo 27 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a João Alves da Silva aguardente do reino a duas oitavas a medida, [aguardente] de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 27 de janeiro de 1717 anos.
Leitão

Almotacei a Manuel da Rosa aguardente de cana a oitava a medida, a vara de fumo a três quartos a vara. Vila do Carmo 4 de fevereiro de 1717 anos.
Silva

Almotacei a Tomé Francisco aguardente de cana a oitava a medida, fumo a três quartos a vara. Vila do Carmo o primeiro de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a Páscoa escrava de Cristóvão da Cunha aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo o primeiro de março de 1717 anos.
Madeira

[fl.23]
Almotacei a José da Silva aguardente do reino a duas oitavas a medida, vinho a duas oitavas a medida, azeite doce a duas oitavas a medida, fumo a meia oitava a vara, aguardente de cana a oitava a medida. Vila do Carmo 2 de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a Mariana escrava do Alferes [corroída uma palavra] Carvalho um barril de aguardente de cana a oitava a medida e fumo a vara a meia oitava. Vila do Carmo 2 de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a André Rodrigues aguardente do reino a duas oitavas a medida, aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara e sal a três quartos o prato. Vila do Carmo 2 de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a Antônio Ferreira aguardente do reino a duas oitavas a medida, aguardente de cana a oitava a medida, fumo a três quartos a vara, melado a meia oitava a medida, queijo a libra a oitava, sal a três quartos o prato. Vila do Carmo 2 de março de 1717 anos.
Pereira
[à margem esquerda: Juiz]

Almotacei a Manuel de Almeida aguardente de cana a oitava a medida, melado a meia oitava a medida, fumo a três quartos a vara. Vila do Carmo 4 de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a José de Almeida aguardente de cana a oitava a medida, a vara de fumo a meia oitava, melado a medida a meia oitava. Vila do Carmo 4 de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a Antônio Gonçalves Fragoso sabão de pedra a oitava a [libra]. Vila do Carmo 4 de março de 1717 anos.
Madeira

[fl.23v]
Almotacei a João Alves da Silva aguardente do reino a duas oitavas a medida, [aguardente] de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 8 de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a Manuel Borges aguardente do reino a duas oitavas a medida, [aguardente] de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 8 de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a José Ferreira aguardente do reino a duas oitavas a medida, [aguardente] de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 8 de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a Manuel da Rosa aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 8 de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a André Rodrigues aguardente do reino a duas oitavas a medida, [aguardente] de cana a oitava a medida, fumo a três quartos a vara, sabão dos Currais a meia oitava a libra, peixe dos Currais a doze vinténs a libra. Vila do Carmo 8 de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a Luis de Meireles aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 8 de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a Tomé Antônio aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 8 de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a Gonçalo Rodrigues aguardente de cana a oitava a medida, [aguardente] do reino a duas oitavas a medida, fumo a meia oitava a vara, //

[fl.24]
toucinho a meia oitava a libra, sabão a meia oitava a libra, peixe dos Currais a doze vinténs a libra, queijo flamengo a três quartos a libra. Vila do Carmo 8 de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a Francisco Dias vinho a duas oitavas a medida, aguardente do reino a duas oitavas a medida, [aguardente] de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava, peixe dos Currais a doze vinténs. Vila do Carmo 8 de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a Paulo Mendes um barril de aguardente do reino a duas oitavas a medida, [um barril de aguardente] de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a medida [*sic*], queijo a três quartos a libra. Vila do Carmo 14 de março de 1717 anos.
Moreira

Almotacei a Joaquim José um barril de aguardente do reino a duas oitavas a medida, um barril de aguardente de cana a oitava a medida, um barril de vinho a duas oitavas a medida, um rolo de fumo a meia oitava a vara, um barril de sal o prato a oitava, uma arroba de sabão a oitava e quarto a libra. Vila do Carmo 19 de março de 1717 anos.
Pereira
[à margem esquerda: Juiz]

Almotacei a Manoel Carvalho vinho a duas oitavas a medida, aguardente do reino a duas oitavas a medida, azeite doce a duas oitavas a medida, aguardente da terra a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara, peixe dos Currais a doze vinténs a libra [ilegível] a três quartos a libra. Vila do Carmo 19 de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a Damásio Pereira vinho a duas oitavas, aguardente do reino a duas oitavas a medida, azeite a duas oitavas a medida, sabão a oitava e quarto a medida, açúcar //

[fl.24v]
a cruzado a libra, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 19 de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a Maria escrava de Manuel da Costa aguardente da terra a oitava a medida, e fumo a vara a meia oitava. Vila do Carmo 21 de março de 1717 anos.
Madeira

Almotacei a Antônio Teixeira aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara, e sal a três quartos o prato. Vila do Carmo 30 de março de 1717 anos.
Madeira
[à margem esquerda: Juiz]

Almotacei a Maria escrava de Domingos da Fonseca aguardente do reino a duas oitavas a medida, [aguardente] de cana a oitava a medida, melado a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara, sal a três quartos a medida Vila do Carmo 7 de maio de 1717 anos.
Pereira

Almotacei a Sebastião da Cunha um barril de aguardente do reino a duas oitavas a medida, [aguardente] de cana a oitava a medida, sabão a meia oitava a libra, toucinho a meia oitava a libra. Vila do Carmo 9 de maio de 1717 anos.
Silva
[à margem esquerda: Juiz]

Almotacei a João Rodrigues Lagos aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 7 de julho de 1717 anos.
Costa

Almotacei a Manuel Teixeira aguardente de cana a oitava a medida, [aguardente] do reino a duas oitavas a medida, //

[fl 25]
fumo a meia oitava a vara, açúcar a cruzado a libra. Vila do Carmo 8 de julho de 1717 anos.
Costa

Almotacei a Leonel de Souza aguardente de cana a oitava a medida, [aguardente] do reino a duas oitavas a medida, sal o prato a oitava, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 8 de julho de 1717 anos.
Costa

Almotacei a José de Oliveira aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 8 de julho de 1717 anos.
Costa

Almotacei a Sebastião da Cunha toucinho a libra a meia oitava, sabão do reino a oitava a libra, aguardente do reino a duas oitavas a medida. Vila do Carmo 8 de julho de 1717 anos.
Costa

Almotacei a Basílio Alves um barril de aguardente do reino a duas oitavas a medida, outro de cana a oitava a medida, melado a três quartos a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 2 de setembro de 1717 anos.
Cordeiro

Almotacei a Vicente Jorge um barril de aguardente do reino a duas oitavas a medida, um [barril de aguardente] da terra a oitava a medida, um [barril] de melado a três quartos a medida, fumo a varas [*sic*] vinténs a vara, um barril de azeite doce, a duas oitavas a medida, um barril de açúcar a libra a meia oitava, um de

[fl 25v]
manteiga a oitava a libra, toucinho a doze vinténs a libra. Vila do Carmo 3 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Vicente da Silva do Arraial de Cima um barril de azeite doce a duas oitavas a medida e aguardente do reino a duas oitavas a medida, e [aguardente] da terra a oitava a medida e vinho a duas oitavas a medida e fumo a doze vinténs a medida, digo a vara. Vila do Carmo 3 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Pascoal Francisco um barril de aguardente do reino a duas oitavas a medida, outro da terra a oitava a medida, um barril de melado a oitava a medida, um barril de [uma palavra apagada] de pau a oitava e meia a medida, fumo a doze vinténs a vara. Vila do Carmo 3 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Antônio Rodrigues um barril de aguardente de cana a oitava a medida, um pano de toucinho a meia oitava a libra, sabão dos Currais a doze vinténs a libra, fumo a doze vintes a vara. Vila do Carmo 4 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Maria São Tomé escrava de Manuel da Costa um barril de aguardente de cana a oitava a medida, [um] rolo de fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 5 de setembro de 1717 anos.
Chaves

[fl.26]
Almotacei a Damásio Pereira das Neves um barril de azeite doce a duas oitavas a medida, um rolo de fumo a doze vinténs a vara, toucinho a doze vinténs a libra, sabão do reino a oitava a libra. Vila do Carmo 6 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a André Rodrigues um barril de aguardente do reino a duas oitavas a medida, um surrão de sal a oitava o prato, fumo de São Paulo a meia oitava a vara, um barril de melado a oitava a medida. Vila do Carmo 6 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Antônia escrava de Antônio Lopes um barril de aguardente de cana a oitava a medida e fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 6 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Cosme Ferraz um barril de aguardente do reino a duas oitavas a medida, um surrão de sal a oitava o prato, sabão do reino a oitava a libra, sabão dos Currais a meia oitava a libra, fumo a doze vinténs a vara, aguardente da terra a oitava a medida. Vila do Carmo 6 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Antônio Fernandes um barril de aguardente do reino a duas oitavas a medida, um [barril] de vinho a duas oitavas a medida, um [barril] de azeite doce a duas oitavas a medida, sabão dos Currais a doze vinténs a libra. Vila do Carmo 6 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a José da Costa um barril de aguardente de cana a oitava a medida, sabão dos Currais a doze vinténs a libra, [melado] a oitava a medida, fumo de São Paulo a oitava a vara. Vila do Carmo 6 de setembro de 1717 anos.
Chaves

[fl.26v]
Almotacei a José Pereira Machado um barril de aguardente de cana a oitava a medida, [um barril de aguardente] do reino a duas oitavas a medida e fumo a meia oitava a vara. Vila [do Carmo] 6 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Joana Mina escrava de Pedro Duarte Pereira aguardente de cana a oitava a medida, [aguardente] do reino a duas oitavas a medida, melado a oitava a medida, sabão, digo sal, a oitava o prato, fumo a meia oitava a vara, toucinho a doze vinténs a libra. Vila do Carmo 6 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Antônio Jaques um barril de aguardente do reino a duas oitavas a medida, um barril de azeite doce a duas oitavas a medida, um barril de aguardente da terra a oitava a medida, fumo de São Paulo a meia

oitava a vara, toucinho a doze vinténs a libra, queijo flamengo a três quartos a libra, melado a oitava a medida. Vila [do Carmo] 6 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a João Antunes um rolo de fumo a vara a oitava, uma arroba de sabão a oitava e um quarto a libra, açúcar a três quartos a libra, aguardente do reino a duas oitavas a medida. Vila do Carmo 6 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Antônio de Araújo Lima aguardente do reino a duas oitavas, aguardente de cana a oitava a medida, sabão do reino a oitava e quarto a libra, sabão dos Currais a doze vinténs a libra, fumo a doze vinténs a vara, toucinho a doze vinténs a libra. Vila do Carmo 7 de setembro de 1717 anos.
Chaves

[fl.27]
Almotacei a Luis Teixeira aguardente do reino a duas oitavas a medida, aguardente da terra a oitava a medida, sal do reino a oitava o prato, sabão do reino a oitava e quarto a libra, sabão dos Currais a doze vinténs a libra, toucinho a doze vinténs a libra, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 7 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Martinho dos Santos aguardente da terra a oitava a medida, fumo a doze vinténs a vara. Vila do Carmo 7 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Manuel de Vargas aguardente do reino a duas oitavas a medida, [aguardente] da terra a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara, manteiga do reino a oitava a libra. Vila do Carmo 7 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a José de Morais aguardente do reino a duas oitavas a medida, aguardente da terra a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara, sabão de pedra a oitava e quarto a libra, sabão dos Currais a meia oitava a libra, sal a oitava o prato, manteiga do reino a oitava a libra, [manteiga] de porco a três quartos a libra, toucinho a meia oitava a libra, passas a oitava a libra, açúcar a oitava a libra, vinagre a duas oitavas a medida. Vila do Carmo 7 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Fabiana escrava do Capitão Torquato Teixeira aguardente de cana a oitava a medida, aguardente do reino a duas oitavas a medida. Vila do Carmo 7 de setembro de 1717 anos.
Chaves

[fl.27v]
Almotacei a João Rodrigues de Oliveira um barril de aguardente do reino a duas oitavas a medida, um [barril] de vinho a duas oitavas a medida, um rolo de fumo a meia oitava a vara, um barril de aguardente da terra a oitava a medida. Vila do Carmo [corroído um número] de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Gracia da Silva um barril de aguardente de cana a oitava a medida. Vila do Carmo 8 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Sebastião da Cunha aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila [do Carmo] 8 de setembro de 1717 anos.
Chaves
Almotacei a José Vieira aguardente de cana a oitava a medida. Vila do Carmo 8 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a José Ferreira fumo de São Paulo a meia oitava a vara, sal a oitava o prato, aguardente do reino a duas oitavas a medida, [aguardente] de cana a oitava a medida. Vila [do Carmo] 8 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Domingas Pinto aguardente de cana a oitava a medida. Vila [do Carmo] 8 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a André Rodrigues um barril de aguardente do reino a duas oitavas a medida e [aguardente] da terra a oitava a medida, sabão dos Currais a oitava a medida, digo a meia oitava a libra, toucinho a meia oitava a libra, fumo a doze vinténs a vara. Vila [do Carmo] 9 de setembro de 1717 anos.
Chaves

[fl.28]
Almotacei a Manuel Borges um barril de aguardente do reino a duas oitavas a medida e um [barril] de aguardente de cana a oitava a medida e fumo a doze vinténs a vara, toucinho a meia oitava a libra. Vila [do Carmo] 9 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a João Rodrigues Lagos um barril de aguardente de cana a oitava a medida e fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 9 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Polônia Corrêa um barril de aguardente do reino a duas oitavas a medida, um barril de aguardente de cana a oitava a medida, um barril de açúcar a cruzado a libra, sabão dos Currais a meia oitava a libra, um barril de manteiga a libra a oitava, toucinho a meia oitava a libra, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 9 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Marcela Pinto aguardente da terra a oitava a medida, toucinho a meia oitava a libra. Vila [do Carmo] 9 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Leonor escrava do Alferes Francisco Santos um barril de aguardente do reino a duas oitavas a medida, um rolo de fumo a meia oitava a vara, um barril de aguardente de cana a oitava a medida, sal a oitava o prato, toucinho a meia oitava a libra. Vila [do Carmo] 9 de setembro de 1717 anos.
Chaves

Almotacei a Manoel Gomes Viana vinho a duas oitavas a medida, azeite a duas oitavas a medida, fumo de São Paulo a oitava a vara, manteiga a oitava a libra, açúcar a cruzado a libra, toucinho a meia oitava a libra. Vila do Carmo 3 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

[fl.28v]
Almotacei a Pascoal Francisco aguardente do reino a duas oitavas a medida, dita de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara, açúcar a cruzado a libra, manteiga a oitava a libra. Vila do Carmo 3 de novembro de 1717 anos
Azevedo

Almotacei a Estevão Ferreira Velho aguardente do reino a duas oitavas a medida, vinho a duas oitavas a medida, fumo a meia oitava a vara, toucinho a meia oitava a libra, sal a oitava e quarto o prato. Vila do Carmo 3 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei ao Alferes Francisco Santos aguardente do reino a duas oitavas a medida, vinho a duas oitavas a medida, aguardente de cana a oitava a medida, bacalhau a três quartos a libra, toucinho a meia oitava a libra, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 4 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a Mariana escrava de João Carvalho aguardente de cana a oitava a medida, fumo a vara a meia oitava, sabão a oitava a libra, sal a oitava e quarto o prato, aguardente do reino a duas oitavas a medida. Vila do Carmo 4 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a Manuel Teixeira aguardente do reino a duas oitavas a medida, vinho o mesmo [a duas oitavas a medida], fumo a meia oitava a vara, azeite a duas oitavas a medida, sal a oitava e quarto o prato, açúcar a cruzado a libra. Vila do Carmo 4 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

[fl.29]
Almotacei a José moço pardo e forro aguardente do reino a duas oitavas a medida, aguardente de cana a oitava a medida, sal a oitava e quarto o prato, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 5 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a Antônio Jaques aguardente do reino a duas oitavas a medida, vinho o mesmo [a duas oitavas a medida], azeite doce a duas oitavas a medida, aguardente de cana a oitava a medida, vinagre a duas oitavas a medida, manteiga a oitava a libra, açúcar a três quartos a libra. Vila do Carmo 5 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a Fabiana escrava do Capitão Torquato Teixeira aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila [do Carmo] 5 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a Vicente Jorge vinho a duas oitavas a medida, aguardente o mesmo [a duas oitavas a medida], vinagre a duas oitavas a medida, fumo a meia oitava a vara, azeite a duas oitavas a medida, sabão a oitava a libra, aguardente de cana a oitava a medida. Vila do Carmo 6 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a Maria Pinto aguardente do reino a duas oitavas a medida, vinho pelo mesmo [preço], fumo a meia oitava a vara, manteiga a oitava a libra, sal a oitava e quarto o prato, sabão dos Currais a três quartos a libra, açúcar a três quartos a libra. Vila do Carmo 6 de novembro de 1717 anos.
Azevedo
Almotacei a José de Morais aguardente //

[fl.29v]
do reino a duas oitavas a medida, vinho o mesmo [a duas oitavas a medida], azeite doce o mesmo [a duas oitavas a medida], vinagre o mesmo [a duas oitavas a medida], açúcar a três quartos, manteiga do reino a duas oitavas, digo a uma oitava a libra, passas a três quartos a libra, manteiga de porco a meia [*sic*] a libra, sabão a oitava a libra, aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 6 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a Manuel Alves de Mesquita aguardente do reino a duas oitavas a medida, vinho pelo mesmo [preço], melado a oitava a medida, aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara, toucinho a meia oitava a libra. Vila do Carmo 6 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a José da Costa aguardente do reino a duas oitavas a medida, dita de cana a oitava a medida, manteiga a oitava a libra, sal a oitava e quarto o prato. Vila do Carmo 7 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a Antônia preta forra aguardente de cana a oitava a medida, [aguardente] do reino a duas oitavas a medida, sabão dos Currais a três quartos a libra, peixe a meia oitava a libra, toucinho a meia oitava a libra. Vila [do Carmo] 7 de setembro [*sic*] de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a Sebastião da Cunha aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 7 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a Manuel de Vargas aguardente do reino a duas oitavas a medida, [aguardente] de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila [do Carmo] 7 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

[fl.30]
Almotacei a Gracia da Silva aguardente do reino a duas oitavas a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 7 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a João Rodrigues de Oliveira aguardente de cana a oitava a medida, dita do reino a duas oitavas a medida, fumo a meia oitava a vara, sal a oitava e quarto o prato. Vila do Carmo 7 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a André Rodrigues aguardente de cana a oitava a medida, fumo de São Paulo a meia oitava a vara, sal a oitava e quarto o prato, toucinho a libra a meia oitava. Vila [do Carmo] 8 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a Manoel Borges aguardente do reino a duas oitavas a medida, [aguardente] de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara, toucinho a meia oitava a libra. Vila [do Carmo] 8 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a João Antunes aguardente do reino a duas oitavas a medida, fumo a meia oitava a vara, uma carga de bacalhau a três quartos a vara. Vila do Carmo 8 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a Antônio Rodrigues aguardente de cana a oitava a medida, dita do reino a duas oitavas a medida, fumo a meia oitava a vara, vinho a duas oitavas a medida, sal a oitava e quarto o prato, azeite a duas oitavas a medida. Vila do Carmo 8 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a Luis Teixeira aguardente do reino a duas oitavas a medida, dita de cana a oitava a medida, fumo

[fl.30v]
a meia oitava a vara, toucinho a meia oitava a libra. Vila do Carmo [corroído um número] de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a Martinho dos Santos aguardente de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila [do Carmo] 9 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a Manuel Alves aguardente de cana a oitava a medida e fumo a meia oitava a vara, Vila do Carmo 9 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a Domingos Barreto aguardente do reino a duas oitavas a medida e [aguardente] de cana a oitava a medida, fumo a meia oitava a vara e sal a oitava o prato. Vila do Carmo 9 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Almotacei a Tomé Antônio aguardente do reino a duas oitavas a medida, fumo a meia oitava a vara. Vila do Carmo 22 de novembro de 1717 anos.
Azevedo

Transcrição atualizada: Maria José Ferro de Souza e Maria Teresa Gonçalves Pereira
Fonte: [REGISTROS de Almotaçaria]. *Câmara da Vila do Carmo* (atual Mariana), 1716-1725. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana - AHCMM 195.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Ensaio

Donald Ramos

Do Minho a Minas

A emigração para Minas Gerais, iniciada no período colonial, especialmente a oriunda da região norte de Portugal, reproduziu na América portuguesa padrões familiares semelhantes aos da origem.

Nas últimas décadas, a história da vida familiar colonial conheceu novas interpretações. Caiu por terra a visão tradicional restrita à análise da família extensa e patriarcal. A instituição deixou de ser descrita de forma monolítica, passando a englobar uma variedade de tipos diferentes. Um deles é o da família encabeçada pela mulher, que surge no Brasil como um tipo importante, principalmente no final do período colonial e no período pós-Independência.[1] Tornou-se claro que os domicílios eram menores do que se supunha. Revelou-se, também, que o casamento, pelo menos aquele definido como sacramentado pela Igreja, era a escolha de apenas uma pequena parcela da população adulta livre – não obstante o esforço e a pressão em contrário exercidos pela Coroa portuguesa e pela Igreja Católica. Para a grande maioria da população livre, o que se observa é a predominância de uniões consensuais, seja com co-habitação ou não.

Talvez a lacuna mais evidente nos trabalhos feitos até o momento, incluindo os deste autor, seja a ausência de exames a respeito dos relacionamentos entre a família portuguesa e a brasileira. De modo geral, isso se deve à natureza das fontes utilizadas pelos historiadores. Os testemunhos das listas nominativas e dos registros paroquiais, que constituem a base desta pesquisa, são mais comuns no Brasil dos séculos XVIII e XIX do que em períodos anteriores. Se as fontes de pesquisa dos séculos XVI e XVII fossem mais ricas, é bem provável que a necessidade de estudos a propósito dos antecedentes portugueses da família brasileira se tornasse mais óbvia. Apesar de privilegiarem uma visão mais complexa da família do Novo Mundo, os historiadores tenderam a apresentá-la de uma forma a-histórica.

Nesse sentido, este estudo tem como propósito explorar um contexto histórico específico por meio do exame dos antecedentes portugueses do tipo de família que se desenvolveu em Minas Gerais, região central da exploração do ouro no Brasil, durante o século XVIII. Ele também está fundamentado em três questões centrais: (1) a família portuguesa não era uniforme, sendo marcada por variações regionais distintas; (2) os imigrantes que vieram para Minas Gerais eram oriundos, principalmente, do norte de Portugal, uma região socialmente distinta; e (3) a natureza e estrutura da família do norte de Portugal eram bastante similares às encontradas em Minas Gerais durante o século XVIII e início de século XIX. O trabalho sugere ainda que tais similaridades podem ser explicadas por meio da predominância da imigração norte-portuguesa para a região aurífera de Minas Gerais, a qual tinha, num sentido amplo, características econômicas semelhantes às do norte de Portugal.

Há muito é sabido que Portugal constitui terra de emigrantes. Este trabalho amplia o truísmo argumentando que aqueles que vieram para o Brasil trouxeram consigo uma experiência e uma visão da família bem específicas, que formou a base da sociedade daqueles que a recriaram no Novo Mundo. O elo entre o norte de Portugal e Minas Gerais nasceu da convergência de valores e instituições sociais, não num sentido vago de "herança cultural", mas no fluir constante de colonizadores portugueses para o Brasil e, com bastante freqüência, de sua volta a Portugal. Graças a isso, no final do século XVIII, a configuração sociodemográfica da família de Minas Gerais era muito semelhante à daquela região portuguesa.

Os protótipos nortistas

A divisão sociodemográfica mais marcante em Portugal se dava entre o norte (províncias do Minho, Douro e Trás-os-Montes) e o resto do reino, registrando, em um grau menor, um contraste em relação à área centro-norte (as Beiras). A cidade de Lisboa geralmente ocupava uma posição intermediária. Em linhas gerais, pode-se

afirmar que no norte havia uma proporção maior de mulheres na população, taxas mais altas de celibato (definida aqui como a percentagem de mulheres que permaneceram solteiras), casamentos mais tardios, altas taxas de ilegitimidade e de abandono de crianças, bem como uma proporção menor de famílias nucleares e, por outro lado, maiores proporções de famílias extensas (envolvendo colaterais, ascendentes e descendentes em um mesmo domicílio) e múltiplas (envolvendo, num mesmo domicílio, unidades familiares com ou sem vínculos de parentesco entre elas) do que em outras regiões de Portugal.[2]

O contexto social do norte de Portugal era caracterizado por uma tendência de migração dos homens, ficando as mulheres na chefia das famílias. A partida desses homens significava uma perda de trabalhadores, que, contudo, não eram mais necessários a propriedades rurais pequenas demais para alimentarem famílias numerosas. O fenômeno, por outro lado, propiciava o surgimento de fontes de renda complementares, a serem enviadas ao domicílio português de origem. O grande número de homens que emigraram – para o Brasil e outras colônias portuguesas – causou um forte impacto demográfico em Portugal como um todo, e, notadamente, naquelas regiões onde a migração era mais expressiva – casos das províncias do norte e do centro-norte.

Em 1734, por exemplo, na importante cidade de Guimarães, no Minho, região localizada ao norte, a proporção de indivíduos por sexo era de 76 homens para cada 100 mulheres; 72,5 homens para cada 100 mulheres, em 1760; e 88,3 homens para cada 100 mulheres, em 1788.[3] Montaria e Ancora, também no Minho, apresentaram, em 1827, a razão de 89 homens para 100 mulheres.[4] Esse padrão parece não ter se repetido na região central de Portugal. Em Coruche, na Estremadura, por exemplo, a proporção era de 105 homens para cada 100 mulheres em 1789; número similar ao registrado, em 1788, na localidade de Salvaterra dos Magos, no Alentejo.[5] A paróquia de Santiago, em Lisboa, durante o século XVII, passou de uma predominância de mulheres para uma predominância de homens.[6]

A predominância demográfica de mulheres causou considerável impacto sobre a sociedade.[7] Um de seus efeitos foi a existência de uma proporção menor de mulheres que se casavam. Os pesquisadores que estudam o celibato português fizeram uso de várias medidas para definir esse fenômeno, embora duas tenham sido as mais usadas: celibato definitivo, comumente definido como a proporção de mulheres com idades entre 50 e 54 anos, que nunca se casaram; e uma proporção similar referente a mulheres solteiras, com idades entre 20 e 24 anos. Com base nessas medidas, a população do norte revelou ter uma proporção maior de mulheres solteiras do que em outras áreas de Portugal (veja Tabela 1). Em 1864, por exemplo, 27% das mulheres com idades entre 50 e 54 anos na cidade de Braga, no Minho, eram solteiras, bem como 81% das mulheres com idades entre 20 e 24 anos.[8]

O estudo de Robert Rowland sobre Montaria e Ancora revelou taxas de celibato de 34,8% e 23,1%, respectivamente, para mulheres com idades entre 25 e 39 anos, e taxas de celibato definitivo de 34,8% e 23,1%.[9] Caroline Brettell descobriu que, na década de 1860-1869, 33,9% das mulheres que faleceram com idade acima de 50 anos na paróquia de Santa Eulália (pseudônimo que a autora escolheu para a comunidade que pesquisou), no Minho, eram celibatárias, enquanto a taxa entre homens era de 10%. Durante o século XVIII a proporção era semelhante, embora os dados incluam mulheres de 20 anos em diante.[10]

As taxas de celibato para a região central de Portugal eram inferiores. Em 1864, na área de Beja, no Alentejo,

60% das mulheres com idades entre 20 e 24 anos eram solteiras; mas a taxa de celibato definitivo era de somente 11%, sugerindo que a maioria das mulheres contraiu casamento, mas somente após os 24 anos de idade.[11] As taxas para mulheres em Coruche, Estremadura, seguiram esse mesmo padrão.[12]
Com relação à idade no casamento, uma diferença marcante aparece entre as províncias do norte e o resto de Portugal. Durante os séculos XVII e XVIII, a idade média das mulheres do norte ao se casarem era consideravelmente mais alta do que a das mulheres de outros lugares: a variação era de 22,4 a 28,3 anos no norte e entre 20 e 23,7 anos em outras regiões. Uma comparação feita por Rowland entre 23 comarcas, em 1802, demonstra essas diferenças.[13] Para Santa Eulália, Brettell descobriu que, durante todo o período de 1700-1790, a idade média entre as mulheres ao se casar variou entre 24 e 30,5 anos. Surpreendentemente, em 12 das 27 décadas estudadas por Brettell, a idade média das mulheres ao se casar era bem mais alta que a dos homens.[14] Em Coruche, em 1789, entretanto, a idade média no primeiro casamento era de 20,6 anos para as mulheres e 26,2 para os homens.[15]

A média de idade no casamento, entre os homens, era bem semelhante em todo o território português.[16] Um padrão de casamentos tardios aparece claramente nas comunidades de Montaria e Ancora, no Minho, onde a média de idade dos homens ao se casar era de 29 anos, enquanto a das mulheres era de 27.[17] Esse mesmo resultado se aplica à comunidade de Couto, no Alto Minho, no período de 1860-1900.[18]

Os dados disponíveis demonstram que, de modo geral, a população do norte possuía uma maior proporção de mulheres em relação a outras áreas de Portugal. Isso reforça a crença de que os homens do norte se movimentavam mais e tendiam a se mudar para outras áreas de Portugal e para as colônias portuguesas.
A escassez de homens contribuiu para formar um padrão social no qual as mulheres se casavam tardiamente, após os 25 anos, ou, em muitos casos, após os 30 anos. Entre as razões para esses casamentos tardios, estaria provavelmente uma tendência de esperar o retorno dos homens e, possivelmente, uma melhor situação financeira.

Ascendência feminina

Brettell vai além, desenvolvendo um argumento instigante, ao descrever uma sociedade na qual o papel desempenhado pela mulher torna-se mais importante diante da escassez de homens. A autora conclui que tal escassez proporcionou à mulher certa independência e um padrão cultural que permitia a ela escolher não se casar, sem que isso trouxesse o peso de um estigma social. De fato, os pais encorajavam tal decisão como forma de assegurar que fossem cuidados quando idosos.[19] A tendência entre as mulheres de permanecer solteiras, aliada à tendência dos homens de emigrar, produziu uma forma de matrifocalidade que resultou em um sistema flexível de herança, segundo o qual as mulheres que permaneciam em casa se tornavam as principais gestoras da propriedade da família. As filhas não somente herdavam na exata proporção de seus irmãos como também continuavam vivendo na residência de seus pais após o falecimento desses.

É interessante frisar que os nomes dos residentes de Santa Eulália refletiam esse padrão. As filhas geralmente recebiam o nome da família da mãe, e os filhos, o nome da família do pai.[20] A sensação de *status* mais alto era reforçada por uma tendência de se nomear filhos ilegítimos como herdeiros. Além do mais, a predominância de mulheres no norte de Portugal significava que muitas delas se tornaram economicamente ativas em suas comunidades; situação que lhes permitia mais liberdade de movimentos e maior interação social.[21]

Gravura publicada em *A general view of the state of Portugal*, do viajante James Murphy. Londres, 1798.
In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal* – o antigo regime. Coordenação de Antonio Manuel Hespanha. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

Nesse contexto, não é de se espantar que a proporção de mulheres gerindo um domicílio em Portugal fosse relativamente alta. Em Montaria, em 1827, 17,5% das casas eram encabeçadas por mulheres (6,7% por mulheres solteiras); em Ancora, 32,8% dos domicílios eram encabeçados por mulheres (18% solteiras).[22] Esse fenômeno pode também ser encontrado em outras regiões de Portugal. Na comunidade central de Coruche, as mulheres encabeçavam 18,2% de 127 casas; dessas, 11,8% eram geridas por mulheres solteiras.[23] Infelizmente, não há outros estudos que focalizem esse aspecto para que se possa determinar o grau de tipicidade de tal arranjo nas demais comunidades.

No tocante ao tamanho das famílias, algumas diferenças ficam bem claras entre o norte e o resto do país. Entre 1734 e 1760, o tamanho médio de um domicílio em Guimarães oscilava entre 4,7 e 3,8 pessoas, com uma tendência para diminuir com o passar do tempo.[24] Em 1789, o tamanho médio da família na cidade do Porto, na província do Douro, era de 4,2.[25] A média em Montaria e Ancora, em 1827, era, respectivamente, de 5,4 e 4,6 pessoas por unidade; em 1800, a média em Santa Eulália era de 4,3.[26] A comparação entre o norte e o resto do país é restrita a somente um caso, referente a uma área não localizada no norte. Em Coruche a média era de 3,4

pessoas por família – número consideravelmente menor que qualquer outro encontrado para o norte.[27]

Uma das conseqüências dessa constelação social do norte, com ~~a~~ maior proporção de mulheres na população e uma taxa mais baixa de casamentos, foi a ilegitimidade. Calculou-se que a taxa de ilegitimidade encontrada em Santa Eulália, no período de 1700-1860, variou entre 5,1% e 12,1%.[28] Muitos dos bebês nasciam de mulheres que já tinham mais de um filho ilegítimo; durante o século XIX, essas mulheres respondiam por metade dos nascimentos ilegítimos.[29]

Em relação à área de Guimarães, a proporção de nascimentos definida como "ilegítima" variava de uma porcentagem mais baixa, de 14%, entre 1680-1689, para uma mais alta, de 25,1%, entre 1810-1819.[30] Uma pesquisa conduzida por João de Pina-Cabral em Couto e Paço, duas comunidades do Alto Minho, identificou taxas que variavam de 14,3% a 22,5% no período de 1860-1940.[31] A ilegitimidade, nessa situação, incluía filhos naturais cujos pais não casados os abandonavam ou os davam para adoção.[32] A ilegitimidade era tão comum que Raul Iturra a descreve como um meio de assegurar o pronto fornecimento de mão-de-obra, ao mesmo tempo em que impedia a dispersão da propriedade.[33]

Algumas evidências encontradas em outras regiões de Portugal também sugerem que a taxa de ilegitimidade era mais elevada no norte do que em outras regiões, com exceção de Lisboa. Durante o primeiro quartel do século XVIII, 4,2% das crianças nascidas na vila de Penamacor, na região central de Portugal, eram ilegítimas.[34] A percentagem de nascimentos ilegítimos na freguesia de Nossa Senhora das Mercês em Lisboa foi de 23% para o mesmo período.[35] Tanto nesse aspecto como em outros, Lisboa é mais semelhante ao norte do que à área central ou ao sul de Portugal.

Acompanhando essas altas taxas de ilegitimidade estão altos níveis de abandono infantil. No Porto, grande parte das crianças nascidas a cada ano era subseqüentemente abandonada. Em 1785, o total foi de 856, das quais uma pequena maioria (51,9%) era de crianças do sexo masculino. Agostinho Rabello da Costa, que incluiu esses números em um trabalho publicado em 1789, também relata que 2.736 crianças nasceram em 1786. Ele não fornece dados sobre nascimento no ano de 1785 ou estatísticas referentes a abandono em 1786, mas se tais dados forem considerados consistentes, eles podem sugerir que cerca de um terço das crianças nascidas a cada ano eram abandonadas.[36] Essa proporção assustadora pode bem refletir uma tendência entre as mulheres solteiras da área rural de darem à luz na cidade do Porto, onde poderiam ficar praticamente anônimas. Em Guimarães, a proporção de crianças abandonadas permaneceu menor que 10% até 1790-1799, quando alcançou 12,9%. Entre 1810 e 1819, essa taxa subiu para 21,9%.[37]

No final do século XVIII o problema de abandono de crianças tornou-se tão agudo em Portugal que acabou por dar origem a uma série de leis régias que regulamentavam o tratamento de crianças abandonadas.[38] Infelizmente, os esforços da Coroa não foram suficientes para resolver o problema. Antonio Joaquim de Gouveia Pinto estimou, em 1820, que aproximadamente dez mil crianças eram abandonadas anualmente em Portugal e que havia cerca de 30 mil expostos, isto é, crianças abandonadas com idade inferior a sete anos.[39] Ainda são raras as informações sobre crianças abandonadas em outras partes específicas de Portugal; portanto, é prematuro avançar uma comparação. O número elevado de crianças abandonadas, entretanto, suscita várias questões.

Parece provável que algum estigma social era associado ao fato de uma mãe solteira criar seus próprios filhos. Sem dúvida, a situação econômica era difícil e os

Jean Baptiste Debret (Paris, 1768 – Paris, 1848). Visita a uma fazenda. In: DEBRET, Jean Baptiste. O Brasil de Debret. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993. v. 2. (Coleção Imagens do Brasil)

custos de se criar uma criança podem ter se tornado insuportáveis para muitas mães. Aparentemente, o mesmo se aplica a casais. Evidências sugerem que alguns casais abandonaram seus filhos porque não dispunham de condições financeiras para cuidar deles na época, mas tinham intenção de buscá-los assim que houvesse uma melhoria na sua situação financeira.[40] Ao norte de Portugal, o abandono de crianças e a emigração masculina estavam, assim, associados à difícil situação econômica – caracterizada pelo aumento da população e por um padrão de herança igualitária, resultando em propriedades cada vez menores – que muitos consideravam economicamente inviáveis. O abandono de crianças e a migração masculina foram respostas sociais a essa situação e tinham conseqüências semelhantes: ambos reduziam o número de membros da família.

Outro tema em que cabem comparações significativas é o da estrutura familiar. A literatura que trata desse assunto (tanto no Brasil quanto em Portugal) teve um grande crescimento nas últimas duas décadas. Felizmente, a tendência tem sido a de se aplicar a tipologia sugerida por Peter Laslett, embora, até o momento, as evidências não sejam conclusivas.[41] Nesse aspecto, novamente, parece que o sul e o norte de Portugal diferem, com a área central aparentemente mais próxima do padrão sulino, à exceção de Lisboa.

A primeira diferença era a proporção de famílias nucleares, ou famílias simples, mais baixa no norte do que no sul. As famílias simples eram definidas como aquelas contendo indivíduos ligados pelo casamento ou indivíduos cujos filhos residiam na mesma casa. Por outro lado, a família extensa ou múltipla ocorria com mais freqüência no norte. Pessoas solitárias (como chefes sem parentes) e agregados não-conjugais (co-chefiadas por parentes, por exemplo, irmãos) aparentemente não ocorreram com mais freqüência em uma área do que em outra (veja tabelas 2 e 3).

Os paralelos brasileiros

A configuração que definia o norte era única: moldada pela ausência de homens e caracterizada por casamentos tardios no tocante às mulheres, baixas taxas de casamentos entre a população em geral, baixa proporção de famílias nucleares, bem como altas taxas de ilegitimidade e abandono.

Surpreendentemente, as mesmas características foram identificadas no Brasil colonial, especialmente na região produtora de ouro.[42] Minas Gerais, com a descoberta do ouro em 1695, obviamente atraiu um grande número de pessoas de todo o Brasil e de Portugal – sem mencionar o grande afluxo de imigrantes forçados trazidos da África. É extraordinariamente difícil obter informações relativas à imigração de Portugal. Embora o sistema de passaporte tivesse sido instituído em Portugal em 1720, num esforço para restringir o número de nacionais que viajavam ao Brasil, fica claro que essa e outras regras restritivas foram largamente desobedecidas, uma vez que milhares de portugueses chegaram aos portos do Brasil em busca de fortuna.[43] Não obstante, é possível se ter uma idéia da natureza dessa imigração a partir de amostragens de registros paroquiais e notoriais para determinar quem chegou. Obviamente, essa é uma maneira inadequada de se contar o número de pessoas que saiu de Portugal, mas é um método que permite localizar as regiões de onde se partiu.

Para se obter uma amostra qualitativa dos padrões migratórios, as seguintes fontes foram pesquisadas: registros paroquiais de casamentos e testamentos, e processos da Inquisição. Apesar da diversidade, todas as três fontes levaram a conclusões bastante similares – o que empresta credibilidade às conclusões.

Os registros de casamentos da paróquia de Antônio Dias, uma das duas que formavam Vila Rica, capital de Minas, contém, entre 1709 e 1804, os nomes de 341 noivos nascidos na Europa. Desses, a maioria era de indivíduos vindos de duas províncias do norte de Portugal: Minho e Douro (veja Tabela 4). Somente essas duas províncias respondiam por dois terços dos noivos nascidos em Portugal. A terceira província do norte, Trás-os-Montes, talvez por seu extremo isolamento e pobreza, enviou poucos de seus filhos a Vila Rica. As outras áreas mais substancialmente representadas nessa amostra são as da província de Estremadura e das ilhas da Madeira e Açores. Quase todos os noivos vindos da Estremadura eram nascidos em Lisboa.

Um número bastante inferior de mulheres portuguesas aparece nos registros de casamento (veja Tabela 5). Isso não é de se admirar, dado o fluxo de emigração dominado por homens. O que é surpreendente, mesmo que a amostra seja pequena, é a grande proporção de mulheres imigrantes vindas das ilhas portuguesas. É provável que a maioria delas tenha viajado na companhia dos pais, e não como imigrantes individuais.

Os testamentos deixados pelos homens de Antônio Dias levam às mesmas conclusões gerais sobre a predominância da imigração do norte.[44] Dos 120 testamentos examinados, 78 foram de homens nascidos em Portugal (veja Tabela 6). Cerca de 70% desses testadores eram nascidos no extremo norte, a maioria

Johann Moritz Rugendas (Augsburgo, 1802 – Weilheim, 1858). *Famille de planteurs.* In: RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil.* Trad. Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. 3. série; v. 8. (Coleção Reconquista do Brasil)

sendo da Província do Minho. Embora não tenha sido possível determinar a data em que esses imigrantes chegaram ao Brasil, tais documentos refletem um fluxo ininterrupto de imigração portuguesa para Vila Rica durante todo o século XVIII. A presença de nortistas não se limitava apenas a Vila Rica, como fica evidente pelos registros pesquisados no distrito de Itatiaia, uma paróquia rural no Termo de Vila Rica, a alguma distância do centro urbano. Naquele local, 70% dos homens nascidos em Portugal que deixaram testamentos durante o último terço do século XVIII eram oriundos do extremo-norte.[45]

Os registros da Inquisição são as fontes mais intrigantes sobre emigração e mobilidade espacial de modo geral. A Inquisição portuguesa, enquanto órgão jurídico, operou no Brasil por períodos limitados, diferentemente da Inquisição espanhola, que estabeleceu tribunais no Novo Mundo. Entretanto, atuou continuamente, por meio da hierarquia da Igreja, reforçada pelos "familiares" do Santo Ofício (funcionários inquisitoriais leigos e sem remuneração), até ser extinta na época de Independência do Brasil.[46] O maior volume de denúncias e processos judiciais que sobreviveram (e estes são provavelmente apenas uma parcela dos que existiram) se constitui em testemunho da onipresença da Inquisição e da continuidade de sua atuação.[47]

Duas sociedades móveis

Os processos inquisitoriais relacionados a emigrantes portugueses residentes em Minas Gerais apresentam os mesmos padrões das duas primeiras fontes – o que reforça

a importância da imigração provinda do norte de Portugal. Os emigrantes eram oriundos principalmente daquela região, sendo outro terço originário da área centro-norte de Beiras – regiões litorânea, Baixa e Alta (veja Tabela 7). Novamente, Lisboa, na área central, forneceu apenas uma pequena quantidade de emigrantes, e o sul, pouquíssimos.

Essas fontes vêm corroborar a crença, comum no próprio século XVIII, de que o norte era a fonte de emigrantes para as regiões mineradoras do Brasil. A lei portuguesa de 20 de março de 1720, que em vão obrigou o uso do passaporte, especialmente no Minho, mencionou: "[anteriormente] tendo sido o mais povoado, hoje é um estado no qual não há pessoas suficientes para cultivar a terra ou prover para os habitantes."[48] A notícia das minas de ouro brasileiras atraíu tantos milhares de homens do norte que tornou a emigração, antes de tudo, uma válvula de escape, uma ameaça temporária à economia das regiões de origem.

O nível de mobilidade individual registrado nos processos da Inquisição é surpreendente. Sem dúvida, o movimento de alguns dos indivíduos investigados se deveu ao fato de tentarem fugir das autoridades. Essa fonte de informação, certamente, é tendenciosa, porque muitos dos indivíduos investigados foram acusados em Portugal e presos no Brasil. No entanto, mesmo para essas pessoas – na maioria homens – é importante frisar que, se viajaram intensivamente em Portugal antes de embarcar para o Brasil, uma vez no Novo Mundo, continuaram se deslocando. Muitas das pessoas presas em Portugal também se mudaram, saindo de seus locais de nascimento para outras partes do reino – o que é confirmado pelos processos inquisitoriais. A migração parece ser um aspecto comum da vida no século XVIII, tanto em Portugal como na sua colônia brasileira. O exemplo de João Teixeira, preso em 1765 por bigamia é típico:

> Ele nunca saíra dos domínios de Portugal e nele havia vivido em Porto Formoso, sua terra natal, e na cidade de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, de onde ele veio para esta cidade de Lisboa, onde viveu por três anos, daqui embarcando para Pernambuco, capitania na qual residiu na cidade de Olinda e nas cidades de Santo Antonio de Olinda, Jaguaripe, Rio Fermozo, Agoa Petuda, e Goyana, e passando por muitas outras terras.[49]

Em outro exemplo, João Rodrigues Mesquita, que recebeu sentença de prisão por praticar o judaísmo, nasceu em Vinhães. A linguagem usada para descrever os lugares onde residiu indica a ligação ininterrupta de imigrantes, muito viajados, com sua terra natal. Mesquita registrou que "sempre" havia morado em Vinhães – exceto por 12 anos e meio em que viveu em Viana do Castelo e, de passagem, em Braga e em "alguns outros locais na província do Minho".

Ele, casualmente, relatou que no Brasil residira em Vila Rica, Guarapiranga e Tejuco, onde a família foi presa.[50] O que impressiona sobre Mesquita é que ele fez tudo isso antes dos 34 anos, idade em que foi preso. Ou seja, ele passou mais de um terço de sua vida fora de seu local de nascimento, mas em sua mente "sempre" residira lá. Mesquita, como é possível perceber, estava longe de ser um caso isolado. Ao contrário, é extremamente difícil encontrar nesses registros uma pessoa que não tenha vivido fora de seu local de origem.

Essa mobilidade espacial não era restrita aos portugueses. Os perseguidos pela Inquisição, nascidos no Brasil, demonstraram a mesma tendência à mobilidade. Por exemplo, Agostinho José de Azeredo, nascido no Rio de Janeiro, viveu em três das quatro comarcas de Minas Gerais colonial: Sabará, Ouro Preto e Rio das Mortes.[51] Mesmo o relativamente jovem prisioneiro André da Veiga Freire, identificado como um estudante de 24 anos que "nunca havia saído da província do Rio de Janeiro" – lugar onde

Exemplo de matriarcado e casamentos tardios em Minas Gerais, século XIX. A viúva Ana Alves da Fonseca e suas filhas Maria Florinda e Ana Florinda. Casaram-se no mesmo dia – 30 de outubro de 1867 –, a primeira aos 31 anos e a segunda, aos 35 anos. Grão Mogol (MG), *circa* 1870. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

nasceu – relatou que só fôra a Minas Gerais "por Razões Comerciais."[52] O que surpreende o leitor desses relatos é o fato de os residentes de Portugal e suas colônias, no século XVIII, encararem a viagem como algo natural.

Os registros da Inquisição também revelaram outro padrão de mobilidade; muitas pessoas nascidas no Brasil viajavam para Portugal a negócios, para restabelecimento da saúde, para visitar amigos ou fixar residência. Luis Alves Monteiro, acusado de ser judeu, nasceu em 1680 no Rio de Janeiro, filho de um plantador de açúcar. Além de ter vivido na sua região nativa, Monteiro morou na Bahia, Porto e Lisboa – sem dúvida escolhas muito perigosas para alguém que tentava esconder seus mais íntimos segredos hereges.[53] É de se esperar que uma pessoa tentando ocultar sua convicção religiosa evitasse os grandes centros, onde a presença da Inquisição era mais marcante. Mas o caso de Monteiro, e de outros, demonstra que essas pessoas viajavam em ambas direções, ocasionalmente com paradas nas ilhas portuguesas do Atlântico ou em outras partes do império de Portugal.

O que mais surpreende é que muitos imigrantes portugueses eram verdadeiramente imigrantes temporários, o que significa que freqüentemente retornavam a Portugal. Por exemplo, João de Souza Lisboa, um importante homem de negócios e coletor de impostos em Vila Rica, fez um número desconhecido de visitas ao Brasil e à zona mineradora antes de se mudar para lá, definitivamente, em fins da década de 1740.[54]

Vista a partir das condições do século XX, fica difícil entender essa grande mobilidade espacial. Comparando-se com a facilidade existente hoje, as dificuldades históricas de viajar sempre evocam a imagem de pessoas morrendo no lugar onde nasceram. Sem dúvida, essa imagem foi reforçada pela falta de fontes que fornecessem indicadores de mobilidade espacial.[55] Uma forma de avaliar esse fenômeno é a partir da comparação de sua ocorrência na mesma comunidade, em duas épocas diferentes. Lamentavelmente, não há qualquer evidência disponível para o século XVIII quanto à taxas de mobilidade. No entanto, a corrida deve ter sido bastante intensa. Dispomos, em contrapartida, de informações referentes à área rural da Província de Minas Gerais durante a Regência, período em que a taxa de mobilidade era extraordinariamente alta.

São Gonçalo do Bação, na Comarca de Ouro Preto, era uma pequena comunidade rural que em 1831 tinha uma população de 557 indivíduos organizados em 149 casas. Sete anos depois, a população crescera para 720, enquanto o número de casas havia caído para 141.[56] Esses dados sugerem um nível razoável de estabilidade. Mas a imagem é bastante superficial e desvirtuada pelas grandes mudanças demográficas que ocorreram.

Por um curto período de tempo – durante o qual não há ocorrência de circunstâncias incomuns, tais como epidemias ou mudanças econômicas catastróficas – uma importante transformação ocorreu entre os chefes das famílias: 62% deles, em 1831, não estavam mais à frente de suas casas em 1838. Essa substancial mobilidade é marcante, especialmente porque eram chefes de famílias estabelecidos na comunidade rural, devendo ter uma participação na economia comunal, sendo portanto fortemente ligados à complexa estrutura da sociedade local.

A taxa de mobilidade urbana também parece ter sido extremamente alta. O já citado João de Souza Lisboa, homem de negócios de Vila Rica, possuía 15 propriedades urbanas alugadas; em relação a dez delas há registros detalhados, abrangendo as décadas de 1750 e 1760. O tempo médio de permanência dos 132 inquilinos de Lisboa foi de um ano, sendo as mulheres as mais transitórias, com uma média de oito meses e meio.[57] Alguns inquilinos ficavam por um mês e depois partiam, enquanto outros permaneciam por vários anos. Tornou-se também evidente, com base nas várias fontes, que a mobilidade espacial, fosse ela urbana ou geral, era um aspecto importante tanto da vida de Minas Gerais como da vida no norte de Portugal.

Esse contínuo e complexo padrão de imigração e migração interna é relevante para a questão da formação da família e para a configuração social do casamento. A contínua emigração de Portugal, especialmente do norte, teve o efeito de impor, e, ao mesmo tempo, reforçar um conjunto de valores específicos sobre o *ethos* social de Minas Gerais. Esse mecanismo funcionou de forma semelhante à contribuição cultural que os escravos africanos trouxeram ao Brasil, especialmente em cidades como Salvador.

A predominância de mulheres

Em fins do século XVIII, o mencionado movimento demográfico, combinado com uma economia em um processo de deterioração, criou uma situação não muito diferente daquela existente no norte de Portugal. Os

pontos de comparação são significativos, particularmente em relação aos aspectos que afetam a vida familiar. Talvez o mais expressivo seja a predominância de mulheres na população livre em Minas Gerais, o que se torna evidente durante as primeiras quatro décadas do século XIX. Em 1804, em Vila Rica, havia 81,5 homens para 100 mulheres, enquanto na freguesia vizinha, Cachoeira do Campo, um importante centro de agricultura e pecuária, registravam-se 89,5 homens para 100 mulheres.

Com o intuito de estabelecer uma comparação mais ampla, o presente estudo selecionou 12 comunidades em Minas Gerais, representando um amplo leque de tipologias urbano-rurais e agropecuária-mineradoras. Essa amostra, em relação ao período de 1831-1838, reúne uma população de 14.461 habitantes, 9.521 dos quais eram livres. Nessa amostragem constatou-se uma proporção de 87,2 homens para 100 mulheres.

O desequilíbrio em favor das mulheres é mais acentuado do que no século anterior. Naquela época, as zonas mineradoras sofreram tal escassez de mulheres que o governo português se viu forçado a adotar uma série de medidas – eficazes só em parte – para assegurar a disponibilidade de pessoas do sexo feminino, tais como proibir conventos na zona mineradora e obrigar a autorização régia para que mulheres fossem para conventos em Portugal. Na virada do século XIX, entretanto, os homens é que eram escassos. Essa inversão pode ser explicada pela emigração de homens e a permanência de mulheres nos antigos núcleos mineradores.

A facilidade com que os homens mineiros se movimentavam em busca de novas oportunidades econômicas é semelhante à constatada entre os homens do norte de Portugal. Esses últimos estavam sempre prontos para migrar em busca de fortuna. A sociedade que surgiu em Minas Gerais não era diferente: os homens estavam sempre prontos para se mudar para o próximo local onde havia sido encontrado ouro, ou onde uma área de agricultura se expandia. Embora os sistemas econômicos do norte de Portugal e de Minas Gerais possam ter sido diferenciados, os processos migratórios eram bastante similares.

As taxas de celibato de Minas Gerais eram tão elevadas ou até mais elevadas do que as do norte de Portugal (veja Tabela 8). Enquanto o índice de celibato definitivo – mulheres solteiras com idades entre 50 e 54 – no norte de Portugal variava entre 23,1% e 34,8%, nas 12 comunidades mineiras pesquisadas constata-se um índice de 45,5%. Esses índices eram diferentes porque as mulheres portuguesas, embora tardiamente, conseguiam se casar e, assim, as taxas de celibato sofriam uma queda acentuada após a idade de 25 anos.

A ocorrência de casamentos em idade avançada não era comum entre as mineiras. Na paróquia de Antônio Dias, a idade das mulheres ao se casar aumentou gradativamente durante a segunda metade do século XVIII; mas, ainda assim, essa taxa era mais próxima do padrão da área central de Portugal do que do padrão do norte português. Em média, as mulheres mineiras se casavam aos 22-23 anos de idade. Apesar de essas idades serem inferiores à média típica do norte de Portugal, ela era superior à esperada nas sociedades coloniais tradicionais. De modo geral, a tendência no Brasil, notadamente durante o século XVIII, era para uma elevação na idade das mulheres ao se casar à medida que a sociedade se tornava mais estável (veja Tabela 9).

A idade mais baixa no casamento pode ser um indicativo do efeito da fronteira no comportamento social. No norte de Portugal, a emigração servia para afastar o excedente da população e o casamento era adiado até que o futuro parceiro dispusesse de meios suficientes para sustentar o domicílio. Isso normalmente significava que a mulher esperava o emigrante voltar para casa. Na fronteira

de Minas Gerais, o acesso mais fácil à terra pode ter permitido que as pessoas se casassem mais cedo, em vez de ter que esperar o momento mais propício, quando a oportunidade e o interesse convergissem.

Outra questão relacionada à organização familiar surge a partir de importantes descobertas sobre o gênero do chefe de família. A grande proporção de mulheres que chefiavam famílias no Brasil, especialmente em Minas Gerais, é uma questão importante da história social, surgida recentemente. Em Minas Gerais, um significativo número de mulheres comandava as famílias. Na amostra das 12 comunidades usadas neste estudo, um terço das famílias eram comandadas por mulheres, e desse total, 58,7% delas eram solteiras, enquanto 34,1%, viúvas (veja Tabela 10). As restantes eram casadas, mas não há registro de maridos morando na casa à época do censo. Durante a terceira década do século XIX, as mulheres constituíam de 23,5% a 40,6% dos chefes de família nas 12 comunidades de nossa amostragem.

Para as mulheres solteiras, ter uma criança geralmente significava o estabelecimento de uma nova casa, independente. Tanto em Minas Gerais como no norte de Portugal, era comum que as filhas solteiras grávidas saíssem de casa. Na amostra de comunidades mineiras constataram-se somente 35 casos de mães solteiras vivendo com seus pais; isto é, somente 2% de 1.400 mães da amostragem. O nascimento de uma criança constituía uma oportunidade para a mulher estabelecer-se em sua própria casa. Além do mais, apesar do fato de um terço das casas serem chefiadas por mulheres, 60% de mães solteiras agregadas viviam em domicílios chefiados por mulheres. Isso certamente representa um aumento da “feminização” das casas. Tal processo é confirmado pela análise da própria Vila Rica, onde a razão era de 30 homens para cada 100 mulheres nas casas comandadas por mulheres; e 102 homens para cada 100 mulheres nas casas comandadas por homens.

O taxa média de ocupação dos domicílios na zona mineradora de Minas Gerais era geralmente maior que a de Portugal – variando entre 3,8 e 7,8 indivíduos por casa, com uma média de 6,7 (e uma mediana de 4,5). Em grande parte, a diferença entre o número de ocupantes reflete a presença de escravos e agregados, o que, comparativamente, mais que compensava os números de criados em Portugal. As casas no norte do reino tinham em média de 3,8 a 5,4 pessoas – número mais elevado do que nas outras regiões portuguesas. Minas Gerais era simplesmente um ponto distante desse *continuum*.

Agregados – ou seja, moradores *de favor* – foram encontrados em cerca de um terço das casas nas 12 comunidades mineiras estudadas. As casas que dispunham de agregados tinham estruturas substancialmente diferentes daquelas que não os abrigavam. As primeiras apresentavam maior probabilidade de serem comandadas por mulheres: 39,2% contra 29,6% nas que não os tinham. Os chefes de família com agregados tinham maior probabilidade de viver sem cônjuge ou filhos. Isso poderia ser um indicativo da existência de uniões consensuais, fato que não é provável nos casos onde o chefe da casa era uma mulher. Nessa circunstância, seu consorte teria certamente sido registrado como chefe da família. Esse arranjo, portanto, era mais provável onde o homem exercesse de fato a chefia do domicílio.

Legítimos e naturais

A taxa de ilegitimidade em Minas Gerais era consideravelmente maior do que em qualquer região de Portugal. Na paróquia de Antônio Dias, por exemplo, variava, de forma regular, entre um quarto e a metade de todos os nascimentos de pessoas livres por ano.[58] Esse dado é consolidado pelos testamentos de mulheres, no período de 1749 a 1783. Dos 25 testamentos

Johann Moritz Rugendas (Augsburgo, 1802 – Weilheim, 1858). *Mulher de Santa Luzia.* Desenho, 1824.
In: MONTEIRO, S.; KAZ, L. (Ed.). *Expedição Langsdorff ao Brasil,* 1821-1829. Rio de Janeiro: Alumbramento/Livroarte, 1988. Acervo Academia de Ciências da Rússia.

examinados, 13, ou seja, 52%, eram de mulheres que tiveram filhos fora do casamento (quatro delas se casaram subseqüentemente). Uma razão para esse alto índice pode ser o fato de a maioria das mulheres serem ex-escravas, o que sugere exploração sexual.[59]

Em outra medida, os dados das listas nominativas para as 12 comunidades mineiras aqui examinadas, durante o período de 1831-1838, informam que menos 16% das crianças foram geradas fora dos laços do matrimônio.[60] Embora esse tipo de evidência varie, as fontes confirmam que a taxa de ilegitimidade era mais alta em Minas Gerais do que no norte de Portugal, que, por sua vez, apresentava taxas mais elevadas do que as demais regiões do reino.

Resumindo, percebe-se que – quando os dados são comparados com aqueles referentes às mulheres do norte de Portugal – uma proporção mais elevada de mulheres mineiras permanecia solteira e tinha filhos fora do matrimônio. A taxa mais baixa para o norte de Portugal sugere um nível mais intenso de disciplina social traduzida no desencorajamento de atividades sexuais pré-nupciais. Essa constatação é reforçada pelo fato de as mulheres do norte de Portugal esperarem mais tempo para se casar do que as mineiras. Ainda assim, a taxa de ilegitimidade entre estas últimas era comparativamente maior.

Em relação às crianças abandonadas, parece que o número em Minas Gerais era substancial, porém, mais baixo que o documentado para a cidade do Porto. De

1711 até 1809-1818, o número de expostos em Antônio Dias aumentou, para depois começar a sofrer uma queda, provavelmente devido aos efeitos da migração. Quando atingiu seu pico, entre 1799-1818, os expostos atingiram 11% de todos os batismos.[61] Os livros usados para registrar as listas de crianças abandonadas, que eram mantidas pelas câmaras, demonstram que na década de 1770 pelo menos 99 crianças foram abandonadas na capital de Minas Gerais, enquanto na década seguinte esse número subiu para 164.[62] Os níveis de abandono no norte de Portugal eram significativamente mais altos, o que indica que talvez não houvesse, em Minas Gerais, preconceito contra as mulheres solteiras que criavam seus filhos. Isso também pode significar que as mulheres mineiras tinham mais condições de obter suporte financeiro para suas famílias e, portanto, manifestavam menos tendência a abandoná-las

As estruturas dos domicílios em Minas Gerais também apresentam um amplo leque de padrões, mas a tendência mais comum era repetir algumas das características do norte de Portugal. Isso é bastante evidente no que se refere à predominância de famílias nucleares ou simples. A família nuclear em Minas Gerais era de certa forma mais comum do que no norte de Portugal, e aparentemente mais semelhante à encontrada no resto daquele país. Mas esse diferencial desaparece quando se leva em consideração o maior número de pais solteiros e cônjuges abandonados em Minas Gerais. O resultado é uma proporção marcadamente similar de famílias nucleares encabeçadas por adultos que nunca se casaram.

Em Portugal, as casas comandadas por mulheres solteiras eram mais comuns no norte do que no sul, mas mesmo esses números desvanecem quando comparados com os de Minas Gerais. Em Minas, o percentual de casas comandadas por mulheres solteiras quase sempre alcançou dois dígitos. Por exemplo, 14,6% de todas as casas na paróquia de Ouro Preto, em 1838, eram comandadas por mães solteiras. Os números para a comunidade vizinha de Cachoeira do Campo são mais típicos, chegando a 8,8%. Para as 12 comunidades mineiras usadas neste estudo, 8,5% de todos os domicílios eram comandados por mulheres solteiras junto a filhos (veja Tabela 11). Os números de domicílios chefiados por mulheres – independente do estado civil –, certamente são bem maiores: 32,9% da amostragem deste estudo.

Similaridades

Contemplada como um todo, a sociedade mineira surge com o mesmo conjunto de características sociais do norte de Portugal. Esse universo engloba predominância demográfica de mulheres livres, uma grande proporção de famílias chefiadas por mulheres, baixas taxas de casamento, idade ao se casar mais tardia que o esperado, uma tendência entre as mulheres solteiras de estabelecerem em domicílios independentes, altas taxas de ilegitimidade e abandono infantil e baixas proporções de famílias nucleares sacramentadas pelo matrimônio. Os mesmos indicadores também são encontrados no Minho e no Douro.

O argumento central deste estudo é de que os emigrantes portugueses que vieram para Minas Gerais eram, em sua maioria, originários do norte de Portugal, onde a estrutura familiar e domiciliar diferia das outras partes do reino. Esses emigrantes trouxeram para Minas Gerais um conjunto particular de valores sociais e culturais que, no ambiente social e cultural mineiro, apesar das diferenças superficiais, era muito semelhante ao que haviam deixado para trás.

Notas |

1. Houve um intenso crescimento da historiografia da família brasileira. Veja, por exemplo, DIAS, Maria Odila Leite de Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.* São Paulo: Brasiliense, 1984; DIAS, Arlene; STEWART, Jeff. Occupational Class and Female-Headed Households in Santiago Maior do Iguape, Brasil, 1835. *Journal of Famiy History*, v. 16, n. 3, p. 299-313, 1991; KUZNESOF, Elizabeth A. The Role of the Female-Headed Household in Brazilian Modernization: São Paulo, 1765-1835. *Journal of Social History*, v. 13, p. 589-613, 1980; KUZNESOF, Elizabeth A. The History of the Family in Latin America: A Critique of Recent Work. *Latin America Research Review*, v. 24, n. 2, p. 168-186,

1989; LEVI, Darrell E. *The Prados of São Paulo, Brazil*: An Elite Family and Social Change, 1840-1930. Athens: University of Georgia Press, 1987; LEWIN, Linda. *Politics and Parentela in Paraíba*: A Case Study of Family-based Oligarchy in Brazil. Princeton: Princeton University Press, 1987; MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo*: povoamento e população. 1750-1850. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1974; MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. Slave, Free, and Freed Family Structures in Nineteenth Century Salvador, Brazil. *Luso-Brazilian Review*, v. 25, n. 1, p. 69-84, 1988; MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599-1884)*: contribuição ao estudo da assistência social no Brasil. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1974; METCALF, Alida C. *Family and Frontier in Colônia Brazil*: Santanade Parnaíba, 1580, 1822. Berkeley: University of Califórnia Press, 1992; RAMOS, Donald. Marriage and the Family in Colonial Vila Rica. *HAHR*, v. 55, n. 2, p. 200-225, May 1975; RAMOS, Donald. Single and Married Women in Vila Rica, Brazil: 1754-1838. *Journal of Family History*, v. 16, n. 3, p. 261-282, 1991; SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 3. ed. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1983; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistemas de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz Editora, 1984.

2. ROWLAND, Robert. Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada. *Ler História* v. 3, n. 24, 1984; BRETTELL, Caroline. *Homens que partem, mulheres que esperam*. Trad. Ana Mafalda Tello. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991, p. 274.

3. AMORIM, Maria Norberta Bettencourt. *Exploração dos róis de confessados duma paróquia de Guimarães (1734-1760).* Guimarães: Centro Gráfico, 1983, p. 10; AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt. *Guimarães, 1580 -1819: estudo demográfico.* Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, p. 464.

4. ROWLAND, Robert. Montari e Ancora, 1827: duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registro das companhias de ordenanças. *Studium Generale-Estudos Contemporâneos*, v. 2, n. 3, p. 199 -242 (especialmente p. 206), 1982.

5. Para Coruche, vide NAZARETH, J. Manuel; SOUSA, Fernando de. A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime. *Cadernos de Revista de História Econômica e Social*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, n. 4, p. 18, 1983. Para Salvador dos Magos, vide NAZARETH, J. Manuel; SOUSA, Fernando de. Aspectos sócio-demográficos de Salvador dos Magos em fins do século XVIII. *Análise social*, v. 17, n. 66, p. 326, 1981-1982.

6. RODRIGUES, Teresa Ferreira. Para o estudo dos róis dos confessados: a freguesia de Santiago (1630-1680), *Nova História*, v. 3, n. 4, p. 70-105 (especialmente p. 83) 1985.

7. GUTTENTAG, Márcia; SECORD, Paul. *Too Many Women: The Sex Ratio Question*. Beverly Hills: Sage, 1983.

8. NAZARETH, J. Manuel. As inter-relações entre família e emigração em Portugal: estudo exploratório. *Economia e sociologia*, v. 23, p. 31-50 (especialmente p. 45-46), 1977.

9. ROWLAND. Montaria e Ancora..., p. 213.

10. BRETTELL, *Homens que partem, mulheres que esperam*..., p. 150.

11. NAZARETH. As inter-relações entre família e emigração em Portugal..., p. 45-46.

12. NAZARETH; SOUSA. A demografia portuguesa em fins do Antigo Regime..., p. 38-39. As porcentagens extrapolaram os dados apresentados.

13. ROWLAND. Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal..., p. 26.

14. BRETTELL. *Homens que partem, mulheres que esperam*..., p. 119. Entre 1862 e 1933, a média de mulheres na comunidade de Pinheiros era de 24, enquanto a de homens era 26. ITURRA, Raul. Casamento, ritual e lucro: a produção dos produtores numa aldeia portuguesa (1862-1883). *Ler História*, v. 5, p. 59-81 (especialmente p. 72), 1985.

15. NAZARETH; SOUZA. A demografia portuguesa em fins do Antigo Regime..., p. 41.

16. ROWLAND. Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal..., p. 26-27.

17. ROWLAND. Montaria e Ancora..., p. 212.

18. PINA-CABRAL, João de. *Filhos de Adão, filhas de Eva*: a visão do mundo camponesa no Alto Minho. Trad. Paulo Valverde. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989. p. 95.

19. BRETTELL. *Homens que partem, mulheres que esperam*..., p. 272-282.

20. BRETTELL. *Homens que partem, mulheres que esperam...,* p. 272-282.

21. BRETTELL. *Homens que partem, mulheres que esperam...,* p. 253-276.

22. ROWLAND. Montaria e Ancora..., p. 215.

23. NAZARETH; SOUSA. A demografia portuguesa em fins do Antigo Regime..., p. 58.

24. AMORIM. *Exploração dos róis de confessados*..., p. 25.

25. DA COSTA, Agostinho Rebello [1789]. *Descrição typográfica e histórica da Cidade do Porto*. Porto: Livraria Progedior, 1945. p. 44.

26. ROWLAND. Montaria e Ancora..., p. 213; BRETTELL. *Homens que partem, mulheres que esperam*..., p. 172.

27. NAZARETH; SOUSA. A demografia portuguesa em fins do Antigo Regime..., p. 45.

28. BRETTELL. *Homens que partem, mulheres que esperam*..., p. 235.

29. BRETTELL. *Homens que partem, mulheres que esperam*..., p. 243.

30. AMORIM. *Guimarães, 1580 -1819*..., p. 241.

31. PINA-CABRAL. *Filhos de Adão, filhas de Eva*..., p. 84.

32. Nenhuma distinção é feita entre filhos naturais – cujos pais poderiam ter se casado, mas não se casaram – e filhos "espúrios", cujos pais, em razão de impedimentos e restrições, não puderam se casar legalmente.

33. ITURRA. Casamento, ritual e lucro, p. 68. Para aprofundamento deste assunto, veja ITURRA, Raul. A reprodução do celibato. *Ler História*, v. 11, p. 95-105, 1987.

34. LANDEIRO, Carlota Maria Gonçalves Borges. *A vida de Penamacor no primeiro quartel do século XVIII*: ensaio de demografia histórica. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos, 1965. p. 55.

35. SILVA NETO, Maria de Lourdes. A. C. M. C. do Carmo da. *A freguesia de Nossa Senhora das Mercês de Lisboa no 1º quartel do século XVIII*: ensaio de demografia histórica. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos, 1967. p. 35.

36. DA COSTA. *Descrição typográfica e histórica*, p. 44-48.

37. AMORIM. *Guimarães, 1580 -1819*..., p. 239.

38. As leis incluíam aquelas editadas em 31 de janeiro de 1775; 24 de maio de 1783; 31 de março de 1787; 5 de junho de 1800; 9 de novembro de 1802; 18 de março de 1805;18 de outubro de 1806; 19 de junho de 1813; e 24 de outubro de 1814. Veja PINTO, Antonio Joaquim de Gouveia. *Compilação das providências que a bem da criação, e educação dos expostos ou engeitados*. Lisboa: Imprensa Régia, 1820. p. 7, 9, 20, 27, 37, 41, 50.

39. PINTO. *Compilação das providências*..., p. 51.

40. BRETTELL. *Homens que partem, mulheres que esperam*..., p. 271-272

41. LASLETT, Peter (Ed.). *Household and Family in Past Time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972. p. 28-32.

42. Caroline Brettell relata um padrão histórico segundo o qual a emigração de homens levava as mulheres "a contrair matrimônio mais tardiamente, se manterem solteira permanentemente, altas taxas de ilegitimidade, padrões residenciais uxorilocais, a mulher como herdeira, e usualmente longos intervalos entre gestações dentro da história de fertilidade das famílias". BRETTELL, Caroline. Leaving, Remaining and Retuning: The Multifaceted Portuguese Migratory System. In: HIGGS, David (Ed.). *Portuguese Migration in Global Perspective*. Toronto: The Multicultura History Society of Toronto, 1990. p. 61-80; 69-70.

43. CARDOZO, Manuel. The Brazilian Gold Rush. *The Américas* v. 3, p. 137-160, Out. 1946; RAMOS, Donald. *A Social History of Ouro Preto*: Stresses of Dynamic Urbanization in Colonia Brazil, 1695-1726. PhD Dissertation, University of Florida, 1972. p. 36-52.

44. Testamentos localizados no Arquivo da Cúria de Mariana (doravante ACM), Arquivo da Paróquia de Antonio Dias (doravante APAD), Arquivo da Paróquia de Ouro Preto (doravante APOP), Arquivo Público Mineiro (doravante APM) e Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (doravante IPHAN), Ouro Preto.

45. ACM. Livro de testamentos, Itatiaia, 1770-1839, *passim*. Residentes nascidos em Portugal deixaram 23 testamentos. Todos estes testadores eram do sexo masculino, e 18 deles nasceram nas três províncias do Minho, Douro e Trás-os-Montes. Novamente, a maioria veio do Minho.

46. Cerca de 900 familiares trabalhavam no Brasil nos fins do século XVIII. Apesar da importância das regiões mineradoras de ouro, comparativamente poucos se estabeleceram em Minas Gerais. HIGGS, David. O controle inquisitorial no Brasil nos fins do século XVIII. *Anais da X Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica,* Porto Alegre, 1990, p. 122-124.

47. A Inquisição da Comarca de Lisboa englobava todas as colônias portuguesas além da região de Lisboa. O acervo de documentos da Inquisição, guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa (doravante ANTT), contém mais de 33 mil processos, que estão organizados somente pelo nome do acusado e a data, esta sendo geralmente da prisão ou denúncia. Este estudo examinou mais de 350 processos para identificar cerca de 180 referentes ao Brasil, e destes, cerca de 75 eram relacionados a Minas Gerais. Para descrição do acervo veja PESCATELLO, Ann. Relatório from Portugal: The Archives and Libraries of Portugal and their Significance for the Study of Brazilian History. *Latin American Research Review*, v. 5, n. 2, p. 17-52, Summer 1970.

48. Lei de 20 de março de 1720, mencionada em HIGGS, David. Portuguese Migration Before 1800. In: HIGGS (Ed.). *Portuguese Migration in Global Perspective*..., p. 18.

49. ANTT, Inquisição de Lisboa, 9690, João Teixeira, 1765. Os documentos da Inquisição incluem os relatos dos interrogatórios, escritos na terceira pessoa.

50. ANTT, Inquisição de Lisboa, 8018, João Rodrigues Mesquita, 1735.

51. ANTT, Inquisição de Lisboa, 16524, 8670, Agostinho José de Azeredo, 1741.

52. ANTT, Inquisição de Lisboa, 1476, André da Veiga Freire, 1720.

53. ANTT, Inquisição de Lisboa, 695, Luis Alves Monteiro, 1713.

54. ANTT, Santo Ofício, Habilitações, maço 95, dl. 1604.

55. Essa mobilidade, juntamente com as excentricidades das escolhas de sobrenomes portugueses e brasileiros, complicou a aplicação dos métodos tradicionais de reconstituição histórica para alcançar o rigor e o esmero de estudos similares conduzidos na Europa e nos Estados Unidos. Talvez o problema tenha menos a ver com o registro dos dados do que com a magnitude da mobilidade, complicada pela prática de dar a cada criança nomes diferentes. Eis um exemplo surpreendente: as crianças aparentemente tinham alguma liberdade de mudar seus nomes quando crismadas, embora a freqüência dessa prática não seja conhecida. Isso ocorreu a Miguel da Cunha, que, em sua crisma, trocou seu nome para João Batista. ANTT, Inquisição de Lisboa, 8018.

56. APM. Recenseamento da população de São Gonçalo do Bação, 1839. O censo foi realizado em fins de 1838, como indicam os registros.

57. APM, códice 2050 (Delegacia Fiscal), *passim*.

58. COSTA, Iraci Del Nero da. *Vila Rica*: população (1719-1826). São Paulo: IPE-USP 1979. p. 222-227.

59. Com base nos testamentos encontrados no APAD, APOP, IPHAN e ACM. Esses números parecem ser típicos do Brasil do século XVIII; as proporções de ilegitimidade de São Paulo e Rio de Janeiro são comparáveis. No Rio de Janeiro em 1779, uma proporção combinada de bebês ilegítimos e abandonados (expostos) era de 2% a 19% nas áreas rurais e de aproximadamente 45% na área urbana. VENÂNCIO, Renato Pinto. A infância abandonada no Brasil colonial: o caso do Rio de Janeiro no século XVIII. *Anais do Museu Paulista*, v. 35, p. 221-232, 1986-1987. Uma taxa de 39% foi relatada para São Paulo entre 1741 e 1845, perfazendo um total de 16% de crianças abandonadas e 23% de ilegítimas. MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo*..., p. 157-159.

60. 714 crianças de todas as idades, residindo com mãe solteira, em um conjunto de 4.470 crianças existentes. APM, Recenseamento da população de São Gonçalo de Bação, 1839.

61. LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Demografia histórica de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 58, p. 24, 1984. Estes números parecem baixos não só quando comparados ao Porto, mas também a outras áreas do Brasil. Em São Paulo, a proporção de crianças abandonadas teve uma queda média de 17% a 25% entre 1800 e 1825 para uma variação de 10% a 21% entre 1831 e 1845, para menos de 10% em 1866, e finalmente atingiu taxas insignificantes após 1866. MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo*, p. 172-173. Maria Luiza Marcílio relata que em São Paulo, entre 1741 e 1845, os expostos respondiam por 15,99% de todos os nascimentos livres. Cf. MARCÍLIO. *A cidade de São Paulo*..., p. 157-159.

62. APM. Câmara Municipal de Ouro Preto, registro de expostos, códices 88 e 111, *passim*. Os registros de 1774, 1778 e 1788 foram somente parciais.

Tradução inglês-português: Litany Pires Ribeiro

OBS.: Parte da pesquisa para este estudo foi realizada com o apoio do Fullbright Program e do programa *Research and Creative Activities* da Universidade Estadual de Cleveland. O autor gostaria de agradecer a ambos por este apoio.

Donald Ramos é professor emérito de História da América Latina na Universidade Estadual de Cleveland, EUA. Sua especialidade é a história social e demográfica de Minas Gerais no período colonial. Atualmente dá continuidade a pesquisas sobre cultura popular e religiosa mineira do século XVIII. Este texto foi originalmente publicado na *Hispanic American Historical Review*, v. 73, n. 4, p. 639-662, 1993. Somos gratos à HAHR pela autorização para a publicação do presente texto.

Tabela 1 - Celibato em Portugal, por idade e porcentagem

Norte	Celibato definitivo - 50–54 anos	20–24 anos	25–39 anos
Braga, 1864	27,0	81,0	33,3
Montaria, 1827	34,8	–	22,5
Ancora, 1827	23,1	–	–
Santa Eulália, 1860-69	33,9	–	–
Região Central	–	–	–
Beja, 1864	11,0	60,0	–
Coruche	14,8	38,8	

Fontes: NAZARETH. As inter-relações entre família e emigração em Portugal..., p. 45-46; ROWLAND. Montaria e Ancora..., p. 213; BRETTELL. *Homens que partem, mulheres que esperam*..., p. 150; NAZARETH; SOUSA. A demografia portuguesa em fins do Antigo Regime..., p. 38-39.

Tabela 2 - Estruturas familiares no norte de Portugal

Famílias	Guimarães[1] 1745	Bilhó[2] 1760	Montaria[1] 1827	Ancora[1] 1827	Santa Eulália[1] 1850
Solitárias	16,7	11,9	11,7	21,9	7,0
Não conjugais	10,3	10,1	0,8	0,8	4,8
Simples	57,3	–	–	–	–
Extensa	9,7	53,0	71,7	54,7	58,8
Múltipla	5,5	21,4	7,5	11,7	12,3
Desconhecida	0,6	3,6	8,3	8,6	14,6
Número de filhos	341,0	168	120	128	210
% Solteira c/ filhos residentes	3,0	6,0	2,5	1,6	4,8

1 Minho
2 Trás-os-Montes
Fontes: AMORIM. *Exploração dos róis de confessados*..., p. 20; BRETTELL. *Homens que partem, mulheres que esperam*..., p. 167-168; RODRIGUES. Para o estudo dos róis de confessados..., p. 88; NAZARETH; SOUSA. A demografia portuguesa em fins do Antigo Regime..., p. 54; ROWLAND. Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal..., p. 22.

Tabela 3 - Porcentagem de estruturas familiares na área central de Portugal

	Lisboa[1] 1745	Coruche[1] 1760	Santa Luzia[2] 1827	Ficalho[2] 1827	Quelfes[3] 1850
Solitárias	22,4	10,3	10,1	7,7	14,1
Não conjugais	25,8	8,0	2,7	1,3	1,9
Simples	40,3	60,7	72,5	87,2	78,7
Extensa	2,1	21,0	14,7	3,8	4,1
Múltipla	–	–	–	–	0,4
Desconhecida	9,3	–	–	–	0,7
Número de fogos	124	771	109	78	267
% Solteira c/ filhos residentes	2,1	–	–	–	0,0

1 Estremadura
2 Alentejo
3 Algarve
Fontes: AMORIM. *Exploração dos róis de confessados*..., p. 20; BRETTELL. *Homens que partem, mulheres que esperam*..., p. 167-168; RODRIGUES. Para o estudo dos róis de confessados..., p. 88; NAZARETH; SOUSA. A demografia portuguesa em fins do Antigo Regime..., p. 54; ROWLAND. Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal..., p. 22.

Tabela 4 - Origem dos homens não-brasileiros que se casaram - Paróquia de Antônio Dias (1709-1804)

Portugal	1709-1725	1726-1753	1754-1804	Total
Norte	4	85	140	229
Centro-Norte	–	12	10	22
Centro	1	18	27	46
Sul	–	1	2	3
Ilhas	1	15	16	32
Desconhecidos	–	2	4	6
Não-portugueses	–	–	3	3
Total	6	133	202	341

Fonte: Arquivo da Paróquia de Antonio Dias (doravante APAD). Livros de casamentos, n. 1-3, *passim*.

Tabela 5 - Origem das mulheres que se casaram - Paróquia de Antônio Dias (1709-1804)

Portugal	1709-1725	1726-1753	1754-1804	Total
Norte	1	4	1	6
Centro-Norte	0	1	0	1
Centro	2	12	1	15
Sul	0	0	0	0
Ilhas	3	13	4	20
Desconhecidos	–	–	1	1
Total	6	30	7	43

Fonte: APAD. Livros de casamentos, n. 1-3, *passim*.

Tabela 6 - Origem dos homens testadores - Paróquia de Antônio Dias (1709-1804)

Portugal	1709-1725	1726-1753	1754-1804	Total
Norte	1	20	34	55
Centro-Norte	0	1	3	4
Centro	0	6	6	12
Sul	0	0	0	0
Ilhas	0	0	1	1
Desconhecidos	0	1	3	4
Estrangeiros	1	0	1	2
Total	2	28	48	78

Fontes: APAD; Arquivo da Paróquia de Ouro Preto (doravante APOP); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ouro Preto (doravante IPHAN); Arquivo da Cúria de Mariana (doravante ACM).

Tabela 7 - Origem dos acusados e das testemunhas - Minas Gerais (1700-1800)

	Número	Porcentagem conhecida
Norte		
Minho	58	–
Douro	22	–
Trás-os-montes	13	–
Subtotal	93	57,1
Centro-Norte	53	32,5
Centro	10	6,1
Sul	3	1,8
Ilhas	4	2,5
Não identificados	11	–
Total	174	100,0

Fonte: ANTT. Inquisição de Lisboa, vários processos.

Tabela 8 - Índices de celibato - Minas Gerais (1831-1838)

	Idade das mulheres livres				
	20-24 anos	25-39 anos	50-54 anos	50+ [1]	50+ [2]
Porcentagem de solteiras	59,7	43,9	45,5	45,9	43,5
Número de solteiras	501	1.079	253	769	168

[1] Todas as mulheres.
[2] Somente mulheres brancas.
Nota: A amostra englobou as seguintes comunidades: Barroso, Cahoeira, Capela Nova, Itabira, Matozinhos, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão Abaixo, Ribeiro, Santa Rita, São Gonçalo do Bação e Tejuco.
Fonte: APM. Recenseamentos, maços de população.

Tabela 9- Idade média ao primeiro casamento - Vila Rica (1754-1803)

	Média de idade	Número na amostra
1754-1763	17,62	19
1764-1773	22,06	38
1774-1783	22,93	29
1784-1793	23,40	43
1794-1803	22,37	31

Fonte: APAD. Registros paroquiais.

Tabela 10 - Chefes de família por *status* - Minas Gerais (1831-1838)

	Porcentagem de solteiros	Porcentagem de casados	Porcentagem de enviuvados	Número
Masculino	17,0	77,3	5,7	1.449
Feminino	58,7	7,2	34,1	712
Total	30,6	54,2	15,1	2.161
Número	664	1.171	326	2.161

Nota: A amostra englobou as seguintes comunidades: Barroso, Cahoeira, Capela Nova, Itabira, Matozinhos, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão Abaixo, Ribeiro, Santa Rita, São Gonçalo do Bação e Tejuco. Fonte: APM. Recenseamentos, maços de população.

Tabela 11 - Estruturas familiares - Minas Gerais (1831-1838)

	Número	Porcentagem
Solitárias	440	20,4
Não conjugais	78	3,6
Simples	1.468	69,2
Extensa	106	4,9
Múltipla	59	2,7
Desconhecida	3	0,1
Total de fogos	2.154	99,9
Solteira c/ filhos residentes	183	8,5

Nota: A amostra englobou as seguintes comunidades: Barroso, Cahoeira, Capela Nova, Itabira, Matozinhos, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão Abaixo, Ribeiro, Santa Rita, São Gonçalo do Bação e Tejuco. Fonte: APM. Recenseamentos, maços de população.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Arquivística

Uma coleção preservada

Marina Mesquita Camisasca

Projeto de digitalização dos jornais mineiros do século XIX, levado a efeito pelo APM e Superintendência de Bibliotecas Públicas/Hemeroteca Histórica, possibilita preservação de preciosa fonte de pesquisa e a ampliação da consulta a esse acervo.

Até 1808, data da chegada da Família Real portuguesa no Brasil, a impressão de livros e jornais era proibida na colônia. As poucas tentativas de se estabelecerem tipografias esbarraram na intransigência das autoridades portuguesas. Com a chegada de D. João VI, porém, tornou-se necessário imprimir os atos do governo e divulgar as notícias interessantes à Coroa.

Os primeiros periódicos que circularam em território brasileiro foram *O Correio Braziliense*[1] – impresso em Londres –, seguido da *Gazeta do Rio de Janeiro*,[2] editada em terras brasileiras. O primeiro jornal, criado por Hipólito José da Costa, cuidou de defender o ideário liberal no período de 1º de junho de 1808 a dezembro de 1822. O jornal estruturou-se em seções que tratavam de política, comércio, artes, literatura, ciências e uma que abordava assuntos variados denominada “Miscelânea”. A Revolução Pernambucana de 1817 e os acontecimentos de 1821 e 1822, que conduziram a Independência do Brasil, receberam ampla cobertura no *Correio Braziliense*.

Já o segundo periódico, criado para informar sobre a vida administrativa e a movimentação social do reino,[3] era uma espécie de folha oficial na qual se publicavam os decretos, bem como os fatos relacionados à Família Real e notícias internacionais filtradas pela rigorosa censura da Impressão Régia. Esse periódico circulou de 10 de setembro de 1808 até a proclamação da Independência, sendo Frei Tibúrcio José da Rocha o editor responsável por sua circulação.

Esses jornais, editados no país a partir de 1808, constituem uma fonte privilegiada de pesquisa dos historiadores. Os periódicos, de maneira geral, são reconhecidos como valiosos materiais para o estudo de uma época. Neles é possível encontrar projetos políticos e visões de mundo representativos de diversos setores da sociedade.

Com o objetivo de preservar valioso acervo de periódicos publicados em Minas Gerais durante o período de 1825 a 1900, o Arquivo Público Mineiro (APM) e a Superintendência de Bibliotecas Públicas/Hemeroteca Histórica – com o apoio da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig)/ Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – desenvolveram o projeto *Jornais Mineiros do Século XIX: digitalização, indexação e acesso*.

O projeto de digitalização

O projeto de digitalização da coleção de jornais mineiros do século XIX visa preservar e dar acesso a um importante acervo para a pesquisa da história de Minas Gerais e do Brasil. A coleção esteve sob a guarda do Arquivo Público Mineiro até o ano de 1996, quando foi transferida para a Hemeroteca Histórica, local onde se encontra atualmente. O grande desafio dessa instituição tem sido a preservação desse acervo, que se encontra em estado precário de conservação devido à fragilidade do suporte de papel.

Apesar de esses jornais estarem microfilmados, a falta de leitoras modernas de microfilmes exige que a pesquisa continue a ser feita por meio do acesso direto aos originais. Além disso, o microfilme é considerado hoje uma excelente mídia de preservação, apresentando, porém, problemas de acesso, já que a manutenção das máquinas leitoras exige investimentos de valores elevados, tendo por base tecnologia considerada ultrapassada, além de a pesquisa e a leitura em microfilmes serem cansativas e morosas. Assim, a digitalização dessa coleção contribuirá para a preservação dos originais, além de possibilitar a ampliação do acesso ao acervo.

Em janeiro de 2006, iniciaram-se os trabalhos que tinham por objetivo final a criação de um sistema

Jornal *O Povo*, 5 de agosto de 1849. Ouro Preto: Tipografia Imparcial, de Bernardo Xavier Pinto de Souza. Acervo Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais/Hemeroteca Histórica, BH.

RELIGIAÕ, IMPERADOR, CONSTITUIÇAÕ.

5 DE AGOSTO DE 1849.

CHEGOU finalmente o dia 5 de Agosto!! O 5 de Agosto tão esperado, tão temido!!.. O 5 de Agosto do qual dependem os destinos do Imperio!!.. O 5 de Agosto que traz em seu regaço a paz, ou a guerra!!.. O 5 de Agosto, que vem decidir a questão agitada entre o bom senso, e as paixões!!.. O 5 de Agosto que vai pronunciar entre a bandeira escarlate dos revolucionarios, e a Corôa Imperial!!! O 5 de Agosto que vai firmar a nossa constituição politica, ou jogar-nos com mão de ferro no meio das labaredas da guerra civil!!!.. O 5 de Agosto que tem de dar-nos uma patria para nossos filhos, ou um açougue em que o sangue das victimas se misture com o sangue dos algozes!... O 5 de Agosto cuja voz inexoravel vai suspender as tempestades que ameação de perto a patria dos Basileiros, ou fazer cahir sobre ella em chuvas de sangue as calamidades do inferno....

Brasileiros, que haveis recebido ao abrir dos olhos, com o nome de — CHRISTÃOS — o germen das virtudes, comprehendei a extenção dos deveres que hoje peza sobre vós... sêde Christãos... salvai a vossa patria... hoje... d'aqui a pouco... mais um instante... e a grande obra das virtudes civicas estará concluida se tiverdes coragem, união e firmeza...

Hoje... daqui a pouco... mais um instante... e se faltaes ao que de vós esperão a patria, e o Imperador o mal será sem remedio....

Brasileiros, ha deste lado um Throno onde está sentado um Anjo de virtudes: ha deste lado um codigo sagrado que protege nossa liberdade, nossos direitos... ha de outro lado uma fogueira ateada pela ambição e orgulho de meia duzia de anarchistas, que ameaça devorar aquelle Throno, e aquelle codigo... De vós depende a escolha... hoje será ella feita: se por acaso uma desgraçada fatalidade vos cegar, á manhã ralados de remorsos e de sustos, quando quizerdes corregir o vosso erro, uma voz agoureira partindo dos abismos pelo orgão de alguma furia, friamente repetirá a vosses ouvidos aquellas celebres, fataes palavras: — É TARDE... É MUITO TARDE.

Mas que!! os filhos da Cruz pódem acaso illudir-se com essas doutrinas incendiarias que jogarão pelos ares a cadeira sanctificada do Successor de S. Pedro?!!

Acaso estarão tão cegos, que offerecão em holocausto ao furor dos ambiciosos revolucionarios aquelle ANJO DE BONDADE que a mão de Deos collocou no Throno do Fundador do Imperio de Santa Cruz?!. Não, mil vezes não.

Marchemos com esperança e coragem para a morada de Deos vivo, onde o Povo é chamado para decidir da sorte do Povo: levemos inscripta em nossa bandeira estas palavras sacrosantas que trazemos nos corações, que encerrão nosso programma, e annuncião a nossa victoria:

VIVA A RELIGIÃO! VIVA O IMPERADOR! VIVA A CONSTITUIÇÃO!

Ouro Preto 1849.—Typ. Imp. de B. X. F. de Souza.

informatizado de pesquisa no qual os jornais pudessem ser consultados e visualizados por meios eletrônicos. Inicialmente foi feito um levantamento dos jornais referentes ao século XIX e também dos microfilmes em que se localizavam. Constatou-se que 98 rolos de microfilmes continham jornais do período desejado e que eles formavam uma coleção de 267 periódicos, produzidos em várias cidades mineiras.

Entretanto, a microfilmagem realizada pelo Arquivo Público Mineiro no final da década de 1970 ordenou os jornais de acordo com os locais onde foram produzidos. Assim, em um determinado rolo de microfilme, é possível encontrar, por exemplo, jornais da mesma cidade veiculados em 1840 e em 1967. Apesar da heterogeneidade cronológica de jornais existentes em um mesmo rolo de microfilme, optou-se por realizar a digitalização de todo ele. Dessa forma, é possível encontrar no banco de dados tanto jornais do século XIX como do século XX. É importante frisar que todos os jornais pertencentes ao século XIX foram digitalizados e podem ser consultados tanto no Arquivo Público Mineiro quanto na Hemeroteca Histórica, vinculada à Superintendência de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais.

O sistema informatizado de pesquisa desenvolvido para a consulta aos jornais permite que a busca seja realizada de diferentes formas. O pesquisador pode procurar o periódico pelo nome, pela data em que foi publicado ou pela cidade onde foi impresso. Além disso, a busca pode ser feita cruzando-se os dados. É possível, por exemplo, pesquisar exemplares do jornal *O Universal* somente do ano de 1826. O sistema é capaz de filtrar a informação e pesquisar somente os dados desejados. Além disso, há ferramentas que possibilitam a ampliação das imagens, o que facilita enormemente a leitura.

O projeto pode ser visto, portanto, como uma iniciativa que visa tanto preservar a coleção de periódicos do século XIX quanto ampliar a consulta a esse acervo, que é capaz de fomentar inúmeras pesquisas sobre o período imperial brasileiro e também sobre a história do jornalismo mineiro.

A acumulação do acervo

A formação da referida coleção de jornais teve início em Ouro Preto, em fins do século XIX. Constitui uma parcela da coleção original do jornalista, historiador e deputado provincial José Pedro Xavier da Veiga, fundador e primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro. Este órgão, desde a sua origem, em 1895, empenhou-se em recolher testemunhos históricos, sobretudo registros escritos, referentes ao passado do povo mineiro. O Decreto n° 860, de 19 de dezembro de 1895, que regulamentou a sua criação, definiu também que o recolhimento de fontes pela recém-criada repartição não se limitaria aos documentos provenientes da Administração Pública Estadual, mas se estenderia à esfera dos municípios. O órgão cuidou então de criar a figura do correspondente, pessoa que ficaria encarregada, em sua cidade, da aquisição de documentos importantes.

O Arquivo Público Mineiro, no momento de sua criação, e por iniciativa de seu fundador e primeiro diretor, Xavier da Veiga, esteve concentrado no objetivo de reunir uma gama variada de fontes importantes para a “História e Geografia de Minas Gerais”. Mas não só os correspondentes eram responsáveis pela aquisição do acervo. No primeiro número da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Xavier da Veiga conclamou a população a fazer doações de livros e periódicos para a instituição:

> A formação, pois, da Biblioteca Mineira, já iniciada, no Arquivo Público do Estado depende do franco e generoso concurso dos escritores nossos contemporâneos e de todas as pessoas

Jornal *O Diabinho - órgão democrata e crítico*, ano III, número 17. Ouro Preto, 20 de setembro de 1883. Acervo Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais/Hemeroteca Histórica, BH.

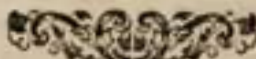
REDACTORES DIVERSOS

ASSIGNATURAS — Por anno 5 mil réis — Seis mezes 3$000 | CONDIÇÕES — Publica-se pelo menos duas vezes por mez

ANNO III. OURO PRETO, 20 DE SETEMBRO DE 1883 NUMERO 17

FESTA INDUSTRIAL EM

JUIZ DE FORA

A' briosa Provincia de Minas cabe a gloria dos grandes commettimentos deste seculo. Um povo que primeiro pensou em sua independencia e tramou-a, sagrando-a com o sangue de seos martyres e que durante diversos periodos luctou denodadamente com as armas na mão, em prol das liberdades publicas, deveria ter como santelmo o progresso e o desenvolvimento da patria. As armas forão depostas em 1842, mas nova lucta dever-se-hia abrir sob novos auspicios, porque o espirito emprehendedor do mineiro não conhece a inercia. O cidadão já havia mostrado o seu valor physico no campo da batalha, deveria tambem provar o intellectual nos grandes certamens industriaes. E—Minas—foi a primeira provincia do imperio que despontou esta maravilhosa idéa em 1860. A iniciativa partio do povo, por intermedio da Camara da sua capital. N'esse anno foi decretada a resolução n. 1079, autorisando pequenos certamens, uma vez por anno, no campo do manejo (cruzeiro); em 1864 outra resolução, a de n. 1230, ampliou os planos d'aquella e espaçou as epocas. Seis festas explendorosas deste genero forão celebradas na capital, no periodo de 1861 à 1875. Seguirão o exemplo as municipalidades de S. João Nepomoceno, Sabará e agora a de Juiz de Fóra. Esta digna municipalidade associada com outras dos municipios circumvisinhos, trajando as suas mais gentis galas exhibiu no dia 12 do corrente mez, mais uma festa do trabalho e da intelligencia, dando assim uma prova do séo progresso e civilisação. A primeira já alli teve lugar à 26 de Junho de 1869, por iniciativa de Marianno Procopio. A municipalidade de Juiz de Fóra, é uma das mais distinctas e se alguma vez teve de ir buscar exemplo de civismo entre as suas congeneres, na provincia, hoje pode servir-lhes de modelo; mostrando-lhes por factos reaes aquillo que, ainda para muitas d'ellas, não passou do estreito cadinho das theorias. *O Diabinho*, pequeno e modesto obreiro do progresso, toma hoje a sua blusa domingueira, para dirigir os seos enthusiasticos cumprimentos àquella illustrada corporação, saudando-a pelo grande feito propulsor do engrandecimento das artes e da industria mineira. Assim sirva esta grande festa de estimulo aos brios de outras municipalidades, que ainda estão em debito para com os lavradores e industriaes de seos Municipios.

> que possuam publicações de qualquer gênero de autor mineiro, especialmente com relação a livros, opúsculos, mapas, coleções de periódicos, etc.[4]

Nesse contexto de formação do acervo do Arquivo Público Mineiro é que se insere a referida coleção de jornais, composta por parte das folhas impressas que circularam em Minas Gerais durante o século XIX. O acervo apresenta lacunas, uma vez que diversos jornais que então se publicavam em Minas Gerais não foram conservados.

Várias cidades mineiras, durante o século XIX, publicaram um número significativo de periódicos. Segundo Xavier da Veiga,[5] de 1824 a 1897 existiram, no Estado, 863 gazetas, publicadas em 118 localidades (84 cidades, 3 vilas e 31 arraiais). Esse dado, apesar de não abarcar todo o período contemplado pelo projeto de digitalização (1825-1900), indica que um grande número de folhas se perdeu ao longo do tempo, pois o acervo atual da Hemeroteca Histórica é formado por 267 títulos.

O primeiro periódico mineiro, *Compilador Mineiro*, foi publicado em 1823, seguido pelo *Abelha do Itaculumy*, de 1824. O acervo da Hemeroteca Histórica não conta, no entanto, com exemplares desses jornais. Alguns números do primeiro periódico podem ser pesquisados na Biblioteca Nacional, inclusive por meio do *site* dessa instituição.[6] Em julho de 1825, momento em que o jornal *Abelha do Itaculumy* é extinto, começa a circular *O Universal*, folha de tendência moderada, impressa durante 17 anos (1825-1842).

Esse jornal era responsável pela publicação dos atos governamentais, imprimindo em suas páginas, principalmente, decretos, editais, leis da Presidência da Província e discussões das assembléias provincial e geral. Seu editor, no primeiro número do jornal, revela aos leitores quais eram os seus objetivos:

> Meu fim é a ilustração pública, e não suscitar ódios entre os cidadãos, fruto único de tais personalidades. Preferirei sempre a publicação das leis, decretos e portarias, pois apesar de que estes objetos não agradem tanto, como devem, sua vulgarização é da primeira necessidade, e todos os cidadãos devem procurar tão importante conhecimento.[7]

A coleção completa desse jornal foi digitalizada, preservando-se, dessa forma, a “memória” do governo mineiro na fase inicial do Império. Outro jornal responsável por divulgar atos governamentais foi *O Correio de Minas*, folha também presente na coleção acumulada pelo Arquivo Público Mineiro e hoje existente na Hemeroteca Histórica.

Cabe ainda ponderar o papel que a imprensa representa na gestão de regimes constitucionais, ou seja, ela é responsável por dar publicidade aos atos dos governantes. Nesse sentido, é interessante apresentar uma fala do presidente da Província de Minas Gerais, Francisco José de Souza Soares d’Andréa, em 1844, onde é apresentada a necessidade da publicação sistemática dos vários documentos produzidos pela estrutura administrativa da província:

> Reconhecendo, pois a necessidade da publicação dos atos da administração entendo que só poderá fazer-se de um modo regular e verdadeiramente útil em um boletim ou folha puramente oficial, que seja remetida às diversas autoridades, e da qual se conservem coleções completas nos respectivos arquivos.[8]

Porém, ao longo de todo o período provincial não foi implementada em Minas uma tipografia oficial, ou um boletim desta natureza, fato que só vem atestar a importância dessa coleção de jornais, objeto deste projeto, para a produção de conhecimento de caráter historiográfico.

sallento, às 8 1/2 horas da manhã.

João Alfredo de Athayde

ENCARREGA-SE DE PROCURATORIOS PERANTE TODAS AS REPARTIÇÕES PUBLICAS.

OURO PRETO.

JORNAES VELHOS

Vendem-se nesta typographia.

graphia.
missão a matricula no 2º
se, alem de approvação
da 1º anno, que o can-
stre habilitado em inglez,
ilosophia.
alquer candidato matricu-
o 2º anno apresentando
approvação nos prepara-
os para a matricula nas
medicina do Imperio.
21 de Junho de 1881
o,— *João Victor de Maga-*

Detalhe de página do jornal *A Província de Minas*. Propriedade do redator José Pedro Xavier da Veiga. Ouro Preto, agosto de 1881. Acervo Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais/Hemeroteca Histórica, BH.

Tendo em vista os dados apresentados, o critério que levou ao recolhimento de alguns jornais em detrimento de outros é um ponto importante a ser discutido. Maria Helena Capelato analisa essa questão. No tocante à construção do documento, a autora afirma que:

> O documento é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da sociedade que o produziu e também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver esquecido ou manipulado. Esse produto resulta de relações de forças conflitantes e do empenho de seus produtores para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem da sociedade.[9]

Nessa perspectiva, guardar determinados documentos em detrimento de outros, e organizá-los de determinada forma, é um elemento da cultura política da sociedade. Pode-se afirmar, com isso, que não é por acaso que a coleção preservada possui todas as edições de jornais relacionados à "memória" do próprio poder governamental.

Entretanto, a coleção da Hemeroteca Histórica de jornais mineiros do século XIX não possui somente periódicos responsáveis pela divulgação de ações governamentais. Existem no acervo, por exemplo, folhas de cunho religioso, como *O Bom Ladrão*, fundada no ano de 1873, em Mariana, e o *O Lar Catholico*, editado na cidade de

Ilustrações de anúncios em jornais mineiros da segunda metade do século XIX. Acervo Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais/ Hemeroteca Histórica, BH.

Juiz de Fora em 1891. Além disso, o acervo atual abriga vários jornais de cunho republicano, que começaram a ser publicados na segunda metade do século XIX, como é o caso do *Minas Livre*, editado em 1891 na cidade de Juiz de Fora, com tiragem de 1.000 exemplares.

Diante dessa explanação sumária sobre a formação e composição do acervo dos jornais mineiros do século XIX, nota-se que as possibilidades de pesquisa são inúmeras. Diversos trabalhos podem ser desenvolvidos levando-se em consideração tanto os aspectos que motivaram a guarda de determinados jornais em detrimento de outros quanto os assuntos abordados nas notícias impressas nessas folhas, visto que a escolha das notícias não é feita de forma aleatória: a imprensa seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que elegeu como "digno" de chegar ao público.

Notas |

1. Em 2001, esse periódico foi integralmente reeditado, em *fac-símile*, pela Imprensa Oficial do Distrito Federal.

2. VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 361.

3. BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: história da imprensa brasileira. São Paulo: Editora Ática, 1990.

4. VEIGA, José Pedro Xavier da. Palavras preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano I, fasc. I, p. III-IV, jan.-mar. 1896.

5. VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Gerais (1807-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1892.

6. Cf. <http://catalogos.bn.br/redememoria/periodicoxix.html>.

7. *O Universal*, 18/07/1825, edição 01, p. 1.

8. Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, na abertura da sessão ordinária do ano de 1844, pelo presidente da província Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1844.

9. CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. p. 24.

Marina Mesquita Camisasca é mestranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi coordenadora técnica (bolsista BATII/ Fapemig) do projeto *Jornais Mineiros do Século XIX: digitalização, indexação e acesso*

Jornais mineiros do século XIX digitalizados

Título do Jornal	Local	Ano
Cidade de Amargosa	Amargosa	1894
Araguary	Araguari	1895 a 1933
O Progresso	Araxá	1892
O Tymbira	Areas	1881
A Folha	Barbacena	1893 a 1894
O Popular	Barbacena	1890
Cidade de Barbacena	Barbacena	1898 a 1906
Folha de Barbacena	Barbacena	1895
O Bom Successo	Bom Sucesso	1893
O Século	Bom Sucesso	1900
O Juvenil	Bom Sucesso	1892 a 1940
Cidade do Bomfim	Bonfim	1898 a 1908
Opinião	Caeté	1900
Comarca de Caldas	Caldas	1894
Colombo	Campanha	1873 a 1885
Monitor Sul - Mineiro	Campanha	1892 a 1903
A Revolução	Campanha	1889
Minas do Sul	Campanha	1892 a 1935
A Conjuração	Campanha	1888
Ensaio Juvenil	Campanha	1889
O Sete de Abril	Campanha	1877
O Sul de Minas	Campanha	1859 a 1887
A União	Campo Belo	1895 a 1897
O Campo Bello	Campo Belo	1893 a 1898
A Nova Phase	Carangola	1899
O Combate	Caratinga	1894 a 1895
O Povo	Cataguases	1885 a 1889
Gazeta de Cataguazes	Cataguases	1897
O Popular	Cataguases	1890
O Cataguazense	Cataguases	1887
Cataguases	Cataguases	1897 a 1965
Gazeta da Christina	Christina	1891 a 1895
O Claudiense	Cláudio	1833 a 1898
O Til	Coimbra	1893
O Curvello	Curvelo	1894
Município do Curvello	Curvelo	1895 a 1897
O Curvellano	Curvelo	1890 a 1894
O Município	Diamantina	1896 a 1903

Título do Jornal	Local	Ano
O Jequitinhonha	Diamantina	1863 a 1872
O Tambor	Diamantina	1890
Propaganda	Diamantina	1888
Liberal do Norte	Diamantina	1887 a 1888
Monitor do Norte	Diamantina	1876
Sete de Setembro	Diamantina	1887 a 1889
Cidade Diamantina	Diamantina	1897
O Jequitinhonha	Diamantina	1869
Liberal do Norte	Diamantina	1887
Almirante	Dores da Boa Esperança	1898
O Indayá	Dores do Indaiá	1898 a 1901
O Entre - Rios	Entre Rios de Minas	1898
O Democrata	Formiga	1890 a 1891
O Santelmo	Frutal	1896 a 1897
Gazeta de Guarará	Guarará	1897
A Itabira	Itabira do Mato Dentro	1893 a 1894
O Tempo	Itabira do Mato Dentro	1891
Cidade de Itabira	Itabira do Mato Dentro	1896 a 1897
Fiat Lux	Itabira	1896
Cruz de Malta	Itajubá	1884
A Verdade	Itajubá	1886 a 1896
Itajubá	Itajubá	1888
O Itapecerica	Itapecerica	1895 a 1930
A Lucta	Itapecerica	1899
Centro de Minas	Itaúna	1890 a 1897
A Folha de Jaguary	Jaguary	1897
O Mimo	Jaguary	1897
O Camanducaia	Jaguary	1899
Jornal do Commércio	Juiz de Fora	1897 a 1920
O Pharol	Juiz de Fora	1870 a 1925
Folha Nova	Juiz de Fora	1898
Minas Livre	Juiz de Fora	1891 a 1892
Diário da Manhã	Juiz de Fora	1891
O Lar Cathólico	Juiz de Fora	1891 a 1892
O Pobre	Juiz de Fora	1899 a 1901
A Peleja	Lambari	1898
O Carácter	Lavras	1894 a 1895
Cidade de Lavras	Lavras	1895 a 1897
A Espada	Lavras	1896

Título do Jornal	Local	Ano
O Lavrense	Lavras	1887
O Leopoldinense	Leopoldina	1880 a 1892
Gazeta de Leopoldina	Leopoldina	1896 a 1960
O Mediador	Leopoldina	1896
A Voz de Thebas	Leopoldina	1895 a 1897
O Tiradentes	Leopoldina	1897
Correio do Machado	Machado	1888
O Manhuassu	Manhuassu	1897 a 1906
Mar de Hespanha	Mar de Espanha	1898
Gazeta Muncipal	Mar de Espanha	1898
O Viçoso	Mariana	1893 a 1897
O Bom Ladrão	Mariana	1873 a 1876
O Mariannense	Mariana	1888
Dom Viçoso	Mariana	1898 a 1899
Sertão	Monte Alegre	1898
A Democracia	Oliveira	1896
Gazeta de Oliveira	Oliveira	1895 a 1898
Gazeta de Minas	Oliveira	1899 a 1952
A Lucta	Oliveira	1894 a 1920
A Gazetinha	Oliveira	1897
O Astro	Oliveira	1897
Gazeta de Ouro Fino	Ouro Fino	1892 a 1915
O Diabinho	Ouro Preto	1884 a 1889
A Actualidade	Ouro Preto	1878 a 1881
O Bom Senso	Ouro Preto	1852 a 1856
O Compilador	Ouro Preto	1843 a 1847
O Dilúculo	Ouro Preto	1896 a 1897
O Conservador de Minas	Ouro Preto	1870
Constitucional	Ouro Preto	1866 a 1868
O Constitucional	Ouro Preto	1846 a 1878
União Postal	Ouro Preto	1887
A Caridade	Ouro Preto	1898
A Derrocada	Ouro Preto	1893 a 1894
O Discípulo	Ouro Preto	1897
Dezesseis de Julho	Ouro Preto	1869 a 1870
O Estado de Minas Geraes	Ouro Preto	1889 a 1891
O Estado de Minas	Ouro Preto	1891a 1897
A União	Ouro Preto	1886 a 1889
Liberal Mineiro	Ouro Preto	1882 a 1889

Título do Jornal	Local	Ano
O Conciliador	Ouro Preto	1851
O Liberal de Minas	Ouro Preto	1868 a 1870
Diário	Ouro Preto	1850
Noticiador de Minas	Ouro Preto	1868 a 1873
A Ordem	Ouro Preto	1889 a 1892
O Povo	Ouro Preto	1849
Vinte de Agosto	Ouro Preto	1885 a 1886
Ouro Preto	Ouro Preto	1900 a 1922
O Jornal de Minas	Ouro Preto	1890 a 1891
Gazeta de Ouro Preto	Ouro Preto	1888 a 1890
A Província de Minas	Ouro Preto	1880 a 1889
Correio Official de Minas	Ouro Preto	1857a 1860
O Bem Público	Ouro Preto	1860
O Universal	Ouro Preto	1825 a 1842
O Mineiro	Ouro Preto	1892
O Itacolomy	Ouro Preto	1843 a 1899
Correio da Noite	Ouro Preto	1890
Diário de Minas	Ouro Preto	1866 a 1892
O Repórter	Ouro Preto	1890
A Épocha	Ouro Preto	1891
Opinião Mineira	Ouro Preto	1894
Treze de Março	Ouro Preto	1894
Jornal Mineiro	Ouro Preto	1898
O Filho de Minas	Ouro Preto	1900
O Gavroche	Ouro Preto	1900
O Itamontano	Ouro Preto	1848
A Regeneração	Ouro Preto	1853
Minas Geraes	Ouro Preto	1862
Echo de Minas	Ouro Preto	1873
O Puritano	Ouro Preto	1877
Mosaico Ouro - Preto	Ouro Preto	1878 a 1879
A Nação	Ouro Preto	1880
O Telegrapho	Ouro Preto	1830
Chrysálida	Ouro Preto	1887 a 1888
A Tribuna	Ouro Preto	1892
O Porvir	Ouro Preto	1893
Centro Tipográfico	Ouro Preto	1893
Imprensa Acadêmica	Ouro Preto	1893
O Trabalho	Ouro Preto	1893

Título do Jornal	Local	Ano
O Atheneu	Ouro Preto	1894
O Socialista	Ouro Preto	1894
O Cysne	Ouro Preto	1895
O Javary	Ouro Preto	1896 a 1897
A Semecracia	Ouro Preto	1896
O Cometa	Ouro Preto	1899
O Estudante	Ouro Preto	1899
Tomynoco	Ouro Preto	1900
O Pão	Ouro Preto	1900
O Periquito	Ouro Preto	1900
A Quinzena	Ouro Preto	1900
O Combatente	Ouro Preto	1890
Correio de Ouro Preto	Ouro Preto	1893
O Correio de Minas	Ouro Preto	1841 a 1843
Minas Altiva	Ouro Preto	1886
O Atheneo Popular	Ouro Preto	1843
O Publicador Mineiro	Ouro Preto	1846
O Fiscal	Ouro Preto	1859
O Progressista de Minas	Ouro Preto	1863
O Patusco	Ouro Preto	1879
A Vela do Jangadeiro	Ouro Preto	1884
A Ortiga	Ouro Preto	1885 a 1887
O Periquito	Ouro Preto	1886
O Contemporâneo	Ouro Preto	1887
A Camélia	Ouro Preto	1887 a 1888
O Normalista	Ouro Preto	1888
A União Escholarista	Ouro Preto	1888
Treze de Maio	Ouro Preto	1888
O Panorama	Ouro Preto	1880
O Vinte e Três de Julho	Ouro Preto	1889
O Progresso	Ouro Preto	1890
O Jasmin	Ouro Preto	1890
O Prisma	Ouro Preto	1890
O Unitário	Ouro Preto	1858
Correio da Palma	Palma	1893 a 1898
A Cidade de Palma	Palma	1897
O Palmyrense	Palmyra	1897
O Luzeiro	Paracatu	1884
Gazetinha Popular	Paracatu	1896

Título do Jornal	Local	Ano
O Paracatu	Paracatu	1897
O Lar Cathólico	Paracatu	1897
O Athléta	Pará de Minas	1896 a 1897
O Município do Pará	Pará de Minas	1895
A Cidade do Pará	Pará de Minas	1894 a 1895
Tribuna Mineira	Paraisópolis	1895
O Industrial	Paraopeba	1897 a 1898
A Vida	Paraopeba	1895
Gazeta de Passos	Passos	1887
A Gazetinha de Passos	Passos	1883
O Echo da Matta	Peçanha	1891 a 1892
A Faísca	Perdões de Lavras	1895
O Luctador	Pirapetinga	1887
A Realização	Pitangui	1883
Commercial e Industrial	Poços de Caldas	1899
A Mocidade	Ponte Nova	1891
O Serro Azul	Ponte Nova	1897
O Lidador	Pouso Alto	1897
Livro do Povo	Pouso Alegre	1881 a 1883
Pátria	Pouso Alegre	1897
Valle - Sapucahy	Pouso Alegre	1886
O Pouso - Alegrense	Pouso Alegre	1881
Autônomo	Queluz	1900 a 1902
O Hóspede	Queluz	1894
Queluz de Minas	Queluz	1894 a 1906
Imparcial	Rio Pomba	1896
Correio do Pomba	Rio Pomba	1897
Fanal	Rio Pomba	1895 a 1897
A Ordem	Rio Pomba	1898
A Liberdade	Sabará	1895
O Contemporâneo	Sabará	1891 a 1902
O Lynce	Sabará	1890
A Liberdade	Sabará	1896
A Folha Sabarense	Sabará	1885 a 1891
O Lynce	Sabará	1890
O Contemporâneo	Sabará	1890 a 1902
O Povo	Sacramento	1889
O Mimo	Santana do Jacaré	1896
O Prateano	São Domingos do Prata	1893 a 1913

Título do Jornal	Local	Ano
Gazeta Sul - Mineira	São Gonçalo do Sapucaí	1887 a 1891
Astro de Minas	São João del-Rei	1830 a 1833
A Legalidade	São João del-Rei	1833
O Amigo da Verdade	São João del-Rei	1829
O Resistente	São João del-Rei	1896 a 1902
A Pátria Mineira	São João del-Rei	1889 a 1894
Gazeta Mineira	São João del-Rei	1887
A Locomotiva	São João del-Rei	1891
Renascença	São João del-Rei	1890 a 1894
Tribuna Popular	São João del-Rei	1895
O Município	São João Nepomuceno	1895 a 1897
O Patriota	São João Nepomuceno	1897
O Mensageiro	Serro	1891 a 1893
Folha de Guanhães	São Michel de Guanhães	1898
A Sentinella	Serro	1893 a 1908
Tentamen	Serro	1890
O Serro	Serro	1890 a 1894
Theóphilo Ottoni	Teófilo Otoni	1878
O Três - Pontano	Três Pontas	1897 a 1902
O Amigo do Povo	Turvo	1890 a 1897
Gazeta de Ubá	Ubá	1895 a 1897
Tribuna do Povo	Uberaba	1894
Triângulo Mineiro	Uberaba	1897 a 1899
Cidade de Uberaba	Uberaba	1895
Écho do Sertão	Uberaba	1875
Gazetinha	Uberaba	1896
Arrebol	Uberaba	1897
Jornal de Uberaba	Uberaba	1897
A Lucta	Uberaba	1896
Gazeta de Uberaba	Uberaba	1888 a 1917
O Volitivo	Uberaba	1884
Correio do Povo	Varginha	1897
A Cidade Viçosa	Viçosa	1897
O Itacolomy	Villa de Queluz	1843 a 1845
O Rio Branco	Visconde do Rio Branco	1897

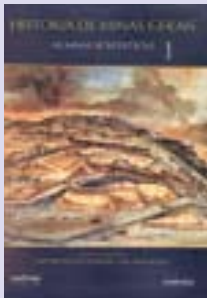
Estante

Conhecimento democratizado

Caio César Boschi (Org.). *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais/ Jozé João Teixeira Coelho (1782)*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Arquivo Público Mineiro/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007.

Essa obra, que integra a *Coleção Tesouros do Arquivo*, transcreve manuscrito inédito de Jozé João Teixeira Coelho, existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, complementando as versões anteriormente publicadas, datadas de 1780. A transcrição do texto é acompanhada por erudito estudo biográfico e de um CD-ROM que reproduz o documento original.

Fritz Teixeira de Salles. *Associações religiosas no ciclo do ouro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

As reedições de textos clássicos da historiografia mineira devem ser sempre saudadas. Fritz Teixeira de Salles foi pioneiro no estudo das irmandades religiosas coloniais, desvendando suas contribuições para a economia e o bem-estar das populações de Minas Gerais do século XVIII. Por meio dessa reedição, as novas gerações poderão mais facilmente ter acesso a uma importante reflexão a respeito da história social do barroco, enquanto sensibilidade coletiva em seus múltiplos desdobramentos culturais.

Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. 2 v.

Os dois volumes dessa obra apresentam um balanço da recente historiografia de Minas Gerais. Neles uma gama bastante variada de temas é abordada: política, administração, religiosidade, economia, escravidão, artes, ciências, técnicas, educação e literatura do século XVIII. Como não poderia deixar de ser, a Inconfidência Mineira e outras importantes manifestações de contestação política também são contempladas por análises sempre acompanhadas por rica e variada iconografia.

A publicação de balanços historiográficos, bem como a reedição de clássicos da historiografia e de documentos fac-símiles, são indicadores importantes da democratização das pesquisas históricas sobre Minas Gerais.

Renato Pinto Venâncio (Org.). *Panfletos abolicionistas: o 13 de maio em versos*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Arquivo Público Mineiro, 2007.

O livro, que integra a *Coleção Tesouros do Arquivo*, comemora os 120 anos da abolição da escravidão no Brasil, reproduzindo em fac-símile uma coleção de 29 poesias, impressas em papéis coloridos, que circularam na cidade do Rio de Janeiro nos dias que se seguiram ao 13 de maio. Tais documentos são precedidos por três estudos críticos, contextualizando o fenômeno na corte carioca e revelando seus desdobramentos na Província de Minas Gerais, onde os jornais também publicaram vários escritos poéticos comemorando a vitória alcançada no 13 de maio de 1888.

Renato Pinto Venâncio e Maria Marta Araújo (orgs.). *São João del-Rey, uma cidade no Império*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Arquivo Público Mineiro, 2007.

O livro, que integra a *Coleção Tesouros do Arquivo*, é dividido em duas partes: a primeira reúne textos de especialistas, analisando as várias dimensões urbanísticas, econômicas, sociais e políticas comuns à história de São João del-Rei. A segunda parte reproduz as *Posturas Municipais* e o *Regimento da Câmara* de 1887, sendo esses documentos precedidos por um estudo crítico. Os documentos em questão são apresentados na forma de fac-símiles de manuscritos redigidos por vereadores, mas com cortes e acréscimos feitos por deputados da Assembléia Provincial de Minas Gerais.

Valdei Lopes Araújo (Org.). *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Arquivo Público Mineiro, 2007.

Eis mais um livro que integra a *Coleção Tesouros do Arquivo*, reproduzindo seis relatórios redigidos por Teófilo Ottoni, entre 1847 e 1862, que descrevem a colonização do Vale do Mucuri, Minas Gerais. Precedidas por esclarecedor estudo crítico, as reproduções desses fac-símiles ampliam em muito as possibilidades de pesquisa do processo de ocupação de uma importante região mineira, ainda – infelizmente – pouco estudada pelos historiadores.

Jornal e história na escola

Marcília Rosa Periotto

As comemorações dos 200 anos da imprensa no Brasil e de seu primeiro órgão, o *Correio Braziliense*, sugerem uma reflexão sobre o papel pedagógico que o uso dos jornais desempenham no ensino da história e na formação da cidadania.

beau que le vrai;
seul est aimable.
Voltaire.

No quadro de recursos didáticos disponíveis aos professores, o jornal situa-se como uma das fontes de maior valor para o ensino de história e também para áreas correlatas do conhecimento. A ausência do hábito de ler, ocasionada por inadequadas condições econômicas de acesso aos jornais e por ambientes culturalmente pobres, tem deixado um grande número de indivíduos distantes de informações que possibilitam a compreensão do mundo que os cerca, impedindo uma reflexão mais acurada sobre o papel que poderiam desempenhar na busca por uma sociedade melhor.

Entre os óbices impostos à realização cultural desses indivíduos, é forçoso salientar que a mecânica da leitura e da interpretação de textos realizada em baixos níveis de compreensão dificulta o aprendizado e tolhem a absorção de qualquer tipo de conteúdo que venha a ser desenvolvido em sala de aula. É nesse quadro que a utilização do jornal como fonte de conhecimento, do ontem e do hoje, se coloca como uma alternativa metodológica preciosa na formação do aluno. Ela é mesmo fundamental para uma leitura crítica de mundo que corrobore a cidadania que os saberes pedagógicos atuais visam construir.

A infinidade de temas constantes nas páginas dos jornais diários e daqueles guardados nos arquivos e bibliotecas compõe um painel fecundo das relações sociais que determinam a vida dos homens, anotadas desde que a Carta Régia de 1808 permitiu a instalação da imprensa no Brasil.

A liberação da imprensa foi um dos atos mais marcantes de D. João VI. A partir daí, o Brasil assistiu ao surgimento de uma imprensa vigorosa, principalmente no campo da controvérsia política, em que a luta pela liberalização do comércio e maior participação dos brasileiros na administração do reino impôs sucessivos revezes aos portugueses. Isabel Lustosa afirma que aquele "foi um momento extremamente vibrante, onde se assistiu a um processo de liberalização política sem precedentes na nossa história. Os jornais não noticiavam: produziam acontecimentos".[1] Já Wilson Martins anota que "com esse ato, a tipografia, a edição e o jornalismo fizeram a sua entrada simultânea em nosso país; o ritmo de produção, a variedade de títulos e a matéria escolhida são índices extraordinários da bulimia cultural e intelectual do período".[2]

Essas opiniões, conquistadas por exaustivas pesquisas sobre os periódicos antigos, confirmam a importância da utilização dos jornais em sala de aula, uma vez que a luta pela formação histórica da nação brasileira ficou marcada detalhadamente em suas páginas bem no calor da hora.

O objetivo de formar o cidadão, saudado como necessário pela sociedade atual e incorporado como uma das metas da educação, não prescinde de um conhecimento aprofundado da história nacional. Ao contrário, a constituição desse indivíduo participante e com capacidade de interagir com seu meio social requer um pleno conhecimento de nossa história, apreendida desde o descobrimento do Brasil até os dias atuais.

A superação das condições interpostas à conquista da cidadania é o fulcro central desse propósito, já que não se cogita a formação do indivíduo crítico sem que ele saiba como as relações sociais que vivencia foram constituídas e se desenvolveram. O "saber histórico", portanto, é a garantia de uma ação prática bem-sucedida, pois que as opiniões estarão formadas não pelo senso comum, mas por uma visão plena e segura do movimento da sociedade.

O uso do jornal em sala de aula como ferramenta do trabalho didático-pedagógico, no caso de cursos de História, Pedagogia, entre outros da área das ciências humanas, subsidia o professor ao proporcionar a visualização dos fatos e eventos que conformaram a sociedade brasileira tal qual se encontra hoje, pois que

Hippolyto Joseph da Costa
Pereira Furtado de Mendonça

Anno 1811

Retrato de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (Colônia do Sacramento, 1774 – Londres, 1823). Gravura de H. R. Cook, 1811. In: COSTA, Hipólito. *Correio Braziliense ou Armazém Literário.* Edição fac-similar organizada por Alberto Dines e Isabel Lustosa. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Distrito Federal: Correio Braziliense, 2001-2003. 31 v.

CORREIO BRAZILIENSE

OU

ARMAZEM LITERARIO.

VOL. I.

LONDRES:

IMPRESSO POR W. LEWIS, PATERNOSTER-ROW.

1808.

Página de rosto do volume 1 do *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. In: COSTA, Hipólito. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição fac-similar organizada por Alberto Dines e Isabel Lustosa. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Distrito Federal: Correio Braziliense, 2001-2003. 31 v

os matizes da vida social, política e econômica das épocas passadas compuseram as milhares de folhas que a imprensa política ou literária registrou em minudências para a posteridade.

Instruir para as luzes

O recurso ao *Correio Braziliense*, periódico de Hipólito da Costa, que completa agora 200 anos e teve o mérito de ser o primeiro jornal brasileiro, mesmo escrito e publicado em Londres – cidade que recebeu em exílio seu fundador – proporciona aos alunos e estudiosos da história nacional uma profunda compreensão dos embates travados entre as forças avançadas do reino e a ala conservadora ligada diretamente ao círculo do poder monárquico.

Nesse jornal encontram-se as diretrizes da luta política que moveu o Brasil em direção à separação definitiva de Portugal. Nele, tudo se equipara a uma grandiosa aula de história, notadamente o cunho educativo que perpassa todas as suas páginas. Desde a exposição de princípios, o jornal apontara claramente o objetivo de instruir para as luzes:

> O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela; a cada um deve, segundo suas forças físicas e morais, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O indivíduo, que abrange o bem geral duma sociedade, vem a ser o membro mais distinto dela: as luzes, que ele espalha, tiram das trevas, ou da ilusão, aqueles que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia, e do engano.[3]

Esse caráter educativo, conscienciosamente programado, do jornal de Hipólito da Costa foi, senão o maior, um dos grandes propulsores da instrução da elite brasileira, desejosa de maior autonomia política e comercial. Não é possível determinar com absoluto rigor o alcance das palavras de Hipólito, mas se sabe que, durante muitos anos após a Independência, outros jornais de expressão na época reproduziram seus artigos. Caso notório foi o do periódico *O Universal*, impresso da Província de Minas Gerais (1825-1842), que se notabilizou por defender a instalação de escolas de ensino mútuo como meio de disseminar as letras e "para dar à pátria cidadãos laboriosos e probos, por meio de uma educação conveniente".[4]

A importância do resgate desse jornal em sala de aula vincula-se também ao fato de que à história "oficial", que se pretende a única voz credenciada, vem se contrapor outra versão, mais fidedigna, dos reais acontecimentos que impulsionaram o Brasil a se desligar do jugo político de Portugal. Nele estão inscritas as lutas entre a aristocracia portuguesa e a elite brasileira, formada pelos grandes fazendeiros, e que se sentia preterida no exercício do poder, embora fosse produtora da riqueza em grande parte apropriada pelos portugueses e da qual não queriam abrir mão.

O reconhecimento de que ao Brasil é urgente repensar o processo educacional direciona a questão também para a adoção de novos instrumentos ou novas estratégias na disseminação dos saberes até então instituídos. Mesmo que os recursos para isso estejam disponíveis, é preciso, no entanto, contextualizá-los, analisando-os pelo que representaram em seus períodos históricos e pelas possibilidades reflexivas que oferecem aos sujeitos em aprendizagem, a fim de que estes saibam determinar o papel que devem cumprir em prol de uma sociedade mais equânime para todos os indivíduos que a constituem.

Nesse quadro, os produtos impressos certamente têm muito a contribuir com a educação, pois além de incentivar a leitura colocam o aluno-leitor frente a um contexto em célere transformação. A demanda para seu melhor entendimento implica o perfeito domínio da escrita e a interpretação dos textos, fatores fundamentais

para o exercício da cidadania, na medida em que teoria e realidade social sejam vistas como complementares.

A importância dos jornais antigos no processo de ensino-aprendizagem reforça a visão de que cumpriram papel educativo da mais alta significância, ao espalhar idéias que não se podiam debater no Brasil: primeiro, por serem as letras domínio dos mais abastados; segundo, por serem as idéias iluministas perigosas demais para os intentos dos portugueses em manter-nos na condição de colônia.

Assim, o uso do jornal em sala de aula permite alcançar um desempenho didático-pedagógico mais satisfatório na aprendizagem. Entre as razões mais corriqueiras para defendê-lo, pode-se alegar que o ganho intelectual a ser adquirido pelo aluno por si só autoriza a sua utilização. A valorização da informação, coadjuvada por um profícuo debate sobre as fases constitutivas da história da nação brasileira, referenda os impressos, sejam os atuais ou dos séculos passados, como matéria de importância para uma proposta educacional que tem por princípio político-filosófico a construção da cidadania.

Notas |

1. LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 16.

2. MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira (1794-1855)*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977-1978. v. 2, p. 29.

3. CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZÉM LITERÁRIO – (Hipólito da Costa). Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001-2003. v. 1, p. 3-4.

4. Cf. CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZÉM LITERÁRIO..., v. XVI, n. 95, p. 346.

Marcília Rosa Periotto é doutora em História da Educação pela Universidade de Campinas (Unicamp), mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSCar) e atualmente faz pesquisa sobre Hipólito da Costa e o *Correio Braziliense* no Pós-Doutorado Júnior na UFMG, com a supervisão do professor Luciano Mendes de Faria Filho. Pertence ao quadro de docentes da Universidade Estadual de Maringá, Paraná (UEM-PR). É bolsista do CNPq.

Capa de uma relação de recibos da Tipografia Provincial. Ouro Preto, 1822-1829. Acervo Arquivo Público Mineiro - SP-PP 1/54 CX 03 doc 01 pág. 01.

Typographia Provincial.

Sub Nº 1º

Typographia Provincial.

Capa, sumário e aberturas dossiê
Lista dos tipos móveis que vieram do Rio de Janeiro e dos tipos fundidos em Minas utilizados pela Tipografia Nacional da Província de Minas Gerais, 1828. Acervo Arquivo Público Mineiro - SP-PP 1/54, cx.03, doc.06.

Folha de rosto e contra capa
Página avulsa do *Diário de Minas.* Ouro Preto, abril de 1867. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Expediente
Interior da oficina tipográfica do jornal *O Progresso*. Uberlândia (MG), *circa* 1890. Fotografia de José Dias Machado. Acervo Arquivo Público Mineiro – NCS-178.

Página 6 e 7
Ilustração de Ângelo Agostini em *Revista Ilustrada,* 1888. In: CORREA, Thomaz Souto (Dir.). *A revista no Brasil.* São Paulo: Editora Abril, 2000.

Páginas 18 e 19
Matriz de cobre da página "Notas", aberta a buril pelo padre José Joaquim Viegas de Menezes para a edição do *Canto Encomiástico,* de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. Vila Rica, 1806. Acervo Museu da Inconfidência, Ouro Preto.

Páginas 112 e 113
Verso da matriz de cobre do *Canto Encomiástico* de Diogo Pereira de Vasconcelos. Gravação a buril representando São Francisco de Assis recebendo os estigmas de Cristo, provavelmente de autoria do padre José Joaquim Viegas de Menezes para utilização em outra obra.
Acervo Museu da Inconfidência, Ouro Preto.

Páginas 114 e 115
Alberto Delpino (Juiz de Fora, 1864 – Belo Horizonte, 1942). *Panorama de Mariana*, 1931. Óleo sobre tela, 32,5 x 46,3 cm. Acervo Museu Mineiro, BH. Coleção Arquivo Público Mineiro.

Páginas 132 e 133
Luís Augusto de Lima (Belo Horizonte, 1958). *Minas Gerais*, 1987. Acrílica sobre tela, 80 x 100 cm. Coleção Cândida e Luiz Philippe Carneiro de Mendonça, RJ.

Páginas 154 e 155
Montagem com títulos de jornais mineiros do Acervo da Hemeroteca Histórica, divisão da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Cultura, BH.

Páginas 172 e 173
Detalhe do jornal *O Universal,* n. 2. Ouro Preto, 20 de julho de 1825. Acervo Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais/Hemeroteca Histórica, BH.

Vinheta. Joseph Priestley, "Doctor Phlogiston".
In: LAPP, Ralph E. *Matter*. Nederland: Time-Life International, 1963.

Agradecimentos
Biblioteca Nacional
Hemeroteca Histórica da Superintendência de Bibliotecas
Públicas de Minas Gerais
Museu da Inconfidência
Museu Mineiro